Desde e para além do Território

perspectivas interdisciplinares sobre desenvolvimento territorial no Estado do Rio de Janeiro



Carolina Castellitti
Clara Carvalho de Lemos
Rafael Ângelo Fortunato
(Orgs.)

Pedro & João editores

Desde e para além do território: perspectivas interdisciplinares sobre desenvolvimento territorial no Estado do Rio de Janeiro

Pedro e João editores

Carolina Castellitti
Clara Carvalho de Lemos
Rafael Ângelo Fortunato
(Organizadores)

Desde e para além do território: perspectivas interdisciplinares sobre desenvolvimento territorial no Estado do Rio de Janeiro

Pedro e João
editores

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Carolina Castellitti; Clara Carvalho de Lemos; Rafael Ângelo Fortunato [Orgs.]

Desde e para além do território: perspectivas interdisciplinares sobre desenvolvimento territorial no Estado do Rio de Janeiro. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. 337p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-2564-7 [Digital]

1. Território. 2. Territorialidades. 3. Cultura. 4. Ambiente. 5. Educação. 6. Políticas Públicas. I. Título.

CDD – 370

Capa: Marcos Della Porta
Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB – 8-8828
Diagramação: Nicole Cavalcante Duque Gredilha Coelho
Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:
Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores
www.pedroejoaoeditores.com.br
13568-878 – São Carlos – SP
2025

Sumário

Apresentação **7**
Carolina Castellitti
Clara Carvalho de Lemos
Rafael Ângelo Fortunato
(Organizadores)

Educação ambiental crítica: breves reflexões propositivas de conteúdo e metodologias voltadas para a educação infantil do município de Teresópolis (RJ) **13**
Clara Ribeiro Trevia de Almeida
Thiago Ferreira Pinheiro Dias Pereira

Atividades extramuros como ferramenta pedagógica e de conservação patrimonial: um estudo de caso com estudantes do Curso de Formação de Professores do Colégio Estadual Euclydes da Cunha **57**
Flávia Azevedo Corrêa da Silva Faria
Marcela do Nascimento Padilha

Notas sobre racismo ambiental e território: uma análise sobre os bairros da Beira Linha e Fátima em Teresópolis, RJ **77**
Georgia Carvalho Silva
Gabriel de Sena Jardim

O território e a loucura: uma revisão sobre a desconstrução das práticas manicomiais **115**
Alessandra Carneiro Corguinha
Gabriel de Sena Jardim

Patrimônio histórico e cultural do Quartel Central do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro: uma discussão **145**
Rafael Pessanha Gois
Marcela do Nascimento Padilha

Desenvolvimento territorial no bairro Fischer – Teresópolis (RJ): uma análise exploratória **167**
Juliana Rosa Pimentel
Rafael Ângelo Fortunato

Turismo responsável com animais silvestres: Uma análise sobre o destino de Ilha Grande, Angra dos Reis (RJ) 195
Juliana Russo dos Santos
Gabriel de Sena Jardim
Clara Carvalho de Lemos

"Teresópolis é segura para parir?" Reflexões acerca do corpo, território e da violência obstétrica 221
Camilla Bonelli Marra
Paula Land Curi
Gabriel de Sena Jardim

Percepção da população de Teresópolis (RJ) em relação à preparação para desastres: uma análise da base de dados do projeto de extensão "Proteger Teresópolis" 243
Roberta Montello Amaral
Clara Carvalho de Lemos

A Etnomatemática como instrumento para o desenvolvimento da Agroecologia: uma análise exploratória no município de Teresópolis (RJ) 263
Raquel da Silva Abrantes
Rafael Ângelo Fortunato
Marcela do Nascimento Padilha

Análise das etapas de criação de uma Unidade de Conservação Municipal: um estudo de caso sobre o Refúgio da Vida Silvestre Municipal do Sucavão, Guapimirim (RJ) 285
Mayara Barroso de Faria
Wander de Souza Dias Guerra
Clara Carvalho de Lemos
Jorge Luiz do Nascimento

O bairro do Alto, em Teresópolis/RJ: Um debate sobre as territorialidades vistas através do patrimônio arquitetônico e a acelerada transformação da sua paisagem 307
Cláudio Rogério da Silva Dutra
Marcela do Nascimento Padilha

Sobre os autores 333

Apresentação

Este livro é resultado das pesquisas desenvolvidas no curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, realizadas por uma turma de estudantes formados em 2024, em diálogo com suas orientadoras e orientadores. Com formações disciplinares diversas, os autores assumiram o desafio de analisar criticamente problemáticas empíricas específicas, valendo-se de ferramentas conceituais comprometidas com a compreensão das dinâmicas territoriais em diferentes escalas geográficas. Assim, saberes oriundos da pedagogia, do serviço social, da geografia, da psicologia, das ciências econômicas, do turismo, da biologia e das ciências ambientais são colocados em diálogo para refletir sobre questões que afetam determinados territórios do Estado do Rio de Janeiro e para pensar possíveis caminhos de solução.

Mais do que um palco, o território é entendido aqui como um ativo social, dinâmico e repleto de contradições, onde se travam relações de poder, constroem-se identidades e se desenham possibilidades de desenvolvimento. Para dar concretude a essa análise, os estudos reunidos concentram-se majoritariamente na cidade serrana de Teresópolis (sede do Campus da UERJ onde se desenvolve a pós-graduação), estendendo o olhar também ao vizinho município de Guapimirim, à Ilha Grande e à capital do Estado, o Rio de Janeiro. Esses locais, com sua rica biodiversidade, herança cultural e desafios socioambientais, oferecem um campo fértil de investigação e permitem iluminar a complexidade inerente aos processos territoriais.

Desde e para além do território, os capítulos dialogam com quatro grandes questões do mundo contemporâneo: o meio ambiente, a educação, o patrimônio e a cultura. Mas não o fazem de forma compartimentada, isolando determinados aspectos da complexidade em que esses temas se apresentam nos territórios. Pelo

contrário, meio ambiente e educação, patrimônio e cultura, meio ambiente e cultura, patrimônio e educação são aqui cruzamentos, camadas e superposições possíveis, sempre em movimento.

Assim, no primeiro capítulo, Clara Ribeiro Trevia de Almeida e Thiago Ferreira Pinheiro Dias Pereira recuperam as contribuições da educação ambiental sob uma perspectiva crítica e transformadora, propondo um estudo de caso do Projeto Escola Permacultural desenvolvido em escolas públicas da periferia da cidade do Rio de Janeiro e municípios da Baixada Fluminense. A partir das práticas educativas e da reflexão sobre o papel da escola na formação de sujeitos ecológicos, o capítulo busca caminhos para fortalecer a relação entre comunidade, território e sustentabilidade. Em seguida, Flávia Azevedo Corrêa da Silva Faria e Marcela do Nascimento Padilha voltam-se ao Turismo Pedagógico como instrumento de apropriação do território, acompanhando uma atividade extramuros no Parque Nacional da Serra dos Órgãos, com estudantes do Curso de Formação de Professores do Colégio Estadual Euclydes da Cunha. Ao analisar as etapas da atividade, a percepção dos participantes e os desafios de sua implementação, o capítulo evidencia como a vivência em campo pode ampliar a compreensão do espaço e contribuir para a formação cidadã.

O terceiro capítulo, de autoria de Georgia Carvalho Silva e Gabriel de Sena Jardim, mergulha no conceito de racismo ambiental para se debruçar sobre um conflito socioambiental marcado pela segregação socioespacial em Teresópolis. Ao investigar particularidades raciais e sociais desses territórios, bem como seus impactos sobre moradia, mobilidade e meio ambiente, o estudo busca compreender os critérios que estruturam a desproteção social e orientam a implantação de empreendimentos imobiliários e comerciais na cidade. Desde o campo da saúde, onde Alessandra Carneiro Corguinha atua, e junto ao seu orientador, Gabriel de Sena Jardim, no quarto capítulo acessamos uma análise da implementação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e das Residências Terapêuticas em Teresópolis, no bojo da Reforma Psiquiátrica no Brasil. O estudo, baseado em robusta revisão da

bibliografia, ergue-se como um primeiro passo para promover reflexões acerca do status social da loucura e do território, contribuindo para a inclusão das pessoas com transtornos mentais em uma sociedade fortemente marcada pela estratificação social.

A continuação, também inspirado em sua atuação profissional, Rafael Pessanha Gois, junto a sua orientadora Marcela do Nascimento Padilha, abordam as multiterritorialidades presentes no Quartel Central do Corpo de Bombeiros, compreendendo-o não apenas como um espaço militar-administrativo, mas como um território plural, histórico e carregado de significados. Com consulta a fontes históricas e realização de entrevistas, os autores indagam os saberes existentes sobre o valor patrimonial do espaço e sublinham as potencialidades do turismo pedagógico no local. No sexto capítulo, Juliana Rosa Pimentel e Rafael Ângelo Fortunato realizam um estudo de desenvolvimento territorial do bairro Fischer, em Teresópolis (RJ), analisando os impactos socioambientais de um incêndio ocorrido no lixão local em junho de 2023. Ao refletir sobre justiça socioambiental, o capítulo aponta possibilidades de alternativas emancipatórias para o desenvolvimento local.

Deslocando-nos para a região da Costa Verde, no sétimo capítulo, Juliana Russo dos Santos, Gabriel de Sena Jardim e Clara Carvalho de Lemos abordam as potencialidades do turismo como ferramenta para a conservação da biodiversidade, com ênfase no bem-estar animal. Dialogando com os conceitos de turismo sustentável, desenvolvimento sustentável e ecodesenvolvimento, o estudo destaca o potencial dessas práticas para promover sensibilização e fomentar o desenvolvimento local. A contribuição seguinte parte de um provocativo interrogante: Teresópolis é segura para parir? Nele, também em diálogo com o campo da saúde, Camilla Bonelli Marra, Paula Land Curi e Gabriel de Sena Jardim apresentam os resultados de uma pesquisa sobre a experiência do parto no município, evidenciando múltiplas formas de violência, chamando a atenção para a urgência de mudanças nas práticas de cuidado.

O nono capítulo, de autoria de Roberta Montello Amaral e Clara Carvalho de Lemos, reúne dados provenientes do projeto de extensão "Proteger Teresópolis", do Centro Universitário Serra dos Órgãos (Unifeso), analisando como moradores de diferentes áreas de risco compreendem a temática da preparação para desastres. Ao comparar percepções e conhecimentos, o capítulo contribui para o debate sobre gestão de riscos e políticas de prevenção. Na interseção entre educação, território e médio ambiente, o décimo capítulo apresenta um estudo inspirado na Etnomatemática para compreender como agricultores agroecológicos utilizam e elaboram conhecimentos matemáticos em suas práticas cotidianas. De autoria de Raquel da Silva Abrantes, Rafael Ângelo Fortunato e Marcela do Nascimento Padilha, a pesquisa, realizada na Feira Agroecológica de Teresópolis, mostra como saberes locais podem fortalecer a agricultura familiar e contribuir para a sustentabilidade ambiental e econômica.

No décimo capítulo, Mayara Barroso de Faria, Wander de Souza Dias Guerra, Clara Carvalho de Lemos e Jorge Luiz do Nascimento apresentam um estudo sobre a criação do Refúgio de Vida Silvestre Municipal do Sucavão (REVIS Sucavão), em Guapimirim. A partir da análise dos procedimentos técnicos e administrativos que culminaram no decreto de criação da unidade de conservação, o capítulo ilumina os critérios, as escolhas e os desafios envolvidos na construção de políticas municipais de proteção ambiental. Procedimentos técnicos e administrativos, ou a ausência ou demora dos mesmos, também entram em jogo no último capítulo, ao propor um debate sobre as territorialidades vistas através do patrimônio arquitetônico e a acelerada transformação da sua paisagem. Nele, Cláudio Rogério da Silva Dutra lança mão de sua experiência na Comissão de Patrimônio Histórico de Teresópolis e no Conselho Municipal de Políticas Públicas do município para, junto a sua orientadora, Marcela do Nascimento Padilha, examinar alguns imóveis catalogados e não catalogados de interesse histórico no bairro do Alto em Teresópolis, avançando com proposições algumas proposições para a

conservação do patrimônio. Nesse sentido, os autores apontam a importância da cooperação técnica entre instituições de cultura e do turismo para conquistar iniciativas como criação de uma Zona Especial de Patrimônio Artístico e Cultural.

Reunidos, esses capítulos revelam a potência do pensamento crítico situado e do diálogo interdisciplinar para compreender e transformar realidades territoriais diversas. Ao articular diferentes escalas, saberes e experiências, este livro convida o leitor a percorrer caminhos que começam no território, mas dele transbordam, iluminando desafios estruturais e possibilidades de ação. Esperamos que as reflexões aqui apresentadas inspirem novos olhares, provoquem debates e contribuam para a construção de práticas mais justas, sensíveis e comprometidas com o desenvolvimento territorial em suas múltiplas dimensões. Que esta leitura seja, assim, um convite ao encontro – com os territórios, com seus sujeitos e com as perguntas que deles emergem.

Carolina Castellitti
Clara Carvalho de Lemos
Rafael Ângelo Fortunato
(Organizadores)

Educação ambiental crítica: breves reflexões propositivas de conteúdo e metodologias voltadas para a educação infantil do município de Teresópolis (RJ)

Clara Ribeiro Trevia de Almeida
Thiago Ferreira Pinheiro Dias Pereira

1. Introdução

A crise socioambiental vigente, caracterizada pela degradação ambiental e pelo aumento das desigualdades sociais, está profundamente enraizada em um modelo de desenvolvimento que prioriza o crescimento econômico, o consumismo e a exploração desenfreada dos recursos naturais. Esse modelo, fundamentado em paradigmas antropocêntricos e em uma visão de mundo cartesiana, individualista, consumista e voltada à concentração de riqueza, leva o ser humano a se sentir cada vez mais desconectado do todo. Isso criou condições para o surgimento de relações de dominação e exploração, tanto em relação à natureza quanto entre os próprios seres humanos (GUIMARÃES, 2007).

Considerando que a crise socioambiental resulta das contradições inerentes ao modelo de sociedade dominante e seus paradigmas, a superação das condições atuais – marcadas por ciclos viciosos de desperdício e escassez, moldados pela lógica de acumulação e expansão do capital – exige uma intervenção significativa na educação (Mészáros apud LOUREIRO et al., 2009). Quando falamos de intervenção, é preciso destacar que esta deve ser capaz de contribuir para o processo de transformação da realidade e, nesse contexto, a práxis da educação possui o potencial de transformar profundamente nossa maneira de pensar, de sentir, de viver e de educar integralmente os sujeitos sociais (TIRIBA, 2010).

Diante desse cenário de crise, a Educação Ambiental (EA) surge como uma ferramenta essencial para transformar a percepção e a

relação do ser humano com a natureza. A EA, segundo Loureiro (2007), deve promover uma reconexão entre seres humanos e o meio ambiente, incentivando uma visão crítica das causas socioambientais e questionando o paradigma desenvolvimentista que prioriza o lucro em detrimento da sustentabilidade. O papel da EA, portanto, vai além de ensinar práticas ecológicas, buscando, de forma mais ampla, desenvolver uma consciência crítica que reconheça as implicações sociais, políticas e econômicas das questões ambientais (CARVALHO, 2004).

Nas escolas, a EA desempenha um papel crucial na formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a sustentabilidade. Entretanto, conforme Tiriba (2010), muitas práticas educativas ainda reproduzem uma visão de mundo que separa a cultura e a natureza, desconsiderando a interdependência dos sistemas vivos. Para reverter essa situação, é fundamental que as práticas pedagógicas integrem a dimensão ambiental à formação ética e cidadã, promovendo uma visão de respeito e cuidado com o planeta. A EA deve ser política no sentido de formar cidadãos capazes de exigir justiça social e ambiental, promovendo a construção de uma sociedade mais justa e sustentável (TIRIBA, 2010).

Com o intuito de contextualizar o cenário educacional e as políticas públicas vigentes, mas também evidenciar os desafios e as oportunidades enfrentadas na implementação da Educação Ambiental nas escolas do município de Teresópolis, apresenta-se a seguir uma análise crítica que fundamenta nossa investigação, permitindo uma reflexão aprofundada sobre como a EA pode ser efetivamente integrada ao currículo escolar, promovendo uma conscientização ambiental que transcenda a superficialidade dos projetos isolados ou de perspectivas conservacionistas.

O objetivo geral deste trabalho consiste em discutir a educação ambiental, a partir de uma perspectiva crítica e transformadora. Como objetivos específicos destacam-se: analisar a educação ambiental crítica que se manifesta no estudo de caso do Projeto Escola Permacultural; e desenvolver uma proposta de programa de

educação ambiental crítica para aplicação nas escolas municipais de Teresópolis (RJ).

Em termos metodológicos, em um primeiro momento foi desenvolvida uma revisão bibliográfica sobre temas como: as relações ser humano- natureza historicamente estabelecidas; o contexto histórico e filosófico da crise socioambiental vigente; o contexto mundial e nacional sobre a EA, suas diversas correntes e quais são seus desdobramentos no ambiente escolar, principalmente na perspectiva crítica e transformadora. Em um segundo momento, a pesquisa priorizou analisar a EA Crítica manifestada no Projeto Escola Permacultural, bem como o desenho de propostas de ações e atividades de EA Crítica para aplicação nas escolas municipais de Educação Infantil de Teresópolis (RJ). A análise foi guiada pelos princípios da EA Crítica, utilizada como referencial teórico na busca por compreender como as ações realizadas no Projeto Escola Permacultural poderiam ser aplicadas de maneira mais ampla e transformadora nas escolas municipais de Educação Infantil de Teresópolis.

2. Revisão bibliográfica

2.1. Um breve histórico da educação ambiental no Brasil e no mundo

Em um contexto global, tem-se como o primeiro registro de preocupação ambiental mundial a reunião de 1968, em Roma, na qual cientistas discutiram temas sobre o consumo e as reservas de recursos naturais não renováveis. Como consequência deste encontro, em 1972 ocorreu a Conferência das Nações sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo, e a EA aparece então como uma solução estratégica de mitigação. Em resposta às recomendações da Conferência de Estocolmo, em 1975, A UNESCO promoveu em Belgrado (Iugoslávia) um Encontro Internacional em EA, onde criou o Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA, que formulou uma EA continuada, multidisciplinar, contextualizada e voltada aos interesses nacionais. Ainda na

década de 70, em 1977, na Conferência de Tbilisi na Geórgia (ex URSS), as discussões sobre a EA geraram a Recomendação 96, que colocava, entre outras coisas, a necessidade do trabalho de educação em questões ambientais, apontando novamente um caráter interdisciplinar (Sorrentino 1998 apud JACOBI, 2003).

No Brasil, no entanto, a EA surge tardiamente e começou a se consolidar nas décadas de 1970 e 1980, como um campo complexo e diversificado, moldado por uma variedade de atores e setores sociais. Do ponto de vista político e institucional, o Brasil passava por um período autoritário iniciado com o Golpe Militar de 1964 (LIMA, 2009). Como consequência desse contexto autoritário, a EA no Brasil, em suas fases iniciais, foi marcada por uma visão dominante conservacionista, tecnicista e apolítica, embora outras expressões também existissem. Loureiro (2004) aponta que, nesse cenário, a EA foi integrada aos setores governamentais e científicos voltados para a conservação de recursos naturais, com uma abordagem fortemente comportamentalista e técnica, focada no ensino de ecologia e na resolução de problemas específicos. Essa tendência, que ainda se faz presente em discursos de empresas e meios de comunicação de massa, trata a EA como um campo de ensino de conteúdos biológicos e de transmissão de condutas ecologicamente corretas, abordando a necessidade de mudanças apenas como algo de responsabilidade de comportamento individual (LOUREIRO, 2007). Essa concepção é chamada de EA conservadora (GUIMARÃES, 2004), e se caracteriza por não associar as ações de cada indivíduo na sociedade com as condições políticas e históricas (LOUREIRO, 2007).

A ação do governo brasileiro nesse período foi marcada pela criação de órgãos de gestão ambiental, como a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), em 1973, e a formulação de políticas públicas que começavam a considerar a necessidade de proteção ambiental, ainda que de forma incipiente e muitas vezes subordinada aos interesses econômicos. A apropriação política das práticas por parte de órgãos e secretarias acabaram por configurar a EA no país como uma área institucionalizada, reduzida à reflexão

funcionalista, de caráter informativo e extremamente conservador em suas práticas pedagógicas, exclusivamente voltadas para ciências e ecologia. O contexto político que se desenhava no país naquele momento era de enorme repressão e censura, com movimentos sociais completamente desarticulados e oprimidos.

A esfera social, que confere à EA uma prática pedagógica integral, veio a se consolidar muito mais tarde. Com o fim da ditadura militar e o retorno à democracia em 1985, o Brasil passou por um processo de redemocratização que abriu espaço para uma maior participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas. Além do retorno de exilados políticos que se envolveram com o movimento ambientalista no exterior, a luta dos seringueiros em conjunto com indígenas e agricultores tradicionais no Norte do país, com a liderança de Chico Mendes, foi um marco na história do ambientalismo brasileiro (Almeida, 2004 apud MARTINS et. al., 2021). Foi somente no ano de 1988, que a EA passou a ser incorporada oficialmente pela constituição e por órgãos governamentais. A promulgação da Constituição Federal representou um marco significativo, pois incluiu pela primeira vez o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito fundamental de todos os cidadãos, e determinou que o poder público e a coletividade têm o dever de defendê-lo e preservá-lo (LIMA, 2009). Esse dispositivo constitucional abriu caminho para o desenvolvimento de políticas ambientais mais robustas e participativas e, enfim, ao longo das décadas que se seguiram, a EA passou a ser um campo bastante complexo, marcado por inúmeras decorrências no movimento ambientalista.

Em 1992 ocorreu no Rio de Janeiro a Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, conhecida como ECO-92, que finalmente consolidou o Brasil como um importante ator nas discussões ambientais globais. Esse evento reforçou a necessidade de uma EA mais ampla e integrada, que fosse além da conservação dos recursos naturais e incluísse aspectos sociais e culturais. Dentre os muitos documentos resultantes desta Conferência, a Agenda 21 promovia a educação e conscientização pública como um dos seus

objetivos principais. E, em paralelo ao evento, a sociedade civil organizada através de ONG's realizou o Fórum Global, um evento que publicou o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*, que reconhecia o papel central da Educação Ambiental como processo orgânico e traçava diretrizes de um plano de ação social (LIMA, 2009).

O marco legal mais significativo para a EA no Brasil foi a Lei nº 9.795/1999, que instituiu a *Política Nacional de Educação Ambiental* (PNEA) e tornou finalmente a EA um importante componente do fazer educativo nas escolas brasileiras. Essa lei definiu a EA como um componente essencial e permanente da educação nacional, determinando sua inclusão em todos os níveis e modalidades do ensino formal e não formal.

2.2. Educação ambiental crítica

Referenciando Layrargues e Lima (2014), podem-se identificar três macrotendências da EA: a conservacionista, a pragmática e a crítica. A conservacionista possui grande influência da ecologia e se embasa na mudança de comportamento individual; enquanto a pragmática alinha a visão do desenvolvimento sustentável a uma ótica neoliberal, baseando-se no consumo, na responsabilidade socioambiental de empresas e nos títulos de certificação. Ainda de acordo com estes autores, as macrotendências conservacionista e pragmática fazem parte de uma mesma linhagem ideológica, que não incorpora as dimensões social e política à perspectiva ambiental. Dessa maneira, as duas macrotendências se alinham à perspectiva conservadora da EA (GUIMARÃES, 2004). A terceira macrotendência, a crítica, por sua vez, pensa a EA a partir de uma problematização politizada e contextualizada da discussão ambiental (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

A EA crítica entende a vertente conservacionista como demasiadamente pragmática, uma vez que impõe um paradigma hegemônico ao tratar o ser humano como uma unidade genérica, causador e vítima da crise ambiental, sem considerar seu contexto e

dimensão política, social e cultural. Essa vertente opta então por não se colocar alheia aos contextos e complexidades. Assim, se posiciona e usa seus recursos de visão de mundo ampliada para contribuir com ferramentas pedagógicas emancipatórias, transformadoras e populares. Sem cair em um discurso que culpabiliza o indivíduo (descolando-o do meio social do qual faz parte e produz), problematiza o pensamento conservador, segundo o qual todos são igualmente responsáveis e vítimas da crise ambiental.

A EA crítica é uma forma de destacar a própria educação como um processo que está atento a complexidades e contextos, e comprometido com a autonomia, a emancipação e a ação. Loureiro e Layrargues (2013), descrevendo a EA Crítica, sinalizam que não há como dissociar a perspectiva social da perspectiva ambiental:

> Essa tendência traz então uma abordagem pedagógica que problematiza os contextos societários em sua interface com a natureza. Por essa perspectiva, definitivamente não é possível conceber os problemas ambientais dissociados dos conflitos sociais; afinal, a crise ambiental não expressa problemas da natureza, mas problemas que se manifestavam na natureza. A causa constituinte da questão ambiental tem origem nas relações sociais, nos modelos de sociedade e de desenvolvimento prevalecentes (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013, p. 68).

No entanto, a perspectiva conservadora de educação (e da EA), é ainda predominante nas escolas brasileiras. Uma educação nomeada por Paulo Freire (2014) como uma "educação bancária", que segue os padrões da educação tradicional e hegemônica baseando-se em uma transmissão de conhecimentos e informações de maneira unidirecional, do professor para o estudante, que é tido exclusivamente como um receptor do conhecimento, com fortes bases cientificistas, reforçando valores individualistas e fragmentários (GUIMARÃES, 2012). Ainda segundo Guimarães (2012), um dos fatores que sustenta esse modelo repetidamente é a "armadilha paradigmática", que consiste no fato de que os professores, mesmo quando bem-intencionados e motivados a

inserir as questões ambientais em suas práticas, possuem dificuldades em identificar a complexidade da problemática e tornam-se incapazes de fazer diferente, devido aos paradigmas existentes na sociedade moderna (GUIMARÃES, 2012).

A ausência dessa visão e pensamento crítico acerca das questões socioambientais atuais pode gerar ações ingênuas por parte dos professores, e, consequentemente dos estudantes, o que compromete o exercício pleno da cidadania (GUIMARÃES, 2012) e a sua inserção no mundo, como sujeitos transformadores (FREIRE, 2013). Freire (2013) propõe uma nova perspectiva do educador, com o papel de mediar a construção social de conhecimentos inseridos na vida. Educando e educador se educam entre si, mediatizados pelo mundo e suas histórias.

Nesta perspectiva, a escola é um espaço de grande importância para o desenvolvimento da EA, uma vez que está diretamente inserida na formação pessoal e possui grande contato com a comunidade local (MASSONI, 2015). Contudo, diversos autores chamam atenção para a maneira como esta é desenvolvida, e problematizam não só a EA como outras diversas instâncias da educação que se fundam na pura transmissão da informação, através de um processo mecânico e verticalizado do professor para o aluno (MASSONI, 2015).

Essas proposições críticas nos convidam a sempre considerar as diversas relações políticas, ideológicas e econômicas existentes no contexto que se analisa. Sendo assim, torna-se impossível falar sobre conservação ambiental, sem levar em conta os processos que levaram a atual situação de degradação; nem em mudanças de comportamentos, sem analisar o contexto de vida de cada indivíduo e suas reais possibilidades de fazer escolha; ou ignorar suas culturas, e formas particulares de interação de cada sociedade, comunidade ou população com a natureza (LOUREIRO, 2006).

A EA desenvolvida de forma crítica e contextualizada com o território no qual emerge, apresenta as questões ambientais de forma politizada, sendo pensadas com a sociedade e a cultura local (LAYRARGUES; LIMA, 2014). A Educação, que se aproxima da

realidade socioambiental dos envolvidos e que abre os olhos para as demandas do entorno, torna-se um processo significativo de troca e crescimento. A EA preza, portanto, por relações saudáveis e justas.

Com origem nos ideais emancipatórios e democráticos do pensamento crítico, a EA Crítica de Loureiro (2006) é escolhida como referencial teórico ao longo desta pesquisa, por sua capacidade de integrar questões sociais, políticas e ambientais, na busca por soluções transformadoras. Loureiro (2006) destaca a importância de uma educação que capacite os indivíduos para questionar as normas estabelecidas e lutar por mudanças estruturais.

2.3. Educação ambiental nas políticas públicas de Teresópolis (RJ)

Teresópolis é um município da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, localizado no topo da Serra dos Órgãos e circundado por florestas de Mata Atlântica. A cidade está localizada a apenas 90 quilômetros da capital e, do seu território de 773,338 km2 (IBGE, 2022), apenas 11,3 km2 estão em perímetro urbano. A 871 metros acima do nível do mar, a cidade possui clima ameno e uma população estimada de 165.123 habitantes (IBGE, 2022). Teresópolis faz parte do cinturão verde do Rio de Janeiro, sendo o maior produtor de hortaliças do estado, produção desenvolvida em grande parte na forma de agricultura familiar.

Existem três Unidades de Conservação (UC) de proteção integral em seu território (Figura 1), o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Parnaso), o Parque Estadual dos Três Picos (PETP) e o Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis (PMMT). Estas Unidades de Conservação juntas, compreendem uma significativa área do município e contribuem para a importância de políticas e práticas de EA voltadas à conservação.

A EA é uma ferramenta essencial para a promoção da sustentabilidade e da conscientização ecológica, especialmente em cidades com grande riqueza ambiental, como Teresópolis. Nas últimas décadas, a cidade enfrentou desafios relacionados à

urbanização e ao turismo, que impactaram diretamente as áreas naturais protegidas. De acordo com o IBGE (2022), Teresópolis teve um aumento populacional nos últimos anos, o que pressiona ainda mais as áreas naturais e ressalta a importância da EA para garantir o uso sustentável desses recursos naturais.

A Lei Orgânica de Teresópolis (Teresópolis, 1990), apesar de estabelecida pouco tempo após a Constituição Federal impor, em seu artigo 225/inciso VI, o dever de promover EA em todos os níveis de ensino, parece não demonstrar muito interesse em demarcar a EA como uma política presente e afirmativa. Como destaca Luciano Magalhães (2014) em sua pesquisa:

> A Lei Orgânica de Teresópolis (TERESÓPOLIS,1990) dentre os seus duzentos e vinte e seis artigos assinala uma única vez a palavra "educação ambiental". Tal registro, feito no art. 201, § 1º, inciso VI, é na verdade uma cópia literal do art. 225, § 1º, inciso VI da Constituição Federal (BRASIL, 1988) (MAGALHÃES, 2014, p.102).

No ano de 2006, foi promulgada a lei complementar n.79 que dispôs sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Teresópolis. Apesar de se tratar de uma política de sustentabilidade, assim como na Lei Orgânica, seu texto menciona o termo EA uma única vez. Nele, registra a "promoção da Educação Ambiental, em todos os níveis, para toda a população" como uma das estratégias de desenvolvimento sustentável do município. No entanto, dezoito anos após essa disposição de 2006, ainda não se instituiu nenhuma complementação legal para o Plano Diretor da Cidade. Essa desatualização de um documento que orienta o crescimento ordenado da cidade, definindo zonas de uso do solo e a infraestrutura necessária, além de ser inconstitucional, só pode ser vantajoso para aqueles que se beneficiam do crescimento desordenado, da expansão em áreas protegidas e da especulação imobiliária. Um plano diretor desatualizado abre brechas para o risco de expansão descontrolada, resultando em ocupações

irregulares, áreas com falta de infraestrutura e bairros sem acesso a serviços essenciais, como saúde e educação.

De acordo com a Lei Orgânica de Teresópolis (TERESÓPOLIS, 1990), o município deve garantir o padrão de qualidade da educação através da elaboração do Plano Municipal de Educação, atribuição da Secretaria Municipal de Educação em parceria com o Conselho Municipal de Educação. Assim como o Plano Diretor, esta é mais uma política pública negligenciada na história do município. Segundo Magalhães (2014), o último Plano de Educação encontrado referia-se ao período de 1997 a 2000, não tendo até os anos de 2012 e 2014 nenhuma outra publicação em lei. Somente em 2016 uma atualização foi aprovada pela Câmara Municipal e, ainda que mais recente, novamente apresentava em seu texto a palavra "educação ambiental" apenas uma única vez, apontada como a vigésima estratégia da meta 8, que se refere ao aumento do tempo de escolaridade média "para as populações do campo, das regiões de menor escolaridade e maior pobreza no município" (TERESÓPOLIS, 2023).

Segundo Lamosa (2011), a educação ambiental se inseriu na administração da Secretaria Municipal de Educação, entre os anos de 2005 e 2009, por meio da subsecretaria de Educação para o Campo, em uma proposta organizada em um documento intitulado "Um novo olhar sobre a educação do campo" (SME, 2005). Essa contextualização nos ajuda a compreender o Plano Municipal de Educação vigente e os motivos da EA ser exclusivamente apontada como uma estratégia voltada para a população do campo, embora demonstre também o quão desatualizada é essa abordagem, que permanece a mesma duas décadas depois.

Essa postura limitada e focalizada vai em sentido contrário ao da universalização da EA, tão reforçada na Constituição Federal de 1988 como um elemento crucial para a qualidade de vida ambiental. Nela, o Estado é incumbido da responsabilidade de "promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente" (art.

225, §1º, inciso VI). Embora a lei reafirme o direito de todo cidadão brasileiro à educação ambiental, comprometendo os sistemas de ensino a oferecê-la no contexto da educação formal, a presente análise conclui que essa ainda não é uma realidade nas escolas do município de Teresópolis.

Em 2011, meses após a maior catástrofe socioambiental vivida no município foi instituída a Política Municipal de Educação Ambiental (PME) e criado o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental (GTEA) através da Lei nº 3017 (Teresópolis, 2011). No entanto, o cumprimento da Lei da Política Municipal (Teresópolis, 2011) depende de uma regulamentação do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental, com criação e nomeação dos membros. Essa regulamentação só ocorreu em março de 2022, deixando engavetada a Política Municipal de EA por mais de uma década.

Finalmente, em 2023, nasce o Programa Municipal de Meio Ambiente - ProMEA de Teresópolis, um documento construído a partir da PMEA (TERESÓPOLIS, 2011) que apresenta diretrizes e metas, objetivos e linhas de ação para a EA no município. Diferente dos outros instrumentos de políticas públicas voltadas ao meio ambiente vistos até então neste estudo, o documento parece ter sido construído de maneira bastante participativa. Começou a ser elaborado em 2021, através das discussões da Câmara Técnica do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), e gerou um texto-base. Durante o ano de 2022, quando o Decreto 5.712 e a Portaria GP nº618 foram promulgados, o texto foi formalizado pelos então nomeados membros do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental (GTEA) e foram realizados encontros de consultas públicas, nos quais foram incluídas sugestões de representantes das universidades, ambientalistas, movimentos sociais, associações de moradores, secretarias municipais, conselhos municipais e representantes da Unidades de Conservação do município.

Analisando, então, este decreto sob a ótica da vertente crítica da EA, tornam-se bastante notáveis os avanços em direção a uma formação cidadã e o potencial transformador das diretrizes

propostas, ao integrar a educação ambiental às dimensões sociais e políticas de meio ambiente. No entanto, é preciso pontuar que para que essa política alcance seu potencial transformador, sua implementação deve ir além da teoria, concretizando-se em práticas pedagógicas que permitam a emancipação social e ambiental no município.

2.4. A educação ambiental nas escolas de Teresópolis

Na dissertação de mestrado de Rodrigo Lamosa (2011), há 14 anos atrás, foi feita uma análise crítica sobre a inserção da EA nas escolas públicas de Teresópolis. Lamosa (2011) parte da referência de projetos de EA desenvolvidos por iniciativas privadas e a relação entre este processo e as políticas públicas educacionais de EA. Lamosa (2011) investigou como a EA foi incorporada nas escolas municipais, destacando que, embora houvesse um movimento crescente de reconhecimento da importância da EA, sua implementação enfrentava diversos desafios. Um dos principais problemas identificados foi a superficialidade com que a EA era tratada nas instituições escolares, muitas vezes limitada a eventos pontuais ou projetos isolados. Esses projetos, comumente, eram resultado de parcerias com empresas privadas e de políticas de responsabilidade social, o que, segundo o autor, não contribuía para um processo crítico e contínuo de conscientização ambiental, mas sim para a reprodução de uma lógica de consumo que beneficiava os interesses do capital (LAMOSA, 2011). Em suas palavras:

> Os projetos de educação ambiental empresarial ocorrem por meio do ideário da responsabilidade social e estão, como provou a pesquisa empírica nas escolas de Teresópolis, alheios aos problemas fundamentais da escola pública brasileira (LAMOSA, 2011, p.20).

A pesquisa, que se debruça também na análise dos processos hegemônicos relacionados à formação da sociabilidade, deixa

evidente que a implementação da EA nas escolas públicas precisa ser acompanhada de um debate sobre as condições dos trabalhadores da educação. Para serem compreendidos em sua complexidade, os desafios para incluir a EA no sistema educacional exigem compreensão dos contextos econômicos e políticos mais amplos. É necessário reconhecer que, além do engajamento dos educadores e alunos, a universalização da EA depende de políticas públicas e recursos adequados, evitando que a escola se torne um espaço dominado por interesses corporativos e privados (LAMOSA, 2011).

Em 2014, outro professor da rede municipal de Teresópolis, Luciano Magalhães (2014), se debruçou sobre a tarefa de pesquisar a inserção da EA na rede pública municipal de ensino de Teresópolis no contexto posterior à tragédia vivida nas chuvas do verão de 2011, anteriormente mencionado. Os resultados levantados pelo pesquisador destacaram uma série de desafios e lacunas. Os dados coletados através de questionários, enviados para as 94 escolas do município, mostraram que 50 dessas unidades responderam, com 24 das 33 escolas urbanas afirmando realizar atividades de EA, e 14 das 17 escolas rurais também desenvolvendo ações nessa área. No entanto, quanto à motivação do desenvolvimento de ações de EA, grande parte das escolas respondentes afirmaram que o início do trabalho com EA foi provocado pela "iniciativa de um professor ou de um grupo de professores isolado" (LAMOSA, 2011). Dessa forma, na contramão de Lamosa (2011), Magalhães (2014) demonstra uma diferença em relação ao que havia sido apresentado quatro anos antes, ao concluir que os projetos de EA das empresas estavam cada vez menos presentes nos estabelecimentos da rede pública de educação de Teresópolis.

Mas, apesar de uma porcentagem significativa de instituições declararem algum envolvimento com práticas de EA, tanto a pesquisa de Magalhães (2014) quanto a de Lamosa (2011) revelam uma predominância de abordagens conservadoras e pragmáticas, com pouca ênfase em uma educação transformadora e crítica.

Ambas as pesquisas também apontam que a maioria das escolas respondentes indicaram a opção "projetos" como a principal e única estratégia de desenvolvimento de EA; bem como, resultados significativos para "Lixo", "Reciclagem e coleta seletiva" e "Água" como principais temas propostos para os projetos, assuntos massivamente explorados por veículos de comunicação social, como revistas e *internet*, e que oferecem uma visão rasa, fragmentada e afastada da realidade socioambiental local.

Como assinalava Massoni:

> Em muitos casos em que se busca, mesmo que com boa intenção, desenvolver atividades reconhecidas como de EA, os educadores, imersos nos paradigmas da sociedade moderna, acabam realizando práticas pouco críticas, ou acríticas, fundadas nesses paradigmas (MASSONI, 2015, p.10).

Em uma prática educativa crítica, deve-se buscar que os sujeitos envolvidos – estudantes, professores e demais integrantes da comunidade escolar – alcancem a compreensão crítica da sua realidade, o que abre caminhos para a sua transformação. Nessa perspectiva, todos os atores envolvidos devem atuar em todas as etapas do projeto, desde o planejamento até a execução e avaliação (GUIMARÃES, 2012). Essa participação integral faz com que eles se identifiquem com todo o processo e se sintam sujeitos da sua própria história (FREIRE, 2014).

Além disso, Lamosa (2011) aponta que a inserção da EA nas escolas públicas de Teresópolis está vinculada a dificuldades estruturais, como a falta de recursos materiais e a ausência de formação continuada adequada para os professores. Em suas considerações finais, ele destaca que a efetiva implementação da EA depende da reestruturação curricular, da reorganização da carga horária docente e de políticas públicas que promovam a formação de educadores capacitados. Sua análise conclui que, sem uma articulação com as diretrizes pedagógicas das escolas e sem a participação ativa dos educadores e alunos, a EA tende a ser

fragmentada e limitada a ações pontuais, não contribuindo de maneira efetiva para uma transformação social e ambiental no contexto escolar (LAMOSA, 2011).

As informações apresentadas até esta seção não apenas contextualizam o cenário educacional e as políticas públicas vigentes, mas também evidenciam os desafios e as oportunidades enfrentadas na implementação da EA nas escolas do município de Teresópolis (RJ). Essa análise crítica é essencial, pois fundamenta a investigação que se segue, permitindo uma reflexão aprofundada sobre como a EA pode ser efetivamente integrada ao currículo escolar, promovendo uma conscientização ambiental que transcenda a superficialidade dos projetos isolados ou de perspectivas conservacionistas.

3. Resultados e discussão

Toma-se como pano de fundo e estudo de caso para esta reflexão a experiência vivenciada e observada na proposta pedagógica do Projeto Escola Permacultural (EP), conceitualizado e posto em prática pelo Instituto Permacultura Lab (IPL), uma organização não governamental (ONG), sem fins lucrativos, da qual um dos autores deste trabalho faz parte. A organização possui sede na cidade do Rio de Janeiro e desenvolve projetos de educação ambiental crítica, utilizando-se da Agroecologia e da Permacultura como base metodológica, em encontros semanais, dentro de escolas públicas da Zona Oeste do Rio de Janeiro.

3.1. A educação ambiental que se manifesta no Projeto Escola Permacultural

Com base na coleta de dados primários e secundários, inicia-se este estudo de caso com a apresentação do histórico, planejamento, objetivos, e metodologia do projeto, bem como a organização que o desenvolve.

O IPL foi fundado em 2017 e possui como missão a promoção de transformações socioambientais positivas e o fortalecimento de territórios do Sul global. Um de seus princípios é a atuação em rede e, dessa forma, o Instituto realiza projetos e pesquisas em articulação com organizações, coletivos e escolas, principalmente, nas áreas da permacultura, agroecologia e EA crítica. O Escola Permacultural (EP) foi o primeiro projeto concebido e posto em prática pela equipe do Instituto. Em 2019, a organização recebeu a certificação de Tecnologia Social do Instituto Banco do Brasil por sua "Metodologia Para Inserção Da Permacultura e Agroecologia em Escolas".

O EP é desenvolvido em escolas públicas da periferia da cidade do Rio de Janeiro e municípios da Baixada Fluminense. Desde 2018, o projeto já foi realizado no CIEP Raul Ryff, que se localiza no bairro de Paciência, no CIE Miecimo da Silva e CIEP Mário Quintana, localizados no bairro de Campo Grande, no Rio de Janeiro e no CIEP Cora Coralina, localizado no bairro Cidade dos Meninos, em Duque de Caxias. Todos esses colégios fazem parte da rede estadual de ensino e, por conseguinte, atendem a turmas do segmento do Ensino Médio, majoritariamente composta por jovens entre 15 e 18 anos. Todos estes espaços escolares possuem também uma estrutura física e curricular semelhantes à proposta de um CIEP (Centro Integrado de Educação Pública), portanto, possuem amplo espaço externo, regime integral de educação, e, além do ensino médio regular, o ensino médio técnico com cursos como os de edificações, administração e informática.

Em 2018, em seu primeiro ano de desenvolvimento no CIEP 312 Raul Ryff, o projeto foi incorporado ao currículo escolar da instituição por meio das disciplinas "Estudos Orientados" e "Projeto de Vida", uma proposta do programa Ensino Médio Inovador, criada pelo governo federal, em 2009, e voltada para o apoio e criação de novos currículos nos sistemas de ensino estaduais. Dessa forma, a implementação do projeto Escola Permacultural, com duração e periodicidade de um ano letivo, ganhando caráter de disciplina, só foi possível graças ao programa

acima mencionado e à estrutura e os princípios da educação integral, que ele preservava (MENEZES, 2024, p. 33).

Os objetivos gerais do projeto Escola Permacultural (EP) consistem em proporcionar o acesso à saberes teórico-práticos para a solução de problemas socioambientais contextualizados e, a partir disso, promover a autonomia dos estudantes. Isto se dá através de atividades que apresentem e provoquem um olhar sistêmico para sua realidade, assim como para tecnologias socioambientais que permitam a transformação dos paradigmas sociais nos quais estão inseridos; utilizando a escola como espaço de difusão destas práticas sustentáveis de baixo custo.

Como objetivos específicos do EP destaca-se:

- a garantia do acesso a uma educação de qualidade, por meio de pelo menos uma ação de formação continuada voltada para professores; e o desenvolvimento das atividades pedagógicas com os estudantes;

- o desenvolvimento de um programa pedagógico inovador de metodologia própria, porém aberta para livre reprodução em outros espaços de educação;

- a articulação entre escola e seu território, voltada para a transformação da realidade local, para além dos muros da sala de aula;

- o desenvolvimento de ferramentas e práticas para solução dos problemas socioambientais do entorno, por meio da agroecologia e da permacultura

- a produção de alimentos saudáveis (sem veneno), cultivados agroecologicamente no território escolar (MENEZES, 2024).

O projeto Escola Permacultural é um programa anual de educação ambiental crítica e transformadora, com periodicidade semanal em escolas públicas. Desta forma, é voltado para uma ação reflexiva e coletiva, contextualizando a realidade socioambiental que vai além das fronteiras da escola, proporcionando uma educação política, que contribui para a transformação da realidade individual e social de cada um, através da luta individual e coletiva (GUIMARÃES, 2007). A partir da abordagem dos amplos temas ligados à permacultura e agroecologia, são elaboradas discussões

teóricas e intervenções práticas no ambiente escolar, criando um laboratório vivo de experimentação e multiplicação de saberes. As atividades desenvolvidas buscam estimular reflexões sobre problemas socioambientais locais, bem como a colaboração, autonomia, capacitação e protagonismo dos estudantes para a resolução dos mesmos.

A permacultura manifesta-se como uma estratégia pedagógica utilizada no desenvolvimento do projeto EP por ser um campo que possui um caráter interdisciplinar, o qual dialoga diretamente com a perspectiva crítica da educação ambiental (MARTINS et al., 2021). Consiste em um método de design de paisagens, que busca a maior eficiência energética possível e o menor impacto ambiental. Além disso, é compreendida também como uma ciência, filosofia, ética e prática de design sustentável (GUERRA, 2022).

Integrar a permacultura às metodologias pedagógicas voltadas para o espaço de educação formal proporciona uma vivência prática transformadora, que ressignifica o espaço escolar e suas relações; permitindo uma visão crítica e interconectada do mundo. A agroecologia, por sua vez, pode ser entendida como uma ciência que fornece as bases ecológicas, metodológicas e técnicas para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável. Sendo assim, em uma abordagem agroecológica, a agricultura passa a ser uma tentativa de harmonizar as atividades humanas com os processos naturais de vida existentes em cada lugar.

A agroecologia se torna uma poderosa ferramenta de educação ambiental ao promover um resgate dos saberes tradicionais e sua união com saberes científicos, proporcionando o fortalecimento ambiental e sociocultural das comunidades e do agroecossistema simultaneamente (LEFF, 2002). Ao resgatar a cultura, a agroecologia transforma as relações sociais. Isso vai ao encontro dos princípios da EA crítica enquanto campo de produção de conhecimento e práxis, que apontam para a valorização dos saberes/fazeres dos agricultores em sua totalidade. A EA crítica, amparada pelas práticas da agroecologia no ambiente escolar, pode constituir uma praxe que incorpore a perspectiva dos sujeitos

sociais (MENEZES, 2024). Estabelecendo uma prática pedagógica contextualizada e crítica, se faz possível explicitar problemas estruturais da nossa sociedade, que são as causas do baixo padrão qualitativo de vida e da utilização do patrimônio natural como mercadoria (MARTINS et al. 2021).

Ainda como ferramenta pedagógica, a agroecologia, no contexto da EA crítica, pode também ser considerada uma integração das várias áreas do conhecimento, proporcionando uma praxe que contribua para a aproximação da escola com o processo da formação humana e das necessidades materiais da vida. A agroecologia convoca a um diálogo de saberes e intercâmbio de experiências; a uma hibridação de ciências e técnicas; a uma interdisciplinaridade (LEFF, 2002).

A Educação Popular, pode ser definida como uma educação que valoriza e reconhece o conhecimento popular, conhecimento este que emerge quando classes populares oprimidas pensam suas próprias realidades de forma crítica e organizam caminhos de transformação (Freire e Nogueira apud MENEZES, 2024). A inserção da agroecologia e da permacultura na escola, através de uma educação popular, tem o potencial de criar espaços horizontais, onde os estudantes são valorizados por seus saberes e singularidades e se percebem como parte integrante da comunidade escolar.

A estrutura metodológica do projeto Escola Permacultural se constitui nos referenciais dos conceitos acima citados de maneira transversal, durante todo o ano letivo. Embora a metodologia proponha atividades e objetivos claramente definidos, ela é flexível e pode ser adaptada ao contexto de cada território em que é aplicada. Isso assegura que as questões abordadas estejam em sintonia com a realidade local. Dessa forma, mesmo dividida em fases, as etapas são interdependentes, com os resultados de uma fase alimentando a próxima, promovendo um processo contínuo de aprendizado e desenvolvimento (MENEZES, 2024).

Conforme informações disponibilizadas na plataforma *online* da Fundação Banco do Brasil (em um banco de tecnologias sociais

certificadas), esta metodologia se desenvolve em três etapas. A primeira delas seria a fase de "diagnóstico participativo", onde ocorre um planejamento coletivo e a criação de espaços horizontais de diálogo. Nesta fase a proposta do projeto é apresentada à escola, envolvendo a direção e equipe pedagógica, para inseri-lo como disciplina na grade curricular.

A importância de que o projeto seja inserido no currículo se dá a fim de se preservar o papel social da escola em ampliar suas explicações dos fenômenos sociais, a partir do trabalho com os componentes curriculares. Guimarães (2004) afirma que a EA transversal nas escolas apresenta fragilidades, principalmente pela falta de integração formal com outras disciplinas e pelo despreparo de muitos professores para trabalhar esse tema em suas aulas. Como as matérias têm conteúdos obrigatórios a serem cumpridos, a EA acaba ficando em segundo plano, dificultando sua efetiva implementação. Isso ressalta a necessidade de uma abordagem mais estruturada para integrar a EA ao currículo escolar de forma eficiente e contínua. A existência de uma disciplina específica de EA não impede que o tema seja transversalizado em outras áreas, como prevê a Política Nacional de Educação Ambiental (1999). Assim, a disciplina específica pode atuar como uma facilitadora para que a EA seja abordada de forma contínua e abrangente em toda a escola, reforçando a importância da sustentabilidade em diversas perspectivas.

Afirmando a perspectiva da educação popular, as aulas são realizadas em formato de roda, promovendo a horizontalidade, criando um ambiente de contato visual, diálogo e construção de confiança entre todos os envolvidos (Martins et al., 2021) (Fig.1). A criação de espaços horizontalizados, substituindo o formato linear, visa evitar a hierarquização entre educadores e educandos, promovendo práticas mais abertas e progressistas. Segundo Freire (2013), a "circularidade" proporciona uma "reciprocidade de consciências", não há professor no sentido tradicional, mas um mediador, cuja função é fornecer informações solicitadas pelos participantes e criar um ambiente propício para a dinâmica do grupo.

A intervenção direta do mediador no diálogo é minimizada, permitindo que o aprendizado flua a partir das interações entre os participantes, promovendo uma troca ativa de saberes e experiências.

> Todos juntos, em círculo, e em colaboração, reelaboram o mundo e, ao reconstruí-lo, apercebem-se de que, embora construído também por eles, esse mundo não é verdadeiramente para eles. Humanizado por eles, esse mundo não os humaniza. As mãos que o fazem, não são as que o dominam. Destinado a liberá-los como sujeitos, escraviza-os como objetos (Freire, 2003, p.7).

Figura 1 – Discussão sobre problemáticas socioambientais locais, em formato de roda



Fonte: Arquivo Instituto Permacultura Lab, 2018.

Nesse mesmo sentido, na primeira fase, objetivando propor aos estudantes dimensões significativas de sua realidade, cuja análise crítica lhes possibilite reconhecer a totalidade de seu contexto, são desenvolvidas dinâmicas participativas que fazem uso de ferramentas da Permacultura e da Agroecologia para a identificação das demandas e problemas socioambientais locais. Alguns exemplos de dinâmicas muito utilizadas pelo IPL nessa fase

inicial da implementação da metodologia, registradas em relatórios de atividades e pesquisas (MENEZES, 2024; GUERRA, 2022), são o "Círculo da Insustentabilidade" e "Flor da Permacultura".

O "Círculo da Insustentabilidade" (MENEZES, 2024) é um mapeamento coletivo da realidade socioambiental dos jovens em seus territórios (Fig 2). Os estudantes escrevem em cartões o que consideram insustentável em suas vidas e os fixam no centro de um círculo desenhado em uma cartolina. Rapidamente, a quantidade de cartões excede o espaço do círculo, ilustrando a sobrecarga de situações não sustentáveis. Ao final, a leitura coletiva dos cartões revela as problemáticas socioambientais percebidas. Nos registros de relatórios analisados, foram encontradas temáticas como: racismo, homofobia, transporte público, disciplinas eletivas do Novo Ensino Médio, questões políticas do momento e até mesmo hábitos pessoais dos estudantes, ilustrando as dimensões pessoais e sociais.

Figura 2 – Resultado da atividade Círculo da Insustentabilidade



Fonte: Arquivo Instituto Permacultura Lab, 2024.

A “Flor da Permacultura” é uma ferramenta visual que ilustra a interseção de diversos setores da sociedade. Essa dinâmica provoca a reflexão sobre o contraponto do resultado do “Círculo da Insustentabilidade”, convidando os estudantes a preencherem as "pétalas" da flor com propostas de soluções para os problemas identificados anteriormente.

A fase dois da metodologia, se refere a “Implementação das aulas teórico-práticas”, os temas a serem desenvolvidos ao longo do ano são planejados em módulos temáticos, construindo uma investigação de soluções para o mapeamento da fase anterior, provocando a percepção crítica de sua realidade (FREIRE, 2013) através da aprendizagem participativa. O conteúdo é adaptado às necessidades de cada escola e território, contemplando o calendário letivo e a integração em atividades da comunidade escolar.

As atividades práticas propostas contribuem para a formação desses estudantes e transformam o espaço físico escolar em laboratórios vivos. Exemplos incluem a construção de composteiras e minhocários em aulas sobre resíduos, e a implementação de canteiros agroecológicos ou sistemas agroflorestais para temas como solos e alimentação saudável, a depender da disponibilidade de espaço da escola (MENEZES, 2024).

Ainda que as temáticas trabalhadas se organizem em módulos, há muitos assuntos que são desenvolvidos de maneira transversal nos conteúdos das aulas de outras disciplinas. Como destaca Menezes (2024), esta interdisciplinaridade deve ser contextualizada com a realidade dos estudantes, incentivando um olhar crítico para questões socioambientais de seus cotidianos da percepção. Essa percepção crítica de sua realidade é implicada pela aproximação do concreto, para assim desvelá-lo (FREIRE, 2013). O aprendizado prático oportuniza que os estudantes estejam aptos a realizar a implementação de diversas tecnologias sustentáveis, permitindo que eles desenvolvam soluções para os problemas socioambientais de seus territórios, auxiliando, portanto, no desenvolvimento sustentável da comunidade.

Nesse contexto, a fase três de implementação toma como estratégia o reconhecimento e valorização das potencialidades do território; com isso, o projeto opta por realizar saídas de campo e convidar educadores locais para as atividades (membros de organizações, coletivos, artistas e fazedores), promovendo a integração entre escola e território e o diálogo e construção de vínculos entre a cultura local e os saberes escolares. Esse aspecto se torna ainda mais significativo quando se trata de escolas públicas localizadas em territórios periféricos, comumente desvalorizados e não reconhecidos em sua diversidade sociocultural por se tratar de regiões urbanas expostas à precariedade de oferta de serviços públicos. Em consonância com os princípios de atuação em rede do IPL, o projeto, neste momento, se coloca em articulação com as redes locais voltadas a iniciativas agroecológicas, que estejam promovendo atividades socioambientais e culturais no território do entorno da escola em questão.

No exemplo das escolas atendidas entre os anos 2018 e 2024, em bairros da zona oeste do município do Rio de Janeiro e em Duque de Caxias, foram realizadas saídas de campo para sítios de agricultores urbanos, associações quilombolas, feiras agroecológicas e ocupações sociais, entre outros. Como educadores convidados, o projeto já recebeu agricultores, produtores culturais, yoginis, mestres de capoeira, quilombolas, erveiras, culinaristas, além de uma diversidade de parcerias resultantes de relações com o IPL e sugestões de professores e estudantes das unidades escolares envolvidas.

Embora a fase três apareça como uma fase final, ela acontece durante todo o projeto; o acompanhamento ativo dos resultados das atividades garante que o planejamento pedagógico permaneça vivo e adaptável às reais necessidades dos estudantes e da comunidade escolar. Dessa maneira, a avaliação qualitativa ocorre por meio de dinâmicas participativas de sondagem e questionários semiestruturados nos primeiros encontros do ano, ao final do primeiro semestre e ao final do ano, a fim de realizar uma avaliação

acerca dos conhecimentos e (re)conhecimentos adquiridos pelos estudantes ao longo do período de realização do projeto.

Adota-se um sistema de avaliação e sondagem em diferentes momentos. No início do primeiro semestre, objetiva-se avaliar o conhecimento prévio dos estudantes sobre os grandes temas que serão abordados. Ao final do primeiro semestre, avalia-se a transformação e o envolvimento dos estudantes com as vivências e aprendizagens. Nos últimos encontros do ano letivo, a avaliação final busca mensurar o conhecimento adquirido através de todas as atividades e experiências. As sondagens ocorrem através de uma escala de conhecimento sobre diversos temas, ilustrada por círculos, que vão do "nunca" ao "sempre". Essa avaliação pode ser realizada em papel ou em formato de constelação, sugerindo que os estudantes se posicionem no espaço de acordo com as escalas. Os questionários são constituídos de perguntas sobre dados pessoais, bem como questões abertas sobre as temáticas apresentadas nos módulos temáticos.

Ao final do ano, é realizada uma atividade de avaliação coletiva intitulada "Que bom, que pena e que tal?". Em roda, os estudantes respondem em tarjetas as perguntas geradoras sobre o projeto. "Que bom" se refere ao que mais gostaram, "Que pena" a aquilo que desejavam que pudesse melhorar e "Que tal?" para ideias e sugestões de continuidade. Cada estudante lê suas respostas e compartilha sua percepção; as respostas são então coladas em um mural de modo a construir coletivamente um diagnóstico final.

As avaliações quantitativas incluem listas de presença, número de educadores convidados, saídas de campo e aulas ministradas. No ano de 2019, na intenção de avaliar o processo de ensino-aprendizagem do projeto Escola Permacultural, foi produzido, em colaboração com os estudantes, o curta-metragem “Permacultura na escola: construindo sonhos coletivos”, em que estes mesmos apresentam o projeto e seus resultados. O documentário está disponível na plataforma *Youtube*, apresenta o projeto e seus resultados, com falas que, segundo a pesquisa de

Juliana Menezes (2024), evidenciam o desenvolvimento de "autocuidado", "cuidado com o meio ambiente" e "abertura para o novo". Trechos destacados revelam a mudança na forma de pensar dos estudantes, incentivando a busca por aprendizado e o respeito ao próximo, temas frequentemente não abordados no ensino médio tradicional (MENEZES, 2024, p.107-108).

A experiência do Projeto EP e as discussões geradas reforçam que a Educação Ambiental, com metodologias participativas e integradas, é fundamental para uma formação cidadã crítica e sustentável. Tais metodologias podem servir de base para a criação de propostas de EA mais alinhadas à realidade de Teresópolis, especialmente para a Educação Infantil na rede municipal, promovendo uma EA crítica e contextualizada.

3.2. Propostas de ações e atividades de educação ambiental crítica voltadas para o município de Teresópolis (RJ)

Apresentamos aqui reflexões propositivas de ações e atividades de EA Crítica voltadas para a rede municipal de escolas de Teresópolis (RJ), especificamente para o segmento da Educação Infantil. Cabe destacar que, ao considerar as especificidades do município, suas demandas socioambientais e a realidade das comunidades escolares locais, foram encontradas lacunas na implementação de políticas públicas de EA, assim como uma notável defasagem de levantamento de dados atualizados acerca da EA que ocorre nas escolas municipais. Esta etapa, portanto, apresenta reflexões propositivas que possam servir como material de estudo e uso; uma ferramenta de trabalho e manifestação de uma EA crítica nas escolas.

O material que se apresenta nas próximas linhas pretende delinear uma proposta de construção de um caderno, ou um currículo alternativo de EA crítica, na perspectiva de organizar a prática de ensino- aprendizagem nesse âmbito. Nesse contexto, são propostas práticas que possam contribuir com o processo formativo de toda a comunidade escolar, buscando, assim,

instrumentalizar educandos e educadores para que transformem o meio em que vivem, a partir dessas experiências escolares.

Em coerência com o exposto nas seções anteriores, a construção pedagógica proposta valoriza o contato direto do educando com os elementos da natureza, entendendo que a compreensão dos problemas ambientais deve ser contextualizada, possuindo, assim, significado social, histórico e afetivo para aqueles que estão envolvidos com o processo de ensino-aprendizagem (TOZONI-REIS, 2006).

Dessa forma, no processo de elaboração desta proposta reafirma-se a perspectiva da EA crítica como uma escolha política, partindo da consciência de que vivemos em uma sociedade ecologicamente desequilibrada e socialmente desigual. É preciso salientar também que esta proposta deve ser compreendida como um material flexível e capaz de responder a diferentes realidades e experiências, cabendo a cada comunidade escolar organizá-la e utilizá-la como melhor entender.

3.2.1. Proposta de Trilha Pedagógica de Educação Ambiental Crítica na Educação Infantil

> Como podemos ter uma educação não-ambiental se, desde o dia do nosso nascimento até o dia de nossa morte, vivemos em um ambiente? (...) A única maneira de se entender o conceito de natureza na teoria educacional é por meio de sua ausência. (...) Tudo se passa como se fôssemos educados e educássemos fora de um ambiente (Grün 2003, apud TIRIBA, 2010).

A citação ressalta a reflexão acerca da urgência de integrar as dimensões socioambientais aos processos educacionais, de modo a superar a perspectiva de que a educação ocorre em um contexto alheio, como se não houvesse uma interdependência entre seres humanos e a natureza. Conforme destaca Heike Freire (2013), é justamente durante a infância que uma verdadeira consciência ecológica possui potencial de emergir, a partir da interpretação

mágica do mundo que possuem as crianças e da conexão emocional que as liga à vida. Desta forma, a Educação Infantil desempenha um papel crucial no processo de desenvolvimento humano.

Os principais documentos do Ministério da Educação (MEC) regulatórios para o exercício da Educação Infantil no Brasil são os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI) (Brasil, 1998) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI) (Brasil, 1998). Analisando ambas as bases, nota-se que não mencionam em nenhum momento o termo Educação Ambiental. No entanto, abordam a dimensão ambiental de forma implícita; os RCNEI de maneira mais limitada e a DCNEI demonstrando avanços importantes (SAHEB, 2016). As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA) por sua vez, sedimentam o reconhecimento do papel transformador e emancipatório da EA e a necessidade urgente de evidenciá-la como uma prática social.

Como nos reforça o trabalho da professora Lea Tiriba (2010), no âmbito das práticas pedagógicas e metodológicas da EA na EI, é fundamental que as políticas de formação sejam assumidas como campo interdisciplinar e multidimensional, uma articulação entre as perspectivas da Educação, da Cultura, da Saúde, da Assistência (TIRIBA, 2010). Tiriba reforça ainda a importância do "desemparedamento das infâncias", apontando que é preciso desconstruir a concepção de uma vida escolar restrita a ambientes fechados, principalmente quando se trata da educação infantil, pois o respeito pela natureza está intrinsecamente ligado à convivência e aos vínculos afetivos estabelecidos com os lugares, seres, objetos e com o universo biótico e abiótico. Portanto, além de valorizar o interesse genuíno e o significado no trabalho com problemas da realidade das crianças, deve-se considerar propostas pedagógicas nas quais estas vivenciem, pesquisem, perguntem, realizem, enfim, tornem-se protagonistas na construção de suas relações socioambientais.

No ano de 2017, as discussões a respeito do currículo, no cenário da educação formal nacional, ganharam novos documentos orientadores com a homologação da Base Nacional Comum

Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017). O documento apresenta em seu texto um arranjo curricular para toda a educação básica, mas especificamente para a Educação Infantil; constrói uma ideia de currículo centrada na experiência da criança, que articula seus saberes e experiências com o conhecimento normativo para produzir seus sentidos (FOCHI, 2020). Os trechos da BNCC direcionados à Educação Infantil foram elaborados com uma perspectiva centrada na criança, destacando o papel do educador como um mediador e proponente de experiências que apresentem o mundo de forma significativa.

Inspiradas nas bases metodológicas do projeto Escola Permacultural, no entanto, adaptadas para as abordagens da educação infantil, reuniu-se a seguir uma série de propostas e oportunidades de exploração sensório- motoras na interação com materiais e espaços naturais (Fig. 5). Observar e reconhecer a natureza, seus fenômenos e a importância da sua conservação é uma característica marcante nestas propostas que apresentam caminhos onde afetos e emoções são mobilizados, proporcionando uma interação de sentido e vínculo com a natureza; um encontro com os elementos naturais a partir de experiências com o próprio corpo.

Figura 5 – Trilha Pedagógica EA na Ed. Infantil



Fonte: Elaborado pelos autores.

3.2.2. Atividades ao ar livre

Sugere-se a construção de uma rotina que inclua saídas regulares para ambientes naturais, onde as crianças possam brincar, explorar e observar. Pode-se incluir visitas a parques, trilhas, áreas verdes locais ou apenas o pátio da escola. Incentivar momentos de contemplação, tais como observar nuvens, escutar os sons ao redor, sentir o calor do sol ou o sopro do vento no corpo. A criação de espaços de aprendizado fora da sala de aula também pode incluir propostas como a implementação de hortas e áreas verdes, onde as crianças possam observar, explorar e interagir com os seres da natureza. A experiência de brincar e aprender ao ar livre possibilita a observação direta dos ciclos naturais e o entendimento das interações ecológicas. Isso pode incluir, por exemplo, atividades como a criação de um pequeno pomar escolar, onde as crianças plantam e cuidam de árvores frutíferas, promovendo a responsabilidade e o cuidado com a natureza. A maneira como as crianças percebem a natureza é singular, instintiva e empática. Sendo assim, proporcionar um ambiente onde elas se sintam à vontade para explorar e conhecer os elementos naturais, de maneira não dirigida - orientadas pela própria curiosidade - é fundamental para seu desenvolvimento. Passado o tempo da curiosidade inicial, o professor pode intervir mediando com intencionalidade pedagógica na investigação e descobrimentos que o local oferece.

Além do que agrega ao processo de EA, estudos indicam que o brincar ao ar livre está associado a benefícios para a saúde, como a redução do estresse, a melhora do humor e a diminuição de problemas relacionados à obesidade infantil. A exposição à luz natural também é crucial para a síntese de vitamina D, fundamental para o desenvolvimento ósseo e imunológico (OLIVEIRA, 2020). O pesquisador Richard Louv (2016) introduziu o conceito de Transtorno de Déficit de Natureza (TDN), evidenciado por diversas pesquisas científicas. Essas investigações demonstraram a importância do contato com o ambiente natural

para promover um desenvolvimento saudável, tanto físico quanto mental. É inevitável, assim, concluir que o desemparedamento (BARROS, 2018) das infâncias nos espaços escolares é imperativo, visto que a relação criança e natureza, promovida no dia a dia, contribui com a regulação emocional, desenvolvimento de habilidades motoras e cognitivas e melhoria da qualidade de vida (OLIVEIRA, 2020).

Nesse universo, a proposta desse bloco consiste no convite ao lado de fora, seja para ler e ouvir histórias, fazer piqueniques, ou brincar ao ar livre, sendo e vivendo a natureza; com propostas estruturadas pedagogicamente ou não, pois somente o fato de estar ao ar livre já proporciona aos educandos e educadores uma transformação significativa.

3.2.3. Experiências sensoriais

Os elementos naturais ofertam infinitas possibilidades, ilustrando a potência da diversidade que existe na natureza. Dessa forma, sugere-se atividades, dirigidas ou não, que explorem os cinco sentidos das crianças através de materiais naturais não estruturados, o que pode ser uma rica experiência de descoberta através do corpo. Coletar folhas e flores, ouvir o canto dos pássaros, tocar a terra, cheirar diferentes tipos de plantas e experimentar a textura das pedras são exemplos de experiências sensoriais. Esta abordagem enriquece o desenvolvimento motor e cognitivo, permitindo que as crianças vivenciem a natureza de forma integral.

As observações e memórias coletivas criadas a partir da vivência em espaços ao livre podem e devem ser resgatadas ao serem trabalhadas posteriormente, como por exemplo inserindo os elementos naturais nas atividades de sala de aula. É possível proporcionar momentos em roda, dirigidos pelo educador, em que as crianças possam recriar as experiências vividas no contato com a natureza, adicionando a essas memórias suas narrativas afetivas. Criando estações de brincadeiras que envolvam água e terra, onde as crianças possam explorar, misturar e criar, realizando, por

exemplo, pequenas construções de barro ou brincando com água, criando canais e representando o ciclo da água. Uma mandala de folhas coletadas, um herbário ou apenas um banho de mangueira em dias quentes também são possibilidades.

O contato e a interação com o meio ambiente são fundamentais para que a criança desenvolva sua percepção cognitiva, além de sua compreensão sobre pertencimento, limites e responsabilidades. Portanto, a proposta deste bloco consiste na investigação criativa dos elementos naturais; uma experimentação viva que pode direcionar descobertas de importantes conceitos ecológicos. A argila, a madeira, pedras, água, a luz do sol, o vento, as folhas e flores e o próprio corpo podem apresentar inúmeras possibilidades.

3.2.4. A interdependência

É através do movimento e da relação com o ambiente que as crianças começam a compreender seu lugar na complexa teia da vida. De tal modo, apresenta-se neste bloco uma proposta para a experimentação das diversidades dos ciclos naturais, que convidam as crianças a reconhecer sua interdependência e sua posição como parte indissociável da comunidade da vida (TIRIBA, 2005).

Nesse processo, a natureza desempenha um papel fundamental, ao ensiná-las sobre sua própria diversidade e destacar a força que reside nas diferenças entre os seres e seus respectivos caminhos de desenvolvimento (BARROS, 2018). Cada semente tem seu tempo único para brotar, as nuvens não fazem chover da mesma forma e as árvores não produzem os mesmos frutos. Portanto, brincar na areia, olhar o céu, pendurar-se em árvores, escutar o canto dos pássaros, tomar banho de chuva, cultivar a horta, criar uma escultura a partir de gravetos, todas essas vivências fazem parte da descoberta infantil sobre como a vida se desenvolve. Um importante exercício nesse âmbito é provocar as observações e comparações entre os elementos naturais e as próprias crianças, convidando-as à descoberta da diversidade dos próprios corpos e tempos.

No intuito de dar sentido a variedade de atividades que as crianças podem vir a vivenciar neste bloco, assim como sugere o arranjo curricular para a Educação Infantil a partir dos campos de experiência (FOCHI, 2020), o educador pode desenhar uma trilha de aprendizagem com base em uma descoberta feita pela criança no espaço natural. A descoberta deve conduzir uma série de outras explorações a fim de completar todo um ciclo de observação até que ele se renove, ilustrando a força e o sentido das transformações. As estações do ano, a correnteza do rio, a folha que se decompõe no solo da floresta, são exemplos da importância da mudança para a manutenção da vida no planeta, que podem ser acompanhados com a mediação de um adulto.

3.2.5. Os ciclos vivos

A infância é marcada por uma curiosidade intrínseca que impulsiona as crianças a explorar o mundo ao seu redor. Uma forma de conhecer o funcionamento do nosso planeta é por meio dos ciclos naturais.

Compreender suas transformações e seus ciclos nos ajuda a conectar com a natureza e a observar nosso entorno, nosso ecossistema: o conjunto de seres vivos e o ambiente natural ao redor de nós. Ao cultivar uma horta, um canteiro ou uma agrofloresta, as crianças têm a oportunidade de vivenciar os ciclos de vida das plantas, compreender a importância da água, do solo e da luz solar, além de conhecer o ciclo dos alimentos. Sendo assim, sugere-se o cultivo de uma horta pedagógica como uma excelente ferramenta de aprendizagem coletiva.

Habituadas a serem cuidadas nessa fase da vida, o convite com o cuidado com a horta escolar permite que as crianças experimentem e desenvolvam um senso de responsabilidade, o cuidado consigo e o cuidado com o outro. Além de observar as transformações ao longo do tempo e compreender a interdependência entre os elementos da natureza, as crianças e o educador são provocados a encontrar um ritmo comum a toda a turma, uma vez que este se torna um projeto

coletivo de cuidado. Nesse cenário, a horta pedagógica estabelece um ambiente favorável ao desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, como cooperação e resolução de conflitos; tornando-se também um espaço que oportuniza o desenvolvimento de habilidades socioemocionais.

Através da observação do crescimento das hortaliças, há também a oportunidade de familiarizar-se com os ciclos naturais, adquirindo conhecimentos sobre germinação, crescimento, floração e frutificação. As propostas de inserção de tecnologias ambientais auxiliares devem servir como dispositivos pedagógicos adjuntos à horta, tais como o minhocário, ou a composteira que, através da atividade de minhocas e do ciclo natural da biodegradação, transformam resíduos orgânicos em adubo e fertilizantes naturais, que servem como insumo para plantios.

A aprendizagem na horta, ou em propostas similares de cultivo, permite a investigação que se manifesta por meio do toque, da experimentação, da observação e da interação com diferentes seres vivos.

3.2.6. Escola e Território

Neste bloco atribui-se ao espaço escolar uma característica de permeabilidade perante o entorno. Concebe-se, portanto, a escola, seu bairro, comunidade e entorno como um Território Educativo (Barros, 2018), território este que se pronuncia como espaço/tempo, com o qual a comunidade escolar constrói vínculos emocionais, físicos e culturais e pode, através dele, incorporar saberes múltiplos.

Entende-se que a educação não se faz apenas na escola, mas sim quando esta é parte de um ecossistema mais amplo, que integra iniciativas, espaços, pessoas e saberes em um intenso diálogo e relação. A integração entre as oportunidades educativas vindas de fora do espaço escolar e do currículo oferta a superação de possíveis limitações dos espaços físicos dos prédios escolares e incorpora o aspecto sociopolítico ao processo de aprendizagem (ALANA, 2021). Propõe-se deste modo, que professores e

comunidade escolar pesquisem espaços e iniciativas em seus territórios, que favoreçam experiências ao ar livre e que possam compor a formação dos estudantes por meio de parcerias. Assim como ocorre no Escola Permacultural, essas parcerias podem se manifestar dentro ou fora da escola, através de educadores convidados - atores territoriais - ou saídas de campo, colocando em diálogo saberes populares e científicos.

No contexto da Educação Infantil é possível considerar os estudantes ainda muito novos para saídas distantes, dificultando a logística e viabilidade da execução. Para estes casos, recomenda-se atividades de reconhecimento da rua da escola, dos estabelecimentos comerciais próximos ou a observação das árvores próximas. Às escolas de Teresópolis é sempre válido considerar a possibilidade de visitas às unidades de conservação do entorno, uma vez que são ambientes controlados e oferecem o apoio de equipes locais capacitadas. Esse mapeamento do território pode ser feito com as crianças através de desenhos, fotografias, escrita de depoimentos e criação de murais afetivos. Igualmente, é possível articular parcerias com atores locais que complementem as investigações feitas em sala demonstrando seus saberes práticos e atuação no território. Cita-se como exemplo a ocasião em que o projeto Escola Permacultural possibilitou a participação de estudantes em uma colheita solidária de caqui, realizada por uma rede de agricultores urbanos, construindo uma ampliação da experiência educativa para estes estudantes. Ou então, a ocasião em que o projeto Escola Permacultural recebeu como educador convidado um agricultor, que além de apresentar sua história e contexto, conduziu a implementação de uma horta agroecológica através de atividades práticas no pátio da escola.

Encerra-se essa trilha pedagógica voltada para a Educação Infantil compreendendo-se que os significados e sentidos do universo das infâncias baseiam-se na totalidade, pois são elaborados por meio dos vínculos práticos e emocionais que a criança estabelece. A maneira como ela compreende o mundo,

portanto, é influenciada por aquilo que possui e pelas relações que cria a fim de construir seus próprios significados (FOCHI, 2020).

Grifa-se aqui a concepção de que na Educação Infantil não cabe o educador que persegue metas predefinidas pelo currículo e que desconsidera os ritmos particulares das crianças. É preciso reconhecer os ritmos próprios de cada criança e respeitá-los ao pensar em como traduzi-los na relação educador - educando (FOCHI, 2020).

Um aspecto fundamental dessa abordagem é a compreensão de que as interações e descobertas não devem ser vistas como meras distrações. Cada interação com a natureza – seja observando uma árvore, uma formiga ou outros seres vivos – pode ser o ponto de partida para um projeto investigativo mais profundo e significativo na formação deste educando. A proposta educativa deve, portanto, incluir momentos de reflexão e discussão em pequenos grupos, onde as crianças podem explorar suas curiosidades em um ambiente que respeite seu ritmo individual. É importante destacar que esta organização de situações em pequenos grupos de trabalho (FOCHI, 2020) permite que o educador identifique e responda aos interesses variados das crianças. Nessa abordagem de trabalho, é possível colocar em relação tanto os saberes das crianças, como os saberes dos adultos e da cultura (FOCHI, 2020). Assim, a pesquisa e a investigação tornam-se ferramentas essenciais para a construção do conhecimento, promovendo um aprendizado significativo e contextualizado.

É valioso que a criança explore diferentes espaços e ambientes, desenvolvendo o sentimento de competência, autocuidado e autoconfiança. Porém, para aventurar-se nas inúmeras possibilidades que a experiência do desemparedamento oferta, é necessário que exista uma relação de confiança entre a criança e os educadores que a acompanham, igualmente entre estes adultos e a natureza. Adultos, que confiam nas investigações das crianças, escutam suas necessidades e apoiam seus desafios, proporcionando um ambiente seguro, onde elas possam encontrar suas próprias soluções, explorar o entorno, interpretar seu contexto e aprender a cuidar de si mesmas. A análise de riscos é um processo

complexo, porém essencial para a construção da autoconfiança (PIRES; DRAGUNSK, 2023).

4. Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo discutir a EA sob uma perspectiva crítica e transformadora, com foco em analisar o Projeto Escola Permacultural e propor ações e atividades para aplicação nas escolas municipais de Teresópolis (RJ). Optou-se pelo referencial crítico como uma escolha política, partindo da consciência de que vivemos em uma sociedade ecologicamente desequilibrada e socialmente desigual. Metodologicamente, seguiu-se um estudo de caso e análise documental, que permitiram uma compreensão prática e teórica da EA crítica no contexto escolar. Os resultados destacaram o Projeto Escola Permacultural como uma prática de EA crítica, levando à criação de uma trilha pedagógica para a Educação Infantil, concebida para promover mais momentos de aprendizado na natureza e o desemparedamento da infância (BARROS, 2018).

A partir desta investigação, foi possível notar que a EA crítica, ao ser implementada no ambiente escolar e especialmente na Educação Infantil (EI), representa uma oportunidade de fazer emergir uma verdadeira consciência ecológica a partir da interpretação mágica do mundo e da conexão emocional que possuem as crianças (FREIRE, 2013). Conclui-se que a EI desempenha um papel crucial no processo de desenvolvimento humano, dessa forma é possível oportunizar caminhos de investigação a serem desvelados nesse encontro criança- natureza.

Inspirado pelas práticas e resultados do Projeto EP, este estudo revelou como a opção por metodologias baseadas na permacultura e na agroecologia estimulam o desenvolvimento de uma postura questionadora e participativa. Como desenvolvem Loureiro (2007) e Freire (2013), a EA crítica e a educação libertadora exigem uma ruptura com modelos tradicionais de ensino, ao situarem o estudante como agente ativo e integrado ao seu meio, capaz de

analisar criticamente sua realidade e transformá-la. A análise do Projeto EP reforçou, ainda, a importância de práticas educacionais que valorizem os saberes de seus territórios e os contextos locais como pontos centrais para o desenvolvimento da EA crítica, em consonância com a perspectiva defendida por Guimarães (2007).

É fundamental enfatizar o papel transformador da EA crítica no contexto escolar ao integrar saberes práticos e teóricos, ampliando o horizonte educativo e capacitando estudantes a se reconhecerem como agentes ativos em suas realidades socioambientais. As experiências analisadas demonstram que metodologias participativas e integradas, podem servir de inspiração para o desenvolvimento de novas práticas de EA no município de Teresópolis, especialmente em seu sistema de ensino público. Nesse sentido, destacando como a Educação Ambiental crítica contribui de maneira contundente com processos de transformação socioambiental, foram propostos caminhos metodológicos que possibilitam uma educação emancipatória e libertadora (HOOKS, 2013).

Contudo, durante a condução deste estudo, surgiram limitações relevantes. Identificaram-se lacunas na implementação de políticas públicas de EA, além de uma significativa falta de dados atualizados sobre a EA nas escolas municipais de Teresópolis. Portanto, ao apresentar a proposição de uma trilha pedagógica de EA crítica para a rede municipal, é preciso salientar de antemão que, embora o desenvolvimento teórico do modelo tenha sido fundamentado em revisões bibliográficas e estudos prévios, o fato de não haver uma experimentação prática imediata e uma atualização de dados sobre as práticas atuais impõe desafios quanto à validação e aprimoramento das propostas.

Mesmo sem a validação empírica imediata, entende-se que o modelo proposto oferece contribuições significativas para o campo da EA, especialmente no que tange à fundamentação teórica e à articulação de conceitos transformadores. A ausência da aplicação prática não compromete a relevância das discussões apresentadas, mas ressalta a necessidade de continuação do estudo em uma

próxima fase, que deverá incluir um diagnóstico prévio e detalhado do cenário da EA no município de Teresópolis, a implementação do modelo de propostas em campo e o estudo de seus resultados de maneira qualitativa e quantitativa. Além disso, acredita-se que como desdobramentos futuros, possam ser desenvolvidas propostas para os segmentos do ensino fundamental e médio existentes no município.

Espera-se que os resultados aqui apresentados sirvam para estimular práticas de EA que ultrapassem a transmissão de informações e que sejam transformadoras ao incentivar uma educação que honre as infâncias; cultivando sempre vínculos e curiosidades essenciais frente a vida e o mundo ao redor. Este estudo buscou, portanto, instrumentalizar e inspirar professores, gestores e educadores para que transformem o meio em que vivem, a partir de suas experiências escolares. Almeja-se que as instituições escolares possam proporcionar o contato das crianças com elementos e ambientes naturais, nos espaços internos e externos de suas instituições e que a gestão pública se sinta implicada na proposição de formações e atualizações de seus professores. Pretendeu-se igualmente contribuir para que a EA em Teresópolis atue como uma ferramenta capaz de formar cidadãos engajados com os desafios socioambientais de sua comunidade, promovendo mudanças significativas no processo educativo e na construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Como nos inspira a poetisa Gabriela Mistral: "O futuro das crianças é sempre hoje. Amanhã será tarde".

Referências

ALANA. Histórias sobre aprender e ensinar com e na natureza: Um percurso formativo para professores da Educação Básica. São Paulo: Criança e Natureza, 2021. Disponível em: https://criancaenatureza.org.br/wp-content/uploads/2021/01/historias-sobre-aprender.pdf. Acesso em: Out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: educação infantil e ensino fundamental. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: Out. 2024.

CARVALHO, Isabel Cristina de. Educação ambiental crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: MMA/ Secretaria Executiva/ Diretoria de Educação Ambiental (Org.). Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: MMA, 2004.

FOCHI, Paulo Sergio. "Criança, currículo e campos de experiência: notas reflexivas". Conjectura: Filosofia da Educação, v. 25, p. 52-72, 2020. Dossiê.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GUERRA, Roberta Donati Pignatari Vilela. Os potenciais pedagógicos da agroecologia e permacultura: uma análise do projeto escola permacultural com estudantes do ensino médio de uma escola pública na zona oeste do Rio de Janeiro (Dissertação de Mestrado em Educação). Rio de Janeiro: UNIRIO, 2022.

GUIMARÃES, M. A formação de educadores ambientais. 8. ed. Campinas: Papirus, 2012.

GUIMARÃES, M. Educação Ambiental Crítica. In: LAYRARGUES, P. P. (Org.). Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília (DF): Edições Ministério do Meio Ambiente, 2004.

GUIMARÃES, M. Educação ambiental: participação para além dos muros da escola. In: MELLO, S.; TRAJBER, R. (Orgs.). Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental. Brasília: MEC/UNESCO, 2007.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade. Tradução de Ana Luiza Libânio. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/. Acesso em: 10 out. 2024.

JACOBI, Pedro. "Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade". Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 118, mar. 2003.

LAMOSA, Rodrigo de Azevedo C.; LOUREIRO, Carlos Frederico B. A educação ambiental e as políticas educacionais: um estudo nas escolas públicas de Teresópolis (RJ). Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 185-198, ago. 2011.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. "As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira". Ambiente & Sociedade, São Paulo, v. XVII, n. 1, jan.-mar. 2014.

LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder. 3. ed. revisada y ampliada. México: Siglo XXI Editores, 2002.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. "Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis". Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 35, n. 1, jan./abr. 2009.

LOUREIRO, C. F. Educação ambiental e teorias críticas. In: GUIMARÃES, M. (Org.). Caminhos da educação ambiental: da forma à ação. Campinas, SP: Papirus, 2006.

LOUREIRO, C. F. Trajetória e fundamentos da educação ambiental. São Paulo: Cortez, 2004.

LOUREIRO, C. F.; COSSÍO, M. Um olhar sobre a educação ambiental nas escolas: considerações iniciais sobre os resultados do projeto "O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental?". In: MELLO, S.; TRAJBER, R. (Orgs.). Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental. Brasília: MEC/UNESCO, 2007.

LOUREIRO, C. F.; TREIN, E.; TOZONI-REIS, M. F. C.; NOVICKI, V. "Contribuições da teoria marxista para a educação ambiental crítica". Cadernos CEDES, v. 29, n. 77, 2009.

LOUREIRO, C. F.; LAYRARGUES, Philippe Pomier. "Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica". Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, jan./abr. 2013.

MAGALHÃES, L. C. de. Educação ambiental em Teresópolis-RJ: um estudo sobre a rede pública municipal de ensino. 2014. Petrópolis, 2014.

MARTINS, Paolo de Castro; MANESCHY, Diogo Majerowicz; MENEZES, Juliana Sarcinelli; GUERRA, Roberta Donati Pignatari Vilela; PEREIRA, Celso Sánchez. "Educação ambiental escolar a partir da agroecologia e da permacultura: a experiência do projeto Escola Permacultural". Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 58, jul./dez. 2021.

MASSONI, Paolo de Castro Martins. Limites e possibilidades da educação ambiental crítica em escolas: estudo de caso em uma escola estadual do Rio de Janeiro - RJ (Dissertação de Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2015. Disponível em: https://tede.ufrrj.br/jspui/handle/jspui/4364. Acesso em: Out. 2024.

OLIVEIRA, Monica Maria Souza de; VELASQUEZ, Bruna Brandão. "Transtorno do Déficit de Natureza na Infância: uma perspectiva da neurociência aplicada à aprendizagem". Latin American Journal of Science Education, v. 7, 2020.

PIRES, Ana Carolina Thomé; DRAGUNSK, Matías Knust. "Brincar livre com a natureza na infância: o começo de uma educação científica para a liberdade". Revista ClimaCom: Ciência, Vida e Educação, v. 10, n. 24, 2023. Disponível em: http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/brincar-livre/. Acesso em: Out. 2024.

SAHEB, Daniele. "A educação ambiental na educação infantil: limites e possibilidades". REME – Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, volume especial, jul./dez. 2016.

TERESÓPOLIS. Lei Orgânica de Teresópolis. Teresópolis, 05 abr. 1990. Disponível em: https://www.teresopolis.rj.gov.br/transparencia/leis/. Acesso em: 10 out. 2024.

TERESÓPOLIS. Lei nº 3.017, de 01 de junho de 2011. Institui a Política Municipal de Educação Ambiental - PMEA e cria o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental - GTEA. Diário Oficial [do] Município de Teresópolis, Teresópolis, 03 jun. 2011. Disponível em: https://camarateresopolis.com.br/biblioteca/leis-municipais/leis-municipais-por-assunto/91-meio-ambiente/4025-lei-municipal-n-3017-de-01062011-institui-a-politica-municipal-de-educacao-ambiental-pmea-e-cria-o-grupo-de-trab.html. Acesso em: 08 out. 2024.

TERESÓPOLIS. Decreto nº 5.909, de 31 de janeiro de 2023. Regulamenta os arts. 8º, 10, 11 e 12 da Lei Municipal nº 3.017/2011 e define o Programa Municipal de Educação Ambiental - ProMEA de Teresópolis. Teresópolis, 2023.

TIRIBA, Léa. Como aprender a respeitar a natureza se, na escola, crianças e jovens estão emparedados? In: NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE MEIO AMBIENTE – NIMA. Educação ambiental: formação de valores ético-ambientais para o exercício da cidadania no município de Resende + Visconde de Mauá – Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010. p. 89-98.

TIRIBA, Léa. Crianças da Natureza. In: ANAIS DO I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – PERSPECTIVAS ATUAIS, 2010, Belo Horizonte.

TIRIBA, Léa. Crianças, natureza e educação infantil (Tese de Doutorado em Educação). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2005.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Temas ambientais como "temas geradores": contribuições para uma metodologia educativa ambiental crítica, transformadora e emancipatória. *Educar*, Curitiba, n. 27, p. 93-110, 2006. Editora UFPR.

Atividades extramuros como ferramenta pedagógica e de conservação patrimonial: um estudo de caso com estudantes do Curso de Formação de Professores do Colégio Estadual Euclydes da Cunha

Flávia Azevedo Corrêa da Silva Faria
Marcela do Nascimento Padilha

1. Introdução

O território é mais do que um espaço físico, é um ambiente de interação social e política que define as possibilidades de acesso aos direitos e à participação social. Em sociedades desiguais, como a brasileira, a fragmentação no acesso ao território resulta em uma cidadania limitada, onde nem todos têm as mesmas oportunidades de exercer plenamente seus direitos (SANTOS, 1998). Essa desconexão entre as pessoas e seus territórios contribui para a perda de significado das cidades, gerando alienação e degradação do espaço urbano. A escola, como mediadora desse processo, pode transformar a cidade em um recurso pedagógico, aproximando os conteúdos escolares da vida cotidiana e fortalecendo o vínculo afetivo dos estudantes com seu entorno (FARIA e SILVA, 2014).

O Turismo Pedagógico surge como uma ferramenta educacional interdisciplinar, capaz de promover a apropriação do território e a valorização do patrimônio coletivo. Ao integrar experiências práticas ao ensino, essa metodologia enriquece a aprendizagem e fortalece a cidadania, incentivando os estudantes a refletirem criticamente sobre sua realidade (PADILHA et al., 2024). A abordagem de Freire (2021) reforça esse papel transformador da educação, onde educadores atuam como facilitadores, estimulando os estudantes a se tornarem agentes de mudança em seus territórios.

O presente trabalho tem como objetivo analisar as potencialidades do Turismo Pedagógico como instrumento de apropriação do território, avaliando sua eficácia no processo educativo e na formação cidadã dos estudantes. Para isso, foram investigadas as etapas de realização dessas atividades, a percepção dos participantes e os desafios enfrentados para sua implementação. A pesquisa incluiu o acompanhamento de uma atividade extramuros no Parque Nacional da Serra dos Órgãos, sede Teresópolis, com estudantes do Curso de Formação de Professores do Colégio Estadual Euclydes da Cunha, e a aplicação de questionários para avaliar sua experiência.

O trabalho está organizado em seções que abordam os fundamentos teóricos sobre territórios educativos e Turismo Pedagógico, os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa e a análise dos resultados obtidos. Cada seção contribui para uma compreensão abrangente do tema, destacando a importância de integrar o território ao processo educativo e as possibilidades de aplicação dessa metodologia em diferentes contextos escolares.

2. Instrumentos Pedagógicos de Apropriação do Território

O território é um espaço cultural e identitário, essencial para a formação do sentimento de pertencimento (MEDEIROS, 2009). Sua integração ao projeto pedagógico escolar permite que estudantes compreendam sua realidade local e atribuam significado aos conteúdos aprendidos (PADILHA, 2021). Haesbaert (2004) destaca que o território envolve dimensões simbólicas, culturais e sociais, exigindo abordagens que considerem suas complexidades.

A educação deve ser compreendida como um processo que ultrapassa os limites da escola, dialogando com os territórios e as múltiplas realidades socioculturais dos sujeitos. Nesse sentido, é fundamental que as práticas pedagógicas valorizem a diversidade e promovam a participação ativa das comunidades na construção do conhecimento. Ao contrário de uma educação formal centrada

em modelos hegemônicos, como critica Romão (2005), é necessário reconhecer que o desenvolvimento humano ocorre por meio da interação entre indivíduo e cultura, como defende Vygotsky (NEVES e DAMIANI, 2006). Assim, uma abordagem educativa comprometida com a cidadania e a transformação social deve considerar os saberes locais e as expressões culturais como parte integrante do processo formativo.

A educação patrimonial, conforme orientações do IPHAN (2014), surge como uma importante ferramenta nesse contexto, ao propor uma atuação democrática que envolve as comunidades na preservação e valorização de seus bens culturais. Essa perspectiva se alinha à pedagogia crítica de Freire (2021), que ressalta a importância da construção de sujeitos conscientes e ativos. Além disso, os territórios educativos, segundo Faria e Silva (2014), ampliam os horizontes de aprendizagem ao integrar os espaços públicos e a vida comunitária à formação escolar, fortalecendo vínculos de pertencimento, como destaca Padilha (2023). Educar, portanto, é também formar cidadãos capazes de compreender e intervir em seus contextos, enfrentando desafios sociais e ambientais, como propõem Ilgenfritz et al. (2022), numa perspectiva ética, crítica e territorializada.

Freire (2021) enfatiza que o sujeito está em constante formação, influenciado por seu contexto histórico e social. A educação deve fomentar uma consciência crítica, permitindo que os educandos questionem desigualdades e atuem na transformação de sua realidade. Os territórios educativos, segundo Faria e Silva (2014), ampliam a educação para além da escola, integrando espaços como praças e museus, com participação comunitária. Padilha (2023) complementa que o território é fonte de conhecimentos diversos e, quando há vivências culturais nele, surge um sentimento de pertencimento, fortalecendo a identidade e a aprendizagem.

O Turismo Pedagógico tem como objetivo conectar as/os estudantes com a realidade em que estão inseridas/os e tornar mais fácil a compreensão dos conteúdos vistos em sala de aula, sendo a atividade realizada em locais de interesse turístico, onde as/os

estudantes podem explorar e valorizar o patrimônio natural e cultural do município e, dessa maneira, elas e eles não apenas reconhecem as riquezas da região, mas também são incentivadas/os a refletir sobre possíveis soluções para os desafios locais, enriquecendo o processo de aprendizagem (PADILHA, 2021).

Além de ser realizado em espaços turistificados, a participação das/dos estudantes na atividade de Turismo Pedagógico ocorre de maneira voluntária. A atividade deve seguir as seguintes etapas de realização de acordo com Padilha (2023, p.136):

> Etapa 1: Pré-visita, planejamento e organização da atividade, com as escolhas dos temas, disciplinas, lugares a serem visitados e organização da saída;
> Etapa 2: Visita, saída anteriormente planejada na qual os temas abordados em sala de aula serão verificados na prática;
> Etapa 3: Culminância, etapa final onde, em geral, se faz uma avaliação da atividade de acordo com o que as/os docentes responsáveis planejaram na etapa 1.

O Turismo Pedagógico surge como ferramenta interdisciplinar, conectando teoria e prática em experiências extracurriculares (SCREMIN e JUNQUEIRA, 2012). Contudo, desafios como a falta de recursos e de apoio institucional limitam sua implementação (SOUZA e MIRANDA, 2021). Programas como o PDDE (BRASIL, 2021) e o Fundeb (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021) podem viabilizar tais atividades, mas sua aplicação ainda é incerta.

A Lei nº 9.990/23 determina que escolas da rede estadual de ensino promovam o Turismo Pedagógico com o objetivo de "facilitar o acesso dos alunos ao acervo cultural, artístico e turístico do estado e despertar a valorização e preservação do patrimônio cultural fluminense [...]" (ALERJ, 2023). Porém, como concluiu Lavandeira (2024) em sua dissertação, a lei em questão não estabelece recursos para que as atividades de Turismo Pedagógico possam ser realizadas por educadoras e educadores da Rede Estadual de Ensino. Assim sendo, muitas das atividades extramuros realizadas

pelas escolas, são desenvolvidas pelo seu corpo docente, independente de apoio externo, como foi o caso da atividade realizada com estudantes do Curso de Formação de Professores do Colégio Estadual Euclydes da Cunha, objeto deste trabalho.

De acordo com o Art. 62 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 2017), os docentes que atuam na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental podem ter como formação mínima o ensino médio na modalidade Normal. Nos anos iniciais do ensino fundamental há um trabalho com currículos integrados, onde as disciplinas convergem para o desenvolvimento de habilidades em diversas áreas e, geralmente, um único professor trabalha esses conteúdos de maneira multidisciplinar, abordando alfabetização, matemática, ciências naturais, história e geografia. Isso requer que os profissionais que atuam nessa etapa de ensino tenham competências em diferentes áreas, promovendo a interação entre os saberes pedagógicos e disciplinares (SOUZA e CRUZ, 2023).

O compromisso com a construção da cidadania exige que a educação promova a compreensão da realidade social e dos direitos e deveres em relação à vida pessoal, coletiva e ao meio ambiente, o que trouxe a incorporação dos Temas Transversais ao currículo, como Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde e Orientação Sexual. Esses temas devem ser trabalhados nas disciplinas já existentes e integrados no ensino da escola. Essa organização é chamada de transversalidade e reflete questões importantes e atuais da sociedade brasileira, representando um desafio para as escolas ao incentivar o debate sobre esses assuntos no cotidiano (BRASIL, 1997).

Dentre os objetivos do Ensino Fundamental indicados nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1998, página 69, estão:

> Compreender a cidadania como participação social e política, posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais [...]; conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro [...]; perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus

> elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente; questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los [...].

Considerando a possibilidade de abordar múltiplos temas curriculares, espera-se que o trabalho de campo e o Turismo Pedagógico integrem diferentes disciplinas, permitindo que os/as estudantes compreendam como diversas áreas do conhecimento podem colaborar para a compreensão de uma mesma realidade (PADILHA, 2023). A pesquisa de Oliveira (2024) revelou que a interdisciplinaridade é capaz de auxiliar os estudos sobre o Turismo Pedagógico, por abordar temas importantes para a sociedade, sendo possível melhorar a educação usando métodos que complementam o ensino tradicional e tornam o aprendizado mais eficiente e envolvente.

Com base no exposto, as atividades extramuros podem ser entendidas como uma importante ferramenta no processo educativo multidisciplinar e interdisciplinar. Tais atividades permitem que múltiplas disciplinas sejam trabalhadas simultaneamente em um contexto fora da escola, promovendo um diálogo entre elas e a inserção de temas transversais. Dessa forma, uma única atividade pode integrar e abordar diferentes áreas do conhecimento de forma conjunta ou separada, desde que sua elaboração seja cuidadosamente planejada pelas/os profissionais responsáveis. No caso das/dos estudantes envolvidos neste estudo, que cursam a modalidade de Formação de Professores no Ensino Médio, espera-se que a participação em atividades extramuros contribua para sua formação e sirva como um estímulo para que adotem essa abordagem em suas práticas pedagógicas futuras.

3. Procedimentos Metodológicos

Este estudo adotou uma abordagem quanti-qualitativa que, conforme Martins e Theóphilo (2016), integra métodos quantitativos e qualitativos para uma análise mais abrangente do

problema investigado. A pesquisa utilizou o estudo de caso como estratégia qualitativa, permitindo uma investigação detalhada de um fenômeno em seu contexto real, com o objetivo de descrever, compreender e interpretar sua complexidade, sem manipulação de variáveis. Complementarmente, aplicou-se um questionário estruturado como instrumento quantitativo, permitindo a coleta de dados padronizados junto a amostra.

Para a realização deste trabalho, observou-se uma atividade extramuros desenvolvida pelo professor de Geografia, com o apoio da professora Marcela Padilha, responsável pelo Núcleo de Pesquisas em Turismo, Território e Educação da UERJ (NUPETTE/UERJ/CNPq), com as/os estudantes de 1º e 2º anos do Curso de Formação de Professores do Colégio Estadual Euclydes da Cunha. Tal atividade aconteceu no horário em que as/os estudantes estariam em aula no colégio, no turno da tarde e foi desenvolvida no Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Parnaso), sede Teresópolis.

O Parnaso "é uma Unidade de Conservação Federal de Proteção Integral, subordinada ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), cujo objetivo maior é o de preservar amostras representativas dos ecossistemas nacionais" (ICMBio, 2024a). Um dos objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) é "favorecer condições e promover a educação e a interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico" (ICMBio, 2024b).

A sede de Teresópolis do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, está localizada na área urbana, possui fácil acesso e, no momento, a entrada é gratuita, com limite diário de visitantes, contando com ampla infraestrutura, áreas de lazer, piscina de água natural, trilhas com diversos níveis de dificuldade e um centro de visitantes. Neste, encontramos uma exposição interpretativa com informações sobre o Parque e seu entorno, imagens do Parque e também uma sala interativa com atividades lúdicas e educativas.

O Colégio Estadual Euclydes da Cunha, oferece a etapa do Ensino Médio, tanto na modalidade regular quanto na formação de professores e está localizado em um bairro vizinho ao bairro onde está o Parnaso. A atividade foi desenvolvida com duas turmas de Ensino Médio da modalidade formação de professores.

Pela proximidade (cerca de 1,0 quilômetro de distância) do Colégio com o Parnaso, as/os estudantes puderam fazer o deslocamento a pé, exceto um dos estudantes, que possui limitação física e que necessita do auxílio de muletas para se deslocar, que fez o trajeto de carro. Ao todo participaram da atividade 32 estudantes.

Ao chegarem ao Parque, as/os estudantes foram ao Centro de visitantes, onde funcionárias do ICMBio puderam demostrar, com auxílio da maquete interativa, os limites do Parque Nacional da Serra dos Órgãos em suas três sedes, Teresópolis, Petrópolis e Guapimirim, além das regiões das nascentes de alguns rios encontradas no interior dos Parques (Figura 1).

Também, ainda no Centro de visitantes, puderam ver mapas que mostram os limites dos Parques, mapas das trilhas, fotos de espécies da flora e fauna comumente vistos no Parque e de paisagens diversas. Além disso, há uma coleção de taxidermia, técnica de conservação realizada em animais da fauna nativa que, infelizmente, morreram de forma acidental, muitos deles por atropelamento (Figura 2).

Após uma breve explicação sobre o Parnaso, suas características, objetivos e limites, nos dirigimos para a Trilha da Primavera, que se trata de uma trilha de curta extensão, cerca de 500 metros, e nível de dificuldade leve, podendo ser realizada inclusive pelo estudante que possui dificuldade de locomoção (Figura 3). Nessa trilha pudemos conhecer algumas espécies da flora, em especial o Palmito Juçara que, pelo corte indiscriminado, está ameaçado de extinção. No caminho da trilha também é possível ver cursos fluviais e o Poço Dois irmãos, que possui uma pequena queda d'água.

Ao final da trilha nos dirigimos à Estação meteorológica, pertencente ao Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), que

fornece dados de precipitação pluvial, temperatura do ar, umidade relativa do ar, e ventos (Figura 4).

Em todo o trajeto da trilha e durante a visitação à Estação meteorológica, o professor responsável pôde fazer referências do que estava sendo visto ali no Parque com o conteúdo dado em sala de aula, um dos objetivos do trabalho extramuros.

Por fim, depois dessas atividades, realizadas com fins pedagógicos, as/os estudantes puderam ter um momento de lazer, etapa importante para estimular a socialização. Foram para a área da Piscina de água natural, onde puderam lanchar (alimentação levada por eles) e se refrescar (Figura5).

Figura 1 – Estudantes no Centro de visitantes observando a maquete interativa e recebendo informações sobre o Parnaso



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

Figura 2 – Centro de visitantes, observação de algumas espécies da fauna taxidermizados



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

Figura 3 – Estudantes na Trilha da Primavera



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

Figura 4 – Estudantes na Estação meteorológica



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

Figura 5 – Momento de lazer na Piscina natural



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

Após a realização da atividade, o professor responsável pela mesma realizou a aplicação de um questionário misto, contendo opções de respostas pré-definidas e opções de respostas abertas, respondido por meio da ferramenta Google Forms, de maneira voluntária e anônima, composto pelas sete perguntas a seguir:

1. Você já conhecia o Parnaso?
2. Você aprendeu coisas novas na atividade do Parnaso?
3. Você acha que foi uma atividade produtiva e agradável?
4. Do que você mais gostou?
5. Do que você menos gostou?
6. Você acha que vale a pena utilizar o Parnaso como um espaço de ensino-aprendizagem?
7. Quando você estiver formada(o), vai querer levar seus estudantes para uma atividade pedagógica no Parnaso ou em outro Parque?

As perguntas foram elaboradas de forma simples, visando facilitar respostas rápidas por parte das/dos estudantes. O objetivo principal foi coletar dados referentes à satisfação e aceitação das atividades extramuros, bem como avaliar o nível de (re)conhecimento do espaço visitado pelas/pelos participantes.

4. Resultados e discussões

Ao todo foram obtidas oito respostas ao questionário. Todas/os as/os participantes que se predispuseram a responder os questionamentos enviados, disseram já conhecer o Parnaso, afirmaram ter aprendido coisas novas durante a atividade, acharam a atividade produtiva e agradável e consideraram o Parnaso como sendo um espaço válido para o processo de ensino-aprendizagem.

Quanto às perguntas abertas, em que as/os participantes puderam escrever de maneira livre as suas respostas, foram encontrados os seguintes resultados:

Na pergunta sobre o que as/os estudantes mais gostaram durante a realização da atividade, as respostas que mais apareceram dizem respeito ao momento de lazer e realização da trilha (Gráfico

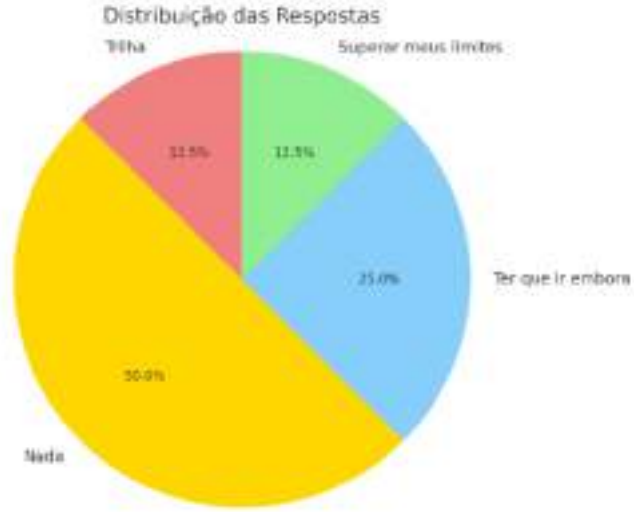
1). Já a pergunta referente ao que menos gostaram, metade das respostas foi positiva, pois as/os estudantes responderam que não houve nada que os desagradassem (Gráfico 2).

Gráfico 1 – O que mais as/os estudantes gostaram durante a realização da atividade



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 2 – O que as/os estudantes menos gostaram durante a realização da atividade



Fonte: Elaboração própria.

As respostas obtidas corroboram com o trabalho de Silva (2014) no qual, a partir dos relatos das/dos estudantes, participantes do seu trabalho, ao avaliarem as atividades realizadas fora da escola, relataram o quanto elas trouxeram uma experiência pedagógica marcante em suas vidas, abrindo um novo capítulo na construção de seus conhecimentos.

O questionamento sobre a possibilidade de aplicação da atividade extramuros como recurso pedagógico quando as/os estudantes estiverem atuando como professoras e professores, obteve apenas respostas positivas.

Para entender melhor as ações fora da sala de aula, Scremin e Junqueira (2012) utilizaram algumas estratégias e perceberam que as educadoras e educadores pesquisados careceram de clareza conceitual e prática fundamentada, em parte por falhas em sua formação inicial e continuada. Nas escolas, passeios são incluídos no calendário e conduzidos pelas professoras e professores, mas as/os estudantes muitas vezes os veem apenas como momentos de folga e não reconhecem seu valor educacional. Assim, esses passeios acabam, em alguns casos, não gerando benefícios significativos para o aprendizado desses estudantes. Os dados obtidos pelos pesquisadores evidenciam que pedagogas e pedagogos ainda enfrentam incertezas sobre o uso do Turismo Pedagógico como ferramenta pedagógica, o que limita a eficácia dessa abordagem e seu impacto positivo no processo de ensino-aprendizagem.

Espera-se que, com o aprofundamento do conhecimento sobre as atividades extramuros, estas possam ser implementadas como uma ferramenta complementar no processo de ensino, promovendo ganhos significativos tanto na aprendizagem quanto na formação cidadã das/dos estudantes.

5. Considerações Finais

Através da observação da atividade de campo realizada, mesmo com pouco engajamento das/dos estudantes em responder ao questionário, esta demonstrou ser uma ferramenta pedagógica

eficaz no processo educativo. Por meio da integração entre teoria e prática, as atividades extramuros parecem permitir que as/os estudantes compreendam melhor a importância da preservação do patrimônio natural e cultural de sua região, ao mesmo tempo em que fortalecem a construção de conhecimentos geográficos e ambientais. A experiência no Parque Nacional da Serra dos Órgãos mostrou-se significativa para as/os estudantes, proporcionando aprendizagens que transcendem os limites da sala de aula, podendo estimular o senso de pertencimento e responsabilidade com o meio em que vivem.

A partir dos resultados obtidos, com a participação ativa das/dos estudantes e suas avaliações positivas, é possível afirmar que a metodologia de ensino aplicada, centrada em vivências práticas e contextualizadas, favoreceu na formação de futuras educadoras e futuros educadores mais conscientes de seu papel como agentes de transformação social. Assim, o presente estudo reforça a relevância de iniciativas que incentivem o contato direto com o território, valorizando tanto o conhecimento teórico quanto o empírico, e destaca a importância de expandir tais experiências para outras disciplinas, inclusive de maneira interdisciplinar, com estudantes de várias etapas de ensino e outras instituições educacionais, com o intuito de, entre outras coisas, estimular o desenvolvimento local e o aprimoramento da qualidade da educação.

Apesar dos resultados positivos, é fundamental que novos estudos sejam realizados para confirmar e aprofundar essas conclusões, sendo importante incluir um número maior de participantes e diferentes abordagens para entender como esses fatores podem influenciar a aprendizagem. Além disso, investigar os efeitos a longo prazo dessas experiências práticas na formação da consciência ambiental e cultural pode oferecer percepções valiosas sobre a eficácia da atividade extramuros, isso ajudará a garantir que as práticas educativas continuem a evoluir de acordo com as novas demandas.

Referências

ALERJ. Agora é lei: escolas estaduais do Rio ganham projeto de turismo pedagógico. Rio de Janeiro, 12/04/2023. Disponível em: https://www.alerj.rj.gov.br/Visualizar/Noticia/55591?AspxAutoDetectCookieSupport=1. Acesso em: 04/12/2023.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Dinheiro Direto na Escola. Brasília: MEC/FNDE, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde. Acesso em: 01/07/2024.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997, 146p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

FARIA, Ana Beatriz Goulart de; SILVA, Márcio Tascheto da. Cadernos Pedagógicos Mais Educação Territórios Educativos para a Educação Integral. Secretaria de Educação Básica, Brasília/DF, 2014. Disponível em: https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/04/territorioseducativos.pdf. Acesso em: 15/06/2024.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 67ª ed. - Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Porto Alegre, p. 16, 2004. Disponível em: https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf. Acesso em: 04/07/2024.

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Educação Ambiental, 2024b. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/politicas/snuc.html#:~:text=%2D%20proteger%20os%20recursos%20naturais%20nece

ss%C3%A1rios,promovendo%2Das%20social%20e%20economicamente. Acesso em: 28/09/2024.

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Parque Nacional da Serra dos Órgãos, 2024a. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/parnaserradosorgaos/. Acesso em: 28/09/2024.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Educação patrimonial, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343. Acesso em: 05/10/2024.

ILGENFRITZ, Claudia E.; COPETTI, Helena; MORAES, Maristela M. de. Proposta didáctico-metodológica interdisciplinar para o estudo do bairro e dos problemas socioambientais nos anos iniciais. Revista de Investigación em Didáctica de las Ciencias Sociales (REIDICS), nº10, p. 169-188, 2022.

LAVANDEIRA, Viviane de Oliveira. O trabalho de campo e o turismo pedagógico no processo ensino-aprendizagem: uma análise em escolas públicas do Complexo do Alemão e seu entorno. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Geografia. Rio de Janeiro, 120 p., 2024.

LDB, Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 58 p, 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 28/09/2024.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas, 3ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2016.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, Espaço de Identidade. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1ª edição, Editora Expressão Popular, São Paulo, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Manual de orientação do Novo FUNDEB. Brasília: MEC/FNDE, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb/ManualNovoFundeb2021.pdf. Acesso em: 01/07/2024.

NEVES, Rita de Araujo; DAMIANI, Magda Floriana. Vygotsky e as teorias da aprendizagem. UNIrevista - Vol. 1, n° 2, abril 2006.

OLIVEIRA, Vinícius de Mattos. A simbiose entre educação ambiental, direito à cidade e territórios: exame mediante turismo pedagógico [recurso eletrônico]. / Vinícius de Mattos Oliveira. Ponta Grossa: Aya, 56p., 2024.

PADILHA, Marcela do Nascimento. Por uma escola sem muros: O turismo pedagógico como ferramenta de apoio à educação básica. In: COSTA, Amanda Danelli; PADILHA, Marcela do Nascimento; PEREIRA, Thiago Ferreira Pinheiro Dias (organizadores). Territórios do Turismo: perspectivas de passados, presentes e futuros possíveis. Boa Vista: Editora IOLE / Rio de Janeiro: EdTur, 2021.

PADILHA, Marcela. do Nascimento. O Território Também é Escola! O trabalho de campo e o turismo pedagógico como métodos de ensino de uma educação para a cidadania. In: Marino, L. F. A Cidade como Sala de Aula: educar e aprender no território. Curitiba: CRV, p. 129-146, 2023.

PADILHA, Marcela do Nascimento; LAVANDEIRA, Viviane de Oliveira; PIERI, Vitor Stuart Gabriel de. Turismo e Educação: diálogos e ações pela cidadania. Revista Memória em Rede, Pelotas, v.16, n.30, jan-jun/2024.

ROMÃO, José Eustáquio. Multiculturalidade na educação. Educação, Sociedade e Cultura, nº 23, p.125-135, 2005.

SANTOS, M. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1998.

SCREMIN, Juliane; JUNQUEIRA, Sérgio. Aprendizado Diferenciado: Turismo Pedagógico No Âmbito Escolar. Pontifícia Universidade Católica do Paraná - Curitiba, v. 1, p. 26-42, jan-dez, 2012.

SOUZA, Isabela Priscilla Pontes de; MIRANDA, Graziele Muniz. Estudo sobre a compreensão de professores da educação básica a respeito do turismo pedagógico. Revista Geoaraguaia, V.11, n.2, p. 215-234, dez, 2021.

SOUZA, Letícia Oliveira; CRUZ, Giseli Barreto da. Pedagogas iniciantes e a multidisciplinaridade nos anos iniciais do ensino fundamental. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 104, e5565, 2023.

SILVA, Sergio Vieira da. A Aula-passeio em Geografia: uma vivência com jovens e adultos numa escola pública da Baixada Fluminense. In: III Semana das Licenciaturas, Anais: Essentia Editora, Campos dos Goytacazes/RJ, 2014. Disponível em: https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/semanadaslicenciaturas/article/view/5764. Acesso em: 29/09/2024.

Notas sobre racismo ambiental e território: uma análise sobre os bairros da Beira Linha e Fátima em Teresópolis, RJ

Georgia Carvalho Silva
Gabriel de Sena Jardim

"No caminho
havia um rio.
E o rio
tinha da navalha
o apurado fio.
E cortou em dois o mundo.

Chamei o peixe.
E o peixe bebeu o rio".
(Mia Couto)

1. Introdução

Entre dois bairros, um rio. Corpo hídrico, corrente, pulsante, mutante, vivo, e quem sabe, a depender da *cosmoperspectiva*, se dotado de sentimentos e personalidade, poluído, sujo, entristecido, principalmente ao perceber realidades tão distintas em localidades tão próximas enquanto suas águas as atravessa, delimitando a paisagem em dois territórios, cada qual com suas especificidades, cujas algumas das suas facetas serão expostas a fim de se apontar a inter-relação entre os conceitos, que retroalimentam a desigualdade e firmam a desconexão ali, somente ali, existente. As notas sobre a realidade que se pretende apresentar podem se assemelhar com outras histórias Brasil afora, mas o recorte escolhido traz uma pitada especial contracolonialista, dada a relevância histórica que se pretende impor em detrimento da valorização regional, às custas do apagamento histórico das

populações originárias e da insistência na exaltação do mito colonial europeu.

O Rio de Janeiro recebeu mais de 3 milhões de pessoas sequestradas durante quase quatro séculos de regime escravocrata e não se sabe ao certo onde estão os descendentes dessas pessoas. E, segundo o relatório anual da ONU Habitat (2022), no Rio de Janeiro há 1.074 favelas, onde vive 22% da população, revelando-se o maior percentual de pessoas vivendo em favelas do Brasil, o que aumenta os desafios em decorrência do crescimento urbano acelerado latente e visível.

O termo racismo ambiental, que vem recebendo certo protagonismo no meio acadêmico e que teve sua adoção importada do sistema norte-americano, surgiu por lá nos anos 1980 da cunha de Benjamin Franklin Chavis Jr e foi adaptado ao sistema brasileiro por Tânia Pacheco por volta do ano de 2007, merece uma abordagem conceitual mais profunda, para que, por outro ângulo, possamos entender como ele está presente em nosso país.

O recorte espacial utilizado para objeto deste estudo compreende o bairro da Beira Linha e o Bairro de Fátima, situados na área urbana do município de Teresópolis (RJ). A partir dali, pretendemos apontar o conflito socioambiental existente, que fica ainda mais evidenciado com o processo de gentrificação pelo qual o Bairro de Fátima vem atravessando. Assim, será importante ainda a apresentação desse conceito, bem como dos conceitos de racismo, racismo estrutural, meio ambiente, território, moradia e direito à cidade.

O supracitado contexto do conflito socioambiental será analisado com o intuito de compreender até que ponto o "desenvolvimento" de um bairro pode impactar no cotidiano de outro, e também o que define a segregação socioespacial de bairros tão próximos, separados apenas pelo leito e margens de um rio, o Rio Paquequer, que os coloca em destinos distintos e distantes. O presente estudo propõe analisar particularidades raciais e sociais desses territórios e verificar quais impactos recaem sobre a moradia, a mobilidade e o meio ambiente dessas populações. Além

disso, a pesquisa visa identificar outros critérios, além dos étnico-raciais, para a falta de salubridade e de políticas públicas, com vistas a diminuir as desigualdades sociais e a escolha da instalação dos novos estabelecimentos comerciais e empreendimentos imobiliários no território contíguo.

A escolha do recorte territorial apontado se deu inicialmente diante do interesse pela conservação e mudança sobre o olhar em uma parte sensível do principal rio que atravessa a cidade de Teresópolis longitudinalmente. A discrepância visual presente especialmente nessa área limitada pelo rio, que contém e espreme uma população inteira contra a topografia montanhosa, enquanto deixa livre a população situada na margem oposta, me remeteu aos tempos da minha infância na Baixada Fluminense, onde convivi por muitos anos em um recorte com algumas características semelhantes, inclusive negligenciais, como a visão sobre um valão, que anos mais tarde nas aulas de Geografia, descobri ser um rio, vivência essa que hoje entendo ter sido repleta de segregação fruto do racismo ambiental. A área também está localizada próximo à minha residência e é frequentada por mim e pela minha família desde 2014, e sou aluna da unidade Beira Linha da Casa da Inovação, projeto em parceria com a UNIRIO. Outro ponto relevante para a escolha foi destacado pelo olhar urbanístico, devido a relevância histórica de ambos os bairros e a crescente expansão de apenas um deles, sendo notória a crescente especulação imobiliária e a mudança de usos perante as leis de zoneamento do bairro que mais se desenvolve, o que pode servir para explorar os conceitos de gentrificação e insegurança da posse.

Para a construção do presente artigo, fez-se necessária a coleta de dados empíricos baseados em entrevistas realizadas com moradores e frequentadores dos dois bairros apontados, além de revisão bibliográfica, análise de fontes secundárias e de anotações produzidas para outra pesquisa acadêmica, assim como de relatórios e documentos produzidos por órgãos oficiais, como ONU Habitat e Prefeitura Municipal de Teresópolis, e por movimentos sociais engajados na luta por direitos humanos e preservação do meio

ambiente (como o MapBioma). Gostaríamos de salientar que, considerando a complexidade do tema abordado neste trabalho, não pretendemos encerrar uma discussão, mas apresentar brevemente os dados de um recorte espacial brasileiro sob uma ótica decolonial, com base em uma proposta de justiça socioambiental.

2. Bases teóricas para uma análise crítica: um estudo sobre racismo ambiental e gentrificação

As bases conceituais e teóricas definidas para o embasamento da pesquisa compreendem noções sobre racismo ambiental e sua relação com o território. De início, porém, convém tratar sobre o conceito de racismo e sua origem histórica, enfrentando os conceitos de colorismo e racismo estrutural, para então tratar do racismo ambiental, com algumas ponderações sobre o colonialismo e o neoliberalismo, considerando ainda o meio ambiente e a qualidade de vida. Em seguida, aborda-se o conceito de território e multiterritorialidades, reforçando os conceitos que dizem respeito à cidade, ao seu direito de uso e às garantias sobre o solo.

A conceituação acerca dos termos Norte e Sul globais, de acordo com a exposição constante nos documentos oficiais da Organização das Nações Unidas (ONU), são relevantes para este estudo, já que os termos surgiram para substituir a ideia de países "desenvolvidos" ou "em desenvolvimento" ou ainda, mais precariamente, quando se utilizava a designação países de "1º mundo" ou "3º mundo". O documento explica que não se trata de mera divisão geográfica, mas da avaliação de certos indicadores econômicos e de qualidade de vida, muito embora a maior parte dos países de baixa e média renda esteja localizada no hemisfério sul.

De um modo geral, o Sul Global compreende países e regiões muito diferentes entre si. No entanto, uma das formas de uso do termo está relacionada à ideia de que esses países podem colaborar para avançarem juntos em questões sociais, econômicas, ambientais e políticas que lhes são semelhantes.

2.1. Racismo: da biologia à política econômica

O racismo é um sistema de opressão estrutural baseado na falsa ideia de hierarquia racial, historicamente reforçada por pseudociências que hoje são refutadas pela biologia – que comprova a inexistência de raças humanas. Apesar disso, parte da população, especialmente a autodeclarada branca, ainda nega sua existência ou a minimiza. Distingue-se do preconceito (julgamento estereotipado) e da discriminação (ação excludente), pois opera como um mecanismo sistemático que perpetua desigualdades, instrumentalizando ambos.

Sua história está ligada à classificação racial, que no século XVIII usou critérios como cor da pele para justificar dominação – como a escravidão africana e o Holocausto nazista. No século XIX, características físicas (crânio, traços faciais) foram erroneamente associadas a atributos morais e intelectuais, criando uma hierarquia artificial que privilegiava brancos. A genética do século XX desmontou essas teorias, mostrando que a variação intrarracial é maior que a interracial, mas o legado dessa pseudociência ainda persiste.

Lélia Gonzalez (2020) destaca como o racismo se tornou uma "ciência" da superioridade branca, hierarquizando não apenas povos, mas também saberes, silenciando vozes não europeias. A classificação racial correlacionou traços físicos com supostas qualidades psicológicas e intelectuais, legitimando a dominação colonial. Essa estrutura, que associava escuridão da pele à inferioridade, revela como o racismo foi (e ainda é) um projeto político de manutenção de privilégios.

2.2. Colonialismo e racismo estrutural

O racismo estrutural é aquele que está presente na estrutura de uma sociedade. Trata-se do racismo camuflado, geralmente inserido na base de sociedades que construíram a sua história e cultura às custas da exploração e da escravização, impregnada de conceitos racistas, como é o caso da sociedade brasileira, resultando

de um processo histórico de desigualdades e desvantagens para o grupo marginalizado.

No Brasil, a colonização e a escravidão criaram uma série de acontecimentos que afastaram a população negra e indígena da cidadania e do poder. Esses acontecimentos resultaram em um racismo que está tão enraizado na sociedade, que acaba por ser difícil de identificar, podendo ser silencioso, dúbio ou jocoso, mas igualmente cruel e doloroso com suas vítimas. Existem vários exemplos que podem ser apontados pelo racismo estrutural no Brasil, como a falta de representação negra e indígena em espaços de poder. As populações vitimadas pelo racismo têm em comum a pobreza e a exclusão por herança colonial.

Aníbal Quijano (2000) associa o racismo estrutural à "colonialidade do poder", demonstrando como as hierarquias raciais e econômicas implantadas no período colonial persistem nas sociedades modernas, perpetuando desigualdades. Segundo o autor, essa estrutura consolida um sistema global que privilegia países colonizadores e saberes eurocêntricos, marginalizando culturas locais e tradicionais. Ao vincular etnocentrismo colonial e classificação racial, Quijano revela como a suposta superioridade europeia foi naturalizada, influenciando até mesmo as elites brancas latino-americanas a reproduzirem interesses alinhados aos das potências dominantes, em detrimento das maiorias trabalhadoras, consolidando assim um capitalismo pós-colonial distorcido.

Franz Fanon (2008), abordou o racismo como um fenômeno sistemático profundamente enraizado nas estruturas sociais e culturais, especialmente no contexto do colonialismo. Este, por sua vez, inaugurou sistemas de poder e privilégio que beneficiam os colonizadores e marginalizam os colonizados, sendo uma forma de violência que desumaniza e afeta o psicológico do indivíduo. O indivíduo não admira sua cor e de seus iguais e passa a se sentir inferiorizado, ou não se reconhecer com aquele fenótipo, negando qualquer ascendência não branca e ainda reproduzindo a opressão que recebe, antes de tudo, de si mesmo.

Assim como Fanon e Quijano, Antônio Bispo dos Santos (2015; 2023) também acreditava na descolonialidade como ferramenta para questionar e enfraquecer essas estruturas coloniais, a fim de resgatar e revalorizar os saberes das culturas marginalizadas pelo colonialismo, o que pressupõe uma reavaliação crítica das formas de conhecimento e de poder que foram naturalizadas pelo eurocentrismo, transformando as estruturas sociais e econômicas que sustentam o racismo.

2.3. O racismo ambiental e o mito da democracia racial

Seguindo com Nego Bispo, não podemos ignorar na narração da história o fato de estarmos exatamente sobre o que ele chama de cemitério continental, onde várias populações foram exterminadas para o benefício de uma pequena sociedade branca eurodescendente, que finge igualdade para manter seus benefícios. Segundo o autor, um dos danos quase irreparáveis do colonialismo teria sido a farsa de que todos são iguais, excluindo possibilidades de outros mundos e desconsiderando qualquer especificidade do sujeito ou da cultura.

Na prática, o racismo ambiental, acontece quando um grupo marginalizado não tem acesso, ou possui acesso precário, a um ambiente saudável, seguro e com serviços básicos ao seu dispor, sendo essa marginalização decorrente, na maioria dos casos, do racismo estruturante das sociedades de base escravocrata colonial.

No caso do Brasil, podemos observar que em locais onde há minorias ou população predominantemente indígena ou negra, como nas comunidades indígenas, ribeirinhas, caiçaras e quilombolas, a população sofre com a poluição do ambiente por terceiros, com a descredibilização do seu direito à terra, ou tem acesso negado a diversos outros direitos fundamentais, como saneamento básico, alimentação de qualidade, espaços de lazer ou mesmo água potável.

Embora por aqui ainda seja pouco conhecido pelas pessoas que de fato são vitimizadas, o termo racismo ambiental é antigo e surgiu pela 1ª vez nos Estados Unidos, na década de 1970,

decorrente das lutas por justiça ambiental no caso da contaminação química em Love Canal, Niagara, Nova York, quando no ano de 1978 os moradores de um conjunto habitacional de classe média baixa tiveram ciência de que suas residências foram construídas sobre um canal aterrado com dejetos químicos industriais e bélicos. Passados quatro anos, os moradores do Condado de Warren, na Carolina do Norte:

> Também descobriram que um aterro para depósito de solo contaminado por PCB (polychlorinated biphenyls) seria instalado em sua vizinhança. Data daquele ano (1982) o primeiro protesto nacional feito pelos afro-americanos contra o que chamaram de 'racismo ambiental'. A partir daí, o movimento negro norte-americano sensibilizou congressistas, e o US General Accounting Office conduziu uma pesquisa que mostrou que a distribuição espacial dos depósitos de resíduos químicos perigosos, bem como a localização de indústrias muito poluentes nada tinham de aleatório: ao contrário, se sobrepunham à distribuição territorial das etnias pobres nos Estados Unidos e a acompanhavam (HERCULANO, 2008, p. 3).

Nos Estados Unidos, o movimento contra o racismo ambiental foi liderado pelo professor, químico e reverendo Benjamin Franklin Chavis Jr., que cunhou o termo e atuou como assistente de Martin Luther King Jr. Segundo a intelectual brasileira Tânia Pacheco (2007), o racismo ambiental se manifesta por injustiças socioambientais que impactam desproporcionalmente populações vulneráveis, independentemente da intenção discriminatória.

No Brasil, o racismo ambiental afeta principalmente comunidades negras em favelas e periferias, marcadas pela falta de saneamento, infraestrutura e habitação digna, agravada pelas mudanças climáticas (BRASIL, 2024). Aqui, o racismo se estrutura de forma sutil, sustentado pelo mito da democracia racial, que historicamente embranqueceu a população enquanto concentrava poder nas mãos de homens brancos, como visto na resistência à Frente Negra Brasileira nos anos 1930.

Essa dinâmica criou uma hierarquia baseada em tonalidades de pele, reforçando privilégios e rejeição de traços fenotípicos não europeus. O legado colonial perpetuou desigualdades espaciais, onde territórios majoritariamente negros e indígenas são alvos de políticas públicas negligentes e da instalação de empreendimentos poluentes.

Em escala global, o racismo ambiental recai sobre países do Sul (África, América Latina, Ásia e Leste Europeu), regiões historicamente colonizadas e tratadas como "populações matáveis". A colonialidade do poder, como aponta Aníbal Quijano, explica essa vulnerabilidade étnico-ambiental, vinculando opressão racial à exploração territorial.

O território que tem maioria étnica/racial historicamente vulnerabilizada, é alvo de uma política, intervenção ou violação a partir de sua história de construção étnica e racial. Na análise de Gonzaléz (2020) sobre o racismo ambiental, o conceito é redefinido, perdendo seu sentido estritamente "racial". A autora propõe que o racismo ambiental afeta etnias e populações tradicionais, como ribeirinhos, extrativistas, geraizeiros, pescadores, pantaneiros, caiçaras, vazanteiros, ciganos, pomeranos, comunidades de terreiro, faxinais, quilombolas, entre outros.

> Racismo é a forma pela qual desqualificamos o outro e o anulamos como não semelhante. Nesse sentido, no caso brasileiro, tornamos até mesmo o retirante, o migrante nordestino, uma "raça": o "homem-gabiru", o "cabeça-chata" tido como invasor da "modernidade metropolitana" (HERCULANO, 2008, p. 17).

A filósofa e escritora Djamila Ribeiro (2024) destaca que no Brasil devemos falar em preconceito de raça/cor, sendo o colorismo uma manifestação do racismo que hierarquiza as pessoas com base na cor da pele, onde pessoas de pele mais clara podem enfrentar menos discriminação em comparação com aquelas de pele mais escura, mas nunca em comparação aos brancos, que são os detentores do privilégio. A autora enfatiza que a experiência da negritude não é universal e que é crucial reconhecer as diferentes

vivências dentro da comunidade negra, acolhendo todas elas. Ainda critica o uso de pessoas negras de pele clara pelo sistema racista para atacar pessoas negras de pele escura, sem refletir sobre o significado histórico da negritude.

O conceito de colorismo foi inicialmente cunhado por Alice Walker, escritora e ativista norte-americana em 1982. Ela definiu colorismo como o tratamento preferencial ou prejudicial de pessoas da mesma raça com base apenas na cor da pele. Em sua obra mais famosa, "A Cor Púrpura", Walker tratou de abordar temas de opressão racial e violência de gênero, destacando como o colorismo afeta a vida das personagens negras, operando uma forma de discriminação dentro das comunidades negras, onde pessoas de pele mais clara frequentemente recebem tratamento preferencial em comparação com aquelas de pele mais escura.

No Brasil, o combate ao racismo ambiental exige uma abordagem decolonial que integre direitos humanos e ambientais, valorizando os saberes tradicionais das comunidades afetadas. Para enfrentar esse problema sistêmico, é essencial implementar políticas públicas que reduzam desigualdades socioeconômicas, garantam participação popular nas decisões, promovam educação ambiental antirracista e adotem ações afirmativas reparatórias, criando estímulos concretos para a inclusão e valorização dessas populações.

2.4. Território e meio ambiente

O conceito de território é um dos cinco conceitos-chave da Geografia, ao lado do espaço, paisagem, região e lugar. No entanto, o conceito de território, assim como os outros, é apenas mais uma forma de analisar uma realidade única, porém, diversa e mutável temporalmente.

Na visão abrangente e multifacetada do renomado geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert (2014; 2021), o território pode ser interpretado a partir de três principais vertentes (jurídico-política, cultural e econômica). Enquanto na visão jurídico-política o território é visto como um espaço delimitado e controlado por um poder – oficialmente o estatal, sob o ponto de vista cultural é

entendido como um produto de apropriação através do imaginário e da identidade social sobre o espaço e sob a ótica econômica é encarado como resultado espacial do embate entre as "classes" e relações de trabalho.

Contudo, a abordagem deste tópico não pode fugir da concepção referencial de Milton Santos, geógrafo brasileiro mundialmente reconhecido, que considerava o território como sendo um conceito elementar para a elaboração de perspectivas sobre o futuro. Santos, pensava o território como um objeto de análise social e temporal, integrando ações e formas simultaneamente no espaço-tempo, tendo em vista que representa a totalidade em movimento, e não o resultado de uma totalidade, sendo fundamental para a construção de uma política de direitos plenos. Segundo Milton Santos:

> O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência (SANTOS, 1996, p. 84).

Ou seja, é no território que tudo se junta: forças, fraquezas, virtudes e perversidades; todas as ações que envolvem as pessoas, as instituições, as empresas, a política, o capital. O território é, portanto, potência e ato que exprime materialidades e exterioriza intencionalidades. Vai além do espaço físico. É como uma dimensão prático-simbólica das relações sociais.

O território se constitui como um espaço dinâmico onde práticas sociais, econômicas, políticas e culturais se materializam, revelando tanto conflitos e contradições quanto relações de solidariedade. Embora marcado por forças hegemônicas, ele também oferece possibilidades de resistência e transformação das desigualdades sociais. Nesse contexto, emerge a "ecologia dos saberes" proposta por Boaventura de Sousa Santos (2000), que valoriza o diálogo entre conhecimentos diversos – desde saberes tradicionais de comunidades até o conhecimento acadêmico –,

reconhecendo que cada forma de saber possui valor próprio e que a marginalização de certos conhecimentos representa um processo político de desqualificação, não mera ausência de conhecimento.

Tal olhar conduz à teoria da confluência de saberes, concebida por Antônio Bispo dos Santos como uma forma contracolonial de valorizar os conhecimentos tradicionais e ancestrais dos povos quilombolas e indígenas, de fortalecer as comunidades e de preservar suas culturas, ao mesmo tempo em que se constrói uma resistência contra as imposições coloniais. É mais que uma mistura de saberes, um "ajuntamento" onde cada conhecimento mantém sua identidade e importância. Para Nego Bispo, essa integração possibilita a resistência ao colonialismo e às práticas predatórias da sociedade moderna, uma vez que os saberes tradicionais, quando partilhados e respeitados, podem oferecer soluções sustentáveis e harmoniosas para os desafios contemporâneos, de forma mais equilibrada e harmoniosa com a natureza.

Tal conceito nos aponta para uma visão ainda mais crítica de território, que vai muito além do espaço físico, pois acomoda o espaço de resistência e de conservação das tradições e saberes ancestrais, sendo um elemento vital sem o qual seria impossível a própria sobrevivência das populações que nele habitam, como no caso dos quilombolas, por exemplo, em que a saída do território pode acabar com a cultura e o próprio povo.

Essa noção de território como organismo onde a vida acontece também é compartilhada por Ailton Krenak (2020; 2022), entendendo que o território não é apenas um pedaço de terra, uma gleba ou um terreno, mas um elemento essencial para a identidade cultural e a sobrevivência dos povos originários. No mesmo contexto, alerta que a destruição ambiental e a perda dos territórios indígenas são tragédias que afetam não apenas os povos originários, mas toda a humanidade.

2.5. Da desterritorialização às multiterritorialidades: a necessidade do pensamento decolonial

A desterritorialização é um conceito que se refere ao processo pelo qual um território perde suas características e funções originais, seja por mudanças sociais, econômicas, políticas ou culturais. É um conceito muito usado para descrever situações em que comunidades são deslocados de seus territórios tradicionais, ou quando as fronteiras e identidades territoriais são transformadas devido a fatores como globalização, migração ou desenvolvimento econômico. Vale citar como exemplo a construção de grandes projetos de infraestrutura, como a usina de Belo Monte, que levou ao deslocamento e até extinção de comunidades inteiras, sem considerar nenhuma questão cultural ou emocional com o território-espaço, ignorando até mesmo a crença no sagrado que ali residia para aquelas populações.

A migração, assim como o desenvolvimento econômico globalizado, provoca processos de desterritorialização quando grupos são deslocados de seus territórios originais e realocados em áreas periféricas, gerando simultaneamente dinâmicas de reterritorialização (criação de novas territorialidades) e multiterritorialidade (sobreposição de espaços e identidades). Como destaca Milton Santos, essa complexidade revela a dualidade do território - enquanto recurso para alguns e abrigo para outros - evidenciando como diferentes grupos sociais (camponeses, pescadores, moradores de periferias) constroem e vivenciam seus espaços de formas particulares, muitas vezes em resistência às forças hegemônicas, demonstrando que os usos do território estão sempre imbricados em relações de poder.

Sob essa ótica, o território é lido frequentemente no diálogo com os movimentos sociais, suas identidades e seu uso como instrumento de luta e de transformação social, cabendo apontar o conceito de corpo-território ou "território-corpo", de Haesbaert, aonde a conceituação vai muito além

> Da clássica associação à escala e/ou à lógica estatal e se expande, transitando por diversas escalas, mas com um eixo na questão da defesa da própria vida, da existência ou de uma ontologia terrena/territorial, vinculada à herança de um modelo capitalista extrativista moderno-colonial de devastação e genocídio que, até hoje, coloca em xeque a existência dos grupos subalternos, especialmente os povos originários. Desdobram-se assim desde os territórios do/no corpo, íntimo (a começar pelo ventre materno), até o que podemos denominar territórios-mundo, a Terra como pluriverso cultural-natural ou conjunto de mundos – e, consequentemente, de territorialidades – aos quais estamos inexoravelmente atrelados. Tudo isso se desdobra hoje dentro daquilo que se designa como pensamento decolonial (HAESBAERT, 2021, p. 332-333).

A concepção de corpo-terra-território para povos originários, afrodescendentes e movimentos de mulheres na América Latina representa uma forma de resistência decolonial que integra gênero, raça, ancestralidade e cultura, conectando o corpo individual ao social. Esses grupos defendem seus territórios – desde seus corpos até seus espaços coletivos – como ato de preservação da vida frente às ameaças coloniais, entendendo que violações contra seus corpos ou direitos urbanos são agressões territoriais. A construção do território se dá tanto na luta contra essas ameaças existenciais quanto no cuidado cotidiano com seus corpos, mentes, habitações e modos de vida, formando assim uma morada integral onde se entrelaçam resistência política e manutenção cultural.

2.6. O espaço urbano e a moradia em tempos neoliberais (gentrificação e insegurança da posse)

No contexto histórico temporal modernista brasileiro, o espaço urbano mais ou menos como apresenta-se hoje foi sendo moldado. As ruas começaram a receber pavimentação para melhor receber os automóveis. Os rios foram canalizados ou até mesmo enterrados, galerizados para gerar mais vias e caberem cada vez mais automóveis. As grandes fábricas da indústria automobilística

começaram a se instalar e precisavam de muita mão de obra para produzir suas mercadorias. A migração em massa do campo para a cidade em busca de melhor qualidade de vida foi um sucesso e ainda liberou grandes áreas para o agronegócio.

A condição atual remete às raízes coloniais e à aliança entre capital internacional e elites locais, aprofundada após o golpe militar de 1964, quando o regime implementou um modelo econômico desenvolvimentista que concentrou renda e promoveu intensa urbanização com arrocho salarial e repressão política. O planejamento urbano autoritário dos militares mostrou-se incapaz de absorver o êxodo rural, levando à expansão desordenada das periferias através de conjuntos habitacionais, loteamentos irregulares e favelas, enquanto os vazios urbanos se tornavam objeto de especulação imobiliária. Esse processo gerou uma crise urbana marcada pela segregação socioespacial, com famílias pobres confinadas em áreas precárias e distantes, agravando o déficit habitacional e os impactos ambientais nas grandes cidades brasileiras.

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade de 2001 abordam essas questões, mas a rápida urbanização continua a gerar problemas. Ermínia Maricato destaca que a urbanização no Brasil criou "cidades periféricas" com mercados formais restritos a uma minoria rica. A especulação imobiliária e a retenção de terras ociosas perpetuam a desigualdade, a falta de moradia e a exclusão social.

A ocupação de áreas ambientalmente frágeis — beira dos córregos, encostas deslizantes, várzeas inundáveis, áreas de proteção de mananciais, mangues — é a alternativa que sobra para os excluídos do mercado e dos programas públicos pouco abrangentes. Não é por falta de leis ou planos que essas áreas são ocupadas, mas por falta de alternativas habitacionais para a população de baixa renda ao longo dos processos de urbanização.

Nas cidades brasileiras, rios, lagos e praias frequentemente se transformam em canais de esgoto, reflexo da precariedade do saneamento básico: 24,3% da população urbana não tem acesso à coleta e tratamento de esgotos. Essa carência é ainda mais crítica em municípios menores – apenas 28,6% dos habitantes de cidades

com até 5.000 pessoas possuem coleta, enquanto em municípios acima de 500.000 habitantes, o índice chega a 83,4% (IBGE, 2022).

Como aponta Maricato (2010), nas periferias, a ausência de saneamento e até de alimentos contrasta com o consumo de produtos tecnológicos de ponta, como smartphones e drones. Essa dualidade revela a coexistência forçada de condições pré-modernas (como moradias precárias e saneamento inexistente) com hábitos pós-modernos, impulsionados por um modelo de consumo globalizado que, mesmo inacessível materialmente à população pobre, domina aspirações e dificulta a construção de alternativas locais sustentáveis.

O escritor Roberto Schwarz (1977) cunhou o termo "ideias fora do lugar" para designar as ideias geradas pelo modo de produção dos países desenvolvidos que são transferidas sem mediações para a realidade dos países periféricos. Um bom exemplo dessa contradição foi a chegada do ideário liberal europeu no Brasil escravista no século XIX. A cultura, a política e a arte praticada pela elite se inspiravam no liberalismo, mas a base da economia era o escravismo.

Os instrumentos de gestão urbana trazidos de fora não levam em conta a realidade dessas localidades, com grande parte da população excluída do mercado privado e da condição legal de moradia, além das condições mínimas aceitáveis de urbanização. Os planos diretores e especialmente as leis de zoneamento ignoram que, na cidade periférica, o mercado residencial privado atende a uma pequena porcentagem da população.

Desta forma, comunidades inteiras vivem em condições ditadas por um mercado imobiliário do qual sequer fazem parte formalmente, estando a mercê dos interesses variantes do capital, que por muitas vezes provoca o esvaziamento urbano, com a intenção de depois se aproveitar da desvalorização para adquirir grandes lotes e "revitalizar" a área, sob o pretexto de trazer melhorias e desenvolvimento.

O processo ao qual me refiro passa pelo conceito de gentrificação, que ocorre sob o pretexto da renovação urbana, em locais já esvaziados ou degradados, que passam a receber muitos

investimentos e mudanças para atrair moradores ou consumidores de renda mais alta. Isso gera um impacto no aumento dos imóveis, do custo de vida e nas mudanças de uso geradas pelas oportunidades comerciais, transformando de tal modo a localidade ao ponto de não ser mais atraente ou possivelmente habitável para seus moradores originais, que não conseguem mais arcar com o elevado custo, ou que se sentem inseguros diante da nova vivência.

O termo gentrificação tem origem nos estudos da pesquisadora britânica Ruth Glass e apareceu pela primeira vez em sua pesquisa publicada no livro "*London: Aspects of change*" – Londres, Aspectos de mudança (Glass, 1964). É decorrente do termo "*Gentry*", que se referia à classe local mais alta. No livro ela descreveu a transformação dos bairros de classe trabalhadora, como *Notting Hill* e *Islington*, que foram gradualmente sendo ocupados por moradores de renda mais alta, com as casas antigas sendo reformadas e transformadas em residências mais caras, deslocando os antigos moradores de renda mais baixa, alterando completamente o caráter social da área.

A gentrificação, embora revitalize áreas degradadas e impulsione a economia local, age como uma faca de dois gumes ao desconsiderar os moradores originais e suas relações com o território, elevando custos e expulsando comunidades para regiões mais distantes – um processo de desterritorialização. Contudo, alternativas como a urbanização de favelas, que combinam requalificação física com participação comunitária, oferta de empregos e serviços públicos, vêm se mostrando eficazes em países periféricos. Essas intervenções não só melhoram a qualidade de vida e reduzem desigualdades, mas também recuperam áreas ambientalmente frágeis, equilibrando desenvolvimento urbano e inclusão social.

Sabe-se quão acirrada é a disputa pela terra nas cidades. A criação de movimentos internos de moradores de favelas garantiu a conquista pela permanência em áreas bem localizadas nas cidades, diante da indesejada remoção para áreas distantes como queria o Estado ou o mercado imobiliário. No Brasil, entre 1980 e

1990, após a ditadura militar, surgiram diversos movimentos para fortalecer a moradia popular, como o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM) e a União Nacional por Moradia Popular (UNMP). A Confederação Nacional de Associações de Moradores (Conam) também foi fundada em 1982. Esses movimentos culminaram na Constituição de 1988, que incluiu um capítulo sobre política urbana e reconheceu o direito de posse de moradores de favelas e periferias.

Em suma, a questão social da terra – e dos imóveis urbanos – é crucial para todos aqueles que querem cidades mais justas e ambientalmente menos predatórias. A função social da propriedade se refere ao limite que deve ter seu possuidor de usufruí-la diante das carências sociais e também diante das irracionalidades causadoras da depredação ambiental.

Segundo estimativa da ONU (2022), apesar da desaceleração percebida na velocidade da urbanização em nível global nos anos de 2020 e 2021 devido à pandemia de COVID-19, a população urbana continua em crescimento, e a previsão é de que cidades em todo mundo tenham 2,2 bilhões de habitantes a mais até 2050, o que representa cerca de 68% da população mundial estimada vivendo em áreas urbanas, contra os 55% que vivem atualmente. Essa tendência torna mais grave a crise da insegurança da posse, que afeta principalmente as populações mais vulneráveis, diante da impossibilidade de permanecer no local onde viviam, seja pelo aumento do preço decorrente da maior disputa pelo mesmo ou menor espaço, seja decorrente de *booms* mercadológicos internacionais, ou por meio da usurpação de terras, seja para reforma urbana, grandes projetos, megaeventos ou mesmo por causa de desastres naturais decorrentes das mudanças climáticas e conflitos armados.

Assim, verifica-se que as estratégias de planejamento urbano e as formas de gestão do solo têm uma grandiosa incidência sobre as possibilidades de acesso – ou bloqueio – à terra urbanizada para os moradores de menor renda. Ou seja, que os mecanismos de inclusão/exclusão da cidade são decididos de forma jurídico-

administrativa, tendo as políticas de planejamento, administração e gestão da terra enorme poder de impactar nessa matriz de segurança/insegurança.

3. Os territórios pesquisados

O recorte escolhido para pesquisa compreende os bairros da Beira Linha e o Bairro de Fátima, que estão situados em Teresópolis, cidade do interior da Região Serrana fluminense. O município ocupa uma área de aproximadamente 770,6 quilômetros quadrados, correspondente a 12,5% da região, sendo 64KM2 deles em área urbana, localizado a aproximadamente 94KM ao Norte de distância da Capital do Estado do Rio de Janeiro. Os limites municipais, no sentido horário, são: Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto, Sumidouro, Nova Friburgo, Cachoeiras de Macacu e Guapimirim. A cidade é servida por duas estradas federais: a BR-116, que acessa Guapimirim ao sul e São José do Vale do Rio Preto ao norte, e a BR-495, estrada serrana que alcança Petrópolis, a oeste. A rodovia estadual RJ-130 acessa Nova Friburgo, a leste.

Sua população era de 165.123 habitantes em 2022, segundo os dados do último Censo, com uma densidade demográfica de 213,52 habitantes por quilômetro quadrado, estando entre as mais elevadas do Estado do Rio de Janeiro, perdendo apenas para algumas cidades da Baixada Fluminense. Trata-se de uma taxa muito acima da média da Região Sudeste, que é de 91,76 habitantes por quilômetro quadrado, ou mais distante ainda da média nacional que é de 23,86 habitantes por quilômetro quadrado.

Consta em alguns escritos que antes da chegada dos primeiros portugueses à região de Magé, no século XVI, o local era habitado por índios Timbira, Tamoio e Temiminó, da tribo de Araribóia, chamados pejorativamente por seus inimigos de “maracajás”. Na parte alta, que atualmente corresponde à Serra dos Órgãos, foi registrado o povoamento dos Guaranis, além do Quilombo da Serra, que abrigava escravos fugitivos das fazendas de cana-de-açúcar da baixada mageense.

Os quilombos, ou mocambos, eram nomes dados a qualquer acampamento com mais de cinco "negros", termo usado tanto para escravizados africanos ou indígenas. Esses mocambos se organizavam em várias áreas na região da Serra dos Órgãos até as margens do Rio Paraíba do Sul e o Rio Guandu. Era comum os escravizados africanos se unirem aos indígenas da região para formar essas comunidades. Eram grupos organizados, armados e insatisfeitos, causando terror na classe senhorial. O grupo que resiste até hoje na região ficou conhecido como Quilombo da Serra.

Em 1818, o comerciante anglo-português George March arrendou e, posteriormente, adquiriu a Fazenda Sant'Anna do Paquequer, no alto da serra fluminense, criando uma fazenda-modelo inspirada nos padrões ingleses. A propriedade produzia hortaliças, frutas e cereais, abastecendo o Rio de Janeiro, e mantinha cerca de 150 pessoas escravizadas sob rígida disciplina, conforme relatou o naturalista George Gardner (1849) na década de 1830. Após a morte de March em 1845, seus herdeiros e a empresa Antônio Fernandes Coelho & Cia fragmentaram as terras, vendendo lotes para veraneio, consolidando a vocação turística da região.

A chegada do trem no século XIX impulsionou Teresópolis, facilitando o acesso à capital e dinamizando o turismo e o comércio. No entanto, na segunda metade do século XX, a desativação da ferrovia — agravada pela transferência da capital para Brasília e pela priorização do transporte automotivo — mergulhou a cidade em estagnação econômica, com redução de visitantes e infraestrutura deficiente.

Com o fim da Estrada de Ferro, trabalhadores da ferrovia, operários e famílias de baixa renda ocuparam os trilhos desativados a partir dos anos 1950, dando origem ao bairro Beira Linha. A ocupação, impulsionada por terrenos acessíveis e proximidade com o centro, transformou áreas antes ferroviárias em espaços residenciais populares, marcando uma nova fase na urbanização da região.

O bairro cresceu longitudinalmente ao longo da margem direita do Rio Paquequer, delimitado pela Colina dos Mirantes,

área verde com topo de morro onde situa-se o Mirante da Colina, e ocupa uma área de cerca de 100.000 m2.

A infraestrutura do bairro foi sendo construída aos poucos, muitas vezes de forma improvisada e baseada na autoconstrução, refletindo a ausência de planejamento urbano adequado. O túnel onde passava o trem foi fechado, sendo objeto de tombamento pelo patrimônio histórico do Município através da Lei Municipal Nº 2.677, de 30 de junho de 2008. O espaço imediatamente em frente à entrada do túnel foi transformado em uma quadra para uso dos moradores, mas segundo relatos frequentes encontrados na pesquisa, carece de manutenção.

Figura 1 – Túnel da Beira Linha em 3 diferentes momentos: da esquerda para direita: ano de 2024, 2014 e 2018



Fontes: Acervo pessoal e internet.

No entanto, observou-se que a comunidade local vem demonstrando resiliência, criando laços sociais fortes e iniciativas comunitárias para enfrentar os desafios e infraestrutura e serviços públicos insuficientes. Segundo verificado *in loco*, o bairro conta com farmácia, minimercados, quitandas, padaria, lanchonetes, bares, loja de artigos de informática, salões de beleza e barbearias, brechós, oficinas mecânicas, serralheria, *petshop*, unidades educacionais e igrejas, além de

serviço de coleta de lixo e transporte público. A Unidade Básica de Sáude (UBS) que atende a localidade está localizada na outra margem do rio, no Bairro de Fátima. Assim, o bairro da Beira Linha vem se consolidando como uma área de significativa importância social e política, mesmo diante das adversidades.

Já o Bairro de Fátima, Fátima ou Bairro Nossa Senhora de Fátima, ganhou o mesmo nome em razão da principal igreja católica do bairro, construída no final dos anos 1960, quando a região estava passando por processo de urbanização. Com vários lotes e terrenos à venda, muitas famílias de origem portuguesa adquiriram esses terrenos formais, e em sua maioria construíram casas unifamiliares para servir de residência de repouso ou veraneio. Diferente do seu bairro vizinho, foi um bairro formalmente planejado, sendo visivelmente bem menos adensado, com uma concentração urbana muito menor e com mais áreas verdes, calçadas e espaços livres públicos.

Atualmente o bairro abriga diversas escolas de grande porte, públicas e privadas, além de padaria, farmácia, madeireira, loja de material de construção, restaurantes, bem como o DETRAN, um CAPS, e igrejas e casas espíritas.

A Casa de Cultura Adolpho Bloch, importante equipamento público cultural da cidade, também situada no bairro, bem próxima à margem direita do rio, inaugurada em 1988, após quatro anos de obras, compondo o seu entorno a Igreja Nossa Senhora de Fátima, o Centro Educacional Nossa Senhora de Fátima, casas residenciais e a praça Juscelino Kubistchek, aberta e arborizada, com bancos, *playground*s, mesas de jogos e áreas de exercício e estar. A Casa de Cultura abriga a sede da Academia Teresopolitana de Letras (ATL) e da Sociedade dos Artistas de Teresópolis (SOARTE), além do centro de atividades culturais ser subordinado à Secretaria Municipal de Cultura, tendo por finalidade o desenvolvimento cultural da população.

Segundo dados do IBGE, a população do Bairro de Fátima no ano de 2010 era de 1.600 habitantes, sendo 830 mulheres (51.9%) e 770 homens (48.1%), possuindo um total de 840 domicílios.

Considerando que, para o IBGE, o bairro Cascata Guarani é junto com o Bairro da Beira Linha, e que ambos ocupam uma área de aproximadamente 188mil m2, sendo 100 mil m2 desses pertencentes à Beira Linha, os dados do Censo do mesmo ano apontam uma população de 3.131 habitantes, sendo 1.644 mulheres (52.5%) e 1.487 homens (47.5%), possuindo um total de 1.263 domicílios.

4. Apresentação e análise de dados

4.1. Sobre a coleta de dados

A pesquisa para coleta de dados sobre o local foi realizada em quatro etapas, sendo três delas presenciais e a última *online*, além da revisão bibliográfica aplicada. Na primeira etapa, foram realizadas 3 visitas aos bairros, nos dias 09/05/2024, 22/05/2024 e 06/06/2024, quando foram feitas algumas imagens e a coleta inicial de dados para a confecção de mapas. Na segunda etapa, foi feita uma nova visita, no dia 09/07/2024, para verificação e correção de alguns itens do mapa e produção de mais material fotográfico e vídeo. A terceira etapa, a última presencial, se deu através de quatro visitas para coleta das entrevistas, nos dias 15, 18, 22 e 31 de outubro, em horários diversos. A escolha dos participantes foi aleatória em ambos os bairros, obedecendo à vontade, ao tempo e à disponibilidade de cada participante. A quarta etapa foi acontecendo de maneira virtual assíncrona e decorreu justamente da indisponibilidade de certos participantes responderem no momento da abordagem, tendo os questionários sido respondidos nos dias 16, 18 e 31 de outubro de 2024.

Diante desse cenário, verificou-se através das muitas visitas que as ruas do Bairro de Fátima mais próximas ao rio, e consequentemente mais próximas à Beira Linha, não são totalmente asfaltadas, com grande parte ainda sem nenhum tipo de calçamento. Isso favorece o escoamento pluvial devido à permeabilidade e traduz-se em um fato positivo para o meio ambiente, mas, por outro lado, reflete o descaso e desinteresse por

essa parte do bairro. Além das construções acima do gabarito permitido, percebe-se nessa parte específica uma tentativa de esconder a favela, com uso de mecanismos como as próprias construções e paisagismo para ocultar a vista do aglomerado de casas no Bairro da Beira Linha, como uma simples escolha de não querer enxergar outras realidades.

O novo comércio que vem se inserindo no Bairro de Fátima em razão da sobrecarga comercial e elevados preços praticados no bairro do Alto, não é voltado para os moradores do entorno, tendo a pesquisa apontado que poucos frequentam de fato o local. Da mesma forma que não atende aos moradores do Bairro da Beira Linha como consumidores, o novo comércio também não gera empregos locais para esses moradores do bairro vizinho, que vivem cada vez mais ilhados em seu próprio bairro e seguem conectados ao comércio mais popular da Várzea como principal meio de abastecimento e consumo.

A mobilidade urbana, tanto para acessar a Várzea quanto os bairros mais distantes, ou serviços de saúde de emergência, por exemplo, também é bastante dificultada, principalmente em razão da carência de transporte público organizado e acessível. Isso decorre do monopólio da empresa de ônibus que opera na região, sem controle efetivo de horários por demanda. Observa-se uma carência de mais pontos de ônibus e veículos de melhor qualidade e maior conforto, além da falta de infraestrutura nas paradas, que muitas vezes não são bem sinalizadas, muito menos cobertas adequadamente. Muitos dos atores entrevistados disseram se locomover a pé pela cidade, chamando a atenção para o mau estado de conservação das calçadas, a falta de acessibilidade e a ausência de suporte ao pedestre, como banheiros públicos ou áreas de espera cobertas, considerando que a cidade tem um clima úmido.

Conforme constatado através dos relatos colhidos por meio de entrevista, o Bairro da Beira Linha tem de tudo um pouco, mas no quesito de bens de consumo, principalmente de gêneros alimentícios, os valores praticados ali dentro são consideravelmente

mais altos do que na região central da cidade, o que por si só já configura o deserto alimentar que segue o racismo ambiental.

A pesquisa de campo teve o objetivo principal de examinar e entender o perfil da população preta e parda dos bairros da Beira Linha e de Fátima, assim como os efeitos ambientais no dia a dia desses moradores, a percepção do racismo na formação e transformação do espaço social de Teresópolis e as estratégias de combate a esses efeitos. Foram ouvidos treze moradores e frequentadores da Beira Linha e do Bairro de Fátima, entrevistados a partir de um roteiro semiaberto acerca dos problemas pertinentes aos bairros e de questões ambientais. Questionou-se ainda sobre identificação de gênero e raça, além de condições de moradia e mobilidade. Abstive de perguntar sobre a atuação de eventual "poder paralelo" em razão das diversas dificuldades encontradas para inserção na comunidade, porém foi perceptível a presença de olhares atentos aos movimentos da pesquisa.

4.2. Sobre a análise

Acerca das informações tabuláveis sobre os participantes da pesquisa, sobre identidade de gênero, das 13 (treze) pessoas entrevistadas, sete delas, ou seja, 53,8% responderam ser do gênero CIS/Feminino e seis pessoas, 46,2%, do gênero CIS/Masculino. Dentre essas pessoas, apenas uma se declarou bissexual e uma homossexual, representando 7,7% cada, e todas as outras 10 pessoas (84,6%), se declararam heterossexuais. Sobre autodeclaração racial, dentre os 12 participantes, cinco se declararam pardos (38,5%), cinco se declararam brancos (38,5%) e três se declararam pretos (23,1%). Sobre as profissões: dois são arquitetos, dois professores, dois barbeiros, um cabeleireiro, uma cozinheira, uma costureira, uma caixa de farmácia, uma vendedora, uma catequista e um aposentado.

Diante das respostas encontradas, cabe destacar que nenhum dos participantes que se relacionam somente com o bairro da Beira Linha estavam familiarizados com os conceitos de racismo ambiental, tampouco com o de gentrificação. No bairro vizinho, três

participantes estavam familiarizados com este último conceito, e seis participantes já haviam escutado falar sobre racismo ambiental.

Vale destacar ainda a participação do entrevistado de nome fictício JF, que vive em uma condição muito peculiar que merece ser relatada. O participante não é da cidade, é natural do Espírito Santo e mora em um ônibus transformado em *motorhome,* no qual viaja por vários estados. Informou que chegou a cerca de 6 meses na cidade, e resolveu estabelecer-se ali (na margem esquerda do rio) para ter um endereço fixo e pretende permanecer até que o INSS resolva sua aposentadoria. Reside com sua companheira em um terreno cercado por ele mesmo, bem junto ao rio, fora da Beira Linha e na parte "esquecida" de Fátima. Explicou que recebeu autorização para estabelecer-se ali e faz as vezes de guardião daquele pedaço, recolhendo lixo, promovendo a educação ambiental e contatando à administração pública quando a margem fica muito cheia de entulho ou outros resíduos grandes.

Quanto ao questionamento acerca dos problemas dos bairros, foi relatado pelo participante de nome fictício Antônio, morador do bairro de Fátima, que há falta de infraestrutura urbana básica, como mobiliário público, lixeiras e pontos de coleta seletiva; a pracinha de Araras e a Casa de Cultura, apesar de muito frequentadas, têm equipamentos precários; a margem do Rio Paquequer, que poderia ser um parque linear, está abandonada, virando um matagal perigoso com lixo e entulho.

Outra participante, moradora do Bairro de Fátima, de nome fictício Maná, também arquiteta e urbanista, ao ser questionada acerca dos problemas dos bairros relatou que os pontos de coleta seletiva foram removidos, o caminhão não passa em várias ruas, e há escassez de lixeiras públicas, levando ao descarte irregular de lixo nas ruas e no rio. Apesar da obra de drenagem na Rua Tietê, os alagamentos persistem, e buracos voltam a se abrir no asfalto. O rio, extremamente poluído por falta de saneamento, virou foco de doenças.

Outro entrevistado, Bruque, considerou que recentemente convive com cheiro de fritura diariamente dentro de seu próprio apartamento, na Rua Tietê, "decorrente dos novos bares que são

perto de casa". Acrescentou ainda que o lixo fica acumulado diretamente nas calçadas nas vésperas de 2ª, 4ª e 6ª feiras até a chegada do caminhão da coleta, que não tem horário certo para passar, podendo o permanecer durante o dia inteiro, o que o preocupa em época de chuva. Relatou também que a noite e aos finais de semana "o clima é diferente", com mais turistas e pessoas de fora.

A frequentadora de ambos os bairros, de nome fictício Maria, relatou que não mora nos bairros, mas os frequenta, principalmente, o bairro de Fátima, desde criança, principalmente das Capelas católicas dos dois bairros. Já trabalhou na escola de Fátima, onde seu filho estudou no mesmo período. Disse que tem familiares que moram em Fátima a quase 30 anos e desde adolescente caminhava, corria, passava pelo bairro de Fátima. "Era caminho e caminho agradável". Acrescentou que não há cuidado com o lixo, nem com o rio. E que as ruas carecem de limpeza pública, e possuem espaços limitados para deslocamento diante do excesso de veículos. Relatou ainda que falta iluminação pública e que a rua segue sem manutenção adequada, com pouca opção de transporte coletivo.

Ao realizar a mesma pergunta para os moradores do bairro da Beira Linha, sobre os problemas dos bairros, a participante Lady respondeu que:

> A casa de cultura é boa, mas depois de certa hora fica **vazia** e as vezes é muito suja. Final de semana não tem nada de especial na praça como tem no Alto e na Várzea... só as pessoas daqui mesmo que vão. Tem muito **lixo nas calçadas fora daqui.** Sacos de lixo e lixo espalhado, aqui **não tem varredor de rua** mas não tem tanto lixo. Só alguns vizinhos que o caminhão acaba de passar a pessoa coloca pra fora e fica lá 2 dias. Se chove vai pro rio, mas pouca gente liga (grifos meus).

Outra moradora do mesmo bairro, Sol, respondeu que "Varredor de rua não tem". Apontou os dias de coleta de lixo as 2.ª, 4.ª e 6.ª feiras como suficiente. Relatou problemas de mobilidade. Os

carros estacionados na rua e os carros permanentemente parados atrapalham a locomoção pelas ruas estreitas. Outro morador respondeu que precisaria ter melhor cuidado com as coisas que tem e mais opções de lazer na casa de cultura ou algum lugar perto. Relatou a carência por mais áreas naturais, melhor cuidado do entorno com o lixo, iluminação e calçadas, coberturas das paradas de ônibus, e talvez mais pontes para entrada e saída do bairro.

Ao fazer a mesma pergunta para o participante JF, o que vive no *motorhome* na margem de Fátima e frequenta a Beira Linha, esse respondeu que ao seu ver "o pior é o **entulho que é despejado normalmente na beira do rio**, bem ao lado de seu endereço (a prefeitura sabe e vem retirar quando está muito cheio). Todo o restante do lixo da região fica exposto mesmo em dias sem coleta. A coleta acontece 2a, 4a e 6a e os comércios deixam tanto na véspera, quanto no dia, ou seja, fica lixo na porta a semana toda". Relatou ainda a falta de educação ambiental como sendo um problema grave, embora ele mesmo esteja residindo sem qualquer afastamento da margem ou sabia onde são descartados seus dejetos.

Foi unânime o apontamento do lixo comercial como sendo um grave problema ambiental e da qualidade de vida para todos os moradores entrevistados, tanto da Beira Linha quanto do bairro de Fátima, sendo alertado ainda por alguns participantes a falta de consciência ambiental em relação ao rio, que serve inclusive de vala para escoamento do esgoto *in natura* de várias casas, o que pode ser visto *in loco* a olho nu.

Ao serem perguntados sobre a forma como viam as recentes mudanças no bairro de Fátima, a participante Sol disse não saber informar pois para ela é indiferente o que acontece fora da Beira Linha, os participantes Calé, Willy, Silas, Lady e Lua, todos também da Beira Linha, viram como positivas as mudanças no bairro vizinho, já que antes era "morto" e agora ganhava visibilidade, com mais pessoas frequentando. Todos esses acreditam que a valorização do bairro vizinho é boa para o bairro deles. O participante JF alegou não saber responder, pois não sabia dizer como era antes, mas atualmente achava tudo muito caro, em

ambos os bairros e até mesmo na padaria. Os participantes Antônio, Maná, Bruque e Maria, por sua vez, não veem com bons olhos as mudanças e apontaram os aspectos negativos do processo de desenvolvimento em curso, merecendo destaque a fala da Maná, que aponta a gentrificação ao relatar

> Uma certa tristeza, porque sei que eventualmente vai deixar de ser um bairro de escala mais humana, só de casas, para virar um monte de prédios (assim como ocorreu com Agriões). Acho bom a presença de comércios, pois permite a preservação de ao menos algumas casas ao longo das vias principais e fornece mais serviços próximos. Mas certamente seria melhor se fosse um comércio mais diversificado e não só voltado para bares, cafés e restaurantes caros. A tendência dessa forma é que só afaste quem tem menos dinheiro mesmo. O caminho atual é claramente o da gentrificação mesmo. Vai só virar mais um bairro engarrafado de classe média alta.

Ao serem questionados sobre os desejos para os bairros e para o entorno, foi apontada de um modo geral a necessidade por mais espaços públicos melhores e em maior quantidade, em especial com equipamentos voltados para as crianças que abranja diferentes faixas etárias. Também se apurou o desejo por um mercado de médio porte e hortifrútis de mais qualidade, com preços competitivos e mais acessíveis, como na Várzea.

Também se mencionou a possibilidade da criação de um parque urbano linear na margem esquerda do rio, ainda livre, próximo de onde vive o entrevistado JF, o que ampliaria as opções verdes e ajudaria na manutenção da Faixa Marginal de Proteção e na recuperação da mata ciliar, considerando se tratar de uma Área de Preservação Permanente. A intervenção no sistema de trânsito e de transporte também seria muito bem-vinda, com elementos mais atuais de controle de tráfego, como travessias elevadas para pedestres e urbanismo tático no entorno da praça e do rio.

Um dos participantes sugeriu o estreitamento dos largos cruzamentos por meio da criação de praças nas esquinas, criadas mediante o alargamento das calçadas, priorizando os pedestres. A

colocação de mais lixeiras públicas, além do retorno dos pontos de coleta seletiva também foi uma demanda trazida pelos moradores de Fátima.

A criação de mais passarelas sobre o rio, conectando melhor o bairro da Beira Linha ao entorno foi uma demanda trazida exclusivamente pelos moradores desse bairro, além de desejarem coberturas sobre as paradas de ônibus existentes e a melhoria das calçadas. A criação de uma "orla fluvial" também foi sugerida por um dos moradores, que passariam a ter mais opções de lazer e de encontros comunitários, possibilitando um estreitamento de laços entre o corpo hídrico e a comunidade com vistas à preservação.

5. Considerações finais

Os resultados da pesquisa apontam para o fato de que o território de Teresópolis foi enormemente moldado pelo colonialismo com o fito de atender às demandas estabelecidas e geradas por este, relegando toda existência anterior ao colonizador como selvagem, por não estarem de acordo com seu manual civilizatório. Ao que parece, a população de um modo geral é bastante conservadora e mostra-se bem confortável com o mito da colonização inglesa da cidade, como que preenchendo a ânsia de ter um colonizador europeu para chamar de seu. Verificou-se em alguns momentos uma enorme carência de educação urbanística, patrimonial e ambiental, e certa dose de inconsciência racial e de classe também.

A problemática encontrada no Bairro de Fátima preenche exatamente os requisitos propostos por Walsh (1985) ao criar o conceito de gentrificação, qual seja, trazer uma nova vida, novos usos, para uma área antes destinada para moradia de população trabalhadora, remodelando-a para ser ocupada/usada por pessoas com maior poder aquisitivo, vindas de fora daquele território e que nada tem a ver com este. Essa mudança acompanha a especulação imobiliária, o impacto ambiental e a mudança de toda a atmosfera do bairro, cujos preços praticados ficam cada vez mais altos,

afastando os antigos moradores, tal como vêm acontecendo a cada dia no Bairro de Fátima, com a anuência da autoridade municipal.

Quanto ao temas abordados pelos moradores do bairro da Beira Linha e segundo o observado nas visitas locais, a limpeza pública inadequada, assim como a carência de manutenção das áreas públicas, além da falta de oferta de alimentos de qualidade a preços justos, somados à falta de saneamento básico e de calçamento nas vias do entorno, assim como a ausência de áreas arborizadas ou de passeio público e o grande adensamento populacional não planejado, se encaixam perfeitamente no conceito de racismo ambiental proposto, principalmente se tomarmos em consideração a origem histórica da formação do bairro e o perfil da população que compõe o território.

Foi possível perceber ao abordarmos o tema do racismo ambiental que as pessoas que mais sofrem com ele não têm sequer ciência da violência sofrida. Seja em razão do mito da democracia racial, seja por negação ou por pura proteção mesmo. Antes da conversa, muitas pessoas não sabiam ou não se consideravam alvo desse tipo de racismo, até perceberem algumas coincidências no agrupamento e nas políticas públicas (ou na falta delas) em seus territórios. Por outro lado, as pessoas entrevistadas de fora do bairro, que não sofrem essa violência, já ouviram sobre o termo, e estão alertas para as mudanças em curso, pois de alguma forma também sentem estarem se distanciando do território, principalmente por fatores econômicos e de bem-estar.

Percebeu-se, ainda, que a população mais vulnerável viu com bons olhos o novo comércio, embora a maioria nunca tenha frequentado. Mas acreditam que a valorização do bairro vizinho proporcionará a valorização também do seu bairro, o que pode significar valorização dos imóveis ali existentes e uma mudança do seu padrão de vida.

De modo geral, esse não é um pensamento muito errado, mas que reflete o desconhecimento das camadas abaixo dessa valorização. Quando uma área é gentrificada ao ponto de escancarar as discrepâncias sociais e econômicas de seu entorno, o

próximo passo tende a ser uma pseudo valorização imobiliária da área mais vulnerabilizada, gerando um leve aquecimento do mercado imobiliário interno, com aumento dos aluguéis e das propriedades para quem já vive ali. Mas ao disporem de seus imóveis por valor acima do esperado, logo percebem que não é mais possível adquirir outro imóvel semelhante no mesmo local, ou se manter ali mediante aluguel, sendo obrigados a procurar lugares mais acessíveis, não raro, mais distantes e menos urbanizados, trazendo insegurança da posse para toda a comunidade, que passa a ser alvo de especulação imobiliária e até mesmo remoções forçadas.

No caso específico da Beira Linha, a comunidade encontra-se mais protegida como um todo, uma vez que foi classificada como ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), que são as áreas do território urbano destinada a melhorias habitacionais e urbanísticas para a população de baixa renda com vistas à recuperação ambiental, criadas para garantir o direito à moradia digna e segura, regularização fundiária e para criação de novas habitações de interesse social e habitações de mercado popular.

Esse e outros mecanismos têm sido adotados com a intenção de proteger as comunidades que estão sob o foco da especulação imobiliária. Essas práticas de mercado, que inicialmente parecem trazer progresso e melhorias para a comunidade, muitas vezes resultam no deslocamento de famílias e agravam a crise habitacional e o acesso à terra. Em essência, o interesse central está no lucro e no potencial especulativo daquele território. O capital visa desterritorializar, desarticular e consumir o máximo possível, quase em um sentido neocolonial.

Constatou-se que a crescente gentrificação do bairro de Fátima impacta severa e diretamente no Bairro da Beira Linha e na vida de seus moradores, ainda que eles não percebam, mas que se mostra cada vez mais distantes da realidade encontrada logo após a passarela que atravessa o rio, levando a dois extremos, o da reclusão dos moradores e ilhamento dentro da comunidade ou o da aspiração por fazer parte da cidade formal e vibrante que existe ao redor, sem

condições financeiras para tanto, o que pode gerar outros traumas, como desvalorização pessoal, depressão e por aí vai.

Ao abordar a relação dos impactos severos diretamente perceptíveis pela população de ambos os bairros, tanto do bairro gentrificado, quanto do bairro que sofre racismo ambiental, o principal e mais imediato ônus referiu-se ao lixo gerado por esse novo comércio do bairro de Fátima. Assim, esse comércio parece atender somente às demandas neoliberais, apenas dando sequência ao projeto predatório colonizador, tendo em vista essas pessoas abastadas saem de suas residências para se divertir, comer, beber, confraternizar, gerando lucro para o empresário, que sequer se importa em alocar adequadamente o lixo de seu estabelecimento, que deveria ficar em tonéis vedados, impedindo a proliferação de pragas e vetores e devidamente protegidos de possível chuva ou enchente que possa arrastá-los para o rio, uma vez que na ocorrência das cheias, os moradores da Beira Linha são os mais afetados.

A impressão que se tem é que o Bairro de Fátima, na qualidade de bairro formal, segue livre, não apenas para se desenvolver economicamente, sem aparente preocupação alguma com os reflexos na área vizinha e no meio ambiente, especialmente no rio que as separa, mas também para gozar dos novos espaços, deixando para a população local apenas o indesejado, que já não se aproveita mais.

Assim como na época da colonização cabia aos "tigres" a retirada dos dejetos dos seus donos, a visão colonialista se perpetua, de modo análogo, cabendo à população local cuidar de dar cabo aos restos do que os mais abastados por ali consumiram.

Sabe-se que em razão da falta de planejamento urbano, o crescimento desordenado desta parte da cidade pode pôr em risco a comunidade vizinha, cujas construções são menores e mais precárias, estão localizadas mais próximas ao rio e ainda ficam espremidas entre a margem e a encosta, estando mais vulneráveis a desastres climáticos, além de não terem muito como se expandir, acabando por se fechar cada vez mais. O que destaca ainda mais a necessidade de um planejamento urbanístico mais justo e

ambientalmente correto, com mobilidade urbana eficiente para garantir o acesso à cidade, a partir da descentralização dos serviços, diminuição dos deslocamentos casa-trabalho e encurtamento das distâncias para a prática das atividades cotidianas.

Além disso, pensar em mobilidade urbana vai muito além do que restringir a circulação de carros, ampliar o número de ciclovias ou priorizar o transporte coletivo público sobre o privado. É preciso criar alternativas para a inserção segura e confortável de todas as pessoas na dinâmica da cidade, oferecendo múltiplas possibilidades para que elas ocupem o espaço público e circulem por ele, transformando esse processo em uma rica experiência de interação e integração social, enriquecendo ainda mais a ideia de urbanidade e cidadania.

Como o conceito de racismo pressupõe uma ação discriminatória sistêmica, o racismo ambiental sofrido atinge a todos da comunidade Beira Linha, inclusive os autodeclarados brancos, tendo em vista tratar-se de um território afirmadamente guetizado, com histórico de ocupação pela população negra, hoje mais embranquecida pelos processos miscigenatórios, com injustiças sociais e ambientais visíveis que afetam de maneira severa a população da região, mais vulnerável.

Foi observado ademais que a colonização da terra e da moradia pelas finanças é um processo global poderoso, que segue em pleno desenvolvimento hegemônico. A conscientização acerca desse movimento tende a desencadear contramovimentos de resistência, que exijam seus próprios espaços, suas paisagens culturais e potencializem uma nova geografia própria, ao ponto de romper com a prática do uso mais lucrativo do solo urbano e enfatizar o direito à moradia, à cidade e a reapropriação dos espaços comuns.

Voltando aos ensinamentos de Boaventura Santos (2000), a ecologia dos saberes deveria estar presente no dia a dia, inspirando e valorizando as escolhas de quem mora e já se fixou no território, sobre o lugar em que querem viver e as experiências de comunidade que querem partilhar.

Precisamos ser mais críticos e conscientes em nossas mais simples escolhas. Alimentar o simples, respirar ar puro, consumir alimentos pela necessidade nutricional e vivenciar o prazer de apenas estar vivo, cantar, dançar, sorrir. Resistir é combater essa ideia fixa de humanidade protocolada e experimentar outras formas de existências mais conectadas com a terra e com o meio ambiente, mas, ainda assim, lutar pelos nossos.

Sair do sistema que vem sendo imposto é resistir! Os povos do Caribe, da América Central, Guatemala, Andes e toda a América do Sul já sabiam o erro que era essa balela de civilização, das renúncias que precisavam ser feitas para serem aceitos no tal "clube da humanidade". Citando Krenak, precisamos cantar, dançar e viver a experiência mágica de suspender o céu, ampliar nosso horizonte existencial, e enriquecer as subjetividades, nossas poéticas, nossas visões sobre a existência que o vilão do nosso tempo está ávido para consumir. Da mesma forma que existe essa ânsia de consumir os recursos naturais, também existe em consumir as nossas subjetividades, homogeneizar e tirar nossa alegria de estar vivos. Precisamos mudar a forma como pensamos o mundo. A forma colonizada imposta e tida como única correta, a verdade absoluta da mentira que sempre foi contada. A educação ainda é a melhor solução, por isso tão sucateada e conduzida. Pela justiça socioambiental! Resistamos com amor e otimismo.

Referências

BRASIL, Secretaria de Comunicação Social. O que é racismo ambiental e de que forma ele impacta nas populações mais vulneráveis. Publicado em 16/01/2024. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contra-fake/noticias/2024/o-que-e-racismo-ambiental-e-de-que-forma-impacta-populacoes-mais-vulneraveis. Acesso em 08/10/2024.

FANON, Franz. Racismo e dominação psíquica. Salvador: Ed. Edufba, 2008.

GARDNER, George. Travels in the Interior of Brazil, Principally Through the Northern Provinces, and the Gold and Diamond Districts, During the Years 1836-1841. Universidade de Michigan: Reeve, Benham and Reeve. 1849. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518667. Acesso em: 25/10/2024.

GLASS, Ruth. In Ruth Glass and the coining 'gentrification'. Disponível em https://www.ucl.ac.uk/bartlett/ideas/ruth-glass-and-coining-gentrification?form=MG0AV3. Acesso em: 25/10/2024.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HAESBAERT, Rogério. Território e Descolonialidade: Sobre o Giro (Multi)territorial / de(s)colonial na América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2021.

HAESBAERT, Rogério. Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. RJ: Bertrand, 2014.

HERCULANO, Selene. Racismo Ambiental: o que é isso? São Paulo: Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, v. 3, n. 1, jan-abri. 2008. p.2-3

IBGE, Censo Demográfico 2022 – PGI. Disponível em https://censo2022.ibge.gov.br/apps/pgi/#/home. Acesso em: 31/10/2024.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2020.

KRENAK, Ailton. Futuro ancestral. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MARICATO, Ermínia. O estatuto da cidade periférica in O Estatuto da Cidade-comentado. Tradução. São Paulo: Ministério das Cidades/Aliança das Cidades, 2010. Acesso em: 03/10/ 2024.

ONU Habitat, Brasil. “População mundial será 68% urbana até 2050”. Publicado em: 01/07/2022. Disponível em https://brasil.un.org/pt-br/188520-onu-habitat-popula%C3%A7%C3%A3o-mundial-ser%C3%A1-68-urbana-at%C3%A9-2050?form=MG0AV3. Acesso em: 29/10/2024.

ONU Habitat, Brasil. Relatório Anual 2022. Disponível em https://relatorio-anual-2022.netlify.app/. Acesso em: 27/10/2024.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina”. In: Edgardo Lander ed. La colonialidad del saber. Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires, CLACSO, 2000.

RIBEIRO, Djamila. In: “Djamila Ribeiro fala sobre o colorismo dentro do movimento negro. Corte Lugar de Escuta #01”. Disponível em https://youtu.be/877kyb1_u-Q?si=ECaGMcL1VP—bBA8. Acesso em: 02/10/2024.

SANTOS, Antônio Bispo dos. A terra dá, a terra quer**.** São Paulo: Ubu, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, Quilombos: modos e significados. Brasília/ DF: INCTI/UNB, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Milton. Território e Territorialidade. Rio de Janeiro: Record, 1996.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

WALSH, Robert. Notícias do Brasil. Itatiaia, Belo Horizonte: Universidade de São Paulo. 1985.

O território e a loucura:
uma revisão sobre a desconstrução das práticas manicomiais

Alessandra Carneiro Corguinha
Gabriel de Sena Jardim

1. Introdução

A escolha do tema foi permeada por aspectos ideológicos, à medida que o interesse surge devido à proximidade de um dos autores com o CAPS II e CAPSad, como campo de atuação profissional, na cidade de Teresópolis/RJ. Nos referidos dispositivos de saúde mental, trabalhamos com um conjunto de significados, crenças e valores de um grupo específico de pessoas, que representa um espaço de relações, fenômenos e processos que não podem ser quantificados ou reduzidos a variáveis.

A Reforma Psiquiátrica no Brasil representa uma mudança profunda no modelo de atenção à saúde mental, resultando em uma série de transformações nas práticas de cuidado e na estruturação dos serviços oferecidos às pessoas com transtornos mentais. Este processo, iniciado na década de 1960, de fato desencadeado nos anos 1980 e consolidado pela Lei 10.216 de 2001, visa substituir o modelo hospitalocêntrico, caracterizado pelo isolamento e pela cronificação dos pacientes, por um sistema baseado em estratégias de cuidado comunitário, com foco na reinserção social e respeito aos direitos humanos (AMARANTE, 1995). Nesse contexto, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e os serviços de Residências Terapêuticas (RTs) tem se configurado como dispositivos essenciais para a implementação dessas novas abordagens.

A cidade de Teresópolis, localizada no Estado do Rio de Janeiro, exemplifica essa transição, integrando os CAPS e as Residências Terapêuticas como pilares fundamentais da rede de atenção psicossocial no município. Os CAPS, como serviços de atenção diária

e de portas abertas, oferecem suporte intensivo e contínuo a pessoas com transtornos mentais severos e persistentes, enquanto as Residências Terapêuticas estão estruturadas para abrigar pessoas egressas de longas internações psiquiátricas, promovendo a reabilitação psicossocial e a autonomia dos residentes.

Este trabalho tem como objetivo analisar a implementação e os desafios enfrentados pelos CAPS e pelas Residências Terapêuticas em Teresópolis, discutindo as implicações para a assistência psicossocial no município, a partir de uma revisão bibliográfica e da análise de dados locais. Buscando compreender os processos de circulação territorial das pessoas com transtornos mentais, com ênfase em como a rede de atenção à saúde mental pode contribuir para a promoção da desinstitucionalização e para o fortalecimento do pertencimento ao território de origem.

A pesquisa pretende contribuir para o entendimento das estratégias e das dificuldades envolvidas na consolidação de um sistema de cuidado em saúde mental que respeite a dignidade e a cidadania de seus usuários, alinhado com os princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira.

Este estudo se caracteriza como uma revisão de narrativas qualitativas, que conforme o Editorial da Revista ACTA Paulista de Enfermagem (ROTHER, 2007), possibilita ao autor realizar uma interpretação crítica pessoal a partir da análise de obras publicadas em livros e artigos científicos. O objetivo é descrever e ampliar uma discussão sobre o desenvolvimento ou o "estado da situação" da temática em questão, sob uma perspectiva teórica e contextual. Esse tipo de revisão não segue critérios rigorosos para a busca, avaliação e seleção das publicações, fornecendo, portanto, respostas qualitativas ao tema estudado. Ainda assim, desempenha um papel crucial na educação continuada, permitindo a aquisição e atualização de conhecimentos sobre determinado assunto.

Uma análise da literatura sobre o conceito de "Desinstitucionalização e Reforma Psiquiátrica no Brasil" foi realizada por meio de uma busca nas bases de dados Scielo, Pepsic e sites oficiais do governo brasileiro, nas esferas Federal, Estadual

e Municipal. A busca abrange termos como reforma psiquiátrica, centros de atenção psicossocial (CAPS), território e loucura, portarias, leis e normativas sobre a temática, com o objetivo de identificar as discussões já existentes sobre o tema.

Para aprofundar a fundamentação teórica foi realizada uma pesquisa sobre os conceitos de Reforma Psiquiátrica e os processos de Desinstitucionalização, principalmente sob a perspectiva de Amarante (1995, 1996 e 2023), que enfatiza a ruptura com o modelo hospitalocêntrico e a promoção dos cuidados comunitários.

O uso da legislação, portarias, normativas, além das experiências dos movimentos sociais acerca do tema, também foram fundamentais para a compressão da importância da reinserção social e da territorialização das práticas de cuidado. Essas abordagens reforçam a necessidade de uma nova visão sobre a saúde mental, baseada em práticas inclusivas e que respeitem a autonomia dos indivíduos.

Outro critério utilizado para a coleta de dados, foi a busca por materiais impressos, relacionados à fundação dos dispositivos de saúde mental no município, incluindo o CAPS, Ambulatório de Saúde Mental e as Residências Terapêuticas. Além disso foram realizadas buscas em publicações online, sobre o tema na cidade de Teresópolis/RJ. Também foi realizada uma análise de prontuários multiprofissionais do dispositivo, com os atendimentos aos usuários do CAPS, e dos moradores das Residências Terapêuticas, com o objetivo de compreender melhor as práticas de cuidado e organização dos serviços de saúde mental no território. Com a finalidade de manter o compromisso ético com a pesquisa, os nomes dos(as) respectivos(as) usuários(as) foram anonimizados(as), assim como todos os dados que pudessem de alguma forma identificá-los (as).

2. A loucura e o fechamento dos manicômios no Brasil: breve contextualização acerca da Reforma Psiquiátrica

A Reforma Psiquiátrica no Brasil inicia-se a partir dos anos 1960, com um movimento mundial para a revisão da saúde mental, não apenas como fenômeno médico, mas como um movimento social de transformação em cuidados. A saúde mental e o fechamento dos manicômios no Brasil estão relacionados a um processo histórico e social impulsionados com a Reforma Psiquiátrica, que começou a surgir e se fortalecer na década de 1970, em um contexto de luta contra Ditadura Militar. Ganhando forças nas décadas seguintes, influenciada por movimentos políticos e sociais, que buscavam um novo modelo de assistência em saúde mental, denunciado que as instituições psiquiátricas atuavam a partir de formas de trabalho e atendimento opressor, realizando o controle social e tendo como característica o atendimento pelo isolamento e pela institucionalização em sistema prisional de pessoas diagnosticadas ou não com transtornos mentais.

Até então, o Brasil não tinha um modelo de cuidados em saúde mental e assistência psiquiátrica. O modelo existente era voltado apenas para a internação em manicômios, onde os pacientes eram retirados de seus territórios e da sociedade, sendo frequentemente submetidos as condições desumanas. Nesta época se buscava anular o diferente, anular aquele que se distanciava do padrão europeu, pensamento ainda vigente na época. A loucura era vista como uma ameaça à ordem social e, portanto, deveria ser isolada das relações familiares, sociais e comunitárias. Os manicômios, ou os hospitais psiquiátricos, eram lugares onde os pacientes ficavam mantidos por tempo indeterminado, sem perspectivas de reintegração familiar, social e retorno para seu território de origem. Esse modelo, além de estigmatizar a loucura, reforçava a exclusão social de milhares de pessoas invisíveis para sociedade brasileira.

O movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira se deu não apenas para fechar os manicômios, mas para lutar contra toda forma de espaços associados à opressão e ao preconceito. A partir

de então, o manicômio deixa de ser espaço físico exclusivo para o tratamento da saúde mental, com a adoção de práticas que valorizem a socialização dos indivíduos, desconstruindo toda e qualquer forma de associados aos hospitais psiquiátricos. Dessa forma, partimos do pressuposto de que, a forma de conceber, tratar e enfrentar a loucura é socialmente construída em cada período histórico e cultural em que a sociedade vivencia (FOUCAULT, 2010; FRAYZE-PEREIRA, 1984). Assim, podemos pensar que aquilo que foge do padrão social estabelecido sobre comportamento, conduta e maneira de ser, constitui-se alvo de controle social e segregação. Dessa forma, para se apreender a trajetória da saúde mental no Brasil é necessário compreender sua construção a partir de suas normativas, marcos legais, regulação, portarias e legislação.

O cenário que compõe a conjuntura brasileira toma forma no final dos anos 1970, quando os movimentos sociais ganham visibilidade no cenário nacional, com o surgimento de novos atores na luta política. Nesse contexto, desenvolve-se no Brasil a Reforma Sanitária Brasileira (RSB), movimento social importante que lutou pela democratização da saúde, tendo como eixo "A luta pela garantia do direito universal a saúde e pela organização do sistema único, integral, universal e estatal de prestação de serviços", como explicitou Paim (2009). A Reforma Sanitária Brasileira culminou, pela primeira vez no país, no reconhecimento da saúde como um direito social para todos os brasileiros. No campo acadêmico, houve uma expansão da abordagem voltada para o enfoque de análise dos problemas de saúde e uma extensa produção intelectual, destacando a fundação do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), que contribuiu com estudos e pesquisas para a política de saúde do país e a democratização das instituições de saúde. A Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB) ganha visibilidade no mesmo período.

Os principais objetivos da Reforma Sanitária Brasileira foram sistematizados em 1986, com a realização da VIII Conferência Nacional de Saúde, em Brasília, que teve como tema "A Saúde

como direito de todos e dever do Estado" (BRASIL, 2016). A ocasião do evento foi a porta de entrada da sociedade na discussão dos atendimentos e acesso a saúde no país, com a participação na reformulação do sistema nacional de saúde, em consonância com os princípios de integração, descentralização de políticas públicas em saúde, universalização e participação social, culminando, pela primeira vez no país, no reconhecimento da saúde como direito social para todos os cidadãos. Os resultados da VIII Conferência contribuíram para a aprovação de um capítulo sobre saúde na Constituição Federal de 1988, fato inédito que refletiu no pensamento e na luta do Movimento Sanitário.

Nesse contexto, nasce no Brasil o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), com debates críticos ao modelo assistencial asilar, que, de acordo com Amarante (1995), foi o principal movimento na promoção de novos estudos teóricos e na sistematização de novas práticas em cuidados na saúde. Esses movimentos estavam interligados, incialmente às reivindicações da RPB (Reforma Psiquiátrica Brasileira), na busca por uma nova compressão para a loucura. A partir desse conjunto de movimentos sociais, inicia-se o processo de questionar as práticas de assistência psiquiátrica vigente na época, tendo como vetor a mobilização da sociedade civil, fator importante contra a institucionalização (asilamento) e a mercantilização da loucura. Nesse período, o MTSM, em conjunto com demais movimentos sociais e políticos, começaram a realizar articulações em congressos de psiquiatria com pautas de reivindicações, tais como denúncias e mobilizações para o trabalho humanizado nos hospitais psiquiátricos públicos. Assim, surgem as primeiras reivindicações pela expansão dos serviços ambulatoriais em saúde mental, ainda que o movimento nesse momento não possuísse clareza de como deveriam ser organizados esses serviços.

Partindo desse conceito de organização de movimentos sociais de categorias de profissionais da saúde e sociedade civil, podemos pensar na construção da trajetória histórica da saúde mental no Brasil, partindo de sua inserção em um contexto social, político,

econômico, histórico e cultural. Neste cenário foram alicerçadas as bases que construíram as formas de lidar com a saúde mental, conforme conceituada pela Organização Mundial da Saúde: "Saúde é um estado de bem-estar físico, mental e social" (OMS, 1967). A ausência de doenças não é o único determinante, uma vez que o conceito descrito é abrangente e considera todas as relações em que as pessoas estão inseridas em seus cotidianos de vida, envolvendo outros fatores determinantes, sublinhando não apenas fatores biológicos, como também fatores sociais, ambientais, políticos, econômicos e culturais.

Na saúde mental, o Movimento Antimanicomial buscou no campo jurídico legislativo afirmações e respaldo pela luta por direitos de pessoas com transtorno mental. Uma das primeiras expressões foi o Projeto de Lei nº 3.657/89, do deputado federal mineiro Paulo Delgado, que propõe a extinção dos manicômios e sua substituição por serviços extra-hospitalares. Esse projeto de lei tramitou por anos no Congresso, sem aprovação, e, enquanto não era aprovado, os integrantes dos movimentos antimanicomiais buscavam estratégias para a aprovação de projetos de leis nos Municípios e Estados brasileiros, conquistando, aos poucos, visibilidade para a aprovação do projeto de lei do deputado Paulo Delgado, na esfera nacional. Dessa forma, no período de 1991 a 1995, foram observadas mudanças significativas no campo de cuidados em saúde mental no Brasil.

A partir da década de 1990, as políticas públicas de saúde mental avançaram no processo de desinstitucionalização psiquiátrica. Isso significa que o foco passou a ser a criação de alternativas aos manicômios, com novos serviços de cuidado fora das clínicas psiquiátricas tradicionais. Diversas portarias foram criadas e regulamentadas para implementar serviços alternativos, que visavam oferecer apoio e tratamento em ambientes mais integrados a comunidade, respeitando os direitos e a inclusão das pessoas com transtorno mental. Nesse período, destaca-se a Portaria nº 189/1991, que ampliou e estabeleceu a normatização e o financiamento governamental para implantação de novos serviços

em saúde mental, comunitários e substitutivos aos manicômios. Além desta, a Portaria nº 224/92 estabeleceu normas com relação ao cuidado com os pacientes que se encontravam internados, bem como, regulamentou os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS), os Hospitais-dia ("day care") e o atendimento ambulatorial. Neste contexto foram previstos serviços de urgência psiquiátrica em Hospitais Gerais, com internações breves de até 72 horas, além de prontos-socorros gerais com atendimento 24 horas por dia. É importante destacar que a portaria determina que esses atendimentos sejam realizados por equipes multiprofissionais, ou seja, formados por profissionais de diferentes especialidades.

A Comissão Nacional da Reforma Psiquiátrica, criada em 1993 e vinculada ao Conselho Nacional de Saúde, com o passar dos anos, elaborou propostas para viabilizar a Reforma Psiquiátrica, e, com a aprovação do Programa de Apoio à Desospitalização – PAD, dá início a esse processo. O referido programa foi formulado para ser gerenciado pelas Secretarias Municipais de Saúde, com objetivo de organizar o retorno das pessoas moradoras de Hospitais Psiquiátricos para seus territórios, tendo como uma de suas condicionalidades encontrarem-se com mais de cinco anos de internação, sem a necessidade de tratamento integral e intensivo e com perda de vínculos familiares. O perfil deveria indicar possibilidades para o retorno ao convívio social, incluindo uma infraestrutura de cuidados assistenciais.

Em 1994, destaca-se a criação da Portaria nº 145, que define a criação de um subsistema de supervisão, controle e avaliação na assistência em saúde mental, nas três esferas de governo, com o objetivo de fiscalizar a correta aplicação dos recursos do SUS junto aos prestadores de serviços. No mesmo ano, publicou-se a Portaria nº 147, medida fundamental dentro do contexto da Reforma Psiquiátrica Brasileira, já que esta regulamentava o desenvolvimento de um projeto terapêutico específico para cada instituição de saúde mental, exigindo que elas oferecessem uma gama diversificada de serviços para atender às necessidades

exclusivas de cada paciente. Nessa abordagem, foram previstos atendimentos médico, psicológico e sociais, tanto em grupo, quanto individualmente, além de atividades externas às famílias dos pacientes. A ideia era trabalhar em conjunto com os familiares para preparar o paciente para a alta hospitalar que o integrasse à comunidade e ao seu território, evitando o retorno aos manicômios.

Em 1995, o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial comprometeu-se em consolidar os avanços na área de saúde mental promovidos pela Reforma Psiquiátrica Brasileira – RPB. As diretrizes do II Encontro Nacional de Luta Antimanicomial, com o tema "Exclusão e Cidadania", foi marcada por críticas de opositores à Reforma Psiquiátrica, incluindo empresários proprietários de hospitais, a indústria farmacêutica, além de defensores do modelo manicomial, representantes que lucravam com a institucionalização de pacientes com transtornos mentais. O encontro reforçou a necessidade de uma abordagem em prol da cidadania e da inclusão das pessoas com transtornos mentais, em oposição ao tratamento manicomial asilar. A Reforma Psiquiátrica Brasileira, conforme defende Amarante (1995), não representa apenas uma reestruturação de serviços, mas uma "transformação da compreensão sobre a loucura e sobre os direitos da pessoa em sofrimento psíquico", promovendo a inclusão e a cidadania de pessoas historicamente marginalizadas pela sociedade.

Em setembro de 1996 foi realizada a X Conferência Nacional de Saúde, com o tema "SUS – Construindo um modelo de atenção à saúde para a qualidade de vida". As pautas do evento reafirmaram as diretrizes da Constituição Federal 1988 e o SUS como política nacional, destacando o princípio da municipalização, incorporando a saúde mental nas ações de atenção integral. Na ocasião, defendia-se que a assistência fosse oferecida em unidades de saúde locais e em novos postos de serviços, como o CAPS; o NAPS (Núcleos de Atenção Psicossocial), pensões protegidas, centros de convivências, lares, abrigos e similares. O evento representa um marco para a "substituição progressiva dos leitos

psiquiátricos por uma rede integrada de atenção à saúde mental" (BRASIL, 2005, p. 8).

Em novembro de 1997 ocorreu o III Encontro Nacional da Luta Antimanicomial em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, com o tema "Por uma sociedade sem exclusões". Durante o encontro, o movimento reforçou a urgência de uma transformação que fosse além do campo da psiquiatria, buscando desinstitucionalizar as relações sociais em toda a sociedade brasileira e integrar o Movimento Antimanicomial com outros movimentos sociais. Como observa Amarante (1995), a Reforma Psiquiátrica buscou ir além da transformação dos serviços e das práticas terapêuticas, propondo uma nova forma de entender socialmente a loucura e ressaltando a relevância de construir alianças que favoreçam uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

Em janeiro de 1999, o Senado Federal aprovou o Projeto de Lei Sebastião Rocha, modificando o projeto de lei original da Reforma Psiquiátrica. Esse projeto gerou controvérsias por não definir claramente o papel dos hospitais psiquiátricos, abrindo espaço para que essas instituições continuassem sendo utilizadas como recurso principal de assistência em saúde mental. Segundo Amarante (1995), essa falta de definição significava um passo atrás, pois mantinha a lógica de exclusão e confinamento em instituições fechadas, exatamente o contrário do que a Reforma Psiquiátrica pretendia promover. A aprovação foi vista como uma ameaça aos avanços conquistados pela luta antimanicomial, que visa desinstitucionalizar o cuidado e reintegrar as pessoas com transtorno mental e sofrimento psíquico à sociedade e ao seu território de origem.

Em fevereiro de 2000, foi promulgada a Portaria nº 106 com o objetivo de modificar o atendimento em saúde mental, instituindo os Serviços de Residência Terapêuticas (SRT) como alternativa ao modelo tradicional de internação psiquiátrica prolongada e asilar. Esses serviços procuraram oferecer suporte para as pessoas com transtorno mental e dificuldades de autonomia para a vida diária, que, muitas vezes, não possuem vínculos familiares e

comunitários. A iniciativa visou, sobretudo, a promoção da reintegração desses indivíduos à comunidade e ao seu território de origem, valorizando sua inclusão social e fortalecendo vínculos sociais e comunitários.

Após 12 anos de tramitação no Congresso Brasileiro, enfrentado grande resistência da sociedade, a Lei nº 10.216 foi finalmente aprovada em abril de 2001. A resistência, em grande parte de setores com visão tradicional sobre a saúde mental focada em hospitais e instituições de internação, a chamada perspectiva "hospitalocêntrica", além de interesses dos setores privados, fora finalmente derrotada. Conhecida por a "Lei Paulo Delgado", em homenagem ao autor, deputado federal na época do projeto, essa legislação representa um marco na Reforma Psiquiátrica Brasileira ao definir diretrizes para a proteção dos direitos das pessoas com transtornos mental e sofrimento psíquico. A referida lei busca promover alternativas ao modelo manicomial (BRASIL, 2001).

A Lei Paulo Delgado estabeleceu diretrizes para a proteção dos direitos das pessoas com transtornos mentais, propondo modificações intensas no modelo de assistência em saúde mental no Brasil. Essa lei é considerada o pilar central da reforma psiquiátrica no país, pois orienta ações voltadas para a inclusão social e a humanização nos serviços de cuidado com o paciente da saúde mental, fortalecendo iniciativas que passam a promover a autonomia e a dignidade dos indivíduos, além de intervenções e da implementação de serviços comunitários e terapêuticos para essa população.

Ainda no que concerne a referida lei, destaca-se o seu primeiro artigo, que determina os direitos e a proteção das pessoas com transtorno mental, sem discriminações de qualquer tipo: "são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução do seu transtorno" (BRASIL, 2001). O segundo parágrafo especifica ainda os direitos da pessoa com transtorno mental:

> I – ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades; II – ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar a sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade; III – ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração; VI – ter garantia de sigilo nas informações prestadas; V – ter direito à presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária; VI – ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis; VII – receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento; VIII – ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos evasivos possíveis; IX – ser tratada preferencialmente em serviços comunitários de saúde mental (BRASIL, 2001).

Há ainda dois artigos dessa lei que merecem destaque pela importância na luta do movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira: o artigo 4º, que enfatiza um dos pontos principais da Luta Antimanicomial, ao promover a desinstitucionalização, buscando garantir que as pessoas com transtornos mentais tenham acesso a uma vida integrada à sociedade e digna fora das instituições manicomiais; além do artigo 6º, que trata das condições e regulamentações das internações, orientando para que sejam realizadas apenas quando realmente for necessário, respeitando os direitos fundamentais dos pacientes.

Com a aprovação da referida lei, o foco passa a ser sua regulamentação, com o objetivo de ir além do texto, ultrapassando o plano formal, implementando efetivamente as transformações propostas no atendimento em saúde mental. Isso exige não apenas novas práticas, mas também a criação de serviços e abordagens que garantam uma atenção mais humanizada e inclusiva às pessoas com transtornos mentais, promovendo sua integração e autonomia no convívio social e comunitário.

Com o objetivo de debater a implementação da referida reforma, em novembro de 2001 aconteceu em Brasília o Seminário Nacional de Direito à Saúde Mental. O evento reuniu juristas, representantes do Governo Federal, profissionais da saúde,

familiares de pessoas com transtornos mentais e outros atores envolvidos no campo da saúde mental. A partir desse encontro, foram formuladas propostas concretas para o controle das internações involuntárias, visando impedir o confinamento injusto das pessoas com transtornos mentais, garantindo o pleno respeito aos direitos humanos.

Em janeiro de 2002, houve a aprovação da Portaria nº 251, que estabeleceu diretrizes e normas específicas para a assistência hospitalar em saúde mental, reclassificando os hospitais psiquiátricos e organizando o processo de entrada para as internações. A portaria também destacou a importância do controle social, promovendo a participação ativa da sociedade como uma diretriz essencial na assistência psiquiátrica oferecida pelo SUS (BRASIL, 2002). No centro da Reforma Psiquiátrica Brasileira, encontramos os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS, um dos principais dispositivos institucionais do movimento Antimanicomial. Os CAPS desempenham papel fundamental na atual política de saúde mental no país, oferecendo um modelo de cuidados comunitários e substitutivos aos hospitais psiquiátricos, voltando à reintegração familiar, social e comunitária das pessoas com transtorno mental. Em vez de focar no encarceramento, o objetivo passou a ser a reabilitação social, o respeito à dignidade humana e a reintegração dessas pessoas à sociedade.

Outro importante avanço na Reforma Psiquiátrica foi a aprovação, em julho de 2003, da Lei nº 10.708, que institui o Programa "De Volta Para Casa". Esse programa oferece assistência e acompanhamento para pessoas com transtornos mentais que passaram mais de dois anos internadas em hospitais e/ou clínicas psiquiátricas, promovendo sua reintegração social e garantindo condições para uma vida com mais autonomia e dignidade (BRASIL, 2003).

A Luta Antimanicomial compreende a loucura como uma categoria política de afirmação e expressão. Não por acaso, o Dia do Orgulho Louco é realizado em 18 de maio, representando um marco importante na luta contra o preconceito. Nessa data, são

adotados lemas como "Loucos pela vida", além de haver diversas produções artísticas e científicas que abordam a loucura como uma experiência humana, rica e potente. A loucura em si (ou "ser maluco", como muitos dizem) não carrega uma essência negativa; o que é negativo é uma lógica manicomial, que define a loucura como algo ruim e indesejável.

3. A loucura ocupa a cidade: processos de trabalho da Rede de Atenção Psicossocial – CAPS de Teresópolis (RJ)

Atualmente, o projeto político-econômico brasileiro, pautado pelo neoliberalismo, confronta-se com as propostas dos movimentos da Reforma Sanitária e com os ideais da Reforma Psiquiátrica. Esse debate tem gerado avanços limitados, de modo que a prática institucional enfrenta desafios em alinhar o discurso com o trabalho efetivamente realizado para atender pessoas com transtorno mental. A ofensiva neoliberal, que desvaloriza a seguridade social, composta pelos sistemas de saúde, previdência e assistência social, compromete a implementação e o fortalecimento dessas políticas.

Como resultados das lutas promovidas pelo Movimento da Reforma Psiquiátrica, surgiram os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS, dispositivos integrados à rede de atenção à saúde mental e diretamente associado às conquistas do Sistema Único de Saúde (SUS), impulsionadas pelo Reforma Sanitária. Segundo Amarante (1995), a implantação dos CAPS constitui um avanço essencial para superar a lógica dos manicômios, proporcionando um atendimento mais humano, centrado no cuidado e na inclusão social das pessoas.

O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) é um serviço de saúde aberto e comunitário, que atua como referência para tratamento de pessoas com transtornos mentais graves e/ou persistentes. Esse dispositivo de saúde destina-se ao cuidado de indivíduos com intenso comprometimento psíquico, incluindo aqueles que apresentam transtornos decorrentes do uso de substâncias psicoativas (como álcool e outras drogas), bem como

outros quadros cuja gravidade e/ou persistência justifiquem o acolhimento em um serviço de cuidado intensivo, comunitário, personalizado e que promova a valorização da vida.

O objetivo do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) é oferecer atendimento integral à população em sua área de abrangência, com foco no acompanhamento clínico e na reinserção social dos usuários, por meio do acesso ao trabalho, ao lazer, ao exercício dos direitos civis, e ao fortalecimento de vínculos familiares, sociais e comunitários. Trata-se de um serviço de saúde mental desenvolvido para substituir as internações em hospitais psiquiátricos. Segundo Pitta (1996), os CAPS representam uma alternativa ao modelo manicomial, adotando práticas voltadas à inclusão social e ao acompanhamento contínuo, em vez do isolamento das pessoas com transtornos mentais.

Este novo modelo de atendimento em saúde mental, que destaca a importância da articulação entre usuários e território, apresenta uma abordagem no manejo da saúde mental, enfatizando elementos relevantes para a cotidiano desses serviços. Um dos conceitos amplamente empregados refere-se à "reabilitação psicossocial". O primeiro instrumento normativo oficial do Ministério da Saúde que instituiu os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS foi a Portaria nº 189, de 19 de setembro de 1991, posteriormente complementada pela Portaria nº 224/2002. Atualmente, os CAPS, bem como, outros serviços substitutivos aos hospitais psiquiátricos, os Núcleos de Atenção Psicossocial – NAPS e os Centros de Referência em Saúde Mental – CERSAMs, todos regulamentados pela Portaria nº 336/GM, de 19 de fevereiro de 2002, integram a rede do Sistema Único de Saúde – SUS. Essa portaria regulamenta o CAPS como unidades de saúde locais e/ou regionais, que oferecem atendimento e cuidados intermediários entre o regime ambulatorial e a internação hospitalar. A consolidação e ampliação dos serviços relacionados à reforma psiquiátrica são observados a partir da operacionalização e da complexidade dos CAPS, cuja classificação e credenciamento são

específicos com base na população do município e na composição da equipe técnica.

Os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS têm a responsabilidade de promover a inserção social dos usuários por meio de ações intersetoriais que abarquem os setores de educação, assistência social, saúde, trabalho, esporte, justiça, habitação, cultura e lazer, promovendo a reintegração das pessoas com transtorno metal que permaneceram por longos períodos, internados em hospitais psiquiátricos (manicômios). Tais ações devem ser conduzidas de acordo com Projetos Terapêuticos Singulares, garantindo uma abordagem integral e personalizada para cada usuário, respeitando as singularidades da pessoa em sofrimento psíquico.

A Portaria nº 336, de 2002, (Brasil, Ministério da Saúde) define os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS como "serviços ambulatoriais de atenção diária que operam com base na lógica territorial". Cada tipo de CAPS possui características específicas quanto à composição dessas equipes, conforme a abrangência do território sob sua responsabilidade e expansão dessas atividades.

Os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS são divididos em diferentes tipos de unidades de acordo com o tamanho da população do município em que são criados. O CAPS I é destinado a municípios com uma população entre 20.000 e 70.000 habitantes. O CAPS II é direcionado a cidades com população entre 70.000 e 200.000 habitantes, enquanto o CAPS III é indicado para municípios com mais de 200.000 habitantes. Em relação ao horário de funcionamento, o CAPS I e CAPS II funcionam das 8h às 18h, em dois turnos, durante os cinco dias da semana, sendo que o CAPS II pode estender o funcionamento até às 21h em um terceiro turno. Já o CAPS III funciona 24 horas por dia, sete dias por semana.

O número máximo de vagas para cuidados intensivos por mês, financiado pelo Sistema Único de Saúde – SUS, também varia entre as unidades: o CAPS I oferece até 25 vagas, o CAPS II até 45 vagas, e o CAPS III, até 60 vagas. A equipe mínima necessária para cada tipo de CAPS também difere. No CAPS I, é necessário um

médico com formação em saúde mental, um enfermeiro, e três profissionais de nível superior, como psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, pedagogo, ou outro profissional necessário que atenda o projeto terapêutico, e três profissionais de nível médio, como oficineiro, auxiliar administrativo e outro que atenda o projeto terapêutico. O CAPS II deve contar com um médico psiquiatra, um enfermeiro com formação em saúde mental, quatro profissionais de nível superior e seis profissionais de nível médio. No CAPS III, a equipe deve ter dois médicos psiquiatras, um enfermeiro com formação em saúde mental, cinco profissionais de nível superior, entre assistentes sociais, psicólogos, terapeuta ocupacional, e oito de nível médio. Essa estrutura busca garantir um atendimento adequado e abrangente, de acordo com as necessidades e a complexidade apresentadas.

Para ser atendido nos dispositivos CAPS é necessário que a pessoa, seu familiar ou cuidador busque diretamente o serviço. O encaminhamento também pode ocorrer por meio da Estratégia de Saúde da Família (ESF), ou por outros serviços de saúde. O acolhimento é uma etapa inicial ao chegar no dispositivo de saúde, durante o qual o usuário é recebido e ouvido em seu sofrimento psíquico por um dos profissionais em saúde mental, proporcionando uma compreensão abrangente de sua situação psíquica. Esse processo visa iniciar um vínculo terapêutico de confiança do usuário com os serviços e com os profissionais da equipe do dispositivo de saúde. Todo o trabalho desenvolvido na instituição deve ocorrer em um "meio terapêutico", que abrange tanto as sessões individuais e grupais, quanto a convivência no serviço. Esse processo é sustentado pela construção contínua de um ambiente facilitador, estruturado e acolhedor, que integra diferentes modalidades de tratamento.

O equipamento de saúde mental CAPS II (Centro de Atenção Psicossocial) de Teresópolis/RJ faz parte da rede de saúde mental que visa prestar atendimento a pessoas com transtornos mentais, promovendo a reabilitação psicossocial e a inclusão social. O centro

foi criado como parte do processo de Reforma Psiquiátrica no Brasil anteriormente descrito.

O CAPS II de Teresópolis, como em outras cidades, oferece atendimento multidisciplinar com profissionais da área de saúde mental. Os serviços incluem atividades terapêuticas individuais e em grupo, acolhimento, medicação assistida e ações de reintegração ao território de origem. O CAPS de Teresópolis/RJ está credenciado na tipificação como CAPS II, atendendo a população em todo o território do município. Pode ser considerado um centro de médio porte, destinado ao atendimento da população do município que, de acordo, com dados do IBGE (2025), possui uma área territorial de 773.338 km² e uma população residente de 165.123 pessoas.

Este dispositivo opera em regime de portas abertas, permitindo que indivíduos em sofrimento psíquico compareçam espontaneamente ou sejam encaminhados por outros equipamentos de saúde e assistência social, onde recebem acolhimento imediato às crises, em seus horários de funcionamento, e encaminham para UPA quando necessário. Apesar de o município ser de grande porte, não possui leitos de referência em hospitais e serviços de saúde geral e o acolhimento às crises se torna precário. O CAPS II Teresópolis funciona de segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 18h, e mantém um sistema de plantão, em parceria com a UPA 24 horas e as Residências Terapêuticas, durante os finais de semana.

O CAPS II Teresópolis atende adultos com transtornos mentais graves e persistentes e conta com uma equipe multiprofissional composta por: duas assistentes sociais (uma das quais acumula a função de coordenação); quatro médicos psiquiatras; quatro psicólogas; três enfermeiros; uma oficineira; um auxiliar administrativo; uma recepcionista; uma cozinheira; e um auxiliar de serviços gerais. Além disso, a unidade conta com o apoio de quatro profissionais voluntários de diferentes áreas, como costura, capoeira, tricô/crochê e oficinas de reutilização de materiais.

O equipamento de saúde mental mantém parcerias com instituições de ensino (UNIFESO e SENAC) oferecendo espaço para a realização de projetos supervisionados. Esses estudantes contribuem de maneira significativa nas oficinas e na convivência terapêutica dos usuários, que permanecem durante o dia no dispositivo de saúde, em atendimento diário e intensivo, de acordo com seus projetos terapêuticos singulares.

Os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – CAPSad são serviços especializados destinados ao atendimento de indivíduos que fazem uso nocivo de álcool e outras substâncias psicoativas. De acordo com as diretrizes do Ministério da Saúde, esses centros devem ser implantados em municípios com população superior a 200.000 habitantes, bem como em localidades de fronteira, que frequentemente são rotas de tráfico de drogas, ou em regiões com relevância epidemiológica significativa. A equipe mínima prevista para o funcionamento de um CAPSad é composta por 13 profissionais de saúde multidisciplinar. No município de Teresópolis, apesar de não haver um CAPSad oficialmente previsto, a equipe do CAPS II tem se mobilizado para atender essa demanda especifica, refletindo uma adaptação dos serviços frente a necessidade crescente da população local.

4. O "manicômio" fechou: um olhar sobre os serviços de Residências Terapêuticas no Município de Teresópolis (RJ)

Os Serviços de Residências Terapêuticas – SRT, instituídas pela Portaria 106/GM, de 11 de fevereiro de 2000, têm como principal finalidade a oferta de moradia e não devem ser consideradas unidades de prestação de serviços de saúde. As SRTs são integradas a diferentes dispositivos que compõem a rede de atenção à saúde mental do município. Essas residências se destinam a pessoas com transtornos mentais, egressos de hospitais psiquiátricos, sem suporte familiar, assim como aqueles oriundos de hospitais de custódia por determinação judicial.

As SRTs configuram-se como alternativas de moradia destinadas a um contingente significativo de indivíduos que permaneceram internados em instituições psiquiátricas por períodos prolongados. Essa condição de longos anos de internação muitas vezes resulta na perda de vínculo com o núcleo familiar, além da ausência de suporte adequado na comunidade e no território de origem.

O processo de reabilitação psicossocial no território deve prioritariamente promover a inserção do usuário na rede de serviços, organizações e nas relações sociais da comunidade. A admissão em um Serviço de Residência Terapêutica (SRT) representa o início de um processo prolongado de reabilitação, que visa a inclusão social, gradual e contínua do morador com transtorno mental, vivendo em situação asilar, sem acesso ao território por longos anos. Este processo envolve uma superação de barreiras presentes no território, por meio de conexões de saberes que transcendem a esfera da saúde. Nesse contexto, é essencial identificar os padrões de organização dos serviços e as interações dos usuários, considerando o território como uma construção tanto geográfica, quanto social.

O trabalho desenvolvido nas residências terapêuticas fundamenta-se no princípio da intersetorialidade, conforme previsto pela tipificação do Sistema Único de Saúde (SUS). A intersetorialidade, neste contexto, refere-se a um processo de construção colaborativa no qual os diferentes setores envolvidos são influenciados por conhecimentos, linguagens e práticas que lhes são pouco usuais, uma vez que pertencem ao núcleo de atuação dos setores parceiros. Esse princípio exige, portanto, um nível significativo de abertura de cada setor para dialogar, criando vínculos de corresponsabilidade e cogestão, em prol da condição da qualidade de vida dos moradores das residências terapêuticas.

No município de Teresópolis, foram implementados os serviços de Residências Terapêuticas, e atualmente há três unidades em funcionamento. A primeira residência está em funcionamento no bairro da Barra; a segunda, no bairro da Várzea,

localizado na área central da cidade, e a terceira no bairro da Tijuca, próximo ao CAPS.

A escolha da localização das residências segue o princípio da territorialidade, essencial para a organização e a prestação de serviços no Sistema Único de Saúde – SUS. Segundo a Política Nacional de Saúde Mental, a territorialidade visa integrar os dispositivos de cuidado ao cotidiano e aos contextos locais da população, fortalecendo o vínculo dos indivíduos com seu território e promovendo uma rede de suporte que leve em consideração as características específicas de cada área (BRASIL, 2010). Dessa forma, a proximidade entre as residências terapêuticas e outros serviços de saúde mental, como o CAPS, favorece a continuidade do cuidado e a construção de redes de apoio comunitárias.

A Residência Terapêutica localizada no bairro da Barra foi implementada em março de 2020, com moradores transferidos da Clínica Psiquiátrica Santa Lúcia, situada em Nova Friburgo/RJ. Atualmente, a residência acolhe seis moradores, que compartilham o espaço como um lar. Entre eles, há uma diversidade de idades e diagnósticos de transtornos mentais.

Dos seis residentes, apenas um necessita do acompanhamento constante de um profissional, não circulando sozinho pelo território. Os demais frequentam o CAPS semanalmente e, de forma autônoma, circulam diariamente pelo bairro e visitam o comércio local, estabelecendo vínculos com comerciantes e outros moradores da região. Este processo contribui para a inserção social e fortalecimento de redes comunitárias essenciais para o modelo de atenção psicossocial promovido pela Política Nacional de Saúde Mental, que valoriza a autonomia e a integração dos indivíduos ao território onde residem.

A Residência Terapêutica localizada no bairro da Tijuca foi inaugurada no final de outubro de 2023. Atualmente, a unidade acolhe 10 moradores, de ambos os sexos e com variados diagnósticos de transtornos mentais. Devido à proximidade com o CAPS, os moradores frequentam essa unidade de saúde

diariamente, além de participarem das atividades comerciais e comunitárias do bairro.

Após um ano de funcionamento, observa-se que os moradores dessa residência se adaptaram rapidamente ao território, participando ativamente do cotidiano local, frequentando salões de beleza, lojas, bares e restaurantes próximos à casa. Alguns moradores, inclusive, circulam com desenvoltura por outras áreas do município. Contudo, entre os residentes, duas mulheres com transtorno mental mais crônico, devido aos longos anos de internação, necessitam de Acompanhante Terapêutico (AT) para transitar pelo território. Essa integração ao bairro reflete o fortalecimento dos laços comunitários e a promoção da autonomia dos residentes, que são princípios fundamentais da atenção psicossocial na saúde mental.

A Residência Terapêutica da Várzea, foi implementada em outubro de 2023 e atualmente abriga 11 moradores, de ambos os sexos e com variados diagnósticos de transtornos mentais. Nesse dispositivo de saúde mental, foi possível identificar que alguns residentes apresentam maior dificuldade em circular pelo território de forma autônoma. Apenas uma pequena parcela dos moradores possui autonomia para circular sozinha; alguns saem acompanhados por profissionais denominados acompanhantes terapêuticos, enquanto outros preferem permanecer na residência, desde o processo de desinstitucionalização, realizando saídas apenas para atendimentos de saúde específicos, sem engajamento nas atividades de lazer e convivência comunitária.

Especificamente, entre os 11 residentes, apenas quatro demonstram independência ao circular pelo território. De acordo com a Política Nacional de Saúde Mental, a circulação pelo território é um aspecto fundamental para a inclusão social e o exercício da cidadania dos usuários, pois possibilita o fortalecimento de vínculos e a construção de identidades, promovendo uma experiência de pertencimento e autonomia (BRASIL, 2010). Assim, a dificuldade de alguns moradores em explorar o território limita seu engajamento em atividades

comunitárias e o potencial de integração com o ambiente social que os circunda.

A partir da análise documental de 38 pacientes com documentação acessível, verificou-se que 27 foram acolhidos nas residências terapêuticas, enquanto os demais foram reintegrados aos seus núcleos familiares. Esse processo de desinstitucionalização segue as diretrizes da Reforma Psiquiátrica e reflete o esforço contínuo para promover a autonomia e o retorno ao convívio social e comunitário dos pacientes, conforme preconizado pelas diretrizes de saúde mental do Sistema Único de Saúde, que visam garantir formas de cuidado comunitárias e integradas, buscando reduzir a exclusão e o estigma vivenciado por pacientes em internações de longa permanência em clínica psiquiátrica (manicômios), no país.

O objetivo de identificar e compreender o processo de tomada de decisão que definiu os critérios de elegibilidade para os atuais moradores das residências terapêuticas no município de Teresópolis, não se volta para a investigação das circunstâncias dessas internações, nem para a crítica dos motivos que as justificaram. Frequentemente, essas internações foram realizadas com base em recomendações da própria Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) ou em função da pressão exercida por famílias que, em situação de vulnerabilidade, enfrentavam dificuldades de convivência com um membro com transtorno mental.

Esse processo de definição de critérios de elegibilidade é alinhado às diretrizes da Política Nacional de Saúde Mental, que orienta a construção de práticas pautadas na equidade e na adequação ao perfil de vulnerabilidade dos usuários, promovendo uma abordagem individualizada e centrada nas necessidades de cada paciente (BRASIL, 2011). É relevante assinalar que o processo de desinstitucionalização dos moradores de Teresópolis ocorreu majoritariamente a partir de pacientes acolhidos nas Clínicas Psiquiátricas Santa Lúcia e Santa Mônica, assim como três pacientes provenientes da Clínica de Recuperação Três Rios, instituição voltada ao tratamento de dependência de álcool e outras

drogas, que anteriormente também admitia pacientes com transtornos mentais. Esse processo de desinstitucionalização iniciou-se nos anos 2000, mas não resultou na transferência de todos os pacientes para residências terapêuticas.

Vale destacar que o trabalho de desinstitucionalização realizado pelas equipes técnicas exige uma avaliação criteriosa, que inclui a análise de vínculos afetivos dos pacientes com familiares ou responsáveis, a verificação de possíveis tutores legais, a existência e o acesso à renda, como benefícios previdenciários ou assistenciais, além da atualização dos documentos necessários ao exercício de seus direitos sociais. Ainda que o trabalho com os pacientes nas clínicas tenha sido iniciado em 2000, a efetiva implementação das residências terapêuticas em Teresópolis, sob responsabilidade do poder público, tornou-se realidade apenas duas décadas depois.

Conforme aponta Amarante (1995), defensor da Reforma Psiquiátrica, a desinstitucionalização é um processo longo e complexo, que requer a reorientação dos modelos de cuidado, promovendo o direito à cidadania e à inclusão social de pessoas com transtornos mentais. Este processo não se limita à remoção física dos indivíduos das instituições, mas exige a criação de estruturas de suporte que favoreçam a autonomia e o acesso pleno aos direitos sociais.

Considerando a escassez de documentos que registram o processo de institucionalização e desinstitucionalização da loucura na cidade de Teresópolis/RJ, é fundamental refletir sobre o significado do manicômio, que não se limita ao espaço físico do hospício. A Reforma Psiquiátrica é, sobretudo, uma luta contra todas as formas de exclusão social (BASAGLIA, 2005). Essa perspectiva nos leva a compreender como os transtornos mentais são produzidos social e historicamente, e como o manicômio representa um lugar de controle e contenção, simbolizando relações de poder em que a superioridade de alguns se impõe sobre os considerados diferentes.

No contexto da Reforma Psiquiátrica, as residências terapêuticas desempenham um papel fundamental na transformação das estruturas de contenção e na superação dos modelos tradicionais de exclusão. Elas promovem a reinserção dos pacientes com histórico de longas internações psiquiátricas nos manicômios, permitindo seu retorno aos territórios de origem. Essa abordagem busca não apenas a inclusão social dos indivíduos com transtornos mentais graves, mas também a construção de redes de apoio comunitárias que favoreçam sua autonomia e qualidade de vida.

5. Considerações Finais

Espera-se que a narrativa deste trabalho promova reflexões acerca do status social da loucura e do território, contribuindo para a inclusão das pessoas com transtornos mentais em uma sociedade fortemente marcada pela estratificação social. No entanto, este estudo não se encerra aqui; diante da complexidade inerente ao tema abordado, torna-se essencial compreender que esta revisão bibliográfica não tem a pretensão de esgotar ou finalizar a discussão sobre a desinstitucionalização do cuidado. Pelo contrário, seu propósito é provocar e incentivar a problematização dos conceitos discutidos.

A história da psiquiatria no município de Teresópolis é pautada pelo apagamento documental, marcada pela ausência de registros, contando somente com informações escassas e poucos documentos que relacionam o processo de institucionalização e desinstitucionalização à saúde mental no município. Esses registros, em muitos casos, foram subtraídos, desapareceram ou foram tratados de maneira inadequada. Mesmo após buscas em sites oficiais, como os da Prefeitura Municipal, Secretaria de Saúde e outros órgãos, não foi possível localizar dados específicos sobre a fundação e/ou criação do CAPS II, Desinstitucionalização, Residências Terapêuticas e sobre a história da saúde mental.

Conforme exposto neste trabalho, é essencial a gestão de estratégias que promovam a articulação e ampliação dos CAPS em

conjunto com outros serviços e instituições, além de ações no território, realizadas em parceria com as equipes de atenção básica e outros setores, sejam da saúde, da assistência social, da inciativa privada ou do terceiro setor. Tais iniciativas visam tanto estimular um novo olhar da sociedade em relação à loucura, quanto promover um cuidado integral aos indivíduos com transtornos mentais e suas famílias.

No contexto da Reforma Psiquiátrica e dos Movimentos Sociais em Saúde Mental, busca-se desconstruir os estigmas e preconceitos que ainda acompanham a saúde mental, promovendo a aceitação das diversidades humanas e o abandono das práticas manicomiais que, muitas vezes, permanecem em nossa mentalidade. Este movimento implica não apenas na transformação das estruturas físicas de contenção, mas também na superação das representações sociais que perpetuam a exclusão e o sofrimento das pessoas com transtornos mentais.

Cinquenta anos atrás, em plena ditadura, iniciou-se uma luta, e essa batalha continua até hoje, pois trata-se de uma luta pelos direitos humanos. Em defesa das pessoas vulneráveis e fragilizadas, muitas vezes excluídas e invisibilizadas, com perdas severas de referências do território de origem. O Movimento Antimanicomial busca romper com interesses de dominação e exploração, muitas vezes enraizados em um modelo de colonização estrutural, social e mental. Esses interesses privados, que ainda visam o controle e a marginalização, ecoam estratégias de dominação colonial europeia, onde grupos dominantes controlavam e excluíam aqueles considerados "diferentes". O Movimento Antimanicomial, portanto, propõe humanizar e integrar, promovendo uma sociedade onde todos sejam vistos e tratados como verdadeiramente humanos.

Referências

AMARANTE, P. D. C. Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz; 1995.

AMARANTE, P. D. C. O homem e a serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria [livro eletrônico]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996.

AMARANTE, P. D. C. Saúde Mental e Atenção Psicossocial. 5. Ed. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2023.

BASAGLIA, F. O circuito do controle: do manicômio à descentralização psiquiátrica. In: Amarante P, organizador. Escritos selecionados em Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica. Rio de janeiro: Garamond; 2005. p. 96-97.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: Acesso em: 21 set. 2024. https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/522095.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – 4. ed. 4. reimp. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. 72 p.: il. color. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/humanizasus. Acesso em: 27 set. 2024.

BRASIL. Lei 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redirecionamento do modelo assistencial em saúde mental. Brasília: Diário Oficial da União, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm Acesso em: 19 set. 2024

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria 251, 31 de janeiro de 2002. Estabelece diretrizes e normas para a assistência hospitalar em psiquiatria no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. Brasília. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/MatrizesConsolidacao/comum/8973.html Acesso em: 23 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria 336, de 19 de fevereiro de 2002. Estabelece diretrizes para a organização e funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html Acesso em: 24 set. 2024

BRASIL. Lei 10.708, de 31 de julho de 2003. Institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10708&ano=2003&ato=1eaQTQ610dRpWT5dc. Acesso em: 24 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental : 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf. Acesso em: 24 set. 2024.

FOUCAULT, Michel. História da loucura na idade clássica. Trad. José Teixeira Coelho Neto. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

FRAYZE-PEREIRA, João A. O que é loucura. São Paulo: Brasiliense, 1984.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/teresopolis.html. Acesso em: 25 de out.

OMS, Dia Nacional da Saúde. 1967. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/05-8-dia-nacional-da-saude/#:~:text=Gozar%20de%20sa%C3%BAde%20significava%20n%C3%A3o,apenas%20a

%20aus%C3%AAncia%20de%20doen%C3%A7a%E2%80%9D. Acesso em: 25 de out.

PAIM, J. S. O que é o SUS [livro eletrônico]. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

PITTA, Ana. Reabilitação Psicossocial no Brasil. São Paulo; HUCITEC; 1996.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. Acta Paulista de Enfermagem, v. 20, n. 2, p. v-vi. Abr. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?lang=pt Acesso em: 29 de out. 2024.

Patrimônio histórico e cultural do Quartel Central do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro: uma discussão

Rafael Pessanha Gois
Marcela do Nascimento Padilha

1. Introdução

Atualmente o Quartel Central do Corpo de Bombeiros Militares do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ), localizado dentro de um espaço significativo tanto para o período da República quanto para o Império Brasileiro, possui em sua sede, além da administração principal da instituição, o Museu Histórico, onde se faz a demonstração de parte do acervo histórico do CBMERJ e compartilha-se com a comunidade fluminense e Bombeiros Militares parte de suas tradições e história. O Museu e o quartel são tombados pelo INEPAC desde 13 de fevereiro de 1979, data do Tombamento Definitivo e, em 29 de setembro de 2014, foi promulgada a Lei Estadual Nº 5.791 que protege aquele espaço que representa, promove e fortalece a doutrina, os valores, a tradição e a história militar dessa centenária corporação.

O trabalho de pesquisa propõe uma abordagem das multiterritorialidades, buscando compreender a complexidade do território do Quartel Central para além de sua função administrativa. A ideia principal foi entender aquele território e sua importância histórica, pois segundo Santos (2015) territorialidades são heterogêneas, dinâmicas e contraditórias em seu interior. O estudo investiga como os Bombeiros Militares percebem esse espaço, destacando as diferentes territorialidades que coexistem dentro do quartel. Para isso, a pesquisa se baseia nas experiências individuais dos militares, analisando como o patrimônio histórico influencia suas vivências diárias e sua relação com o espaço, que

não é apenas um território militarizado, mas um lugar carregado de significados culturais e sociais.

A pesquisa se aprofunda na análise das identidades múltiplas presentes no Quartel Central, utilizando entrevistas semiestruturadas com os Bombeiros Militares para explorar como as percepções sobre o patrimônio histórico e a tradição da corporação moldam suas relações e experiências. A metodologia adotada, que envolveu a aplicação de formulários remotos via *Google Forms*, permitiu coletar dados qualitativos sobre o vínculo entre os militares e o espaço. A análise dos resultados possibilitou uma reflexão sobre o comprometimento dos bombeiros com os valores da corporação e a importância do quartel como um espaço de identidade e tradição, contribuindo para o fortalecimento da história e do legado do CBMERJ.

A participação dos entrevistados foi voluntária, mantendo o anonimato e foram selecionados pelo critério de acessibilidade e "bola de neve", buscando o maior número possível de entrevistados (VERGARA, 2014). O universo da pesquisa pode ser identificado como o grupo de Bombeiros Militares ativos do quadro permanente e temporário do CBMERJ que trabalham no espaço do Quartel Central, que perfazem a monta aproximada de 1.314 militares.

2. Referencial teórico

Foi conduzido um estudo sobre a história da área ao redor do Campo de Santana, permitindo uma compreensão aprofundada do desenvolvimento e das mudanças na região, fornecendo uma base para a análise do local do Quartel Central. Em seguida, a pesquisa se concentrou na trajetória histórica do Quartel Central, incluindo a evolução do território, sua importância ao longo dos anos e as transformações significativas.

Realizou-se uma análise detalhada sobre o processo de tombamento da área, abordando as normas legais e os conceitos relacionados à preservação do patrimônio histórico. Este aspecto

do estudo foi crucial para entender as implicações do tombamento na conservação do Quartel Central e seu papel na proteção do patrimônio cultural local. Essas investigações bibliográficas foram essenciais para fundamentar a pesquisa, oferecendo uma visão abrangente do contexto histórico, institucional e patrimonial do Quartel Central.

2.1. Sobre a história do entorno do Campo de Sant'Ana

A localidade conhecida popularmente como Praça da República, além de ser uma região onde se abriga grande número de instituições públicas, foi cenário de momentos históricos marcantes no Brasil. De acordo com Pimentel (2017), o local originalmente chamado de Campo de Sant'Ana, conhecido como o "Campo da Cidade" até o início do século XVIII, se estendia desde o limite do centro urbano, na Rua da Vala (atual Uruguaiana), até o Mangal de São Diogo (Cidade Nova). Com a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, o Campo de Sant'ana recebeu melhorias e, por sua adequação a manobras militares, foi escolhido para abrigar o Quartel do Regimento da Tropa.

Sobre as condições sanitárias do campo de Sant'Ana, antes da reforma e melhoria do território, Santos (2008) descreve:

> À noite, havia apenas o movimento dos "tigres" - escravos que passavam de casa em casa com um barril na cabeça recolhendo os detritos das residências e que eram assim chamados por ficarem com seus corpos listrados de detritos. Era a solução para o esgoto da época. Além de jogá-los no mar, os dejetos eram despejados em áreas longínquas da cidade, como o campo de Sant'Ana (SANTOS, 2008, p. 27).

Nesse espaço, posteriormente às reformas, aconteceram eventos importantes para o Império, como a aclamação do imperador D. Pedro I, a Proclamação da República Brasileira e os protestos da Revolta da Vacina.

O campo da Aclamação pode ser considerado um espaço privilegiado para a observação dessa fase de consolidação política e expansão da economia. Ao seu redor foram erguidos prédios importantes e estratégicos, criando assim uma espécie de moldura arquitetônica para a imagem de um Império que se pretendia moderno.

Figura 1 – Croqui de localização do QCG



Fonte: Foto obtida por satélite - Google 2024.

2.2. Sobre a história do Quartel Central e do CBMERJ

A história da corporação é iniciada em 02 de julho de 1856, quando o então Imperador D. Pedro II criou o primeiro Corpo de Bombeiros do Brasil, com o objetivo de organizar o serviço de prevenção e combate aos incêndios na capital do Império, pois já existiam outras instituições executando a atividade (FEITOSA, 2022). A ideia era implantar no país uma instituição de excelência e eficiência internacional, alinhada aos padrões de qualidade dos melhores corpos de bombeiros de outros países.

O Quartel Central, segundo pesquisa realizada por Santos (2008), escritora do livro Casarão Vermelho, foi o último espaço no entorno relacionado à infraestrutura do império, dando à corporação

finalmente sua independência estrutural, podendo assim realizar seus treinamentos regulares e diários de extinção de incêndio.

A corporação, após seu início no ano de 1856, usava um espaço junto com a polícia na Rua do Regente Feijó. O terreno no Campo da Aclamação, número 45, foi cedido em 1864, local que é ocupado até os dias atuais.

O quartel, segundo Santos (2008), possuía uma pequena estrutura, porém após a república teve a sua construção majestosa, desenhada pelo Marechal Engenheiro Marcelino de Souza Aguiar, finalizada em 1908 e tombada pelo INEPAC, desde 13 de fevereiro de 1979.

Sobre o projetista Marcelino de Souza Aguiar, que nessa época ainda se encontrava à frente do Comando do Corpo de Bombeiros, foi designado para presidir a Comissão de Representação do Brasil. E o pavilhão construído por Souza Aguiar acabou por receber o Grande Prêmio de Arquitetura da Exposição. Em 16 de novembro de 1906, Marcelino de Souza Aguiar foi empossado na prefeitura do Rio de Janeiro, com poder e com contorno da crise financeira, as obras no Quartel Central do Corpo de Bombeiros ganharam fôlego e andaram em ritmo acelerado. Desde 1905 havia dado início à construção da fachada principal do quartel, de frente para a praça da República (CBMERJ, 2024).

Com as novas estruturas de ferro dominando as feiras internacionais, foi o uso desses materiais em edificações permanentes nas cidades que consolidou essa linguagem arquitetônica como alternativa à alvenaria e à madeira. O prédio do Quartel Central exemplifica essa integração, e ainda harmonizando perfeitamente com o casario da rua do Senado.

Souza Aguiar, segundo Santos (2008), planejou a nova sede do Quartel Central, distribuindo habilmente os prédios no terreno limitado. Ele usou alvenaria de pedra ou tijolo nas fachadas externas, enquanto nos ambientes internos, fora da vista do público, priorizou estruturas metálicas. Esses edifícios internos exibiam elementos metálicos de forma graciosa, utilizando o ecletismo romântico do final do século XIX.

2.3. Tombamento do Quartel Central

Dada a sua relevância, segundo Feitosa (2022), pode ser percebida logo ao entrar no pátio do quartel, com espaços abertos, uma torre de exercício majestosa, estruturas centenárias, entre o passado e o presente, entre o natural do "Campo de Sant'ana" e a metrópole estampada pelas diversas construções notadas facilmente ao redor do quartel, que ainda é palco diário de formaturas tradicionais, treinamentos, passagem de serviço, limpeza de viaturas e em ocasiões especiais, como 02 de julho e 02 de dezembro, datas onde ocorrem formaturas que envolvem toda a corporação, evidenciando sua importância institucional. Segundo Marcelo:

> A importância da cidade ou de seus espaços como cenário onde se desenvolvam atividades ou manifestações contam como valor agregado (paisagem natural e antrópica, patrimônio edificado, recursos cênicos e serviços), e também como elementos de permanência de turistas e de visitantes que acorrem ao local da festa (RIBEIRO, 2008, p. 7).

O ato de tombar o quartel reflete o compromisso com a conservação desse patrimônio, assegurando que suas características únicas sejam protegidas para as gerações futuras conforme processo de tombamento estadual E-03/38.232/78.

No âmbito municipal, a Lei nº 5.791/2014 realizou o tombamento do prédio e reconheceu formalmente sua importância cultural e histórica, proporcionando uma base legal para sua conservação, o que desempenha um papel crucial também na preservação do patrimônio histórico do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ, 2024). A legislação além de salvaguardar a estrutura física do prédio, resguarda a memória e o legado do Corpo de Bombeiros.

O Centro Histórico e Cultural (CHC), atualmente é a diretoria responsável pelo museu e Banda de música, criado em 2 de julho de 1977, tendo sua sede inicialmente no Quartel do Méier, seu

propósito primordial é preservar a memória, trajetória histórica e o patrimônio do primeiro Corpo de Bombeiros oficial do Brasil, segundo Feitosa (2022).

O CBMERJ, como uma instituição vinculada à Defesa Civil, e que tenha seus Comandantes Gerais desempenhando também a função de secretário da Secretaria de Estado de Defesa Civil (SEDEC), dentro de uma perspectiva educativa de interesse público, observa-se a disseminação desses conhecimentos não apenas para empresas, empresários, indústrias e edifícios, mas também para a sociedade em geral. Segundo Feitosa (2022), esse esforço educativo busca uma abordagem mais intensa e inclusiva, além de ser implementado em projetos educativos mais amplos. Pois segundo Ribeiro, "o envolvimento da comunidade local passa pela educação, pela sensação de 'pertencimento patrimonial' e por uma política pública de valorização e de conscientização" (RIBEIRO, 2008).

Nesta perspectiva cabe destacar o caráter educativo e o impacto abrangente que acompanhou a fundação do museu do CBMERJ, atendendo a população fluminense e preservando a memória do Bombeiro Militar, estendendo-se além do quartel que o abrigava:

> É evidente o forte sentido educativo que acompanhou a fundação do museu, a intensa ação sobre um público mais vasto que se estendia muito além do quartel que o guardava. (...) O estabelecimento do quartel militar foi também de grande importância para o desenvolvimento econômico, tendo um grande impacto sobre o comércio e a produção local (NOGUEIRO, 2011, p. 153).

Uma atividade possível que envolva a apropriação do patrimônio cultural pela população por meio de um processo educativo é o turismo pedagógico, o qual abordaremos a seguir.

2.4. Conceitos relacionados ao tema

O turismo pedagógico é, segundo Padilha (2024), uma abordagem educacional voluntária, onde os estudantes têm a opção de participar, envolvendo visitas a locais com infraestrutura turística ou potencial turístico, como locais de entretenimento, estabelecimentos culturais e patrimônios naturais ou culturais. O objetivo é proporcionar aos alunos uma maior interação com o objeto de estudo e um aprofundamento dos conhecimentos.

Durante o Turismo Pedagógico, os estudantes podem participar ativamente de todas as etapas da atividade, o que facilita a problematização, o diálogo e o debate entre eles e os professores. Isso também incentiva a pesquisa e o aprofundamento do conhecimento sobre o tema em estudo. Além disso, essa abordagem permite que tanto professores quanto alunos reflitam sobre a qualidade dos espaços visitados, suas estruturas, produtos e serviços, comparando-os com o que está disponível nos espaços destinados aos cidadãos locais.

Portanto, o Turismo Pedagógico não apenas proporciona uma experiência prática de aprendizagem fora do ambiente escolar tradicional, mas também estimula uma análise crítica e reflexiva sobre os locais turísticos visitados e sua relação com a comunidade local, agregando mais valor histórico e cultural aos espaços, conforme descreve Padilha (2016).

Recentemente foi aprovada a lei nº 9.990 de 11 de abril de 2023 que institui o programa turismo pedagógico na rede estadual de educação do Rio de Janeiro e dá outras providências. O referido programa foi instituído com o objetivo principal de proporcionar aos alunos o acesso ao acervo cultural, artístico e turístico do Estado. Além disso, visa promover o conhecimento, a valorização e a preservação desse patrimônio fluminense, bem como desenvolver conteúdos escolares relacionados à educação patrimonial em outros espaços de discussão.

3. Resultados da pesquisa

A pesquisa se iniciou inquirindo os Bombeiros sobre o tempo em que os Militares conhecem ou atuam no Quartel Central. Verificou-se que a grande maioria dos respondentes tem mais de 15 anos exercendo atividade de Bombeiro Militar, ou seja, estão na metade de sua carreira, que na média regulamentar dura 30 anos. Portanto, eles têm algum conhecimento sobre a existência desta construção centenária.

A segunda pergunta foi a respeito do conhecimento histórico sobre o Quartel do Comando Geral. Por ter sido estruturada de forma aberta, possibilitou identificar algumas respostas recorrentes. Para observar melhor a pesquisa, foi destacada os grupos de respostas por palavra-chave, reduzindo-as, para alcançarmos o objetivo proposto.

a) Busca do conhecimento sobre o Quartel no curso de formação:

Algumas respostas chamaram a atenção, na medida em que o momento em que os Bombeiros estudaram sobre o assunto foi durante o curso de formação e não tiveram continuidade. Segue alguns exemplos de resposta:

- "Muito raso, apenas o que aprendi na ABMDPII";
- "O mesmo que foi passado na academia".

b) Busca do conhecimento sobre o Quartel fora do curso de formação. Alguns militares não disseram que o conhecimento foi adquirido durante a formação. Fato que chamou atenção, pois responderam de forma completa e correta, demonstrando um profundo conhecimento a respeito do tema, conforme a seguir:

- "Tudo o que está descrito nos manuais de Bombeiro Militar e, também, o que está disposto no museu" "Foi inaugurado em 23/04/1908, foi projetado pelo Coronel EB Francisco Marcelino Souza Aguiar, o então Comandante Geral";
- "Fará 116 anos em 2024. Neste mesmo local funcionou desde 1856 o Corpo Provisório de Bombeiros da Corte. Em 1908, sendo insuficientes as antigas instalações, foi construído o edifício

atual, segundo projeto do engenheiro militar Francisco Marcelino de Souza Aguiar";

- "A data da inauguração é 23 de maio de 1908, o dia e mês são os mesmos do meu aniversário, por isso é fácil pra mim lembrar".

c) Não possui ou possui pouco conhecimento histórico a respeito do Quartel do Comando Geral. Dos 51 entrevistados, 22 respostas se enquadram em "não possuir ou possuir pouco conhecimento histórico".

Para análise das respostas da próxima pergunta, que aborda o tema sobre as percepções que o militar possui a respeito do patrimônio histórico e cultural do quartel central, foi utilizado o critério de reduzir a palavras dentro de grupos recorrentes de resposta, destacando em negrito os termos.

É interessante observar o uso dos termos adequados em diversas respostas, que atentam pelo fator relevância histórica e simbólica para a corporação e para o Brasil. A pergunta também evidencia a necessidade de explorar o espaço e as multiterritorialidades presentes nele, conforme a seguir:

a. Patrimônio:

- "Um dos maiores patrimônios históricos da nossa cidade";
- "Simboliza o patrimônio histórico por se tratar de um Quartel de bombeiros que representa o corpo de bombeiros que é o mais antigo da América Latina";
- "Entendo que é uma obra arquitetônica marcante e imponente para a cidade do Rio de Janeiro".

b. Cultura:

- "Um centro **histórico e cultural** de grande relevância para a sociedade como um todo";
- "**Patrimônio cultural** de elevado valor para a Corporação e seus membros, bem como para a sociedade fluminense";
- "O Museu da Corporação, a Banda Sinfônica do CBMERJ que foi declarada **Patrimônio Imaterial** em 2018, e o Arquivo da Corporação estão sediados no Quartel Central e juntamente com o

Comando Geral da Corporação fazem parte inseparáveis da **História** do 1° Corpo de Bombeiros do país".

c. História:

- "O quartel central, bem como o campo de Sant'ana, no que suponho, por conta de diversas informações recebidas de pares e amigos, formaria um jardim pertencente à mesma propriedade, **remontam o Império**, concentrando além da posse imperial do terreno, o sítio próximo à Proclamação da República";
- "É a maior **relíquia** do Corpo de Bombeiros em todo o Brasil e em nenhum outro país vi um quartel de bombeiros tão bonito e majestoso";
- "Esse quartel guarda um valor inestimado de **história** do corpo de Bombeiros do RIO de Janeiro e do Brasil";
- Necessidade de ser valorizado e conceitos juntos: "Que a **preservação do patrimônio se faz necessária** para compreender a evolução da Corporação até os dias atuais";
- "Tem extremo potencial histórico e cultural, **porém pouco utilizado** principalmente como parte do turismo local";
- "**Poderia ser mais bem explorado e aproveitado** como prédio histórico";
- "Possui grande **valor histórico, cultural e arquitetônico**".

d. Sentimento de Pertencimento e identidade:

- "Penso ser de fundamental importância na consolidação da própria **identidade** do Bombeiro Militar, sendo uma inspiração para toda a tropa. Penso também ter um papel relevante como monumento para a história do Rio de Janeiro e do Brasil como um todo";
- "**Sentimento de servir** ao CBMERJ. De ter me tornado um BM completo depois de servir no Casarão";
- "**Percepção** de grande valor cultural para a sociedade".

e. Não possui ou possui pouca percepção sobre patrimônio histórico-cultural do quartel central:

- "Não possuo";
- "Acredito que seja mínimo";
- "Nenhum".

Sobre a pergunta de qual a importância do entorno para a história do Quartel do Comando Geral, considerando a localização geográfica do imóvel, fatores históricos e estratégicos estão presentes na grande maioria dos saberes. As respostas mais interessantes foram:

- "No seu entorno são localizadas muitas construções do período de transição do império à república";
- "A praça Tiradentes foi alvo de encontro dos grandes movimentos da capital na época nos séculos 19 e 20";
- "Região histórica do centro da cidade do Rio de Janeiro, palco de grandes marcos históricos";
- "A localização do quartel é estratégia. O campo do Sant'ana já foi palco de manifestação popular e representatividade do quartel central dos Bombeiros sendo ele próximo a sede do governo traz o símbolo da constante vigilância dos bombeiros".

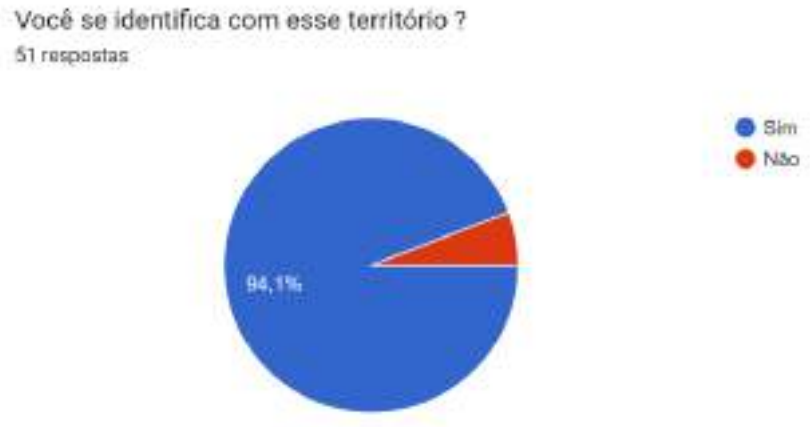
Cabe ressaltar que respostas como "não sei", "não sei opinar" e "não tenho resposta" chamaram a atenção durante a pesquisa. Respostas sobre o espaço de convivência ser melhor administrado e adaptado para a sociedade que ali trabalha, também foram relevantes nessa pesquisa, como por exemplo:

- "O entorno precisa ser histórico sim, porém mais funcional, devendo uma parte da calçada ser diminuída para vagas de carro exclusivas da Corporação";
- "O entorno deveria ser revitalizado".

Com relação à identificação sobre o território, mais de 90% dos Bombeiros militares responderam que se identificam com o espaço.

Quando questionados se o Bombeiro se identifica com o território, 94,1% responderam que sim, conforme Figura 2.

Figura 2 – Você se identifica com esse território?



Fonte: Autor, 2024.

Tal pergunta relativa à identificação pessoal com o território foi bastante elucidativa, cabendo dividi-las em categorias:

a. Fator Histórico:

- "Por fazer parte dessa história";
- "Esse território representa toda a história do Rio de Janeiro";
- "Me identifico com a preservação histórica que o quartel Central representa".

b. Fator importância institucional:

- "A imponência de suas torres e o pátio sempre em "movimento"";
- "Me identifico com o corpo de bombeiros e com o principal marco de sua existência";
- "Com as pessoas que integram a corporação";
- "Pois passo boa parte do meu dia neste espaço geográfico, além de conviver e partilhar dos hábitos e cultura peculiares da população que por ele circula";
- "Tradição. Patriotismo. Simbolismo";
- "Sou militar da corporação e um BM do RJ é o quartel de maior referência do CBMERJ".

c. Fator Arquitetura:

- "Arquitetura";
- "A Arquitetura das instalações do Casarão Vermelho são de uma Beleza única";

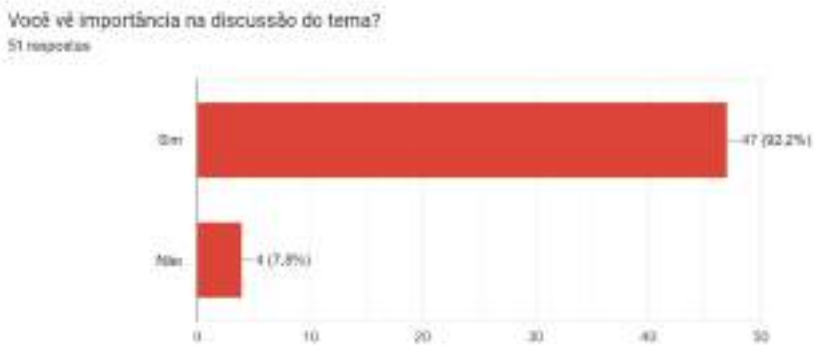
d. Fator Localização:

- "Sinto que é um local "seguro" para todos os bombeiros militares";
- "Área central, com muitos serviços disponíveis";
- "Com facilidade de locomoção e proximidade do comércio e lazer".

Respostas como "não sei opinar" e "não gosto" apareceram durante o questionário.

Quando questionado se o militar vê importância na discussão do tema, mais de 90 % afirmam que sim, como apresentado na Figura 3.

Figura 3 – Você vê importância na discussão do tema?



Fonte: Autor, 2024.

4. Discussão dos resultados

A ideia inicial do trabalho foi avaliar a percepção e entender melhor o público interno, no que tange ao conhecimento que os Bombeiros têm do espaço que eles ocupam, se entendem este como algo somente material e com símbolos militares, deixando de perceber as riquezas do território em que o mesmo se encontra inserido.

Ao abordar isoladamente o espaço geográfico do quartel, limita a compreensão das diversas características que compõem esse espaço social. Um enfoque exclusivamente geográfico e pontual muitas vezes negligencia elementos culturais, históricos, sociais e simbólicos que desempenham um papel crucial na formação e na evolução desse ambiente. A citação de Ana Gomes (2019) destaca a importância do tombamento não apenas de prédios isolados, mas também do entorno, especialmente quando se trata de monumentos:

> O tombamento do prédio integrado ao entorno da Praça da República, é reveladora de outro conjunto de práticas que convive com o tombamento de prédios isolados – os monumentos – desde pelo menos a aprovação da Carta de Veneza, em 1964. Em seu texto, a Carta destaca que "o monumento compreende não só a criação arquitetônica, mas também a moldura em que ela é inserida", ou seja, seu entorno (GOMES, 2019, p. 656).

Através da pesquisa bibliográfica realizada, foi possível perceber que a corporação durante anos passou por diversas visões e dinâmicas sociais, não só passando por questões militares e de evolução do CBMERJ, mas por ideias de territórios, identificadas pela pesquisa. A ideia vai ao encontro da diversidade das respostas da pesquisa realizada, tanto objetiva quanto subjetivamente:

- "Orgulho de ter um Casarão de respeito na História";
- "Me identifico com a origem (berço) da atividade de bombeiros no Brasil";
- "Nossa casa, quartel responsável por centralizar o comando da corporação e as principais decisões".

Cabe ainda ressaltar o poder estratégico de observar diversas localidades da região, pois possui uma espetacular torre de observação e sua localização está entre a Praça XV e a Quinta da Boa Vista. Além do fato relevante do CBMERJ ser considerada a mais antiga corporação de Bombeiros do Brasil pois possui o patrimônio histórico intransferível, o quartel do Comando Geral,

visto que os militares do Distrito Federal levaram grande parte da administração, pessoal e documental, no período da inauguração de Brasília. Pois o território, de acordo com a visão de Raffestin, "é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder" (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

A função da prevenção, não entra numa questão de educação unilateral, mas numa troca mútua entre os bombeiros que fazem parte do cotidiano do quartel, que estão ali observando e sendo observados, onde todos fazem parte do aprendizado de forma comutativa. Todos são transmissores de conhecimento e preservadores do espaço, todo esse reconhecimento e diálogo faz parte do processo, servindo de estratégia social para a corporação, ajudando a criar uma identificação e uma valorização entre os participantes.

O trabalho verificou uma necessidade de melhor explorar esse espaço de forma pedagógica, pois para seus próprios bombeiros o quartel é de grande importância histórica, simbólica, estrutural, administrativa entre outros, porém pouco se sabe sobre seus elementos culturais no percorrer de sua história dificultando o desenvolvimento territorial do lugar. O que fica claro em diversos trechos como, por exemplo:

- "Tem extremo potencial histórico e cultural, porém pouco utilizado principalmente como parte do turismo local";
- "Poderia ser melhor explorado e aproveitado como prédio histórico";
- "Que é um ramo de desenvolvimento dentro do CBMERJ que precisa ser valorizado, uma vez que, o valor agregado do produto entregue pelo CBMERJ para a sociedade está intrinsecamente a experiência e técnica adquirida e desenvolvida durante a história da corporação e do próprio quartel central".

Cabendo assim ao Centro Histórico e Cultural através do Museu da Corporação realizar esse tipo de trabalho, como são descritos no trabalho "Virtualização do Museu do CBMERJ como forma de proporcionar identificação e senso de pertencimento do Bombeiro Militar" e no trabalho "Museu do Corpo de Bombeiros

do Estado do Rio de Janeiro: experiências de Educação não formal e mediação museal no projeto Bombeirinhos". Destaque para uma definição de Ecomuseu que segundo Mamede (2023) pode enquadrar toda a estrutura do Quartel Central:

> No caso do Museu Histórico do CBMERJ, a visitação se inicia na entrada do Quartel Central, prédio histórico e tombado, onde o guia explana sobre a história da edificação (...) Em seguida, o visitante passa pelo histórico "beco do Kaol" e, só depois adentra ao museu. Não só isso, mas o Museu Histórico do CBMERJ, também tem papel ativo nas solenidades e cerimônias, as quais demandam exposições personalizadas e interativas mescladas com a participação da Banda Sinfônica do CBMERJ. O que poderia sugerir, desta forma, características de ecomuseu ao Museu Histórico do CBMERJ, apesar de tal classificação ser bastante criteriosa (MAMEDE *et al*., 2023, p. 27).

Segundo Santos (2015), a expansão da cultura com o passar dos tempos está fomentando novas identidades territoriais. Nessa territorialidade as relações com os Bombeiros revelam necessidade da criação de novos códigos de identidade, seguindo novas linhas artísticas e culturais, mostrando a necessidade de renovação de símbolos.

A ideia do trabalho é focar no conhecimento que o Bombeiro tem do espaço que ele ocupa e como trabalhar esse sentimento de orgulho por esse patrimônio histórico. Ribeiro destaca a importância de envolver a comunidade local em processos de turismo cultural:

> A comunidade local leia-se grupos de atores heterogêneos que vivem no mesmo território, possuindo muitas vezes interesses dos mais diversos sobre os mesmos objetivos podem ser envolvidos em um processo de turismo cultural através de ações como a educação formal e informal – teatro de rua, museu aberto, palestras, intervenções artísticas temáticas etc – onde se sintam participante, envolvido e motivado a entender, preservar e zelar e transmitir a gerações futuras a importância da manutenção dos símbolos e signos do patrimônio cultural e natural como forma de continuidade (RIBEIRO, 2008, p. 9-10).

Padilha (2023), nos remete a uma pergunta importante a se fazer neste momento da pesquisa:

> Como gostar e cuidar de algo que não conhecemos? Em países com grande desigualdade socioespacial como o Brasil, espaços turistificados famosos podem nunca ter sido visitados por aqueles que estão mais próximos deles, seja porque o acesso a eles é caro, seja porque no imaginário social aquele lugar não lhes pertence (PADILHA, 2023, p. 349).

O conjunto do patrimônio histórico e cultural está incluído como lugar de memória e de preservação, mas sabendo trabalhar serve para promover a inclusão dos excluídos e dinamização do patrimônio cultural e histórico, o presente trabalho entra nesse campo do turismo pedagógico para ajudar a atingir seus objetivos didáticos de forma lúdica e presencial, com as atividades pedagógicas sendo desenvolvidas através da educação museal.

O turismo pedagógico, ao promover o contato com elementos representativos da cultura pode atuar no sentido de disseminar uma postura consciente em relação ao patrimônio, auxiliando a preservação desse legado, devido à importância do espaço para o Rio de Janeiro, tanto histórica quanto cultural. Não se trata apenas do corpo de bombeiros, mas da formação da cidade, suas necessidades de evolução, seus processos naturais, a abordagem da patrimonialização para o espaço, o local pode ser explorado de forma dinâmica afinal já teve diversas finalidades e cabe uma atenção ao tema.

Padilha (2023) apresenta uma relação entre cidadania e turismo:

> A promoção da cidadania pode ser vista como resultado ou como causa do turismo, dependendo de como esta atividade é planejada e gerida em um determinado local. (...) O ponto de vista aqui defendido é o de que somente há cidadania em um espaço que lhe permita a sua existência e com o qual seus habitantes se reconheçam e se sintam parte integrante (PADILHA, 2023, p. 339).

5. Considerações finais

Uma das formas encontradas atualmente para a mudança na estrutura e possibilitar o desenvolvimento territorial do Quartel Central é o aprofundamento no estudo do turismo pedagógico que, apesar de ser uma modalidade ainda pouco explorada, se relaciona com o tema por diversos fatores, pois se bem articulado, tem o objetivo de criar identidade e cidadania principalmente, no público interno, como uma complementação da estrutura nos cursos e formação.

Observando a necessidade do viés intermediário entre o bombeiro e o curso de formação, o turismo pedagógico é importante para o enriquecimento da experiência e aprendizado extraclasse, e por consequência inserir no processo de reconhecimento de forma gradual onde se trabalha a valorização e desenvolvimento da consciência de preservação do patrimônio.

O presente trabalho procura servir para o desenvolvimento territorial resgatando o interesse histórico e cultural, assim como a relação com patrimônio e sua relevância. Pois tanto o museu do corpo de bombeiro quanto o centro histórico são espaços de produção de conhecimento e oportunidades de lazer, seus acervos e exposições favorecem a construção social da memória e a percepção crítica da sociedade, neste sentido, a parceria museu-formação é importante trazendo por meio do contato com pessoas que fizeram e fazem parte da corporação, o despertar para o conhecimento do patrimônio.

O resultado da pesquisa possibilitou observar o sentimento de orgulho por esse patrimônio e abrangeu um campo de estudo ainda pouco explorado como, o turismo pedagógico, que apesar deste ser uma modalidade ainda pouco discutida, se relaciona com o tema por diversos fatores, pois se bem articulado tem o objetivo de discutir cidadania e outros assuntos relevantes, principalmente, na troca de conhecimento entre o espaço e o Bombeiro que o visita o espaço, servindo como uma complementação da estrutura de formação.

Referências

CBMERJ. Site do Corpo de Bombeiros, 2024. Disponível em: https://www.cbmerj.rj.gov.br/aniversario-gocg/. Acesso em: 17 jun 2024.

FEITOSA, Luciano de Almeida (2022). Museu do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro: experiências de Educação não formal e mediação museal no projeto Bombeirinhos. Revista Educação Pública. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/31/museu-do-corpo-de-bombeiros-do-estado-do-rio-de-janeiro-experiencias-de-educacao-nao-formal-e-media cao-museal-no-projeto-bombeirinhos. Acesso em: 22 mai 2024.

GOMES, Ana Lúcia de Abreu; LOPES, Maria M. "O processo de tombamento da primeira sede do Museu Nacional na atual Praça da República-Rio de Janeiro". *Tempo* 25, 2019: 647-666.

MAMEDE, Antônio Da Silva; RIGO, Filippelle; ALVES, Leonardo; RIBEIRO RODRIGUES, Vinícius; GOIS, Rafael Pessanha. Virtualização Do Museu Do CBMERJ Como Forma De Proporcionar Identificação E Senso De Pertencimento Ao Bombeiro Militar. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso Pós-Graduação Lato Sensu. Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais do CBMERJ, 2023.

NOGUEIRO, Emília. Museu Militar de Bragança: fundação. Ensaios e Práticas em Museologia. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Património. 2011.

PADILHA, Marcela Do Nascimento. Turismo, Patrimônio Histórico e Transformações Socioespaciais em Cidades Tombadas. O caso de Paraty Rosa dos Ventos, vol. 8, núm. 4, 2016. Universidade de Caxias do Sul, Brasil.

PADILHA, Marcela do Nascimento; Lavandeira, Viviane de Oliveira; Pieri, Vitor Stuart Gabriel de. Turismo e educação. Diálogos e ações pela cidadania -Sustentabilidade Territorial. Crise

Global e Patrimônio - Vol. 16, N° 30. Jan. Jun de 2024. Revista memória em rede. ISSN 2177-4129 DOI: https://doi.org/10.15210/rmr.v1630.26075

PIMENTEL, Marcia. Rio de Janeiro. Multirio, 2017. Disponível em: https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/13262-campo-de-Sant'ana,-olugar-que-testemunhou-o-nascimento-do-imp%C3%A9rio-e-da-rep%C3%BAblica. Acesso em: 13 maio 2024.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

Revista do direito internacional - volume 19- N 1 2022. ISSN 2237-1036.

RIBEIRO, Marcelo; Santos, Eurico de Oliveira. Turismo Cultural Como Forma De Educação Patrimonial Para as Comunidades Locais. Itinerarium, 2008 1(1), 73.

SANTOS, Alberto Pereira dos . Geopolítica das Igrejas e Anarquia Religiosa no Brasil Editora: Gramma Editora; 1ª edição, 2015.

SANTOS, Renata. Casarão vermelho: centenário da construção do quartel do Comando Geral do Corpo de Bombeiros, 1908-2008. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, CBMRJ, 2008.

VERGARA, Sylvia (2014). Projetos e relatórios de pesquisa em administração. Editora Atlas, São Paulo.

Desenvolvimento territorial no bairro Fischer – Teresópolis (RJ): uma análise exploratória

Juliana Rosa Pimentel
Rafael Ângelo Fortunato

1. Introdução

O presente trabalho tem como objeto de estudo o desenvolvimento territorial do bairro Fischer, em Teresópolis (RJ), motivado pelo incêndio ocorrido no lixão local em junho de 2023 — um evento trágico que expôs problemas ambientais e sociais de grande relevância. O lixão, situado próximo a áreas urbanas e já alvo de críticas por riscos à saúde pública e contaminação ambiental, foi palco de um incêndio de grandes proporções, causado pelo acúmulo de resíduos inflamáveis e pela ausência de manutenção adequada. A fumaça tóxica resultante comprometeu a qualidade do ar e provocou diversos atendimentos médicos, exigindo dias de combate às chamas devido à complexidade do material em combustão.

Para além do impacto ambiental imediato, o episódio reacendeu debates sobre a gestão de resíduos sólidos e a urgência de políticas públicas voltadas à reciclagem e redução de resíduos na fonte. Contudo, pouco se discutiu sobre os moradores e catadores do Fischer, invisibilizados tanto pela mídia quanto pelas ações do poder público. A partir dessa lacuna, esta pesquisa busca compreender a dinâmica de desenvolvimento territorial do bairro, a relação da comunidade com o lixão e as transformações ocorridas após seu fechamento, bem como as perspectivas locais para o futuro.

Três hipóteses sustentam o estudo: (a) o desenvolvimento recente do Fischer é mediado pelo lixão, que constitui elemento central da identidade local; (b) o incêndio e o fechamento do lixão não geraram respostas efetivas voltadas aos moradores e catadores; e (c) embora o

problema do lixo afete toda a cidade, o Fischer é o território mais impactado e vulnerável às consequências sociais e ambientais.

A pesquisa adota abordagem qualitativa, orientada pelo materialismo histórico, que permite compreender as determinações sócio-históricas da formação do território e as relações sociais nele produzidas. A questão social é analisada enquanto expressão do desenvolvimento capitalista e das desigualdades urbanas, apoiando-se em autores como Iamamoto (2009), Ribeiro (2007) e Wacquant (2001). Esses referenciais ajudam a compreender como populações pauperizadas são empurradas para áreas ambientalmente degradadas, num processo de naturalização da pobreza e subalternização, conforme aponta Kowarick (2009).

Embora a questão ambiental não seja o foco central, ela é abordada como expressão das desigualdades sociais e da apropriação desigual dos recursos naturais. Com base em Acselrad (2001; 2004), entende-se que a definição do que é considerado "problema ambiental" reflete também dimensões subjetivas e discursivas — isto é, o modo como a sociedade percebe e legitima as desigualdades socioambientais. Assim, as injustiças ambientais não se limitam a condições materiais, mas incluem disputas simbólicas e de poder que moldam a imagem e o valor das populações afetadas.

No caso do Fischer, essas disputas discursivas reforçam a homogeneização e estigmatização dos moradores, enquadrando-os em uma lógica utilitarista e mercadológica, o que influencia diretamente o desenho das políticas públicas. A ausência de poder político e de mecanismos efetivos de participação torna a comunidade vulnerável à exclusão das decisões sobre a destinação do lixo de Teresópolis, perpetuando as injustiças ambientais.

A cidade e o território, entretanto, não se limitam a estruturas objetivas. Eles são também espaços de resistência e produção de sentido, construídos pelas práticas cotidianas e pela praxe social de seus habitantes. Com base em Vazquez (2011) e Bauman (2009), o trabalho discute a importância das formas coletivas de existência e do reconhecimento social como fundamentos para a justiça e o

desenvolvimento territorial. Busca-se, assim, superar visões fatalistas e afirmar a possibilidade de transformação social, apontando caminhos para um desenvolvimento territorial mais justo e inclusivo.

Metodologicamente, a pesquisa combina levantamento de dados primários e secundários. Entre as fontes primárias, destaca-se a realização de entrevista semiestruturada com um ator social de referência na comunidade, voltada a compreender a dinâmica organizacional do Fischer e as condições de vida após o fechamento do lixão, além de visitas de campo com observação direta e registro espacial das estruturas e equipamentos sociais.

As fontes secundárias incluem documentos oficiais e dados do IBGE (Censo 2022), portais do governo municipal, informações de sistemas federais de assistência social, saúde e educação (SAGICAD, SIMEC, SISAB), e matérias jornalísticas sobre o incêndio. A triangulação dessas fontes visa construir um panorama abrangente das condições socioeconômicas e ambientais do bairro, contribuindo para uma análise crítica das desigualdades e das possibilidades de desenvolvimento territorial no Fischer.

Em suma, o trabalho propõe uma reflexão sobre como processos de exclusão e vulnerabilidade ambiental se entrelaçam à formação territorial e identitária de comunidades marginalizadas. Ao articular dimensões materiais e simbólicas, objetiva contribuir para o debate sobre justiça socioambiental e para a construção de alternativas emancipatórias de desenvolvimento local.

2. Breves considerações sobre desenvolvimento territorial

O desenvolvimento territorial é um conceito disputado nos campos acadêmico, teórico e político, relacionado à busca de soluções integradas que possam melhorar a qualidade de vida de grupos populacionais, especialmente os mais pobres. Assume-se como alternativa ao desenvolvimento econômico ou social isolado, consolidando-se na contemporaneidade pela centralidade do território, entendido não apenas como espaço físico, mas como

elemento que integra fatores materiais e simbólicos relacionados a meio ambiente, cultura, história e relações sociais.

O conceito de território adotado fundamenta-se em Milton Santos (2001), para quem o território é "utilizado, vivido, socialmente produzido". A análise recai sobre o território em uso, compreendendo fixos e fluxos, e a interação entre ações passadas e presentes, que conferem sentido ao espaço (SANTOS, 2001, p. 47; p. 247). Essa perspectiva evidencia que a concentração de riqueza produz desigualdade territorial e apropriação desigual de recursos sociais, naturais e econômicos.

Segundo Harvey (2005), o território é moldado pela acumulação de capital e transformação social, sendo espaço de disputa entre grupos por recursos e pela definição do uso do espaço. A escala é determinante para compreender as políticas territoriais e seus efeitos sobre comunidades (HARVEY, 2006). Para Harvey, "A acumulação do capital sempre foi uma ocorrência profundamente geográfica... criaram uma geografia histórica global de acumulação do capital" (HARVEY, 2005, p. 193). Assim, território, espaço e poder se entrelaçam, refletindo as tensões do capitalismo contemporâneo.

Essa lógica produz a espacialização da pobreza, na qual a mobilidade de capitais contrasta com a fixação das populações pobres em áreas precárias, ambientalmente vulneráveis e socialmente expropriadas. Os trabalhos mais degradantes e os espaços de reprodução social dos pobres são os mais prejudicados, como destaca Antunes (2009). Kowarick (2009, p. 23) contribui com o conceito de espoliação urbana, caracterizando a somatória de privações decorrentes da falta ou precariedade de serviços essenciais e acesso à moradia, que intensificam a exploração do trabalho (KOWARICK, 2009, p. 22).

A materialização das desigualdades territoriais se combina com marcadores étnicos, raciais e de gênero, atravessando a questão de classe e apagando identidades de grupos marginalizados. Iamamoto (2009) aborda o fetichismo da mercadoria e o "capital fetiche", fenômeno pelo qual o capital é

tratado como força autônoma, desumanizando as relações e convertendo necessidades sociais em mercadorias, intensificando desigualdades. A questão social, portanto, extrapola a pobreza e precarização do trabalho, manifestando-se nas contradições do capitalismo e na decomposição do Estado (DAVIS, 2006).

O desenvolvimento territorial envolve disputas de poder, acomodação de práticas sociais e manutenção de sociabilidades pautadas pela coerção e pelo medo. Bauman (2009) observa que, sob a globalização, as cidades tornam-se fragmentadas, com proximidade física e distância social entre ricos e pobres, o que enfraquece a confiança e a coesão comunitária. Wacquant (2001; 2009) enfatiza a estigmatização territorial e a marginalidade avançada, mostrando como periferias e guetos operam como mecanismos de segregação e controle.

Esses processos fragilizam comunidades, corroendo vínculos sociais e familiares (SANTOS, 2003; RIBEIRO, 2007), por meio da mercantilização de territórios populares, difusão de sociabilidade violenta e concentração territorial de segmentos instáveis (RIBEIRO, 2007, p. 38). Soma-se a isso a construção de "imagens-síntese" (RIBEIRO, 2004, p. 100) que deslegitimam modos de vida periféricos, reforçando a exclusão social e espacial.

O quadro do desenvolvimento territorial, portanto, combina materialidade e simbolismo, sendo campo de disputa por significados, poder e representação. O fatalismo decorrente de análises estritamente materialistas ou discursivas reforça a manutenção das imagens-síntese dominantes, impedindo perspectivas de mudança. Um projeto territorial contra-hegemônico depende de construção coletiva, práticas que promovam reflexão crítica e criativa, e valorização das "sobrevivências culturais" presentes nos territórios (RIBEIRO, 2004), disputando a "cidade do pensamento único" (VAINER, 2002) e o espaço banal da vida cotidiana.

Dessa forma, o desenvolvimento territorial não se limita à gestão de espaço físico, mas envolve a disputa social, simbólica e política, permitindo potencialmente reconstruir relações

comunitárias e visões de justiça social em territórios historicamente marcados pela desigualdade e pela exclusão.

3. Desenvolvimento territorial em Teresópolis: o caso do bairro Fischer

Apresentaremos aqui os dados obtidos em pesquisa de campo, conforme assinalado na introdução deste trabalho. Para a definição do campo adotamos como estratégia o roteiro de visita à comunidade desde a sua entrada, que ocorre pela Estrada Rua Pedro Eleutério de Oliveira até o final, considerado aqui a parte na qual termina a ocupação por moradores, exatamente no trecho denominado "rodo".

A entrevista foi realizada com a presidente da Associação de Moradores e Amigos do Matadouro – Fischer e dirigente da Casa Celeste, espaço comunitário local. Embora as limitações que estão implicadas na escuta qualificada de apenas um informante do local, ela foi o contato inicial possível com a comunidade no momento desta pesquisa.

4. Caracterização Socioespacial do Fischer

4.1. Localização

O bairro Fischer situa-se às margens da Estrada Rio-Bahia (Rodovia Santos Dumont – BR 116), com acesso na altura do Km 80, a aproximadamente 10 km do centro da cidade. O bairro possui 1.686 km² de extensão territorial (IBGE, 2022) e integra a Zona Residencial 4 – ZR4, segundo a Lei Complementar N. 025/2001.

A via principal é a Estrada Pedro Eleutério de Oliveira, antiga Estrada do Matadouro. Nos trechos iniciais, até aproximadamente o nº 2000, encontram-se sítios e chácaras com construções consolidadas das décadas de 1960 e 1970. Do meio para o final da rua, predomina ocupação mais recente, com residências em alvenaria e pequenos comércios, como barbearia, bar e pensão. A

faixa marginal direita em direção ao interior do bairro é a mais ocupada, mas ainda preserva vastas áreas verdes.

No trecho que dá acesso à escola municipal e ao CRAS, as habitações tornam-se precárias, algumas improvisadas com madeira e materiais reaproveitados, constituindo o segmento mais adensado. O asfaltamento termina na área conhecida como "rodo", que permite manobras de veículos. Próximo dali, localiza-se a rua das Casas Populares, subida sem asfalto que leva ao "Morrão", sublocalidade com cerca de 35 unidades habitacionais.

4.2. Dados populacionais

Nos últimos dez anos, o Fischer registrou uma queda populacional de aproximadamente 54%. Em 2010, o IBGE apontava 1.834 habitantes em 691 domicílios; atualmente, a população é de 835 moradores, com 43,11% pardos, 42,87% brancos e 13,89% pretos. A idade mediana é de 28 anos, a razão de sexo é de 94 homens para cada 100 mulheres, e o índice de envelhecimento é de 41,4 idosos para cada 100 pessoas até 14 anos (IBGE, 2022).

4.3. Habitação

O Censo IBGE 2022 indica 375 domicílios no bairro, mas a ocupação é concentrada principalmente em duas sublocalidades: o Condomínio Vale do Sol (cerca de 40 moradias ocupadas) e o "Morrão" ou Casas Populares. Este conjunto foi construído em 2006 para famílias atingidas por enchentes e sofreu interdição parcial devido a deslizamentos, permanecendo atualmente com 35 casas habitadas, expostas a riscos de deslizamentos e carentes de serviços básicos como água, luz e asfaltamento.

4.4. Equipamentos Públicos

O bairro dispõe da escola municipal E.M. Heleno de Barros Nunes, com ensino infantil e fundamental, 3 professores, 26

matrículas na pré-escola, 78 nos anos iniciais e 6 na educação especial (Censo Escolar, 2023). Para os anos finais do ensino fundamental, estudantes se deslocam para os bairros vizinhos Vale do Paraíso. Segundo o Índice Socioeconômico da Educação (ISE), os alunos estão enquadrados no nível 4, indicando vulnerabilidade moderada, com restrições ao acesso a computadores, internet e ambiente adequado para estudo.

O CRAS Fischer, fundado em 2011, retomou atividades em 2018, oferecendo proteção social básica por meio de equipe volante atendendo áreas isoladas, incluindo o Conjunto Habitacional Parque Ermitage. A saúde é atendida quinzenalmente por Unidade Móvel de Saúde, equipada com consultório odontológico e médico, oferecendo serviços como aferição de pressão, vacinação e testes de glicemia.

4.5. Organização Comunitária

O bairro conta com a Associação de Moradores e Amigos Matadouro (AMAM), com mais de 30 anos de história, retomada em 2022 sem sede própria. A Casa Celeste, em funcionamento há cerca de um ano, realiza atividades coletivas para mulheres e crianças, fornecendo alimentos, roupas e medicamentos. A organização comunitária promove geração de renda, costura e artesanato, além da alfabetização de jovens e adultos, embora a mobilização ainda seja incipiente.

4.6. Serviços e Comércio

A rede de serviços e comércio é limitada, sem minimercados, farmácia ou bancos. A população depende de deslocamento para bairros vizinhos, como Fonte Santa. Observou-se a presença de pelo menos cinco negócios relacionados ao tratamento de recicláveis ao longo da Rua Pedro Eleutério de Oliveira, sem confirmação sobre legalização.

4.7. Mobilidade Urbana

A mobilidade é precária, com apenas uma linha de ônibus, Fischer – Jardim Meudon, da Viação Dedo de Deus, com horários limitados. Aos finais de semana e feriados, o transporte funciona entre 8h40 e 12h, e 16h40 e 18h. Não há transporte alternativo como moto táxi ou vans. A destruição de antigas ligações, como a ponte para Jardim Salaco, compromete a acessibilidade do bairro.

4.8. Infraestrutura Urbana

O asfaltamento se limita à via principal, o saneamento é parcial (40,86% dos domicílios conectados à rede de esgoto) e 85,38% possuem abastecimento de água. A coleta de lixo atende 96,35% dos domicílios (IBGE, 2022).

5. Formação socioespacial do Fischer

O desenvolvimento territorial do Fischer foi historicamente associado às transformações sociais e o crescimento urbano do município de Teresópolis, sobretudo no que diz respeito ao aspecto socioeconômico e produtivo.

O nome deste território decorre da ocupação e apropriação das terras nesta região pela migração europeia, processo que se espraiou em toda a região serrana do Rio de Janeiro no século XIX, especificamente dos irmãos Fischer que mantiveram o monopólio fundiário desta região. Embora haja registros de muitas famílias de pessoas negras escravizadas e de uma vasta cadeia de descendentes dos Fischer que residiram no local, o nome do bairro vincula-se ainda aos "donos" das terras.

Do mesmo modo, o Fischer também é conhecido como Matadouro, uma vez que o bairro abrigou o matadouro municipal, quando era expoente a produção rural e criação de gado na região. O matadouro de Teresópolis foi inaugurado em meados do século

XX e desempenhou um papel crucial na economia local, não apenas fornecendo carne para os habitantes, mas também gerando empregos e contribuindo para o sustento de famílias que dependiam da agropecuária.

Atualmente há uma forte referência do bairro ao "Lixão do Fischer", devido à parcela da população residente no local e que subsistiu durante longos anos da cadeia produtiva do lixo na cidade por meio da catação de resíduos neste local até o seu fechamento em definitivo no ano de 2023. No entanto, o lixão situa-se geograficamente no bairro da Prata.

Pode-se afirmar que a dinâmica produtiva local determinou a identidade deste bairro, sobrepondo-se às formações culturais, naturais ou sociais da sua população. É fortemente arraigada por um sentido pejorativo, podendo-se verificar que do matadouro ao lixão, o estigma social atravessa a identificação do território em estudo.

Este é um processo mais profundo que repercute para além do estigma que prevalece sobre este território e seus moradores, mas que contribui para uma anulação das características socioculturais, apagamento dos modos de vida e da construção social deste espaço. As narrativas históricas verificadas em relação ao Fischer estão fortemente representadas, sobretudo pela mídia por tragédias ambientais, vulnerabilidades e, mais recentemente, pela violência.

Em um contexto de crescente urbanização, o Fischer, assim como outros bairros da cidade, são estigmatizados e nomeados de forma desigual e negativamente para a sociedade, nas palavras Wacquant (2001, p. 07) *"[...] são locais conhecidos, tanto para forasteiros como para os mais íntimos, como "regiões-problema"*, circuito "selvagem" da cidade, territórios de privação a serem evitados e temidos, por que tem ou se crê amplamente que tenham excesso de crime, de violência, de vício e desintegração social".

Considerando uma análise exploratória simples, voltada apenas a evidenciar a estrutura socioespacial deste bairro, pode-se dizer que, após este breve relato, o Fischer constitui-se essencialmente enquanto um bairro residencial, com serviços de infraestrutura básica urbana básica que atendem de forma restrita

o bairro, sobretudo o abastecimento de água e esgotamento sanitário. O lixo também é coletado parcialmente no bairro, não chegando à área das Casas Populares. O consumo de serviços e produtos ocorre fora do Fischer, em comunidades vizinhas ou até mesmo na área central de Teresópolis.

A mobilidade urbana está condicionada a um serviço de transporte público com baixa cobertura de horários e rotas, diminuindo as possibilidades de deslocamento a outras áreas da cidade. Do mesmo modo, do ponto de vista da acessibilidade, o Fischer hoje conta apenas com a Estrada Pedro Eleutério de Oliveira como via de acesso e sem conexão com outras localidades. O bairro encontra-se isolado.

Não há qualquer espaço de lazer ou esporte no Fischer, praça, quadra de esportes ou equipamentos equivalentes.

Em suma, é uma região residencial, com pequenos sítios e casas que antigamente serviram como "casas de veraneio", com áreas ainda preservadas, e com a concentração de uma população em situação de vulnerabilidade social e pobreza fixada e isolada neste local. Este grupo populacional mais vulnerável corresponde também aqueles que viviam até 2023 da coleta de resíduos no antigo "lixão do Fischer", antes do seu fechamento, como será abordado a seguir.

6. O Fischer a partir do olhar do morador: entrevista com a presidente da Associação de Moradores

A entrevista com a líder comunitária foi realizada em outubro/2023, na Casa Celeste, situada na subida da rua das Casas Populares no bairro Fischer, seguindo roteiro semiestruturado com foco em: 1) inserção no bairro e composição familiar; 2) atuação na associação de moradores; 3) organização comunitária e problemas enfrentados; 4) aspectos positivos de morar no bairro. A entrevista durou cerca de três horas.

A líder comunitária nasceu no Rio de Janeiro e reside em Teresópolis há mais de duas décadas, mudando-se para o Fischer

em 2015, adquirindo terreno no Condomínio Vale do Sol e construindo sua casa. Possui ensino superior completo em Serviço Social. Assumiu a presidência da associação de moradores em 2022, após período de inatividade da instituição, motivada pela atuação no CRAS Fischer desde 2018, incluindo o período da pandemia de Covid-19, e pelo acompanhamento direto das famílias do bairro.

Além de gerir a associação, divide sua rotina entre vida doméstica, trabalho para obtenção de renda, estudos de pós-graduação na UFRRJ e coordenação da Casa Celeste, fundada há um ano. Este espaço comunitário, não formalizado, abriga atividades para mulheres e crianças, como oficinas de artesanato e confecção, espaço de leitura e recreação, funcionando como ponto de referência para reuniões e acolhimento. Recebe apoio de outras organizações, como o Coletivo Ponto de Luz.

Entre as principais dificuldades do bairro, a líder comunitária destaca a mobilidade urbana limitada, com horários e rotas de transporte público insuficientes, dificultando o acesso a empregos, especialmente fora do horário convencional. A mobilidade intra-bairro e a falta de ligação com áreas vizinhas, como a antiga ponte para Fonte Santa, também são citadas como problemas.

Os serviços públicos ainda são precários: a escola municipal implantou recentemente tempo integral para o ensino fundamental; o CRAS realiza atividades de convivência e fortalecimento de vínculos; a unidade móvel de saúde atende quinzenalmente. Destaca-se a carência de atividades para crianças e adolescentes. Entre os problemas sociais, apontam-se desemprego, analfabetismo, necessidade de complementação escolar e drogadição entre alguns moradores. A abordagem policial frequente é mencionada, embora não haja controle ostensivo do tráfico no bairro.

Em relação ao incêndio e fechamento do lixão, a líder comunitária ressalta o limitado apoio municipal, restrito a cadastro no Bolsa Família, auxílio emergencial por três meses e distribuição de cestas básicas. Alguns ex-catadores foram inseridos no

Programa Operação Trabalho, mas a maioria permanece sem renda, continuando parcialmente na coleta de recicláveis.

A mobilização comunitária enfrenta baixa adesão dos moradores, dificultando ações coletivas e reivindicações. A líder comunitária busca desenvolver projetos de horta comunitária, oficinas de costura e artesanato, promovendo geração de renda e engajamento local.

Entre os aspectos positivos, destaca-se a natureza do bairro e o potencial para o turismo comunitário. Sugere criação de rotas para ciclismo e feiras locais, promovendo socialização entre turistas e comunidade e valorizando a produção artesanal local.

7. Incêndio e Fechamento do Lixão – Impactos para o Fischer

O denominado "lixão do Fischer" localiza-se no município de Teresópolis, no bairro da Prata, na altura do km 75 da Estrada Rio-Bahia.

Este local recebia o despejo de lixo da cidade desde a década de 1980, sem qualquer tratamento ou regulação por parte do poder público municipal.

Apenas em 2009, por meio da intervenção do governo do estado do Rio de Janeiro, através do Programa Pacto Pelo Saneamento, especialmente no eixo das ações previstas no subprograma Lixão Zero, foi instalado o aterro sanitário. Nesta operação foram investidos R$ 5 milhões do Fundo Estadual de Conservação Ambiental - Fecam e da Fundação Nacional de Saúde - Funasa.

Devido às péssimas condições de funcionamento e a ausência de controle ambiental adequado, o aterro foi interditado pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA em 2018. Há época a capacidade de absorção deste aterro era de 130 toneladas de detritos por dia advindos tanto do município de Teresópolis, como de municípios vizinhos.

Desde a interdição do aterro sanitário e após uma década sem qualquer solução efetiva para o descarte e tratamento do lixo em Teresópolis, mantendo-se inclusive o despejo permanente de detritos de todos os tipos no local, a questão do lixão a céu aberto

veio à tona após um incêndio de grandes proporções no local, ocorrido em junho/2023. O incêndio teve início ainda na madrugada do dia 26 de junho de 2023 e já na parte da manhã toda a cidade foi tomada por fumaça.

Dada a alarmante situação, este caso ganhou os noticiários locais e nacionais. Foi objeto de diversas abordagens públicas nas redes sociais, como também em veículos tradicionais de comunicação, como rádios, canais de televisão e jornais.

Para fins de ilustrar a mobilização midiática entorno do caso, demonstram-se abaixo algumas notícias veiculadas.

> Notícia 1:
> "**Aterro sanitário pega fogo e cidade de Teresópolis é tomada por fumaça**: Apesar de ter licença para funcionar, o MP e a Câmara dos vereadores da cidade apontam diversas irregularidades no local" (BAND Rio, 26/06/2023).
>
> Notícia 2:
> *"Segundo a prefeitura, um incêndio criminoso atingiu* o **aterro do bairro do Fischer**" (UOL, 26/06/2023).
>
> Notícia 03:
> "**Incêndio atinge aterro sanitário e nuvem de fumaça cobre céu de Teresópolis,** *região serrana do Rio.* ***Secretária Municipal de Saúde recomendou o uso de máscaras para pessoas com doenças respiratórias até que a fumaça se dissipe***" (PORTAL R7, 26/03/2023).
>
> Notícia 04:
> **Teresópolis fica coberta por névoa depois de incêndio em aterro sanitário.** Bombeiros foram acionados no final da madrugada desta segunda-feira (26) (SUPER RÁDIO TUPI, 26/06/2023).
>
> Notícia 05:
> **"Teresópolis amanhece coberta de fumaça de lixão"** (Jornal Correio da Manhã, 27/06/2023).

Notícia 06:
*"**O que já se sabe sobre o incêndio em lixão em Teresópolis**. Prefeitura investiga se ocorrência é criminosa; fumaça impediu circulação pela cidade e provocou fechamento de 35 escolas e 18 creches*" (VEJA RIO, 26/03/2024).

Notícia 07:
"O município de Teresópolis, na Região Serrana do Rio, amanheceu coberto por uma densa névoa nessa segunda-feira** (26) depois um **aterro sanitário do bairro Fischer ter sido incendiado" (SUPER RÁDIO TUPI, 26/03/2024).

Notícia 08:
"Lixão pega fogo e causa o caos em Teresópolis. Fumaça densa e mau cheiro tomam conta da cidade da serra – RJ" (NOVA FRIBURGO EM FOCO, 26/06/2023).

Notícia 09:
"Céu cinza e nuvem de fumaça: vídeos mostram impactos de incêndio em lixão em Teresópolis. **Aulas foram suspensas e estabelecimento deixaram de abrir nesta segunda"** (JORNAL O GLOBO, 26/06/2023).

As primeiras notícias publicadas em meio digital, em jornais e portais de grande relevância, davam conta do verdadeiro caos que se instaurou. Assinalava o impacto em toda a cidade devido, principalmente, à fumaça que tomou Teresópolis, além da interdição da Rodovia Santos Dumont, fechamento de 35 escolas e 18 creches, como também de estabelecimentos comerciais na área central do município. Foram registrados também atendimentos em saúde, com agravamento respiratório em função da inalação de fumaça.

As notícias enfatizavam a localização do aterro no Fischer. Em mais de uma notícia a prefeitura imediatamente indicou a suspeição por um incêndio criminoso.

Ainda durante as ações de combate ao incêndio, que durou ao menos 5 dias, outros jornais já destacavam a tragédia urbana e ambiental, conforme pode ser verificado.

Notícia 10:
"Bomba ambiental: lixão de Teresópolis desabou quatro vezes em 13 anos. **Laudos do órgão ambiental aos quais ((o))eco teve acesso mostram que vazadouro recebeu resíduos hospitalares e até restos de produtos de postos de gasolina; chorume nunca foi tratado"** (PORTAL (O) ECO, Data: 28/06/2023).

Notícia 11:
"Incêndio em Teresópolis evidencia vulnerabilidade urbana a lixões" (JORNAL ITAIPAVA, 04/07/2023).

As reportagens passaram a narrar a trajetória de descaso e crime ambiental que se consolidou ao longo de décadas e que culminou no incêndio. O Portal (o) Eco, por exemplo, resgatou os diversos desabamentos ocorridos no vazadouro, além de pelo menos 6 notificações emitidas pelo INEA ao executivo local quanto à inadequação e o saturamento do lixão, além de deslizamento de taludes e contaminação de corpos hídricos. A operação de despejo do lixo de toda a cidade no local foi mantida, conforme a reportagem, através de liminares judiciais ao longo de 05 anos.

Poucos dias antes do incêndio no lixão, em 16/06/2023, o jornal local Diário de Teresópolis publicou uma matéria intitulada "Promessa de recuperação do lixão do Fischer completa 5 anos". A reportagem dava conta de que, em 2018, o prefeito da cidade havia anunciado que "em 15 dias seria apresentado um pré-projeto, em 30 um plano de ação, e em 3 anos a solução definitiva para o lixão" (O DIÁRIO, 2023).

A proposta do governo, após os devidos estudos, seria realizar o transbordo do lixo para fora do município, em um aterro controlado, durante um período de 02 anos, ao custo de aproximadamente 17 milhões de reais. Ao longo deste período a prefeitura pretendia então construir uma usina para a separação de produtos recicláveis, queima de parte do lixo para a produção de energia. O município chegou a executar um Processo de Manifestação de Interesse – PMI, do qual tiveram seis empresas interessadas. O procedimento seguinte seria a realização do

processo licitatório para contratação do serviço de construção da usina e, além disto, negociar com o governo do estado o aporte financeiro complementar para arcar com o transporte do lixo para outro local.

São diversas as questões que incidem sobre as dificuldades do município em atuar de forma contundente para solucionar o problema do lixão, o que inclui vontade política, interesses econômicos, a morosidade dos processos, entre outros.

O que resultou deste processo, no entanto, foi que, em 2023, ao completar 40 anos de funcionamento ininterruptos, sem que as ações do município descritas acima fossem efetivadas, um incêndio acabou por deflagrar o esgotamento social e ambiental materializados pelo "Lixão do Fischer". Aqui entre aspas para denotar que o problema não é somente o Lixão do Fischer propriamente dito, mas um modelo de desenvolvimento urbano baseado na maximização do lucro, na displicência com as demandas sociais e ambientais impostas, e acima de tudo, uma histórica gestão criminosa da cidade.

O lixão do Fischer foi fechado em definitivo ainda em 2023, por força de decisão judicial. Desde então o transbordo é feito para outro município, por uma empresa contratada em caráter de urgência, portanto, com dispensa de licitação, por um valor mensal de R$ 772.025,68.

Do ponto de vista da população, especificamente os trabalhadores que viviam da catação do lixo, todos moradores do bairro Fischer, as iniciativas foram ínfimas. Os catadores foram cadastrados pelo município através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH e receberam um auxílio pecuniário emergencial de menos de 1 salário-mínimo, sendo de R$ 1.000,00, durante três meses. Ao total foram cadastrados 86 catadores. Também foram doadas cestas básicas as famílias destes trabalhadores.

A prefeitura informou também que o acolhimento dos trabalhadores do lixão via SEMASDH ocorria sistematicamente por meio de reuniões mensais com a comissão dos catadores,

atendimentos para emissão de documentos e inclusão no Programa Bolsa Família. De acordo com o município, os catadores que manifestaram interesse foram cadastrados no Sistema Nacional de Emprego – SINE e para cursos de qualificação profissional. Destaca-se que na ocasião a SEMASDH ainda fechava parceria com o SEBRAE-RJ para o oferecimento dos cursos.

Na primeira nota oficial do gabinete de crise instalado para tratar o incêndio no Fischer, emitida em 27/06/2023, o município assinalou o seguinte quanto às medidas referentes à população local:

> Atuação da Secretaria Municipal de Saúde**:** A Secretaria Municipal de Saúde realizou 8 visitas por meio do Serviço de Atendimento Domiciliar (SAD). Todos os casos foram leves, com sintomas de tosse seca e ressecamento de garganta; Na Unidade de Pronto Atendimento (UPA), foram realizados 12 atendimentos relacionados. Todos os casos foram leves, prontamente atendidos e liberados; No Serviço de Pronto Atendimento (SPA) Dr. Eitel Abdallah (Tiro de Guerra), no bairro de São Pedro, foram realizados 21 atendimentos adultos e 10 pediátricos. Todos os casos leves e também foram prontamente atendidos e liberados; No bairro da Quinta Lebrão, comunidade próxima ao Aterro, equipes de Saúde atenderam 8 pessoas com sintomas leves em visitas a residências; Outras equipes da Saúde percorreram as proximidades, no bairro da Fonte Santa e do Fischer, atendendo, ao todo, 34 famílias, onde foram relatados casos leves de tosse seca e irritação na garganta; Informamos também que a nossa Unidade Móvel de Saúde estará no bairro Fischer até a próxima sexta-feira, 30, disponibilizando atendimento médico (PMT, 2023).
>
> Atuação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social: A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social está prestando todo o apoio necessário às famílias do entorno do aterro e iniciará nesta quarta-feira, 28, o trabalho de acolhimento dos catadores e busca ativa no bairro Fischer (PMT, 2023).

Estas foram as medidas executadas pelo município. Do processo de produção de narrativas e conteúdo da mídia em torno

do incêndio do lixão do Fischer até as ações do município, os moradores e trabalhadores que viviam do lixão não figuram em primeiro plano.

Embora a amostra de notícias apresentada neste trabalho não reflita o total das informações veiculadas pela mídia, pode-se verificar que neste recorte, não há qualquer menção aos moradores do Fischer ou de bairros próximos. As informações compreendem a totalidade das consequências imediatas do incêndio para a cidade, abarcando a descrição da nuvem de fumaça que tomou Teresópolis, o mau cheiro, os riscos da toxidade da fumaça, o fechamento de estabelecimentos comerciais e equipamentos públicos, bem como atendimentos em saúde. Absolutamente nada foi tratado acerca dos moradores do Fischer. Em contrapartida, até sobre o canil municipal situado na localidade, a prefeitura informou o deslocamento dos animais para um local seguro.

8. Dinâmica social e territorial no Fischer hoje

As análises exploratórias de cunho social evidenciam um bairro cuja consolidação histórica está marcada pelos diferentes processos produtivos nos quais sua população atuou como mão de obra direta: das antigas fazendas e da produção agrícola e pecuária, passando pelo matadouro e, mais recentemente, pelo lixão do Fischer. A história do bairro e de seus moradores é, em grande medida, mediada pela lógica produtiva e utilitarista da cidade de Teresópolis, sendo a fixação das pessoas no território condicionada à oferta de terras e à disponibilidade de trabalho. Pouco se registra sobre modos de vida, práticas sociais e relações estabelecidas pela população no espaço que ocupa.

Com o fechamento do lixão, famílias que viviam da catação enfrentam desalento. Sem especialização, com baixa escolaridade, e inseridas na informalidade, essas pessoas dependem, em grande parte, do Programa Bolsa Família, cujo valor médio é de R$ 684,27. A situação se agrava diante da precariedade da infraestrutura urbana, da limitada oferta de serviços públicos e da baixa

mobilidade urbana, fatores que restringem o acesso a emprego, renda e oportunidades na cidade. A limitação do transporte coletivo, especialmente à noite, reforça o conceito de espoliação urbana (Kowarick, 2009), mantendo essas famílias confinadas a um território marginalizado.

O fechamento do lixão impactou cerca de 100 famílias que dependiam dessa atividade econômica. Embora antes atuassem de forma consensual no local, agora são classificadas como "catadores irregulares", sujeitas a abordagens policiais, evidenciando a criminalização da pobreza e a inserção perversa dessas pessoas no sistema urbano. A população do Fischer é, assim, compreendida como massa sobrante do desenvolvimento urbano, subordinada às dinâmicas de acumulação do capital, enquanto o bairro mantém funções marginalizadas, sem integração plena ao circuito econômico da cidade.

O território do Fischer expressa desigualdades socioespaciais evidentes: precariedade habitacional, saneamento inadequado, baixo poder de consumo e acesso restrito a serviços públicos. O bairro exemplifica a espacialidade da dominação e do poder capitalista, que fixa os mais pobres em bolsões de pobreza, produzindo exclusão e marginalização. Territórios não economicamente funcionais são, ainda assim, regulados por sistemas de poder e controle, material e simbólico, para reserva de terras e recursos, reforçando a lógica centro-periferia, a densidade e rarefação espacial, e os espaços de comando e submissão (Santos, 2001; Hasbaert, 2021).

No Fischer, a pobreza e a exclusão social não são homogêneas, sendo construídas por processos socioespaciais que incorporam recortes temporais, históricos e culturais específicos. A falta de identidade coletiva e de conhecimento histórico dificulta o engajamento comunitário, refletindo na baixa participação em organizações locais. Dados do IBGE indicam decréscimo populacional, embora haja movimento pendular de ida e volta de moradores, especialmente jovens.

Questões habitacionais e de saneamento são centrais. A precariedade coloca o Fischer em situação comparável ou superior à de favelas mais consolidadas, com isolamento físico e social, restringindo acesso a educação, saúde, lazer e oportunidades de trabalho. Ao mesmo tempo, a proximidade com a rodovia, áreas verdes e terrenos vazios indica potencial especulativo, reforçando a pressão imobiliária sobre o bairro.

O estudo evidencia que o desenvolvimento territorial em Teresópolis combina degradação ambiental e injustiça social, padrão observável em outras cidades brasileiras. O isolamento e o estigma associados ao lixão reforçam a marginalização, ao passo que a redução gradual de serviços públicos e infraestrutura reforça a vulnerabilidade local.

Contudo, surgem iniciativas de resistência e sociabilidade local, especialmente após o fechamento do lixão. A criação da Casa Celeste e a atuação coletiva de mulheres em geração de renda, artesanato e atividades culturais demonstram estratégias de sobrevivência e solidariedade. Estas ações indicam a emergência de formas de resistência e construção de sociabilidades alternativas, evidenciando a capacidade da população de criar estratégias de enfrentamento frente à perda e às vulnerabilidades impostas. A análise do Fischer aponta, assim, para a necessidade de estudos aprofundados que integrem a vida cotidiana e as experiências locais à compreensão das territorialidades sociais, ampliando a leitura do comum e das resistências construídas neste território.

9. Considerações Finais

Este trabalho buscou apresentar o padrão de desenvolvimento territorial no bairro Fischer, em Teresópolis – RJ, a partir de pesquisa qualitativa e levantamento de dados primários e secundários, descrevendo sua composição socioespacial, histórico de surgimento e atual configuração marcada pelo lixão.

Observou-se uma população em situação de vulnerabilidade social, com baixa renda, desemprego elevado e condições de vida

precárias. O acesso ao saneamento não é universal, e a inadequação habitacional atinge significativa parcela dos moradores, refletindo-se em moradias precárias e na carência de serviços básicos, como iluminação, asfalto e esgotamento sanitário. O estudo evidencia a invisibilidade e estigmatização da população, identificada pelo lixão, reforçada em situações de emergência, como o incêndio de 2023, quando a cobertura pública e midiática se concentrou no local do desastre, sem contemplar medidas de assistência adequadas para os moradores e catadores.

O Fischer apresenta um processo de isolamento e asfixia social, marcado pela criação de uma "imagem-síntese" dominante, que associa pobreza, violência e lixão, ao mesmo tempo em que possui potencialidades naturais e áreas disponíveis, sujeitas à futura especulação imobiliária. A população desenvolve estratégias autônomas de resistência, buscando fortalecer a comunidade, por meio de iniciativas locais, culturais e econômicas.

A análise evidencia que qualquer intervenção territorial enfrenta um paradoxo: políticas sociais que não partam da compreensão profunda da dinâmica social local tendem a ser inócuas. A literatura aponta que movimentos sociais urbanos são essenciais para garantir direitos básicos e construir cidadania ativa (Kowarick, 2009), enquanto o enfrentamento das desigualdades exige visibilidade e ação sobre a distribuição desigual de riscos ambientais (Acselrad, 2004). Intelectuais e acadêmicos também têm papel relevante na produção e divulgação de conhecimento científico para fortalecer a luta social (Bourdieu, 1998).

No caso do Fischer, o desenvolvimento social e territorial sempre foi mediado por interesses utilitaristas e pelo lixão, contribuindo para o apagamento cultural e social da população, por meio de discursos estigmatizantes. A luta pelo reconhecimento social deve partir da própria história e criação cultural dos moradores, valorizando seus laços comunitários e singularidades (Bauman, 2009).

A ação social eficaz depende da participação consciente e coletiva da comunidade, articulando prática e reflexão (Vazquez,

2011). Estudos futuros e iniciativas que integrem academia e moradores podem contribuir para a construção de uma "imagem-síntese" contra hegemônica do Fischer, promovendo o desenvolvimento territorial e a apropriação justa do espaço pela população local, em consonância com suas estratégias genuínas de sobrevivência e resistência.

Referências

ANTUNES, Ricardo L. C. Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. - [2.ed., 10.reimpr. rev. e ampl.]. - São Paulo, SP : Boitempo, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BOURDIEU, Pierre. Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Tradução: Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Saeb 2021:* Indicador de Nível Socioeconômico do Saeb 2021: nota técnica. Brasília, DF: Inep, 2023.

DAVIS, Mike. Planeta Favela. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

EMANUEL ALENCAR (Brasil) (ed.). Bomba ambiental: lixão de Teresópolis desabou quatro vezes em 13 anos. 2023. Disponível em: https://oeco.org.br/noticias/bomba-ambiental-lixao-de-teresopolis-desabou-quatro-vezes-em-13-anos/. Acesso em: 09 nov. 2024.

FOLHA UOL. RANGEL, Sérgio. Condomínio popular interditado é invadido. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2101201109.htm . Consultado em: 09/11/2024.

GERALDO RIBEIRO (Rio de Janeiro). O Globo. Céu cinza e nuvem de fumaça: vídeos mostram impactos de incêndio em lixão em

Teresópolis. 2023. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2023/06/ceu-cinza-e-nuvem-de-fumaca-videos-mostram-impactos-de-incendio-em-aterro-sanitario-em-teresopolis-veja.ghtml. Acesso em: 08 nov. 2023.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David: Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. 15ª edição, tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2006. IBGE. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR&tema=7 . Consultado em: 09/11/2024.

JORNAL CORREIO DA MANHÃ. Disponível em: https://www.correiodamanha.com.br/estado-do-rio/2023/06/71138-teresopolis-amanhece-coberta-de-fumaca-de-lixao.html. Consultado em: 08/11/2024.

JORNAL DE ITAIPAVA (Itaipava) (org.). Incêndio em Teresópolis evidencia vulnerabilidade urbana a lixões. 2023. Disponível em: http://jornaldeitaipava.com.br/index.php/2023/07/04/incendio-em-teresopolis-evidencia-vulnerabilidade-urbana-a-lixoes/. Acesso em: 09 nov. 2024.

JORNAL ITAIPAVA. Disponível em: http://jornaldeitaipava.com.br/index.php/2023/07/04/incendio-em-teresopolis-evidencia-vulnerabilidade-urbana-a-lixoes/.Consultado em: 09/11/2024.

JORNAL O GLOBO. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2023/06/ceu-cinza-e-nuvem-de-fumaca-videos-mostram-impactos-de-incendio-em-aterro-sanitario-em-teresopolis-veja.Ghtml .Consultado em: 08/11/2024.

JÚLIA ZANON (Rio de Janeiro). Band Rio. Aterro sanitário pega fogo e cidade de Teresópolis é tomada por fumaça. 2023. Disponível em: https://www.band.uol.com.br/rio-de-janeiro/noti

cias/aterro-sanitario-pega-fogo-e-cidade-de-teresopolis-e-tomada-por-fumaca-16612281. Acesso em: 31 out. 2024.

NOVA FRIBURGO EM FOCO. Disponível em: https://nova friburgoemfoco.com.br/lixao-de-pega-fogo-e-provoca-o-caos-em-teresopolis/. Consultado em: 08/11/2024.

PAULO NADER (Nova Friburgo). Nova Friburgo em Foco: Portal de Notícias. Lixão pega fogo e causa caos em Teresópolis. 2023. Disponível em: https://novafriburgoemfoco.com.br/lixao-de-pega-fogo-e-provoca-o-caos-em-teresopolis/. Acesso em: 08 nov. 2024.

PORTAL (O) ECO. Disponível em: https://oeco.org.br/noticias/bomba-ambiental-lixao-de-teresopolis-desabou-quatro-vezes-em-13-anos/. Consultado em: 08/11/2024.

PORTAL R7 (Rio de Janeiro). Incêndio atinge aterro sanitário e nuvem de fumaça cobre céu de Teresópolis, região serrana do Rio. 2023. Disponível em: https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/incendio-atinge-aterro-sanitario-e-nuvem-de-fumaca-cobre-ceu-de-teresopolis-regiao-serrana-do-rio-26062023/. Acesso em: 20 out. 2023.

PORTAL R7. Disponível em: https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/incendio-atinge-aterro-sanitario-e-nuvem-de-fumaca-cobre-ceu-de-teresopolis-regiao-serrana-do-rio-26062023/. Consultado em: 20/10/2024.

REDAÇÃO TUPI (Rio de Janeiro). Teresópolis fica coberta por névoa depois de incêndio em aterro sanitário. 2023. Elaborada pela Redação Tupi. Disponível em: https://www.tupi.fm/rio/regiao-serrana/teresopolis-fica-coberta-por-nevoa-depois-de-incendio-em-aterro-sanitario/. Acesso em: 08 nov. 2024.

RIO DE JANEIRO. Decreto Nº 42.930 de 18 de Abril de 2011. Cria o Programa Estadual Pacto Pelo Saneamento.

SANTOS, M., Seabra, O. C. de L., Carvalho, M. de, & Leite, J. C. (2001). Território e sociedade: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SÉRGIO RANGEL (São Paulo). Folha Uol. Condomínio popular interditado é invadido. 2011. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2101201109.htm. Acesso em: 09 nov. 2024.

SUPER RÁDIO TUPI. Disponível em: https://www.tupi.fm/rio/regiao-serrana/teresopolis-fica-coberta-por-nevoa-depois-de-incendio-em-aterro-sanitario/. Consultado em: 08/11/2024.

TERESÓPOLIS. Assessoria de Comunicação. Assessoria de Comunicação. Comunicado Oficial 2 – Incêndio no aterro sanitário Fischer. 2023. Disponível em: https://www.teresopolis.rj.gov.br/comunicado-oficial-2-incendio-no-aterro-sanitario-fischer/. Acesso em: 30 out. 2024.

TERESÓPOLIS. Assessoria de Comunicação. Assessoria de Comunicação. Nota Oficial – Gabinete de Crise – Incêndio no Aterro do Fischer. 2023. Disponível em: https://www.teresopolis.rj.gov.br/nota-oficial-gabinete-de-crise-incendio-no-aterro-do-fischer/. Acesso em: 28 out. 2024.

TERESÓPOLIS. Assessoria de Comunicação. Prefeitura Municipal de Teresópolis. Teresópolis dá início ao transbordo do lixo do Município. 2023. Disponível em: https://www.teresopolis.rj.gov.br/teresopolis-da-inicio-ao-transbordo-do-lixo-do-municipio/. Acesso em: 09 nov. 2024.

TERESÓPOLIS. Assessoria de Comunicação. Prefeitura Municipal de Teresópolis (ed.). Prefeitura de Teresópolis recebe comissão de catadores de recicláveis do Aterro do Fischer. 2023. Prefeitura Municipal de Teresópolis. Disponível em: https://www.teresopolis.rj.gov.br/prefeitura-de-teresopolis-recebe-comissao-de-catadores-de-reciclaveis-do-aterro-do-fischer/. Acesso em: 09 nov. 2024.

TERESÓPOLIS. Lei Municipal Nº 3253, de 03/12/2013. Considera de utilidade pública a "AMAM – Associação de Moradores e Amigos Matadouro (Fischer)".

WACQUANT,LoÏc. Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada. Traduação de João Roberto Martins Filho... ET al. – Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001. 2ª edição setembro de 2005.

WELLINGTON DANIEL (Rio de Janeiro). Teresópolis amanhece coberta de fumaça de lixão. 2023. Disponível em: https:// www.correiodamanha.com.br/estado-do-rio/2023/06/71138-teresopolis-amanhece-coberta-de-fumaca-de-lixao.html. Acesso em: 08 nov. 2024.

Turismo responsável com animais silvestres: uma análise sobre o destino de Ilha Grande, Angra dos Reis (RJ)

Juliana Russo dos Santos
Gabriel de Sena Jardim
Clara Carvalho de Lemos

1. Introdução

O presente trabalho traz uma discussão sobre o fenômeno do turismo, como ferramenta para a sensibilização e compreensão acerca da conservação e proteção da biodiversidade, tendo como foco o bem-estar animal. Buscaremos também discussões relacionadas ao turismo como ferramenta de desenvolvimento local, trazendo a compreensão e as linhas de pensamento desta temática, como, por exemplo, o turismo sustentável, o desenvolvimento sustentável e o ecodesenvolvimento.

Para isso, serão utilizadas metodologias como a pesquisa bibliográfica para construção e discussão dos conceitos, pesquisa documental para a compreensão e reconhecimento de atividades existentes ou ainda para criação de um planejamento que converse com a discussão deste trabalho, e, por fim, o estudo de caso.

Assim, a área de estudo desta pesquisa é a Ilha Grande e seus arredores (baía de Ilha Grande). Conhecida pelas suas belas praias e natureza exuberante, a ilha está localizada no município de Angras dos Reis, no sudoeste do estado do Rio de Janeiro. Com uma vasta variedade de fauna e flora, é um importante ambiente de preservação da Mata Atlântica e um dos principais destinos turísticos de sol e praia da região da Costa Verde.

Foram realizadas quatro incursões de campo em momentos diferentes para a compreensão da dinâmica do turismo e a busca por informações sobre a relação da atividade turística com os

animais. Nas visitas, foram realizadas conversas com moradores/ trabalhadores do trade turístico, principalmente, agentes de turismo, recepcionistas e receptores, além dos próprios turistas, em sua maioria brasileiros, mas também franceses e argentinos. A partir dessas conversas, foi possível compreender um pouco melhor a visão de diferentes atores na cena do destino e vislumbrar os problemas que serão discutidos no decorrer do trabalho, assim como, sugerir possíveis soluções.

Com isso, o trabalho se dedica também a compreender a relação da comunidade para/com a natureza da ilha, em especial a fauna, assim como o papel das Unidades de Conservação distribuídas em seu território, tornando possível um entendimento mínimo desses atores em relação às dinâmicas do turismo no local.

Ressalto que a busca pela conservação da biodiversidade é de suma importância para este trabalho, porém, na tentativa de afunilar as opções e chegar a um resultado mais qualitativo do que quantitativo, focaremos na proteção na fauna local, sobretudo da fauna marinha, buscando alternativas para discutir caminhos para o desenvolvimento do turismo com mínimo impacto nos animais marinhos, não apenas pela perspectiva da conservação, mas, também, para o seu bem-estar.

É importante ressaltar que, nas visitas realizadas, não foi encontrado nenhum tipo de projeto ou programa que colocasse em questão o bem-estar dos animais silvestres. Utilizou-se como um dos como mecanismos de pesquisa a plataforma online *TripAdvisor*, sendo possível assim analisar as avaliações feitas pelos viajantes como fonte de satisfação (ou insatisfação) dos turistas, assim como observar as fotografias disponibilizadas e a forma de divulgação dos passeios e atrativos da ilha.

Ao final, discutiremos as principais atividades turísticas procuradas e divulgadas pelos visitantes da ilha, no intuito de discutir soluções práticas para os problemas encontrados no decorrer do estudo, de maneira a beneficiar os moradores, os visitantes e, claro, os animais.

O tema abordado em questão tem como motivação um apreço pessoal pelos animais, a partir de um entendimento de que todos somos animais e precisamos respeitar todas as formas de vida. O foco na vida marinha se fundamenta a partir de um fascínio geral por animais aquáticos e suas habilidades que aguçam a curiosidade humana.

A escolha do destino Ilha Grande tem como motivo uma familiaridade com o local e a região da costa verde como um todo, além da rica e necessária biodiversidade da baía e a ausência de pesquisas sobre o tema abordado.

2. Relação sociedade X fauna

A compreensão das relações entre seres humanos e animais ao longo da história é essencial para entender os comportamentos atuais e as motivações que moldam essa convivência. Com o fim da Idade Média e a ascensão do Renascimento, o teocentrismo perde espaço para o antropocentrismo, filosofia que coloca o ser humano no centro do universo, valorizando sua capacidade racional e criadora. A fauna, a flora e a própria natureza passam a ser vistas como propriedades humanas, passíveis de uso conforme o interesse do homem. Aristóteles foi um dos primeiros filósofos a sustentar a soberania humana em razão da razão e da linguagem, embora defendesse que os maus-tratos aos animais eram condenáveis apenas por representarem descuido com a propriedade, e não por compaixão ou ética (FELIPE, 2009).

Esse pensamento se fortalece com a expansão do catolicismo, que, amparado pela Bíblia, reforça a ideia de que todas as criaturas foram criadas para servir ao homem, considerado imagem e semelhança de Deus (Gênesis 1:26; 9:2). Posteriormente, Descartes (1996) reforça essa hierarquia ao conceber os animais como máquinas desprovidas de consciência, passíveis de uso para o progresso humano. Essa concepção consolida o especismo, isto é, a crença na superioridade de uma espécie sobre as demais — no caso, a humana.

Com o avanço do capitalismo e o consequente desgaste ambiental, emerge o chamado antropocentrismo mitigado, que mantém o homem no centro, mas reconhece a necessidade de preservar a natureza como condição para sua própria sobrevivência. Esse pensamento ganha força com a Declaração da ONU sobre o Meio Ambiente (1972), que reconhece a responsabilidade humana de preservar a fauna, a flora e seus habitats. No Brasil, embora já existisse uma legislação ambiental desde 1830, a proteção efetiva da natureza só ganha expressão com a Constituição Federal de 1988, cujo artigo 225 estabelece o direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e o dever coletivo de protegê-lo.

Mesmo assim, a preocupação ambiental permanece centrada no bem-estar humano. A ética utilitarista proposta por Jeremy Bentham (1789) introduz um novo olhar, ao afirmar que o valor moral das ações deve ser medido pela capacidade de gerar prazer ou dor. Essa perspectiva abre caminho para o debate contemporâneo sobre os direitos animais, ao reconhecer que os animais são seres sencientes, isto é, capazes de sentir dor e prazer. Essa condição foi cientificamente confirmada pela Declaração de Cambridge sobre a Consciência Animal (LOW, 2012).

Ainda que o antropocentrismo continue sendo a herança moral dominante, novas correntes buscaram equilibrar a relação entre humanidade e natureza. O ecocentrismo — ou biocentrismo — propõe que a natureza, e não o homem, é o centro do sistema ecológico. Pitágoras já defendia que todos os seres vivos são partes interdependentes de um mesmo todo, condenando o maltrato animal como equivalente ao sofrimento humano. Descobertas científicas, como o heliocentrismo e a teoria da evolução de Darwin, também contribuíram para reduzir a centralidade humana no universo. Leopold (1949), em "Ética da Terra", reforça essa visão ao propor que o ser humano é apenas um dos elementos de uma "comunidade biótica", dependente do equilíbrio entre todos os seres vivos.

A noção de Ecologia Profunda, formulada por Arne Naess em 1973, radicaliza o biocentrismo ao defender mudanças estruturais na forma como a humanidade vive e se relaciona com o ambiente. A corrente propõe uma valorização intrínseca da vida, humana e não humana, independentemente de sua utilidade. Chalfun (2010) sintetiza essa perspectiva ao afirmar que todas as formas de vida têm valor próprio, que a diversidade biológica deve ser preservada e que o ser humano não possui o direito de reduzir essa riqueza senão por necessidades vitais. Embora esse pensamento tenha sido criticado por seu radicalismo, dele deriva o ecocentrismo mitigado, uma vertente mais pragmática que reconhece o valor diferenciado dos seres sencientes e fortalece a discussão sobre direitos animais.

Tom Regan amplia essa reflexão ao considerar todos os animais como "sujeitos de uma vida", possuidores de direitos pelo simples fato de terem consciência e interesses próprios. Ele compara a consciência animal à de crianças e pessoas com deficiência intelectual, que, embora com capacidades cognitivas reduzidas, são igualmente titulares de direitos. Assim, a posse de autoconsciência mínima e a capacidade de sofrer fundamentam o reconhecimento moral dos animais.

A expressão "direitos animais" surge de forma consolidada apenas em 1892, com a obra Animal Rights, de Henry Salt, e ganha força no século XX com pensadores como Peter Singer, Richard D. Ryder, Andrew Linzey e o próprio Regan, vinculados à Universidade de Oxford. Singer (1975) introduz o conceito de "igual consideração de interesses", segundo o qual o sofrimento de qualquer ser senciente deve ter o mesmo peso moral, independentemente da espécie.

Paralelamente, o debate ético impulsiona a criação de leis específicas. A Declaração Universal dos Direitos dos Animais, proclamada pela UNESCO em 1978, marca um avanço histórico ao afirmar, em seu primeiro artigo, que "todos os animais nascem iguais perante a vida e têm os mesmos direitos à existência". A partir desse marco, o bem-estar animal passa a ser discutido de forma institucionalizada, influenciando legislações nacionais e

internacionais e consolidando a ideia de que a proteção dos animais é parte fundamental da ética ambiental contemporânea.

3. (Eco)turismo e (eco)desenvolvimento como ferramentas integrantes para um turismo responsável

O turismo descontrolado e sem planejamento pode gerar sérios impactos ambientais e sociais, como poluição, degradação da fauna e flora, erosão, favelização, especulação imobiliária e homogeneização cultural. Esses problemas poderiam ser mitigados com planejamento e monitoramento adequados. Surge, assim, o turismo sustentável como alternativa para reverter os danos provocados pelo crescimento desordenado da atividade turística e populacional, inspirado no discurso do desenvolvimento sustentável, com o qual dialoga diretamente.

Segundo Candiotto (2009, p. 49), a valorização dos aspectos naturais e histórico-culturais levou à divulgação da ideia de que o turismo poderia ser uma atividade sustentável, fundamentada na conservação ambiental e na geração de emprego e renda para comunidades locais. No entanto, críticas apontam que tanto o turismo quanto o desenvolvimento sustentável permanecem subordinados à lógica econômica, relegando a segundo plano as dimensões ambiental, social e cultural. O capitalismo, apropriando-se do termo, mascara práticas produtivistas e consumistas sob o argumento de uma suposta sustentabilidade.

O agravamento dos impactos ambientais — poluição, desastres naturais e degradação — reforçou a urgência de estratégias mais responsáveis. No turismo, essa atenção se intensifica, pois a atividade depende diretamente das paisagens e dos recursos naturais. Assim, o turismo sustentável tenta evitar a escassez de seus próprios recursos, mas ainda se estrutura sob o viés econômico, incorporando timidamente as outras dimensões (CANDIOTTO, 2009, p. 49).

Nesse contexto, o ecodesenvolvimento e o (eco)turismo surgem como alternativas para integrar as pautas ambientais, culturais,

sociais e econômicas. O ecodesenvolvimento propõe um desenvolvimento voltado à melhoria da qualidade de vida e à preservação ambiental como responsabilidade intergeracional (FILHO, 1993). Diferente do desenvolvimento sustentável, privilegia a autonomia e a autossuficiência dos territórios, sendo, portanto, mais crítico ao sistema capitalista e de difícil aplicação prática.

O ecoturismo, por sua vez, é um segmento definido pelo Ministério do Turismo (2010, p. 11) como atividade que alia conservação ambiental ao envolvimento das comunidades locais, guiada pelos princípios da sustentabilidade. Apesar de seu potencial, o ecoturismo tende a atrair um público específico e concentrar-se em ambientes naturais, limitando-se diante da diversidade territorial.

Dessa forma, o termo turismo responsável surge como abordagem mais ampla, orientando visitantes, comunidades e gestores para práticas conscientes. Segundo o Ministério do Turismo (2023), o turismo responsável visa desenvolver o turismo sustentável, melhorando os lugares para residentes e visitantes. Diferente de um segmento, constitui uma diretriz geral de gestão e planejamento.

O turismo responsável, portanto, deve estar presente em todas as formas de turismo, desde o planejamento até a execução. Suas diretrizes fundamentais envolvem: (1) a corresponsabilidade pela gestão dos impactos; (2) o monitoramento contínuo dos resultados; e (3) a busca de soluções que ampliem os benefícios sociais, culturais, econômicos e ambientais (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2023).

O Turismo de Base Comunitária (TBC) é elemento essencial nesse processo, pois prioriza o protagonismo das comunidades anfitriãs e a gestão coletiva do turismo, visando benefícios sociais e culturais, proteção ambiental e trocas interculturais (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2023). Implementar o turismo responsável, entretanto, é tarefa complexa e contextual: cada território exige diagnóstico próprio e soluções adequadas à sua realidade.

Destinos com turismo incipiente têm maior facilidade de aplicar práticas responsáveis desde o planejamento, enquanto destinos consolidados enfrentam resistências maiores. Apesar dos

desafios, o turismo responsável é indispensável ao ecodesenvolvimento dos destinos e deve começar pelo diálogo com a comunidade local.

A educação, nesse contexto, é ferramenta essencial. Por meio dela, é possível construir consciência coletiva e promover práticas mais éticas e sustentáveis. A educação pode assumir caráter informativo — de transmissão de conhecimento — ou comportamental — voltada ao diálogo e à transformação das relações sociais. Além disso, contribui para sensibilizar turistas e prestadores de serviço, ampliando o alcance das práticas responsáveis (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2023).

A cultura também desempenha papel fundamental, pois práticas bem planejadas e monitoradas podem consolidar-se como traços culturais do destino. O exemplo do Japão, cuja cultura de limpeza resulta de políticas educacionais contínuas, ilustra como a combinação entre educação e cultura pode transformar comportamentos coletivos e gerar benefícios duradouros.

Portanto, a consolidação do turismo responsável requer planejamento, investimento, educação e diálogo permanente. Apenas por meio da participação ativa das comunidades e do fortalecimento de valores culturais e educativos será possível transformar o turismo em um fenômeno verdadeiramente sustentável e benéfico para todos os envolvidos.

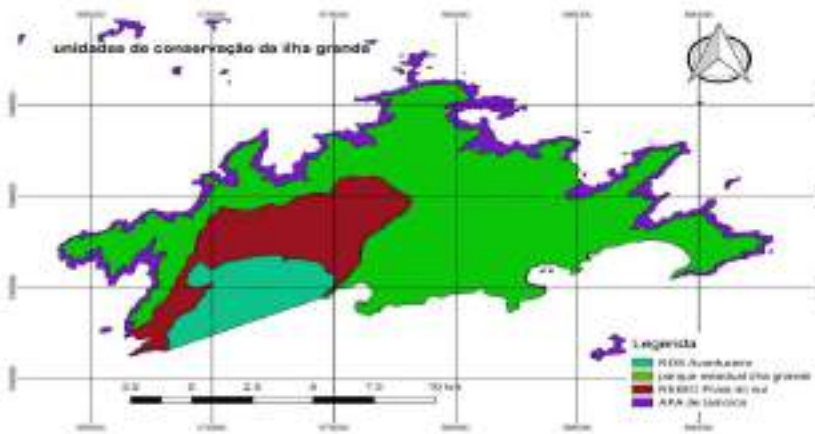
4. Análise do destino de Ilha Grande: turismo e a interação humana com animais silvestres

Conhecida por suas belezas naturais, Ilha Grande está localizada na região da Costa Verde, no sudoeste do estado do Rio de Janeiro, integrando o município de Angra dos Reis, conforme pode ser visto na figura 1. É a maior ilha do estado e a terceira maior do Brasil, com mais de cem praias e cachoeiras que atraem turistas do mundo todo. Com cerca de 5.000 habitantes e 193 km² de área, é reconhecida internacionalmente, junto com Paraty, como

Patrimônio Mundial da UNESCO, devido à sua importância cultural e à vasta biodiversidade.

Grande parte de sua vegetação de Mata Atlântica permanece preservada por estar inserida na Área de Proteção Ambiental de Tamoios (APA). Além disso, conta com outras três Unidades de Conservação: o Parque Estadual da Ilha Grande (PEGI), a Reserva Biológica da Praia do Sul (RBPS) e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro (RDS), que juntas ocupam cerca de 80% do território. Essas áreas são fundamentais para a proteção da natureza local, embora a sobreposição de suas delimitações possa gerar conflitos quanto ao uso do território, manejo dos recursos naturais e responsabilidades de fiscalização.

Figura 1 – Mapa de Ilha Grande e suas UC's



Fonte: Grupo de Estudos da Bahia de Ilha Grande (GEBIG).

Hoje famosa por seu turismo, a ilha teve essa imagem consolidada apenas nas últimas décadas. Antes, era lembrada por abrigar o Instituto Penal Cândido Mendes, conhecido por receber presos perigosos e ser considerado o berço do Comando Vermelho. Após a desativação do presídio, em 1994, o local passou a ser reconhecido por suas praias cristalinas e paisagens exuberantes. Segundo pesquisa de Lopes Junior, Hanai e Ribas (2018), 87% dos

turistas associam Ilha Grande à natureza, e 37% viajam motivados pelo segmento de sol e praia.

Contudo, o turismo na região carece de planejamento ambiental. Diferente do ecoturismo, os destinos de sol e praia raramente investem em educação ambiental para visitantes, o que agrava a degradação do destino. Em Ilha Grande, o crescimento desordenado da visitação transformou o turismo de sol e praia em uma atividade massificada, chegando a receber cerca de 20 mil turistas em um único fim de semana na alta temporada (NEVES, 2015). Esse crescimento sem controle resulta em desgaste ambiental, prejuízos sociais e, paradoxalmente, ameaça a própria atratividade turística.

A massificação das áreas litorâneas e o adensamento populacional sazonal contribuem para a destruição dos ecossistemas naturais, degradando justamente os atrativos que sustentam a atividade turística. "A atividade compromete as condições que possibilitaram sua própria mercantilização" (LOPES JUNIOR; HANAI; RIBAS, 2018, p. 537). Além dos impactos ambientais, a população local enfrenta apagões, precariedade no saneamento básico, falta de água e problemas na coleta de lixo, agravados pelo aumento desproporcional de visitantes durante o verão (NEVES, 2015).

Entre os afetados, destacam-se também os animais silvestres, que sofrem tanto com a degradação ambiental quanto com a perturbação direta provocada pelo turismo. Segundo Oliveira (2007), a perturbação das atividades normais de um animal pode reduzir sua população, alterar cadeias alimentares e aumentar o risco de predação, especialmente quando o abandono de territórios ocorre devido à presença excessiva de turistas.

Considera-se perturbação toda ação humana que foge à rotina natural dos animais, como ruídos de motores, música alta, excesso de visitantes e alimentação inadequada. Toda atividade humana gera impactos ambientais, e o turismo não é exceção. Em Ilha Grande, tanto as atividades terrestres — trilhas, praias e cachoeiras — quanto as marítimas — passeios de barco, mergulho e *snorkeling*

— interferem direta ou indiretamente na fauna local. Neste trabalho, o foco recai sobre os passeios náuticos, uma das principais atividades turísticas da ilha e uma das mais impactantes para os animais marinhos.

4.1. Passeios náuticos na Baía de Ilha Grande

A localização privilegiada de Ilha Grande é um dos principais fatores que impulsionam seu turismo. Situada a cerca de 160 km da capital fluminense, o acesso fácil — poucas horas de carro e uma curta travessia de barco — atrai tanto visitantes que permanecem na ilha quanto excursionistas que a visitam por apenas um dia. Essa proximidade com o Rio de Janeiro contribui para o fluxo intenso e constante de turistas ao longo do ano.

Atualmente, 48 agências registradas no Cadastur operam na região da Baía de Ilha Grande, oferecendo diversos serviços, mas com forte predominância dos passeios de barco, principal produto turístico local. Uma caminhada pelas ruas da Vila do Abraão, o principal núcleo urbano da ilha, revela a repetição de anúncios semelhantes, com roteiros e valores praticamente idênticos. Os mais vendidos são os tradicionais "Ilhas Paradisíacas", "Volta à Ilha" e "Meia Volta", que percorrem as mesmas praias e pontos de parada, variando apenas na sequência ou no local do almoço.

Essa padronização de pacotes revela características do turismo de massa, marcadas pela estandardização das experiências e pela concentração de visitantes nos mesmos locais. Como apontam Corbari e Bahl (2015), trata-se de um modelo inspirado no fordismo, voltado ao consumo coletivo e à homogeneização do produto turístico.

A repetição de roteiros não se limita às empresas locais: excursões que partem do Rio de Janeiro ou de Angra dos Reis também oferecem trajetos idênticos. Em plataformas como o TripAdvisor, é possível observar a semelhança entre as ofertas — mesmos horários, mesmas paradas e descrições quase iguais. O resultado é previsível: superlotação de praias, degradação

ambiental, poluição, perturbação da fauna marinha e uma experiência turística comprometida.

Um exemplo emblemático é a Lagoa Azul, um dos cartões-postais da ilha. Apesar da fama e da beleza natural, o local sofre com a presença excessiva de embarcações e visitantes. Das 2.777 avaliações no TripAdvisor (2024), 54 classificam a experiência como ruim ou horrível, e a maioria das críticas menciona o excesso de pessoas, o barulho e o acúmulo de lixo. Mesmo entre as avaliações positivas, é comum a observação de que o local está "bonito, mas lotado".

Essas queixas se intensificam entre dezembro e março, período de alta temporada, quando a pressão turística sobre os ecossistemas costeiros é mais visível. Muitos turistas relatam a ausência de vida marinha, o barulho dos motores e a dificuldade para nadar. As fotos publicadas na mesma plataforma evidenciam o problema: dezenas de barcos próximos uns dos outros e visitantes interagindo diretamente com animais — pegando estrelas-do-mar ou alimentando peixes com restos de comida, como mostram as figuras 2, 3, 4 e 5, retiradas das avaliações do site.

Essas práticas, embora muitas vezes vistas como inofensivas, refletem um modelo de turismo descontrolado, voltado à reprodução em massa de experiências padronizadas, que ignora os limites ecológicos da ilha. A consequência é o desgaste progressivo dos ambientes naturais e a banalização da própria experiência turística — um alerta claro sobre a urgência de repensar o manejo do turismo em Ilha Grande.

Figura 2 – Turista segurando estrela do mar



Fonte: Avaliações do Site Tripadvisor

Figura 3 – Turista mergulhando e pegando uma estrela do mar



Fonte: Avaliações do Site Tripadvisor

Figura 4 – Turista tirando uma estrela do mar de seu habitat



Fonte: Avaliações do Site Tripadvisor

Figura 5 – Turista cercado de peixes frenéticos ao serem alimentados



Fonte: Avaliações do Site Tripadvisor.

Ainda na plataforma Tripadvisor, esses mesmos tipos de reclamação aparecem novamente nas páginas de outros pontos da ilha, principalmente na Lagoa Verde, Caixadaço e Cataguases, que são menores e, por isso, a superlotação é sentida com mais facilidade e incômodo. Ainda assim, é comentado também em praias maiores, como na Praia do Aventureiro, onde uma das principais reclamações é a extensa fila para tirar foto com o coqueiro mais famoso da ilha.

Um detalhe importante é que em todos dos três passeios citados anteriormente tem pelo menos um ponto vendido como ponto de *snorkeling*, para observação da vida marinha, causando mais uma frustração para os turistas ao chegar no local e não ter a vida marinha prometida graças a grande quantidade de pessoas que afugentam os animais.

Com essas análises, é fácil perceber como a falta de ordenamento e controle dessas atividades impactam a qualidade da experiência dos visitantes, que acabam sendo muito prejudiciais e limitando a "vida útil" do turismo.

5. Caminhos possíveis para outras relações humano-fauna no turismo

Por ser um grande território, com várias camadas de sobreposições de poder e responsabilidades, a melhoria geral do destino, seja para o morador ou turista, depende do poder público, da fiscalização dos órgãos responsáveis e do envolvimento da comunidade na percepção de que algo precisa ser feito.

Isso é uma construção a longo prazo e com um nível de complexidade que envolve a necessidade de várias ações de gestão socioambiental e a contribuição de todos os envolvidos. Por isso mesmo, no presente trabalho daremos foco nas "pequenas" ações que podem ser tomadas durante o dia a dia para que o cuidado com o meio ambiente como um todo evolua, assim como o convívio com a vida marinha.

5.1. Educação ambiental para comunidade

Antes de pensar em qualquer prática, é essencial que a comunidade compreenda a importância das mudanças necessárias para a construção de um turismo (eco)sustentável. São os próprios moradores que vivenciam o turismo diariamente e que podem se tornar os principais agentes dessa transformação. Para isso, é fundamental a realização de projetos contínuos de educação ambiental, capazes de envolver a população local e promover uma consciência coletiva sobre a preservação.

Ilha Grande possui o privilégio de abrigar comunidades tradicionais caiçaras em diferentes partes de seu território. Segundo Oliveira-Monteiro, Scachetti e Nagib (2017), o termo "caiçara" designa as comunidades de pescadores do litoral dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, que mantêm costumes produtivos, artísticos e alimentares próprios, além de uma forte relação de interdependência com o ambiente em que vivem. A sabedoria tradicional dessas comunidades pode ser essencial na promoção de práticas sustentáveis, transmitindo aos novos moradores e visitantes modos de vida mais harmônicos com a natureza.

Nesse sentido, destaca-se a importância de uma educação ambiental crítica e comunicativa, que una o conhecimento científico da academia aos saberes empíricos da população local — um diálogo capaz de gerar soluções contextualizadas e eficazes. Em Ilha Grande, já existem iniciativas promovidas por órgãos como INEA e ICMBio, em parceria com a Prefeitura de Angra dos Reis, responsáveis pelas Unidades de Conservação, além de organizações e instituições como a Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande, a MAQUA (Laboratório de Mamíferos Aquáticos da UERJ), o CEADS (Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável) e o Colégio Estadual Brigadeiro Nóbrega, entre outros.

Entretanto, a maioria desses projetos foca na preservação ambiental de forma ampla, havendo poucas ações voltadas à relação entre o ser humano e os animais marinhos. É necessário

ampliar a frequência e o alcance dessas iniciativas, especialmente quando se trata do bem-estar animal, ainda pouco debatido fora dos círculos ativistas (REGAN, 2006).

Uma alternativa promissora para promover mais sensibilização e pertencimento é o turismo pedagógico, que alia educação e vivência local. Segundo Padilha, Lavandeira e Pieri (2023), trata-se de um método de ensino capaz de sensibilizar as pessoas para uma consciência cidadã e de promover a apropriação do patrimônio coletivo por meio do processo de ensino-aprendizagem. Essa modalidade de turismo permite que moradores desenvolvam um sentimento de pertencimento e identidade com o território, compreendendo melhor a importância da fauna, da flora e do equilíbrio ecológico.

Quando o morador entende o valor do bem-estar animal, torna-se multiplicador desse conhecimento — transmitindo-o às futuras gerações e aos turistas. Assim, contribui-se para um turismo mais consciente e responsável, capaz de reduzir os impactos da massificação e preservar o equilíbrio ambiental que sustenta a própria atratividade de Ilha Grande.

5.2. Redes sociais: marketing do bem-estar animal

Atualmente, as redes sociais exercem papel central na promoção de destinos turísticos, tornando-se uma vitrine global acessível a qualquer pessoa com um smartphone. No entanto, seu impacto vai além da divulgação: elas moldam expectativas, comportamentos e percepções antes mesmo da viagem acontecer. Uma simples busca por "Ilha Grande" no TikTok, por exemplo, revela vídeos que apresentam praias, trilhas, hospedagens e restaurantes, permitindo que o turista "visite" o destino virtualmente. Esse conteúdo, muitas vezes produzido por outros viajantes e influenciadores, amplia o tradicional marketing boca a boca, transformando-o em um fenômeno mundial.

Essa visibilidade pode gerar efeitos positivos — como maior reconhecimento e divulgação de experiências autênticas —, mas

também traz riscos. As mesmas redes que promovem o destino podem difundir imagens negativas, reclamações e, especialmente, práticas prejudiciais ao meio ambiente. Um dos problemas mais recorrentes é o das selfies com animais silvestres. O desejo de registrar e compartilhar momentos únicos leva muitos turistas a ultrapassar limites éticos e de segurança, tocando, alimentando ou cercando animais durante passeios náuticos.

Plataformas como o TripAdvisor exibem inúmeros registros desse tipo em Ilha Grande, onde turistas interagem diretamente com a fauna local. Além de causar estresse e alterar o comportamento dos animais, a publicação dessas imagens reforça a ideia de que tais práticas são aceitáveis, estimulando outros visitantes a repeti-las. Assim, forma-se um ciclo de exploração que compromete o bem-estar animal e a conservação ambiental.

Como destaca a World Animal Protection (2017), é essencial diferenciar uma "selfie boa" — em que o animal aparece à distância, em seu habitat natural — de uma "selfie ruim", que envolve contato físico ou interferência no comportamento da fauna. Essa distinção precisa ser amplamente divulgada para que o turista compreenda os impactos de suas ações, como mostra a figura 6.

Figura 6 – Exemplos de Selfie "ruim" e Selfie "boa"



Fonte: World Animal Protection, 2017.

Entretanto, as mesmas redes sociais que podem causar danos também oferecem oportunidades para promover conscientização e educação ambiental. Campanhas digitais e postagens informativas podem transformar essas plataformas em instrumentos de sensibilização para o turismo responsável. Ao compartilhar boas práticas e alertas sobre exploração animal, influenciadores, gestores e visitantes ajudam a disseminar uma nova cultura de respeito à natureza.

Como apontam Mayer, Haikal e Lenziard (2020), as mídias sociais possuem alto poder de influência e podem moldar percepções sobre destinos turísticos, atraindo ou afastando visitantes conforme o tipo de conteúdo divulgado. Assim, o uso estratégico dessas plataformas permite educar o turista antes mesmo de sua chegada, fortalecendo a imagem ambientalmente responsável do destino e reduzindo práticas inadequadas.

5.3. Sensibilização ambiental do turista: manual de boas práticas

Promover a sensibilização ambiental de turistas é uma tarefa complexa, especialmente diante da curta permanência no destino — muitas vezes de poucos dias. Essa limitação reforça a importância de ações educativas prévias e contínuas, especialmente por meio das mídias e dos agentes que interagem diretamente com os visitantes. Ainda que desafiadora, essa sensibilização é essencial para reduzir impactos e fomentar um turismo mais responsável.

Uma estratégia viável é a criação e ampla divulgação de um "Manual de Boas Práticas", com orientações simples e acessíveis sobre comportamentos adequados em áreas naturais. Esse material pode ser disponibilizado em formato físico — como panfletos biodegradáveis em pousadas, hotéis, agências e embarcações — ou digital, por meio de QR codes em aplicativos, sites e placas informativas. O conteúdo deve abordar recomendações básicas, como manter distância segura da fauna, evitar o toque e não alimentar os animais silvestres. Pequenas mudanças de

comportamento podem gerar grandes melhorias no bem-estar animal e na conservação ambiental.

Além do material informativo, a mediação humana tem papel central nesse processo. Guias, condutores e prestadores de serviço devem atuar como multiplicadores das boas práticas. Um exemplo observado em Ilha Grande ilustra a importância dessa postura: é comum que responsáveis por aluguel de *snorkel* ofereçam ração aos turistas para atrair peixes, prática aparentemente inofensiva, mas prejudicial, pois altera o comportamento natural da fauna marinha. Situações como essa poderiam ser revertidas com instruções simples dos próprios pilotos e guias durante os passeios, integrando breves mensagens educativas às orientações de segurança.

A fala inicial dos condutores — quando apresentam a rota, as normas de segurança e o uso dos equipamentos — pode incluir recomendações de respeito à natureza, como não alimentar os animais, recolher o próprio lixo e manter distância segura da fauna. Essa comunicação, gratuita e de fácil implementação, tem potencial para gerar impacto significativo na conservação ambiental se for adotada de forma sistemática.

Outra medida importante é garantir o acesso à informação em diferentes idiomas, já que muitos visitantes são estrangeiros. A confecção de manuais plastificados bilíngues (português-inglês e português-espanhol), fixados nas embarcações, garantiria que todos os turistas compreendessem tanto as regras de segurança quanto as orientações ambientais.

Essas ações não eliminam de imediato as práticas nocivas, mas contribuem para uma transformação gradual na relação entre turista e ambiente. Como alerta Corbari (2024, p. 227), a frequência de registros fotográficos e "selfies" com animais reflete uma normalização da exploração animal no turismo, perpetuando comportamentos prejudiciais e pouco éticos.

Portanto, a construção de uma cultura turística mais consciente depende de educação, diálogo e continuidade. Embora as propostas aqui apresentadas não sejam soluções definitivas, elas representam um passo inicial importante. A longo prazo, podem consolidar-se

como parte da identidade do destino, promovendo uma convivência mais equilibrada entre visitantes, comunidade e natureza.

6. Considerações Finais

No presente trabalho, buscou-se compreender o conceito de cultura e suas diversas variações, a fim de entender mais profundamente seus impactos e relevância para a sociedade. A cultura se apresenta como forma de origem e identidade, mas também como instrumento de transformação e construção, sendo essencial para compreender as ações e vivências sociais.

Foi abordada a relação entre o ser humano e os animais, destacando como, ao longo da história, a sociedade os tratou como seres inferiores. No entanto, da mesma forma que esse comportamento foi aprendido, também pode ser ressignificado, estimulando o respeito e a empatia para com outras espécies.

Esse debate conduz ao tema do turismo e desenvolvimento, evidenciando que, com o apoio da cultura e da educação, é possível promover sensibilização sobre o bem-estar animal e planejar um turismo verdadeiramente sustentável, que respeite a natureza, a sociedade e o próprio turista.

Esses aspectos foram analisados em Ilha Grande, onde se buscaram soluções para desafios locais, como estratégias de conscientização em passeios de barco, campanhas de marketing voltadas ao respeito pelos animais e, principalmente, o fortalecimento da educação ambiental comunitária. A ideia é que a transformação ocorra de dentro para fora, valorizando o saber dos moradores e suas experiências diretas com o território, de modo a inspirar novos projetos e práticas sustentáveis.

A amplitude do tema permite desdobramentos diversos, como estudar a influência do colonialismo na relação com os animais silvestres, explorar o bem-estar animal na educação formal e não formal, investigar os traços culturais que moldam a percepção da natureza, ou analisar o turismo de base comunitária na ilha e suas implicações. Outras possibilidades incluem o redirecionamento de

rotas náuticas para controlar o acesso a áreas sensíveis, a criação de projetos educativos voltados ao bem-estar animal e o desenvolvimento de estratégias para minimizar os impactos do turismo sobre o ambiente natural.

Independentemente do caminho escolhido, o que se mostra indispensável é o envolvimento da população local e o diálogo entre comunidade, academia e poder público. Essa comunicação é a base para a construção de um turismo verdadeiramente (eco)sustentável e responsável, capaz de equilibrar as necessidades humanas e o respeito à vida em todas as suas formas.

Referências

BÍBLIA SAGRADA. Associação cultural Nossa Senhora de Fátima. Bíblia Online. São Paulo, 1997. Disponível em: https://salvaimerainha.org.br/noticias/genesis-1/. Acesso em: 07/09/2024.

BOURDIEU, Pierre. A distinção. Crítica social do julgamento. Porto Alegre: Editora Zouk, 2007.

CONGRESSO NACIONAL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasil: CN, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02/09/2024.

BURKE, Peter. Hibridismo Cultural. Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 2010.

CANDIOTO, Luciano. "Considerações sobre o conceito de Turismo Sustentável." Revista Formação. vol.1, n.16, 2009.

CASTRO, Celso. Evolucionismo Cultura: Textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zaher Editor Ltda, 2005.

CHALFUN, Mary. "Paradigmas filosóficos - ambientais e o direito dos animais." Revista brasileira de direito animal, vol. 6, n. 5, jan-jun, 2010.

CORBARI, Sandra. BAHL, Miguel. SOUZA, Silvana. "Reflexões sobre conceitos e definições atinentes aos tipos de turismo e ao turismo indígena." Investigaciones Turísticas, n. 12, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.14198/INTURI2016.12.03. Acesso em: 25/09/2024.

CORBARI, Sandra. "Ética animal e turismo: percepção de turistas em experiências na Amazônia." Revista Brasileira de Ecoturismo, vol. 17, n. 3, ago-out, 2024.

CULTURA. In: MICHAELIS, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos, 2024. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/cultura/. Acesso em: 23/08/2024.

DIAS, Maria. "A medida da ética em Bentham". Cadernos De Ética E Filosofia Política, vo1. 20, 2013.

EDUCAÇÃO. In: MICHAELIS, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos, 2024. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/educa%C3%A7%C3%A3o/. Acesso em: 02/09/2024.

FELIPE, Sônia. "Antropocentrismo, sencientismo e biocentrismo: Perspectivas éticas abolicionistas, bem-estaristas e conservadoras e o estatuto de animais não-humanos." Revista Páginas de Filosofia, vol. 1, n. 1, jan-jul, 2009.

FILHO, Gilberto. "Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: conceitos e princípios." Textos de Economia, vol. 4, n. 1, 1993.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Editora S.A. GEN, Grupo Editorial Nacional, 2008.

GOHN, Maria. "Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas." Ensaio: avaliação, políticas públicas em educação, vol.14, n. 50, jan./mar, 2006.

HALL, Stuart. "Identidade cultural e diáspora." Comunicação & Cultura, n. 1, 2006.

LOPES JUNIOR, Wilson; HANAI, Frederico; RIBAS, Luiz. "O perfil dos turistas com destino à Ilha Grande, Angra dos Reis (RJ) no verão de 2018." Revista Brasileira de Ecoturismo, vol. 13, n. 3, ago-out, 2020.

LOW, P. A declaração de Cambridge sobre consciência. Cambridge: 2012. Disponível em: https://labea.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/05/Declara%C3%A7%C3%A3o-de-Cambridge-sobre-Consci%C3%AAncia-Animal.pdf. Acesso em: 09/09/2024.

MARANDINO, Martha. "Faz sentido ainda propor a separação entre os termos educação formal, não formal e informal?" Bauru: Editorial Ciência. Educ., vol. 23, n. 4, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1516-731320170030001. Acesso em: 04/09/2024.

MAYER, Verônica; HAIKAL, Fernanda; LENZIARDI, Raquel. "Eles se importam? Percepções de turistas e visitantes sobre a exploração animal em atrativos turísticos." Hospitalidade, vol. 17, n. 3, 2020.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Ecoturismo: Orientações Básicas. 2ª Edição. Brasília: MTur, 2010. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacooes/segmentacao-do-turismo/ecoturismo-orientacoes-basicas.pdf. Acesso em: 13/09/2024

MINISTÉRIO DO TURISMO. Turismo responsável no Brasil. Secretaria de educação a distância. Natal: MTur, 2023.

NAÇÕES UNIDAS. Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano. Estocolmo: ONU, 1972.

NEVES, Ernesto. "Invasão turística, esgoto e lixo ameaçam o santuário de Ilha Grande." Portal Eletrônico Veja Rio [02/06/2015]. Disponível em: https://vejario.abril.com.br/cidades/invasao-turistica-esgoto-e-lixo-ameacam-o-santuario-de-ilha-grande/. Acesso:18/09/2024

OLIVEIRA-MONTEIRO, Nancy; SCACHETTI, Rodolfo; NAGIB, Victor. "Identidades de pescadores caiçaras: heroísmo e precariedade em populações tradicionais?" Desenvolv. Meio Ambiente, vol. 41, 2017.

PADILHA, Marcela; LAVANDEIRA, Viviane; PIERI, Vitor. "Turismo e Educação: Diálogos e ações pela cidadania." Revista Memória em Rede, vol .16, n. 30, Jan/Jun, 2024. Disponível em: https://periodicos. ufpel.edu.br/index.php/Memoria. Acesso em: 04/10/2024.

REGAN, Tom. Jaulas Vazias: enfrentando o desafio dos direitos animais. Trad. Marly Winckler. Porto Alegre: Lugano, 2006.

ROMÃO, José. "Educação, Sociedade e Cultura." Seminário Internacional Educação – Teorias e Políticas. São Paulo:UNINOVE, 2005.

SILVA, Jefferson. "Norbert Elias. O processo civilizador: uma história dos costumes." Humanidades em diálogo, vol. IV, n. II, 2012.

SILVA, Luís. PEREIRA, Thiago. "Educação e cidadania: Reflexões sobre um debate contemporâneo." Revista Gavagai, vol. 3, n. 1, jan./jun., 2016.

SMITH, Mark. "Informal, non-formal and formal education – a brief overview of some different approaches. Portal Eletrônico Infed.Org, 2002. Disponível em: https://ifed.org/mobi/what-is-non-formal-education/. Acesso em: 03/09/2024

TYLER, Edward. Primitive Culture: researches into the development of muthology, philosophy, religion, art and custom. Londres: John Murray, Albemarle Street, 1871.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Declaração Universal dos Direitos dos Animais. Bruxelas: UNESCO, 1978. Disponível em: https://mamira ua.org.br/pdf/8558f26d7cf525b50d4f13d1c5a5bf80.pdf. Acesso em: 13/09/2024.

WILLIAMS, Raymond. "Cultura" Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

"Teresópolis é segura para parir?" Reflexões acerca do corpo, território e da violência obstétrica

Camilla Bonelli Marra
Paula Land Curi
Gabriel de Sena Jardim

1. Introdução

Este artigo é derivado da monografia intitulada "Cartografia do parto no município de Teresópolis (RJ): o parir na terra da luz", do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Desenvolvimento Territorial, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ – campus Teresópolis.

À primeira vista, pode parecer inusitado, em uma especialização em Desenvolvimento Territorial, se escolher trabalhar com o parir, uma temática compreendida como apenas feminina e rotineiramente inscrita como relativa unicamente ao campo da saúde. Porém, nossa proposta reafirma a necessidade e a urgência de se inscrever saúde no território, assim como território na saúde.

Pretendemos dar centralidade aos processos de parto e parir, que se dão em Teresópolis, a "terra de luz", a partir de uma pergunta que não cessa de nos convocar, e se faz título desta escrita: Teresópolis é segura para parir?, objetivando, assim, compreender os desafios a serem enfrentados para que gestantes deste território tenham garantido o seu direito por um parto seguro.

O percurso de construção do texto teve início quando se pautou as possíveis intersecções entre gênero e território, a partir do que a escritora Gloria Anzaldúa" (2005, p. 705) chamou de "luta das fronteiras, com vistas a ratificar a importância da confluência de diferentes territórios epistêmicos na luta por partos respeitosos. Após reflexão sobre territórios, relações de poder e colonialidade, discute-

se de que maneira o parto, que outrora caracterizava-se por ser um evento relacionado a mulheres, parteiras ou mesmo "curiosas", no interior dos lares, tornou-se um evento hospitalar, médico, tecnicista, padronizado, muitas vezes desrespeitoso e violento. Disserta-se sobre a medicalização do corpo lido como feminino.

Contudo, falar de parto seguro não se faz possível sem que compreendamos o que chamamos hoje de violência obstétrica. A violência não é um dado novo na assistência obstétrica. O que é novo é a forma com que se olha para ela e as lutas pelo seu fim que advém no campo dos direitos reprodutivos e à justiça reprodutiva.

Violência obstétrica pode ser brevemente definida como o uso excessivo de medicamentos e intervenções no parto, assim como a realização de práticas consideradas desagradáveis e muitas vezes dolorosas, não baseadas em evidências científicas. (ZANARDO *et al*. 2017). Mas, ela não se restringe ao parto, se estendendo a todo o período perinatal. Representa uma violação de direitos de pessoas gestantes. No combate à violência obstétrica, a luta por justiça reprodutiva é essencial, visto que ela considera o quanto as desigualdades e inequidades em saúde impactam a assistência oferecida às mulheres em perinatalidade.

Para avaliar e compreender melhor a saúde perinatal ofertada pelo município de Teresópolis, no tópico "parto e nascimento", e o grau de informação sobre saúde reprodutiva que gestantes têm acesso, foi solicitado, por meio de formulário em redes sociais, que aquelas(es) que tiveram bebês nos últimos 5 anos (2018-2022) em Teresópolis, fizessem um relato de seus partos. A pesquisa teve por objetivo verificar se, em Teresópolis, os partos eram seguros ou contextualizavam violências obstétricas.

Este artigo apresenta um relato de uma pesquisa que marca a existência, no território, de múltiplas violências obstétricas. Ao mesmo tempo, ele é também um meio de se denunciar o quanto parir, "dar à luz", tornou-se um ato inseguro, e até mesmo arriscado, para as mulheres em Teresópolis.

2. Por que território? Intersecções entre gênero, território e poder

> *Invadir nossos territórios é invadir nossos corpos.*
> Frase em cartaz. II Marcha das Mulheres Indígenas, Brasília, 2021.

Em "La conciencia de la mestiza/Rumo a uma nova consciência", Gloria Anzaldúa (2005) disserta acerca de uma "luta de fronteiras". A autora invoca a imagem de um rio, nas quais estariam em margens opostas, opressor e oprimido. A narrativa de Anzaldúa detém "uma noção de fronteira que vai além da delimitada pelo espaço físico, pois ressalta também as fronteiras invisíveis que controlam o sujeito socialmente" (SANTOS, 2013, p. 3).

> A uma determinada altura, em nosso caminho rumo a uma nova consciência, teremos de deixar a margem oposta, com o corte entre os dois combatentes mortais cicatrizado de alguma forma, a fim de que estejamos nas duas margens ao mesmo tempo e, ao mesmo tempo, enxerguemos tudo com olhos de serpente e de águia. Ou talvez decidamos nos desvencilhar da cultura dominante, apagá-la por completo, como uma causa perdida, e cruzemos a fronteira em direção a um território novo e separado. Ou podemos trilhar outra rota. As possibilidades são inúmeras, assim que tenhamos decidido agir, em vez de apenas reagir (ANZALDÚA, 2005, p. 705).

Inspirada em Anzaldúa, reflete-se acerca da dificuldade e da necessidade de interpor os múltiplos campos: feminismo, decolonialidade e geografia, unindo diferentes saberes, a fim de denunciar as violências que as mulheres vivenciam em hospitais, em suas maternidades.

No campo dos estudos feministas, Joan Scott (1995) definiu gênero como "elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, [...] uma forma primeira de significar as relações de poder." (SCOTT, 1995, p.21). No estudo da geografia Rui (2020) demarca o território como o primeiro campo aonde o poder se articula. O território é considerado um campo

múltiplo, diverso e complexo. As relações estabelecidas no território englobam as dimensões biológica/natural, política, cultural, simbólica e econômica (HAESBART, 2007). O território tem conotação tanto material, quanto simbólica, por isso, nele se apresentam diversos embates e debates, se encenam múltiplas relações de poder.

Quando colocamos em disputa os saberes tradicional e científico, ou ainda, a humanização do parto e o modelo hegemônico de assistência ao nascimento, há uma evidente disputa de poder envolvida, na qual a identidade dos participantes, seus corpos e territórios, precisam ser reconhecidos.

Oliva (2022) nos lembra que só se tornou aceitável um pensamento geográfico feminino, nos parâmetros da geografia, a partir da década de 1970. Entende que a geografia que não se ocupa de questões relacionadas às mulheridades exclui existências, ou seja, reafirma, insistentemente, que "do espaço não dá pra tirar o corpo fora" (OLIVA, 2022, p.143). A autora explicita que uma mulher e um homem branco, cisgênero, heterossexuais e de classe média não compartilham as mesmas experiências espaciais e as mesmas sensações ao ocupar os espaços.

Martinez (1995), por sua vez, considera que na Geografia há apenas três grandes áreas em que a perspectiva de gênero se faz fundamental: 1) as relações existentes entre gênero e conceitos chaves na Geografia como são o espaço, o lugar e a natureza; 2) as diferenças territoriais nos papéis e relações de gênero; e, 3) o uso e experiências diferenciais do espaço entre homens e mulheres, em distintas escalas. O presente trabalho está marcado, de alguma maneira, por essas áreas, embora com ênfase na terceira. Isto porque ao compreendermos a violência obstétrica como uma violência de gênero, estamos também falando sobre colonização de corpos. A colonialidade, compreende "todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra" (SANTOS, 2015, p. 47), representa uma perspectiva crítica na

análise sobre a violência obstétrica. Afinal, debruçar sobre os processos de colonização é essencial para um entendimento sobre como violências obstétricas se constituem como práticas colonizadoras e patriarcais, recorrentes na assistência perinatal. Em suma, compreende-se a medicalização do parto como um tipo de colonização dos saberes e dos corpos, considerados enquanto territórios sob o domínio patriarcal.

A passagem do parto para as maternidades hospitalares demarca bem como as mulheres foram expropriadas de seus corpos e lares. Modificaram-se as cenas de partos, que outrora ocorriam no interior dos lares, com o cuidado de mulheres nem sempre diplomadas, conhecidas como parteiras.

Constituído, a partir do século XVIII, para disciplinar os corpos, o hospital é considerado um território médico. Espaço majoritariamente de médicos, homens brancos, da ciência, da elite, cisheterossexuais Espaço em que relações de poder reafirmam o seu caráter androcêntrico, objetificador e científico, que desconsidera todo e qualquer saber das mulheres sobre seus corpos e seus processos, em especial, acerca dos partos e dos nascimentos.

Atualmente, a maior parte dos partos acontecem nas maternidades, quer um hospital-maternidade, quer numa enfermaria de algum hospital geral. É científico, tecnicista e bastante intervencionista. Mas, ao se pensar nos processos de parir, não podemos esquecer que a mesmo a experiência de parto pode diferir demasiadamente entre as próprias mulheres, a depender dos marcadores sociais da diferença que as localizam em lugares hierárquicos distintos, criando entre elas as chamadas hierarquias reprodutivas. Isso porque, segundo Mattar e Diniz (2012), diferentes aspectos das mães determinam a legitimidade e aceitação social destas maternidades, e, portanto, suas vivências.

Ratifica-se a importância de se olhar para o parto e o nascimento não apenas como evento biopsicossocial. A eles acrescentamos o estudo das territorialidades, geografia feminista e as lutas por descolonização - (re)conquista da autonomia e independência por

parte daquelas/es que foram colonizadas/os, como orienta Kilomba (2019) - como importantes categorias analíticas.

3. Da medicalização do corpo feminino à humanização do parto

No início do século XVIII, de acordo com Rohden (2001) e Martins (2004), a ciência buscou explicações na natureza no que diz respeito às diferenças humanas. Cientistas buscaram classificar diferenças sexuais a fim de sustentar, de forma ideológica, a crença na subordinação política e inferioridade biológica das mulheres. Enquanto os homens foram considerados seres de "cultura", as mulheres estariam associadas à "natureza". A ideia de uma essência "feminina" considerava que mulheres eram incontroláveis e imprevisíveis, aos homens brancos da ciência, restaria controlar e tutelar esses corpos. (ROHDEN, 2001).

Vieira (2002), por sua vez, narra como se deu a produção de ideias sobre o corpo feminino, sendo esse transformado em objeto da prática médica. Segundo a autora, "por quase três séculos, os médicos se prepararam para ocupar o lugar das parteiras e efetivamente transformar o parto em um evento médico." (VIEIRA, 2002, p. 47). A autora identifica ainda que a medicalização desse corpo, acabou por excluir as práticas tradicionais de cuidado de mulheres para mulheres. Ou seja, das parteiras e seus saberes tradicionais, além do roubo do protagonismo de mulheres sobre seus processos parturativos.

Ainda neste esteio, constata-se que a ciência foi quem contribuiu de forma efetiva não só para a construção de saberes sexistas, baseado nas diferenças sexuais, mas também racistas, reforçando estereótipos, que interseccionados, vulnerabilizam ainda mais as mulheres negras.

Nas colônias, as mulheres eram percebidas como sujeitos reprodutivos, consideradas "ventres do império". Jardim e Cavas (2018) ressaltam que as mulheres negras e indígenas eram sequer consideradas enquanto seres humanos, seus corpos, hiper

sexualizados, eram objetos da satisfação masculina, alvo de estupros e estudos.

A medição de crânios, por exemplo, intentava justificar uma maior inteligência dos homens em relação às mulheres. A diferenciação encontrada entre corpos de mulheres brancas e negras, por outro lado, dizia sobre estruturas associadas à sexualidade, "como os seios, o desejo sexual mais ou menos acentuado, o tamanho do clitóris e, principalmente, o tamanho da pélvis" (MARTINS, 2004, p.35).

Também a esse respeito, Castro (2020) afirma que a introdução do sistema moderno/colonial de gênero provocou distinções nas relações entre as próprias mulheres, sendo as nativas consideradas selvagens, não humanas, logo, "não mulheres".

O hospital surgiu como um espaço heteropatriarcal, com o objetivo tutelar os corpos lidos como femininos. Contudo, ele também representa "a violência e morte lenta para determinados corpos, espacialidades e saberes" (SANTOS; SILVA, 2021, p. 206). No Brasil, foi apenas no século XX que a institucionalização do parto ocorreu de modo mais disseminado.

A agenda sanitarista europeia aqui também se impôs, gerando ansiedade entre os médicos pela prática da recém-criada especialidade médica, a obstetrícia. A partir do século XX, a hospitalização do parto se fundamentou em um modelo tecnocrático, que deu "ao parto um significado patológico com foco na dor como experiência traumática e na cesariana como o padrão ouro da assistência obstétrica" (FERREIRA JR.; BARROS, 2011 apud PALHARINI, 2017, p. 3), e ratificou as "tensas e conflituosas relações entre ciência médica e corpo feminino, que conformam um campo no qual historicamente vem se exercendo relações de poder, opressão e controle político das mulheres"(BARBOSA, 2006, p. 323), um território de denúncias que, paulatinamente, vem ganhando materialidade.

Objetivando qualificar a assistência, vimos o quanto tem sido utilizado, em larga escala, procedimentos considerados inadequados e desnecessários, que muitas vezes podem colocar em

risco a saúde e a vida da mãe e do bebê, sem avaliação adequada da sua segurança e sem base em evidências (ZANARDO, 2017). Isso, de acordo com Davis-Floyd, antropóloga e ativista do parto natural, é sintoma dos aspectos culturais da nossa sociedade.

> O sistema de saúde encarna os preconceitos e as crenças da sociedade que o criou. Os valores fundamentais da sociedade ocidental são fortemente orientados pela ciência, pela tecnologia, pelo lucro econômico e pelas instituições patriarcais. Na medicina assim como na sociedade, a tecnologia reina soberana. Já foi demonstrado nos últimos vinte anos pelo menos que as rotinas dos procedimentos obstétricos têm pouco ou nenhum embasamento científico. Entretanto elas continuam sendo utilizadas, porque seu sentido não é médico, e sim cultural (FLOYD, 2001, p. 5).

Hoje, em território brasileiro, a maioria dos partos (98%) acontece em ambiente hospitalar (BRASIL,2017, p.6), sendo 56% por meio de cesariana, a isso declamam "progresso" (NAKANO; BONAN;TEIXEIRA, 2017). A perspectiva biomédica, com os seus saberes sobre o corpo de mulheres, padroniza corpos e exclui subjetividades, relegando aos operadores da prática médica o protagonismo do parto. Os "operadores" mensuraram corpos, controlam o parto, a ponto de escolherem, muitas vezes, a posição e a via para as mulheres parirem. Cheiros, líquidos e sons são rechaçados. O tempo é roubado. Calam desejos, produzem violências.

4. Violência obstétrica: negligências, hierarquias e injustiças reprodutivas

No Brasil, desde o final dos anos 1980, marca-se um movimento social pela humanização do parto e do nascimento. Segundo Tornsquist (2002), esse movimento propõe mudanças no modelo de atendimento ao parto hospitalar e ampara-se nas propostas da Organização Mundial de Saúde (OMS), de 1985, que recomenda:

> O incentivo ao parto vaginal, ao aleitamento materno no pós-parto imediato, ao alojamento conjunto (mãe e recém-nascido), à presença do pai ou outra/o acompanhante no processo do parto, à atuação de enfermeiras obstétricas na atenção aos partos normais, e à inclusão de parteiras leigas no sistema de saúde nas regiões nas quais a rede hospitalar não se faz presente (TORNSQUIST, 2002, p.483).

A proposta da OMS é de redução nas intervenções rotineiras nos hospitais, adaptando-as para situações com necessidades comprovadas. Medidas humanizadoras seriam responsáveis por "incentivar as práticas e intervenções biomecânicas no trabalho de parto, consideradas como mais adequadas à fisiologia do parto, e, portanto, menos agressivas e mais naturais" (TORNQUIST, 2002, p. 484).

Apesar de dizermos que a violência obstétrica compreende o uso excessivo de medicamentos e intervenções no parto, assim como a realização de práticas consideradas desagradáveis e muitas vezes dolorosas, não baseadas em evidências científicas (ZANARDO et al. 2017), não há uma definição única de Violência Obstétrica.

Sabe-se que essa é uma violência de gênero, perpetrada principalmente às mulheres na gestação, no parto e/ou no puerpério, pela instituição obstetrícia, através de seus representantes, e que assume várias facetas.

Na Venezuela, pais que tipificou a violência obstétrica como crime, ela é definida como apropriação do corpo feminino e dos processos reprodutivos por profissionais de saúde revelado pelo trato desumano, uso abusivo da medicalização e intervenções desnecessárias sobre processos fisiológicos, gerando a perda da autonomia e da liberdade de escolha, o que reflete negativamente na qualidade de vida das mulheres" (VENEZUELA, 2007).

A partir das várias definições houve consenso em se definir quais seriam então as condutas consideradas como violência:

> Toques vaginais sem permissão ou sequenciados, realização de e pisiotomiasem consentimento e/ou de modo protocolar, manobra de Kristeller, uso rotineiro de ocitocina, impedimento para se alimentar ou se movimentar ou, ainda, utilização de frases e

gestos que possam inferiorizar a mulher ou afetá-la psicologicamente (SAMPAIO *et al*., 2019, p. 2).

Na Tabela 1, é possível verificarmos quais são as condutas que podem ser consideradas violências obstétricas. Ao salientarmos essas, não esgotamos todas as suas formas, apenas demarcamos suas ocorrências nas maternidades de Teresópolis, a partir dos relatos de parto, parte do trabalho de pesquisa.

Tabela 1 – Breve Explicação de Condutas Consideradas como Violência Obstétrica

Restrição da posição/movimento e o impedimento de vocalizar:	Amarrar mulheres, além de violento pode ser prejudicial para o primeiro contato da parturiente com o bebê. (Salgado et al, 2013). Em relação a posição adotada no parto, a posição de litotomia dorsal não é recomendada. "Deve-se encorajar a mulher a andar durante o trabalho de parto, e cada mulher deve ter a liberdade para escolher a posição a ser adotada quando está parindo". (OMS, 1985). Quanto a vocalizar, o gritar, "ajuda a mulher a suportar melhor o que está acontecendo e canalizar a energia durante os puxos longos" (MACEDO, 2018).
A restrição do acompanhante ou da doula:	A Lei Federal no 11.108, determina que os serviços de saúde são obrigados a permitir à gestante o direito a acompanhante durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto (BRASIL, 2005). Em relação às doulas, segundo a lei 7314/2016, as maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres da rede pública e privada do Estado do Rio de Janeiro são obrigados a permitir a presença de doulas durante o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, sempre que solicitadas pela parturiente. A presença da doula não se confunde com a do acompanhante (RIO DE JANEIRO, 2016).
Uso da ocitocina sem indicação	A ocitocina é uma substância utilizada para acelerar o parto. "A dor fica mais intensa, aumenta o risco de sofrimento fetal e também de cesarianas em decorrência do uso de ocitocina" (ZORZAN, CAVALCANTI, 2017).
Violência no pré ou pós-parto:	A violência obstétrica não acontece só no trabalho de parto, podendo aparecer no pós-parto ou pré

	parto. A Golden hour, ou Hora de ouro, é a primeira hora de vida após o nascimento. Em seu escopo constam três procedimentos: O clampeamento tardio do cordão umbilical em tempo oportuno, a promoção do contato pele a pele para o bebê saudável, e a estimulação do aleitamento materno na primeira hora de vida. (PINTO et al., 2022). Está relacionada a redução da morbimortalidade materna e perinatal.
Pontos e episiotomia	A episiotomia é um corte no períneo (região entre o ânus e a vagina). Esse corte pode "ampliar a extensão das lacerações perineais, além de aumentar o risco de infecção para a mulher, hemorragia, disfunção do assoalho pélvico, dispareunia, fístulas retovaginais, hematomas, dentre outras". (AGUIAR et al, 2020, p.2). Atualmente, não há evidências que corroborem a necessidade de episiotomia nos cuidados de rotina. A prática pode ainda, gerar gastos no sistema de saúde, já que pode aumentar o tempo de permanência no hospital (AGUIAR et al, 2020).
Peregrinação para o parto	A peregrinação anterior ao parto constitui-se na busca realizada pela própria gestante por um serviço de assistência ao parto em mais de um estabelecimento de saúde. Quando acontece reflete a deficiência no pré-natal realizado. (LOPES; RIOS; SILVA, 2018). A Lei 11.634 de 2007, dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde. (BRASIL, 2007).
Epidemia Cesarista	A cesariana eletiva está associada a um risco maior do recém nato desenvolver doenças imunológicas; está associada com a posterior interrupção precoce da amamentação; com a cesariana, aumenta-se "o risco de desfechos adversos para a mulher e para o recém-nascido". (BRASIL,2021, p.3) A recomendação nº 011, de 07 de maio de 2021 destaca o alto índice de cesárea no Brasil, realça que nos serviços privados de saúde, os índices são de 85%, a Organização Mundial de Saúde sugere que a taxa ideal de cesárea seria de 10% a 15%. (OMS,2015).

Fonte: Elaborada pelos autores.

De acordo com as Diretrizes Nacionais de Assistência ao Parto Normal (BRASIL, 2017), mulheres em trabalho de parto devem ser tratadas com respeito, ter acesso às informações baseadas em evidências e serem incluídas na tomada de decisões. Isso quer dizer que os profissionais devem estabelecer relações de confiança com as mulheres, perguntando-lhes acerca de desejos e expectativas. Devem se conscientizar que, neste campo, há de se dar lugar a importância de suas atitudes, do seu tom de voz, das palavras usadas. E mais, de como os cuidados estão sendo prestados.

Torna-se imprescindível no discutir e combater as violências obstétricas a articulação com lutas por justiças reprodutivas, pois as circunstâncias que balizam as decisões de vida das mulheres de segmentos sociais excluídos restringem sobremaneira suas possibilidades de escolha. (BRANDÃO; CABRAL, 2021). A luta por justiça reprodutiva, oriunda da luta por justiça social, considera as desigualdades sociais e as iniquidades na assistência, como fatores determinantes para determinadas mulheres.

> Sabe-se, por exemplo, que mulheres pretas possuem maior risco de ter um pré-natal inadequado, ausência de acompanhante e de receber menos orientações sobre o trabalho de parto e possíveis complicações na gravidez. Além disso, a maioria das mulheres que morrem por aborto são pobres, pretas ou pardas e com baixa escolaridade (MARGARIDA ALVES, 2020, p. 9).

A importância de refletir sobre justiça social e reprodutiva, no combate à violência obstétrica, inclui não individualizar questões estruturais e devolver ao município a responsabilidade de prover condições para que os direitos sexuais e reprodutivos sejam garantidos e usufruídos.

5. Teresópolis: o parir na terra da luz

Atualmente, Teresópolis é um município com população estimada em 165.123 pessoas (2022). O censo de 2010 demonstrou

que no município o número de mulheres é superior ao de homens – 85. 471 e 78.275, respectivamente.

O município tem 48 estabelecimentos públicos de saúde (2009) e conta com três hospitais: Hospital das Clínicas de Teresópolis Constantino Ottaviano (HCTCO), Hospital São José e Hospital da Beneficência Portuguesa. A exceção do Hospital São José, os demais possuem serviços de obstetrícia, sendo que o HCTCO conta com duas maternidades, sendo uma privada, nomeada "perinatal", e uma pública, chamada "maternidade do prédio antigo". Ressalta-se que no HCTCO, há UTI Neonatal e que é a unidade de referência para urgência e emergência no período puerperal para as mulheres e para os recém-nascidos até 28 dias. O Hospital da Beneficência Portuguesa possui uma maternidade que atende ao risco habitual, embora seja exatamente essa unidade a que desponta com a maior taxa de cesariana do município, chegando a 80,3%, em 2020 (SINASC, 2020).

O Plano de Ação Regional da Rede Cegonha, na região serrana - Rio de Janeiro (2019), evidencia a distribuição dos leitos obstétricos SUS das unidades: A Beneficência conta com 16 leitos, sendo 14 ofertados ao SUS; O HCTCO tem 37 leitos obstétricos e destes apenas 14 leitos servem ao SUS. Assim, dos 53 leitos obstétricos municipais, 28 (52,2%) são para usuárias do SUS. Quanto aos números relativos à assistência dispensada do binômio mãe-bebê, o índice de mortalidade infantil é de 9,14 óbitos por mil nascidos vivos (2020) e a razão de morte materna é de 91,4 (SINASC,2020).

Para realmente compreender a rede de saúde de Teresópolis, no quesito "parto e nascimento", visitamos os hospitais do município. "Pisar", aterrar neste território, neste espaço físico, foi essencial para sanar algumas dúvidas. Encontrar as informações foi desafiador, o que por si só já denuncia o fracasso da rede de saúde municipal de assistência perinatal, visto que a "informação sobre saúde é um direito da população e uma ferramenta decisiva para a democratização da gestão da saúde" (BRASIL, 2009, p. 18).

O nascimento em ambiente hospitalar é caraterizado pela adoção de inúmeras tecnologias, representa a "concretização de um modelo que considera a gravidez, o parto e o nascimento como doenças e não como expressões de saúde", as mulheres ficam expostas a intervenções que não deveriam ser realizadas de forma rotineira (BRASIL, 2017, p.4).

Visando entender a assistência ao parto, foi lançado nas mídias sociais um chamado para responder a um formulário, com perguntas acerca de experiências perinatais, com a finalidade de dar visibilidade as violências sofridas por mulheres silenciadas, no interior dos hospitais. O intuito de compartilhar os relatos, assegurando o anonimato das munícipes, é para mostrar como a violência obstétrica se presentifica na assistência no município e como compreendemos que Teresópolis não é uma cidade segura para as mulheres parirem.

Tabela 2 – Relatos de violência obstétrica no município de Teresópolis-RJ (2018-2022)

Restrição da posição/movimento e o impedimento de vocalizar	Fui amarrada durante a cirurgia mesmo. Me amarraram com uma atadura sendo que eu estava supertranquila e não iria me mexer. Depois descobrir que isso era violência. (R56) Fui impedida de gritar pois segundo os médicos isso faria o neném voltar. Atrapalha mais que ajuda. Fui impedida de ficar na posição que me deixava confortável porque tinha que ser sentada na maca com as pernas abertas. (R36) Pediram pra eu não gritar que não ia adiantar. (R38)
A restrição do acompanhante ou da doula	Levei meu plano de parto que não foi respeitado pela beneficência, minha doula foi impedida de entrar pois a médica não concordava e ainda debocharam dela. (R88) Não deixaram meu companheiro entrar na sala, me apagaram no meio do parto, meus pontos abriram, tive excesso de toque. (R47) Tive dois partos e em ambos não tive o direito de acompanhante, negaram pelo motivo de não ter espaço suficiente na sala de cirurgia. (R50)

Uso da ocitocina	Tentaram colocar medicamento na veia durante contração. Fiquei com o braço muito roxo porque estourou minha veia. (R73) A médica queria me aplicar ocitocina e eu não autorizei, com isso nitidamente ela ficou indignada ou se sentiu contrariada e cruzou os braços e apenas disse, faz força[...] Enquanto ela dava os pontos eu disse q estava doendo (conseguia sentir tudo) ela disse que já tinha anestesia que era para aguentar. (R40)
Violência no pré ou pós parto	[...] Não me deixaram amamentar na hora que minha filha nasceu, me esqueceram na sala de espera para o parto, me trataram de forma hostil. (R83) Quando minha filha nasceu eu não tive a golden hour elas foram examinas sem nem me mostrar a menina e depois só me mostraram ela de longe. (R56) Após o nascimento do meu filho, eu fiquei mais de 2 horas ali no mesmo lugar, toda suja de sangue, com a placenta do lado, aguardando a aprovação do meu plano de saúde, como a médica não acreditava, não deu entrada anteriormente. Meu bebê foi la para o berçário, com o pai. após isso fui para o quarto e só tive contato com o bebê novamente quase 3 horas depois. (R41)
Pontos e episiotomia	Me xingou, quis fazer episiotomia, mas eu disse que não queria e ela gritou comigo e mostrou pro meu marido dizendo que ficaria feio e o tempo que foi fazendo os pontos da laceração que eu tive ela ficou resmungando dizendo que eu estava dando trabalho pra ela. (R88) [...] Ou seja hoje tenho um leve incômodo ao lado esquerdo. Se soubesse que a episio era um corte, achava normal sempre cortar para abrir passagem. Agora sei que consigo sem "episio" (R52) No último pós parto meus pontos abriram, e a opinião de um outro obstetra, foi que tinham sido feito "porcamente" que eu voltei ao hospital pra drenar o líquido, precisei tomar medicamentos e foram dias horríveis.(R50)
Peregrinação para o parto	Eu por exemplo tentei ter no SUS, passei por 2 hospitais antes de ir pro HCTCO. Acho que seria válido falar da experiência que foi horrível, inclusive fugi de uma cesárea na beneficência, tive

	que assinar termo de responsabilidade e só fugi de lá e fui pro HCTCO por ter lido muito e meu marido me apoiando. Senão, seria mais uma que fez cesárea desnecessária. (R78) Antes de ir pra Beneficência eu estava em trabalho de parto ativo no HCTCO e eles não me deixaram parir lá por não ter leitos suficientes! Tive que parar meu processo de TP, estava no chuveiro com a doula, tive que me vestir entrar na ambulância correndo para me deslocar até a beneficência. Dentro da ambulância quase ganhei meu filho porque eu já estava no expulsivo. (R88)
Epidemia cesarista	Violência emocional tentando me levar para a cesárea a todo o tempo. (R90) Como tive laceração grave, logo após o nascimento tive que fazer uma cirurgia e este médico debochou do parto natural dizendo que nós mulheres desejamos parir feito mulheres das cavernas, e por isso damos mais trabalho a equipe. Porque na evolução médica já existe cesariana e segundo ele parir naturalmente é desnecessário. (R58) Estava com 10 de dilatação, passei por tanta violência (última foi dizer que banqueta só no particular) que precisei de cirurgia cesariana com justificativa de SFA, tive ruptura uterina, com anestesia geral e sem acompanhante, não vi minha filha nascer e quase morri. (R82)

Fonte: Elaborada pelos autores

Evidenciou-se, através dos relatos de parto em Teresópolis-RJ, que as violências existem e persistem, ora na forma de negligência, ora na utilização de procedimentos inadequados e constrangimentos. Os hospitais na cidade não são capazes de garantir partos seguros e dignos para as mulheres.

6. Considerações Finais

Os estudos sobre territórios, assim como os feministas e decoloniais, têm muito a contribuir no debate acerca da medicalização do corpo lido como feminino e na percepção das

violências obstétricas que ocorrem no pré-parto, parto e puerpério. As relações de poder existentes no cenário de parto em ambiente hospitalar estão intimamente relacionadas à construção das chamadas "Ciências das Mulheres", obstetrícia e ginecologia, que centralizam o poder nas mãos do médico, destituindo as mulheres de autonomia acerca de seus corpos e partos.

Gênero, raça, classe e tantos outros marcadores sociais da diferença se interseccionam tornando algumas maternidades mais ou menos legítimas, mas, também se refletem na própria assistência ofertadas as mulheres, visto que a depender do lugar que ocupam nas chamadas hierarquias reprodutivas, terão mais ou menos chances de vivenciar violências obstétricas.

Considerando a decolonialidade nos estudos sobre o parto e sobre o território como importante analisador do cenário obstétrico, investigou-se particularidades relacionadas ao município de Teresópolis- RJ. Além do município não contar com uma maternidade pública, os relatos de parto sinalizam para a necessidade de a população poder gestar dignamente, com garantia de direitos. Por isso, há de se lutar por justiça reprodutiva.

Através de relatos sobre o parto, foi possível reconhecer violências obstétricas diversas. Percebeu-se que as violências existem e persistem, ora na forma de negligência, ora na utilização de procedimentos inadequados e constrangimentos. Ou seja, por ação ou por omissão.

O que se aposta, a partir deste trabalho, é na participação social com vistas a reivindicar do poder público soluções diante deste problema de saúde pública, que atravessa a vida reprodutiva das mulheres de Teresópolis.

Considerar a criação de casas de parto como alternativa ao parto hospitalar intervencionista e violento, seria uma possibilidade, assim como a oferta de cursos de Educação Popular Perinatal à população Teresopolitana, fundamental para que as mulheres e pessoas que gestam tenham mais informações e autonomia em suas escolhas durante o processo reprodutivo.

Esse breve capítulo pretendeu evidenciar que parir também é um território em disputa.

Trocando saberes, valorizando experiências e questionando a qualidade da assistência e das informações prestada pelo município há de ser possível verdadeiramente cuidar de mulheres, para que possam parir com dignidade em Teresópolis.

Referências

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza: rumo a uma nova consciência. Revista estudos feministas, v. 13, p. 704-719, 2005.

BARBOSA, Regina Helena Simões. Humanização da assistência à saúde das mulheres: uma abordagem crítica de gênero. Humanização dos cuidados em saúde: conceitos, dilemas e práticas. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006.

BRANDÃO, Elaine Reis; CABRAL, Cristiane da Silva. Justiça reprodutiva e gênero: desafios teórico-políticos acirrados pela pandemia de Covid-19 no Brasil. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 25, p. e200762, 2021.

CASTRO, Suzana de. Feminismo decolonial: origem e ideias centrais. Revista Cult, 2020.

DAVIS-FLOYD, Robbie. The technocratic, humanistic, and holistic paradigms of childbirth. International Journal of Gynecology & Obstetrics, v. 75, p. S5-S23, 2001. Disponível em: https://bhpelopartonormal.pbh.gov.br/estudos_cientificos/arquivos/the_technocratic_humanistic_and_holistic_paradigms_of_childbirth.pdf. Acesso em 15/07/2023.

DE SENA JARDIM, Gabriel; CAVAS, Claudio São Thiago. Pós-colonialismo e feminismo decolonial: caminhos para uma compreensão anti-essencialista do mundo. Ponto-e-Vírgula, n. 22, p. 73-91, 2017.

DOS SANTOS, Ana Cristina. Fronteiras da identidade: o texto híbrido de Gloria Anzaldúa. Revista SURES, n. 1, 2013.

DOS SANTOS, Bruna; DA SILVA, Cíntia Cristina Lisboa. O Parto Tradicional como Contraponto ao Controle Social do Corpo Feminino: contribuições das geografias feministas. Revista Científica Gênero na Amazônia, n. 20, p. 303-318, 2022.

GRUPO TÉCNICO CONDUTOR DA REDE CEGONHA DA REGIÃO SERRANA - RIO DE JANEIRO. Secretaria de Saúde. Plano de ação regional da rede cegonha região serrana /RJ. 2019. Disponível em: http://www.cib.rj.gov.br/arquivos-para-baixar/boletins-cib/2325-atualizacao-par-rc-05-08-2019-pact-cir-julho-2019/file.html. Acesso em: 17 mar. 2023.

HAESBAERT, Rogerio. Território e multiterritorialidade: um debate. GEOgraphia, v. 9, n. 17, p. 19-45, 2007.

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação: episódios de racismo quotidiano. Orfeu Negro, 2019.

MARGARIDA ALVES. Guia de defesa popular da justiça reprodutiva. 2020. Disponível em: https://coletivomargaridaalves.org/wp-content/uploads/2020/03/CARTILHA-Guia-de-Defesa-Popular-da-Justi%C3%A7a-ReprodutivaWEB.pdf. Acesso em: 07/07/2023.

MARTINEZ, Ana S.; MOYA, Juana R. e MUÑOZ, M. Mujeres, Espacio y Sociedad – Hacia una Geografia del Género. Síntese. Madrid, Espanha, 1995.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Editora Fiocruz, 2004. Disponível em: https://books.scielo.org/id/jnzhd. Acesso em:04/07/2023.

MATTAR, Laura Davis; DINIZ, Carmen Simone Grilo. Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 16, p. 107-120, 2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Diretrizes nacionais de assistência ao parto normal: versão resumida. Brasília: MS, 2017. Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_assistencia_parto_normal.pdf. Acesso em: 20/07/2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. O SUS no seu município: garantindo saúde para todos. Brasília: MS, 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_municipio_garantindo_saude.pdf. Acesso em: 22/07/2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE/SINASC. Indicadores de Mortalidade - Razão de Mortalidade Materna - Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: https://sistemas.saude.rj.gov.br/tabnetbd/webtabx.exe?taxas/sim_sinasc_razao_mortalidade_materna.def Acesso em: 12/07/2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE/SINASC. Nascimentos p/ ocorrência por Tipo de parto segundo Estabelecimento - Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: http://sistemas.saude.rj.gov.br/scripts/tabcgi.exe?sinasc/nascido.def. Acesso em 11/07/2023.

NAKANO, Andreza; BONAN, Claudia; TEIXEIRA, Luiz. O trabalho de parto do obstetra: estilo de pensamento e normalização do "parto cesáreo" entre obstetras. Physis: Revista de Saúde Coletiva [online]. 2017, v. 27, n. 03. pp. 415-432. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-73312017000300003. ISSN 1809-4481. https://doi.org/10.1590/S0103-73312017000300003. Acesso em: 5/08/ 2023.

OLIVA, Victoria Ferreira. DO CORPO-ESPAÇO AO CORPO-TERRITÓRIO: o que a Geografia Feminista tem a dizer?. Ensaios de Geografia, v. 8, n. 17, p. 165-187, 2022.

PALHARINI, Luciana Aparecida; FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. Gênero, história e medicalização do parto: a exposição "Mulheres e práticas de saúde". História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 25, p. 1039-1061, 2018.

ROHDEN, Fabíola. Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher. Editora Fiocruz, 2001.

RUI, Simone Léia. Gênero, empoderamento e território: construindo relações e estabelecendo perspectivas teóricas. Geografia em Atos (Online), v. 1, n. 16, p. 45-60, 2020.

SAMPAIO, Juliana; TAVARES, Tatiana Lopes de Albuquerque; HERCULANO, Thuany Bento. Um corte na alma: como parturientes e doulas significam a violência obstétrica que experienciam. Revista Estudos Feministas, v. 27, 2019.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, quilombos: modos e significações. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. Educação & realidade. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99, 1995.

SILVA, Cíntia; DOS SANTOS, Bruna. Reflexões teóricas da geografia feminista decolonial sobre as espacialidades coloniais reprodutoras do controle social do corpo feminino durante o parto. Terra Livre, v. 2, n. 57, p. 190-225, 2021.

TERESÓPOLIS. Plano Municipal de Saúde 2022/2025.Estado do Rio de Janeiro, Prefeitura de Teresópolis. 2021. Disponível em: https://www.teresopolis.rj.gov.br/wp-content/uploads/2022/10/PLANO-MUNICIPAL-DE-SAUDE-2022-2025.pdf. Acesso em: 17 Mar. 2023.

TORNQUIST, Carmen Susana. Armadilhas da nova era: natureza e maternidade no ideário da humanização do parto. Revista Estudos Feministas, v. 10, p. 483-492, 2002.

VENEZUELA, República Bolivariana de. Ley orgánica sobre el derecho de las mujeres a una vida libre de violencia. Instituto Nacional de la Mujer, 2015.

VIEIRA, Elisabeth Meloni. A medicalização do corpo feminino. In: A medicalização do corpo feminino. 2002.

ZANARDO, Gabriela Lemos de Pinho et al. Violência obstétrica no Brasil: uma revisão narrativa. Psicologia & sociedade, v. 29, 2017.

Percepção da população de Teresópolis (RJ) em relação à preparação para desastres: uma análise da base de dados do projeto de extensão "Proteger Teresópolis"

Roberta Montello Amaral
Clara Carvalho de Lemos

1. Introdução

Teresópolis é um município localizado na região serrana do estado do Rio de Janeiro, conhecida por seu clima ameno, belezas naturais e montanhas imponentes, sendo um destino turístico popular, especialmente para quem busca contato com a natureza. No entanto, em janeiro de 2011, o município foi palco de uma das maiores tragédias ambientais do Brasil, quando chuvas intensas resultaram em centenas de mortes e milhares de desabrigados, além de causar grandes danos à infraestrutura e ao meio ambiente. A tragédia de 2011 em Teresópolis destacou a vulnerabilidade da cidade e das áreas serranas do Estado do Rio de Janeiro aos eventos climáticos extremos, evidenciando a necessidade de políticas de prevenção e gestão de riscos para minimizar os impactos de futuras catástrofes. Sensibilizado por este evento e ciente da sua importância como instituição que deve promover melhoria do bem-estar social na comunidade em que está inserido, o Centro Universitário Serra dos Órgãos (Unifeso) desenvolveu, em conjunto com a defesa civil municipal de Teresópolis, um projeto de extensão universitária denominado "Proteger Teresópolis" com o objetivo de coletar informações sobre as áreas de risco de Teresópolis.

Assim, este trabalho pretende apresentar os resultados coletados por uma das seções do questionário aplicado pelos estudantes do Unifeso ao longo das três edições do projeto de extensão "Proteger Teresópolis". Deste modo, o objetivo geral desta pesquisa é avaliar se existe diferença quanto à temática

"PREPARAÇÃO PARA DESASTRES" entre os residentes das diferentes áreas de risco de Teresópolis.

Como objetivos intermediários, pretende-se:

- Indicar, em caso de alarme chuva por sirene, o percentual de moradores que conhece onde é o ponto de apoio da comunidade em cada uma das comunidades pesquisadas pelo projeto PROTEGER TERESÓPOLIS;
- Apresentar o comportamento que prevalece em cada uma das comunidades pesquisadas pelo projeto PROTEGER TERESÓPOLIS em caso de alarme de chuva por sirene;
- Descrever se, em caso de deslizamento de terra ou sinal de alerta, os moradores das áreas de risco de Teresópolis conhecem a rota de fuga mais próxima;
- Investigar se, em caso de deslizamento de terra ou sinal de alerta, os moradores das áreas de risco de Teresópolis se sentem seguros durante a chuva;
- Apresentar qual o grau de confiança que possui no acionamento das sirenes;
- Mensurar qual o grau de confiança que a população das áreas de risco de Teresópolis possui na Defesa Civil Municipal;
- Avaliar se há diferença estatística nas métricas indicadas em cada um dos objetivos para as diversas comunidades do município.

O tema se justifica, pois pode impactar a vida de muitos moradores, não só de Teresópolis. Obviamente que os residentes do município em questão podem ser os primeiros a se beneficiar já que os dados coletados podem indicar necessidade de ações prementes e locais que demandam maior atenção da autoridade pública para o delineamento de uma ação preventiva quanto a desastres naturais associados a chuvas intensas. Mas, adicionalmente, ao estabelecer uma metodologia de análise de dados, este estudo também pode beneficiar e inspirar outras instituições a realizar trabalhos semelhantes em municípios com demandas semelhantes às verificadas em Teresópolis.

A metodologia utilizada consiste em uma análise descritiva inicial dos dados seguida da aplicação de testes estatísticos para

avaliar se o comportamento entre as comunidades pesquisadas apresenta diferenças importantes.

Para atingir os objetivos propostos este trabalho está dividido em 5 seções, incluindo esta introdução onde é apresentada uma contextualização do problema, bem como objetivos e metodologia utilizados. Na seção 2 discorre-se de forma mais completa sobre a contextualização do problema, destacando-se uma breve revisão bibliográfica tanto sobre a tragédia de 2011, que impactou a cidade de Teresópolis, quanto uma breve síntese sobre o Município em estudo. Na seção 3 há um detalhamento sobre o projeto de extensão Proteger Teresópolis que gerou os dados avaliados neste artigo. Na seção 4 apresenta-se a metodologia e os resultados encontrados. Por fim, a seção 5 apresenta as considerações finais do trabalho, que incluem conclusões, limitações da pesquisa bem como sugestão de trabalhos futuros.

2. Teresópolis e a tragédia de 2011

Fundado em 06 de julho de 1891, o município de Teresópolis recebeu este nome como homenagem à imperatriz D. Teresa Cristina, esposa de Dom Pedro II. Segundo o Estudo Socioeconômico do Município de Teresópolis, elaborado pelo TCE-RJ (2009), a cidade conta com uma área total de 772,9 Km^2, respondendo por 11,1% de toda a área da região serrana do Estado do Rio de Janeiro, região esta que contém outros 13 Municípios. Desde o século XIX, a cidade começou a se desenvolver, atraindo imigrantes europeus, especialmente portugueses, que contribuíram significativamente para a formação da cultura local e a agricultura.

Um dos destaques da economia de Teresópolis é a produção de hortaliças. O município é conhecido por suas condições climáticas favoráveis e solo fértil, que permitem o cultivo de uma variedade de hortaliças, como alface, cenoura, tomate e repolho. Essa produção é vital para a economia local, com muitos

agricultores atuando em pequenas propriedades e vendendo diretamente para o mercado local e cidades vizinhas.

Historicamente Teresópolis teve seu crescimento potencializado por conta da sua procura para o veraneio. Adicionalmente, é de conhecimento público a grande e desordenada ocupação das áreas de Teresópolis verificada no final do século XX. Nesta época, segundo o IBGE (2000), com o crescimento exponencial dos aglomerados subnormais, Teresópolis alcançou o segundo lugar como município com maior índice de favelização no Estado do Rio de Janeiro, ficando atrás apenas de Magé.

De acordo com os dados preliminares do último censo, a cidade dispunha, em 2022, de 165.123 residentes. A população urbana representa quase 90% dos residentes. (IBGE, 2024)

O clima de Teresópolis é predominantemente tropical de altitude, com temperaturas amenas ao longo do ano e variações de temperatura moderadas, em função de sua localização na região serrana do estado do Rio de Janeiro, a cerca de 900 metros de altitude. Esse tipo climático é caracterizado por verões quentes e úmidos, quando ocorrem as maiores precipitações, e invernos mais secos e com temperaturas mais baixas, especialmente durante as noites. A média anual de temperatura na cidade varia em torno de 18°C, com máximas que excedem os 30°C no verão e mínimas que podem chegar a cerca de 10°C no inverno. Devido à altitude e à presença de vegetação abundante, Teresópolis apresenta uma variação microclimática específica, especialmente nas áreas de montanha e vales, que influenciam as condições locais de temperatura e umidade.

Em janeiro de 2011, a região serrana do estado do Rio de Janeiro, onde Teresópolis está inserida, enfrentou uma das piores tragédias naturais da história do Brasil: chuvas torrenciais com mais de 200 mm acumulados em um único dia, equivalentes a uma precipitação 80% superior à média histórica para o mês de janeiro, resultaram em mais de 1.000 deslizamentos ocorreram em apenas 48 horas. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

(IPEA, 2011), mais de 900 pessoas perderam a vida e cerca de 30 mil ficaram desabrigadas. As cidades afetadas enfrentaram um colapso em suas infraestruturas, com a destruição de estradas, serviços básicos e moradias. O impacto econômico foi igualmente significativo, com uma perda estimada de 2,7 bilhões de reais (IPEA, 2011) e a paralisação de atividades comerciais, resultando em um aumento da taxa de desemprego na região.

De acordo com o relatório do MMA (2011), a maior parte das áreas atingidas de Bonsucesso, área rural de Teresópolis, situava-se a menos de 30 metros das margens dos rios. Com relação às áreas urbanas, um dos bairros de Teresópolis mais afetados, Campo Grande, teve aproximadamente, 70% das casas afetadas, conforme apontam as Figuras 1 e 2.

O grande volume de água associado a uma ocupação do espaço de forma desordenada e em áreas consideradas de risco foi responsável, pelas estatísticas oficiais, por pelo menos 890 mortes em toda a região serrana, sendo cerca de 40% dos óbitos ocorridos em Teresópolis. Mas, dada a grande possibilidade de muitas pessoas sequer terem sido dadas como desaparecidas (famílias inteiras desapareceram e pode não ter sobrado nenhum parente para indicar a ausência de certas pessoas), é bem provável que o número de vítimas tenha sido superior a 1.300.

Grande parte das perdas deveu-se à ocupação regular e irregular de áreas que não deveriam receber ocupação. De acordo com um levantamento do MMA (2011) de uma determinada área estudada no Município de Nova Friburgo, pode-se concluir que "do total de deslizamentos ocorridos na área analisada, 92% ocorreram em áreas com algum tipo de alteração antrópica (...). O resultado também mostra que em cerca de 33% dos casos de deslizamentos existe mais de um tipo de intervenção".

Figura 1 – Vista da vila do bairro Campo Grande em Teresópolis (Google Earth de 2006)



OBS: áreas delimitadas pela linha pontilhada amarela correspondem à faixa APP
Fonte: MMA, 2011.

Figura 2 – Vista aérea da vila do bairro campo grande após a tragédia



OBS: áreas delimitadas pela linha pontilhada amarela correspondem à faixa APP
Fonte: MMA, 2011.

3. O projeto de extensão "Proteger Teresópolis"

As atividades de extensão são uma parte fundamental da formação acadêmica nos cursos de graduação, desempenhando um

papel crucial no desenvolvimento integral do estudante. Elas consistem em ações que promovem a interação da universidade com a sociedade, possibilitando que os alunos apliquem os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula em contextos práticos e reais. Essas atividades podem incluir programas de voluntariado, projetos sociais, estágios em instituições comunitárias e oficinas educativas, entre outros.

A importância das atividades de extensão reside em sua capacidade de ampliar a formação do estudante, proporcionando experiências que favorecem a construção de habilidades interpessoais, trabalho em equipe e responsabilidade social. Ao se engajar em projetos de extensão, o estudante não apenas aprofunda seus conhecimentos na área de estudo, mas também desenvolve uma consciência crítica sobre as questões sociais e culturais que envolvem a comunidade na qual se insere. Esse contato direto com a realidade ajuda a formar profissionais mais completos e conscientes de seu papel na sociedade (GOMES, 2019).

Além disso, as atividades de extensão contribuem para a formação de uma cidadania ativa, pois incentivam os estudantes a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades. Essa vivência prática é essencial para a construção de um perfil profissional que vai além da técnica, englobando valores éticos e compromisso com o bem-estar social (SILVA, 2021). Portanto, a extensão universitária é um espaço de aprendizagem que enriquece a formação acadêmica e pessoal dos estudantes, promovendo uma educação mais integrada e contextualizada.

A legislação brasileira estabelece diretrizes que obrigam as instituições de ensino superior a incluir atividades de extensão em seus currículos de graduação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reconhece a extensão como um componente essencial na formação do estudante, promovendo a articulação entre teoria e prática. Além disso, a Resolução CNE/CES nº 1, de 18 de fevereiro de 2001, recomenda que as instituições contemplem um percentual mínimo de atividades de extensão. Em 2018, essa diretriz foi reforçada pela Resolução

CNE/CES nº 2, que estabelece que as instituições devem garantir, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos de graduação em atividades de extensão, assegurando que os estudantes tenham uma formação integral e desenvolvam competências que transcendam o ambiente acadêmico (BRASIL, 1996; BRASIL, 2001; BRASIL, 2018). Essa obrigatoriedade reflete a importância de formar profissionais que não apenas dominem o conhecimento técnico, mas que também estejam aptos a atuar de forma consciente e responsável em suas comunidades.

Agindo de acordo com seus valores e missão institucional, o Centro Universitário Serra dos Órgãos (Unifeso), localizado em Teresópolis, idealizou e lançou, em parceria com a Prefeitura Municipal de Teresópolis, no ano de 2019, o projeto de extensão Proteger Teresópolis, voltado para "reduzir a vulnerabilidade de Teresópolis aos desastres, em especial àqueles decorrentes das chuvas, por meio de diagnóstico de risco, preparação comunitária, análise geotécnica e aperfeiçoamento do sistema de monitoramento e gestão" (UNIFESO, 2023).

Ao integrar educação, setor público e participação comunitária, o Projeto Proteger Teresópolis se posiciona como um exemplo de como a colaboração entre a academia e a sociedade pode resultar em dados que podem dar suporte à criação de políticas públicas que promovam melhorias significativas para a qualidade de vida dos cidadãos de Teresópolis, bem como estabelecer uma metodologia que pode ser replicada em outros municípios que desejem fazer mapeamentos semelhantes.

O projeto contou com a participação de estudantes de diversos cursos do Unifeso, a saber: Ciência da Computação, Farmácia, Engenharia Civil, Enfermagem, Medicina, Odontologia, Fisioterapia e Ciências Biológicas, Arquitetura e Urbanismo, Direito e Psicologia. Foi montada uma base de dados censitária a respeito das áreas de risco do município a partir de visitas a campo nos anos de 2019, 2022 e 2023. O projeto esteve suspenso durante os anos de 2020 e 2021 por causa da pandemia da COVID-19, quando as atividades presenciais do Unifeso foram suspensas. As

incursões às áreas de risco geraram uma base de dados tabulada em excel e contempla informações de 4.222 domicílios, 11.606 indivíduos, separados em 14 comunidades (Coreia, Corta Vento, Fonte Santa, Jardim Meudom, Morro do Tiro, Paineiras, Perpétuo, Pimentel, Pinheiros, Rosário, Quinta Lebrão, Santa Cecília, Vale da Revolta, Vila Muqui).

Com o Proteger Teresópolis os alunos do Unifeso tiveram a oportunidade de participar ativamente das atividades de mapeamento, realizando levantamentos de dados e contribuindo para a análise das informações coletadas. Essa abordagem prática não só enriquece a formação acadêmica dos estudantes, mas também fortalece os laços entre a universidade e a comunidade. O projeto também incluiu a realização de campanhas educativas e ações de conscientização sobre prevenção de desastres, buscando engajar a população na importância da segurança e da preparação para situações de emergência. As atividades visaram disseminar informações sobre como agir em casos de risco e a importância de um plano de emergência familiar.

Hoje a base de dados está sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Teresópolis e da Direção de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão (DPPE) do Unifeso e representa uma oportunidade de se fazer uma série de inferências a respeito da população teresopolitana que vive nas áreas de risco, posto que seus microdados representam a base de dados mais atualizada que se conhece sobre a região. A partir destes dados, acredita-se, será possível a elaboração de políticas públicas mais eficientes, eficazes e efetivas, posto que poderão ser mais aderentes à realidade específica do município estudado.

Terminada a contextualização do tema tratado neste trabalho de conclusão, a próxima seção apresenta o procedimento metodológico aplicado para a apresentação dos resultados encontrados.

4. Procedimentos metodológicos e resultados

De acordo com GIL (2002), a pesquisa deste trabalho pode ser caracterizada como descritiva se observarmos seus objetivos. Levando-se em conta os procedimentos técnicos utilizados pode-se classificá-la como levantamento de dados. Foi utilizada a base de dados já disponível a partir da coleta do projeto PROTEGER TERESÓPOLIS. Os dados referem-se a levantamentos executados em duas etapas diferentes: fase I, em 2019 e fases II/III, em 2022/2023. A disponibilidade dos dados se deu pela direção de pós-graduação, pesquisa e extensão do Unifeso em formato de planilha eletrônica.

O questionário da fase I foi dividido em 5 seções, sendo a primeira de caracterização dos moradores envolvidos, seguido de detalhamento do local, questões relacionadas à água, vegetação e sinais de movimentação do solo. Com relação às fases II e III, o mesmo continha 38 questões divididas em 7 grandes grupos: dados cadastrais, sensitividade demográfica, preparação para desastres, sensitividades das construções e habitações, evidências de movimentos dos solos, sensitividade física/caracterização da encosta e saneamento.

A amostra considerada contém dados separados por bairro com o quantitativo de cada comunidade apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Amostra coletada por bairro – proteger Teresópolis

Bairro	*Fase*	*Domicílios Pesquisados*
Coreia	I	231
Fonte Santa	I	488
Jardim Meudom	I	394
Quinta Lebrão	I	634
Vale da Revolta	I	371
Corta vento	II e III	178
Morro do Tiro	II e III	229
Paineiras	II e III	101
Perpétuo	II e III	305
Pimentel	II e III	392
Pinheiros	II e III	154
Rosário	II e III	396
Santa Cecília	II e III	271
Vila Muqui	II e III	78

Fonte: Dados da pesquisa.

Antes de se apresentar os dados propriamente ditos, vale a pena conhecer características demográficas dos respondentes do questionário. Conforme descrito na seção anterior, os dados serão apresentados separadamente segundo a amostra antes (fase I) e após (fases II/III) a COVID-19.

O morador de referência é aquele que responde ao questionário. Foi ele o responsável por informar as respostas coletadas, tabuladas e apresentadas neste relatório. Na fase I do projeto de extensão Proteger Teresópolis foram coletados 2.118 questionários, o que corresponde às informações referentes a 6.790 pessoas. Com relação às características do respondente, o que se percebe é que, na fase I, o número de mulheres respondentes é quase o dobro do número de homens. Isto justifica-se por alguns fatores. É possível que seja por conta de uma maior taxa de desemprego entre as mulheres, já que os questionários foram aplicados em dias úteis. Outra hipótese é que o número de famílias onde a mulher é a principal (e, talvez, única) provedora seja maior do que a quantidade de grupos familiares capitaneados por homens. Por fim, este fato pode se justificar pela maior presença feminina dentro do ambiente doméstico para apoio a descendentes (filhos, netos e bisnetos). Destaca-se, ainda, que a idade média do morador de referência registrada foi de 47 anos e que 2,1% dos respondentes declararam idade superior a 79 anos. A análise do morador de referência da coleta das fases II e III foi bem parecida: o número de mulheres respondentes é quase o dobro do número de homens; a idade média do morador de referência registrada foi de 49 anos e 1,9% dos entrevistados declarou idade superior a 79 anos.

A primeira pergunta da seção do questionário intitulada "Preparação para desastres" foi: em caso de alarme de chuva por sirene, sabe onde é o ponto de apoio da comunidade? Na fase I encontrou-se que 36% dos entrevistados dizem desconhecer o ponto de apoio de sua comunidade. Vale da Revolta é a comunidade onde se encontra o maior percentual de pessoas que conhecem o ponto de apoio local: 93%. Por outro lado, Jardim Meudom, Coréia e Quinta Lebrão possuem 19%, 59% e 42%,

respectivamente, de entrevistados que desconhecem seu ponto de apoio em situações de risco. Com relação à mesma pergunta das fases II e III, quase 45% dos entrevistados dizem desconhecer o ponto de apoio de sua comunidade. Corta Vento e Rosário são as comunidades onde se encontram os maiores percentuais de pessoas que conhecem o ponto de apoio local: 82% e 81%, respectivamente. Por outro lado, Paineiras e Vila Muqui possuem 94% e 85%, respectivamente, de entrevistados que desconhecem seu ponto de apoio em situações de risco.

A segunda pergunta realizada foi: "Em caso de alarme de chuva por sirene, qual o comportamento esperado?" As respostas da fase I revelam que alarmantes 95% dos respondentes permanecem no domicílio em caso de alarme de sirene, chamando a atenção o fato de, no Jardim Meudon, este percentual ter chegado a 99% dos entrevistados. As respostas das fases II e III indicam que mais da metade (57%) dos respondentes do Bairro dos Pinheiros não sabem informar o que se deve fazer em caso de alarme de sirene. Quase 75% dos respondentes permanecem no domicílio em caso de alarme de sirene, chamando a atenção o fato de, no Perpétuo, este percentual ter chegado a 80% dos entrevistados.

A pergunta "Em caso de deslizamento de terra ou sinal de alerta, você conhece a rota de fuga mais próxima? Eles são seguros durante a chuva?" não constava do questionário da fase I. Nas fases II e III encontrou-se, contraditoriamente ao verificado na pergunta anterior, que 51% dos moradores afirmam conhecer a rota de fuga mais próxima e declaram que ela é segura durante a chuva. Entre os bairros pesquisados os percentuais encontrados para cada uma das opções de resposta apresentaram bastante variação. Os bairros com maior percentual de pessoas que declararam desconhecer a rota de fuga para deslizamentos de terra são: Paineiras, 53%, Bairro dos Pinheiros, Morro do Tiro e Vila Muqui, 48%.

No que diz respeito às duas últimas perguntas avaliadas nesta pesquisa, elas apontam o grau de confiança indicado para o acionamento das sirenes e para a Defesa Civil Municipal, seguindo o padrão Net Promoter Score (NPS). Não houve nenhum bairro

onde a sirene apresentou um grupo de promotores forte o bastante. Destaca-se a nota próxima a 1,0 encontrada no Bairro das Paineiras. O NPS encontrado para esta questão foi equivalente a 2,7% na fase I e 17,5% para as fases II e III. Dentre as comunidades da fase I, no Jardim Meudon observa-se a menor nota média para as sirenes (4,8) e no Bairro Coréia a menor nota média para a Defesa Civil (8,3). Nas fases II e III, o bairro com a menor nota média para as sirenes (1,3) foi Paineiras. Mais uma vez os resultados apontam para diferenças entre as percepções de cada bairro pesquisado. Com relação à avaliação da defesa civil municipal, não foi apurado nenhum bairro com nota média abaixo de 6,0. Mas chama a atenção que não há nenhuma localidade com nota média acima de 9,0. Como resultado, o NPS medido para a Defesa Civil foi de 54,7% na fase I e 44% nas fases II e III. Na fase I a localidade da Coréia apresenta a menor nota média para a Defesa Civil (8,3). Nas fases II e III a menor nota média para a Defesa Civil (6,6) foi apurada no Bairro dos Pinheiros.

Assim o que se percebe é que parece haver bastante diferença entre os valores apurados entre as distintas fases de coleta de dados e, portanto, os diversos bairros investigados. Mas a investigação preliminar e as impressões encontradas precisam ser verificadas através de testes estatísticos mais formais que serão apresentados a seguir.

Para a pergunta "Em caso de alarme chuva por sirene, sabe onde é o ponto de apoio da comunidade?" foi aplicado um teste de qui-quadrado. O resultado encontrado foi de que não é possível aceitar a hipótese nula de que o percentual de pessoas que sabe onde fica o ponto de apoio é igual em todas as localidades (61%). Para a pergunta "Em caso de deslizamento de terra ou sinal de alerta, você conhece a rota de fuga mais próxima? Eles são seguros durante a chuva?" também foi aplicado o mesmo teste de qui-quadrado, observando-se o percentual de moradores que optou pela resposta "SIM, EU CONHEÇO E ELA É SEGURA PARA USAR". Os resultados também revelam que não é possível aceitar a hipótese nula e portanto, entende-se que em uma ou mais localidades o

percentual de pessoas que acredita que a rota de fuga é conhecida e segura para usar é diferente de 39%. Para a pergunta "Em caso de alarme de chuva por sirene, qual o comportamento esperado?" também foi aplicado o mesmo teste de qui-quadrado, observando-se o percentual de moradores que optou pela resposta "permanece no domicílio". Mais uma vez não foi possível aceitar a hipótese nula de que o comportamento é igual em todas as comunidades.

Para o cálculo da nota média das sirenes usou-se o teste t de diferença de médias. O que se verifica é que há diferenças significativas se considerarmos todos os bairros, mas alguns apresentam comportamento próximo à média global, como é o caso de Coreia, Santa Cecília, Rosário, Pimentel, Perpétuo e Corta Vento. Assim, seis das catorze comunidades observadas apresentam uma percepção média parecida para o funcionamento das sirenes, enquanto oito bairros têm uma visão diferente da média global. Por fim, para o cálculo da nota média da defesa civil municipal de Teresópolis também foi usado o teste t de diferença de médias. Novamente, encontrou-se diferenças significativas se considerarmos todos os bairros, mas alguns apresentam comportamento próximo à média global, como é o caso de Corta Vento, Perpétuo, Pimentel, Rosário, Santa Cecília, Coréia, Jardim Meudom e Quinta Lebrão. Assim, oito das catorze comunidades observadas apresentam uma percepção média parecida para o funcionamento das sirenes, enquanto seis bairros têm uma visão diferente da média global. Nota-se que algumas localidades apresentam o mesmo comportamento da média global em ambas as perguntas. É o caso das localidades de Corta Vento, Perpétuo, Pimentel, Rosário, Santa Cecília, e Coreia.

Depois de realizados os testes estatísticos o que se percebe é que a visão da análise preliminar foi confirmada pela análise estatística. Desta forma, no que se refere a preparação para desastres, caso o poder público queira realizar medidas efetivas no sentido de melhorar nossa organização frente a possíveis eventos climáticos, há que se pensar em soluções diversificadas para cada um dos bairros de Teresópolis, levando-se em conta as

particularidades de cada uma das localidades de risco. A partir dos valores apurados pode-se, inclusive, elaborar uma lista de prioridades para ações a serem realizadas, uma vez que se conhece aqueles locais onde a percepção da população com relação às questões pesquisadas é mais ou menos próxima ao desejável.

Terminada a apresentação dos resultados, a próxima seção apresenta as conclusões, limitações de pesquisa e sugestões de trabalhos futuros para o tema proposto.

5. Considerações finais

Em janeiro de 2011 o Município de Teresópolis viveu, senão a maior, uma das maiores tragédias climáticas de que se tem notícias no Brasil. Devido a um grande e concentrado volume de chuvas e uma ocupação do território que ignora as leis e, em certos casos, o bom senso, os residentes da cidade vivenciaram perdas materiais e humanas que ultrapassam os 300 óbitos, além do passivo resultante que remonta a milhares de desaparecidos e desabrigados.

As perdas e a dinâmica da cidade sofreram mudanças que, até hoje, não foram totalmente calculadas pelos organismos oficiais de pesquisa, uma vez que o evento se deu após o censo de 2010 e anterior ao censo de 2022 que deveria ter acontecido antes, mas foi adiado por conta da COVID-19. Adicionalmente, a própria pandemia parece ter mudado a dinâmica territorial de Teresópolis, uma vez que representou refúgio de muitos cariocas que, historicamente, se encaixavam na categoria de veranistas da cidade.

Somando-se ambas as situações, houve a percepção de uma carência de dados demográficos do município, especialmente daqueles derivados das áreas de risco, que precisam de uma atenção maior do poder público. Neste contexto, poder público, na figura da Defesa Civil Municipal, e setor privado, representado pelo Unifeso, uniram esforços através do projeto de extensão "Proteger Teresópolis" e organizaram um levantamento de dados com os estudantes do Unifeso dos cursos de Ciência da Computação, Farmácia, Engenharia Civil, Enfermagem, Medicina,

Odontologia, Fisioterapia e Ciências Biológicas, Arquitetura e Urbanismo, Direito e Psicologia. Separado em três fases de coleta de dados (2019, 2022 e 2023) foram aplicados questionários a 14 localidades (Coreia, Corta Vento, Fonte Santa, Jardim Meudom, Morro do Tiro, Paineiras, Perpétuo, Pimentel, Pinheiros, Rosário, Quinta Lebrão, Santa Cecília, Vale da Revolta, Vila Muqui), o que corresponde a informações referentes a 4.222 domicílios (11.606 indivíduos) localizados em áreas de risco de Teresópolis.

Este trabalho apresenta uma parcela do que foi coletado, centrando-se no objetivo de avaliar se existe diferença quanto à temática "Preparação para desastres" do questionário do projeto de extensão Proteger Teresópolis entre os residentes das diferentes áreas de risco de Teresópolis.

Para atingir este objetivo geral foram estabelecidos alguns objetivos intermediários descritos na introdução deste trabalho. A respeito da vontade de indicar, em caso de alarme chuva por sirene, o percentual de moradores que conhece onde é o ponto de apoio da comunidade, a seção 4 explicita que a maioria das pessoas conhece o ponto de apoio, mas um quantitativo expressivo (36% na fase I e 43% nas fases II e III) desconhecem este local.

No que diz respeito ao comportamento que prevalece em caso de alarme de chuva por sirene, a grande maioria das pessoas permanece no seu domicílio, merecendo destaque a localidade do Jardim Meudom em que 99% dos entrevistados declararam este comportamento.

Quando se trata de investigar se, em caso de deslizamento de terra ou sinal de alerta, os moradores conhecem a rota de fuga mais próxima, percebe-se que cerca de 75% dos respondentes conhecem a rota de fuga e a grande maioria acha a mesma segura.

Com relação ao grau de confiança, a defesa civil municipal possui avaliações melhores do que as sirenes, mas, mesmo assim, não se encontra em uma zona de excelência em nenhum bairro, se levarmos em conta a metodologia NPS, usualmente aplicada para a avaliação de experiência do consumidor.

Por fim, a averiguação estatística aponta para diferenças relevantes entre as localidades pesquisadas, evidenciando a necessidade de delineamento por diferentes estratégias caso o poder público municipal retome o processo de conscientização da população teresopolitana para o enfrentamento a situações de risco. Assim, de forma objetiva, é possível concluir que existe diferença, sim, quanto à temática "Preparação para desastres" entre os residentes das diferentes áreas de risco de Teresópolis.

Mesmo que seja possível apresentar esta conclusão, é preciso destacar que a pesquisa em questão apresenta algumas limitações. O lapso temporal entre as fases antes e depois da covid e a retirada de apoio da prefeitura municipal de Teresópolis ao projeto de extensão Proteger Teresópolis durante a fase III limitaram a coleta de dados e geraram um banco de dados que pode estar divergente da realidade atualmente apresentada. No entanto, essas questões não invalidam os resultados apresentados, mas sugerem que se tenha certa cautela quanto à generalização dos cenários encontrados.

Como sugestão de trabalhos futuros, sugere-se que a mesma investigação seja replicada para outras seções do questionário, bem como se faça levantamento semelhante em outros municípios que desejem mapear suas áreas de risco, principalmente aqueles que também vivenciaram a mesma tragédia de 2011, como foi o caso de Petrópolis e Nova Friburgo.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). *Relatório de precipitações – Janeiro de 2011*. Brasília, 2011.

AMARAL, R.M. Avaliação econômico-financeira nas áreas atingidas pelas chuvas na cidade de Teresópolis em 2011. Teresópolis, 2012.

AMARAL *et al*. Análise Sobre as Áreas de Risco em Teresópolis: Uma Atuação do Projeto Proteger Teresópolis do Unifeso. Teresópolis: Editora Unifeso, 2024.

BLUMEN; Caracterização dos Sistemas Agrícolas e Uso da Terra Município de Teresópolis – RJ. Teresópolis, 2005.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 1, de 18 de fevereiro de 2001. *Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação*. Diário Oficial da União, Brasília, 22 fev. 2001.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 2, de 1º de fevereiro de 2018. *Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação*. Diário Oficial da União, Brasília, 8 fev. 2018.

CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS (CEMADEN). *Análise das ocorrências de deslizamentos – Janeiro de 2011*. Brasília, 2011.

CETESB. *Relatório técnico sobre a tragédia de 2011 na região serrana do Rio de Janeiro*. São Paulo, 2011.

CLIMATE DATA. Disponível em https://pt.climate-data.org/america-do-sul/brasil/rio-de-janeiro/teresopolis-4578/ Acesso em: 28 out. 2024.

DEFESA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Relatório sobre eventos de deslizamentos na região serrana*. Rio de Janeiro, 2011.

G1, 2022: https://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2022/02/15/em-2011-chuva-na-regiao-serrana-deixou-mais-de-900-mortos.ghtml. Acesso em 03/03/24.

GIL, A.C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa, 2004.

GLOBO.COM. Disponível em http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2011/02/faz-um-mes-que-regiao-serrana-do-rj-sofreu-maior-tragedia-do-pais.html acesso em 3 mar. 2024.

GOMES, A. L. Educação e extensão: a formação do estudante na universidade. São Paulo: Editora Universitária, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2011). *Estimativa populacional 2011*. Rio de Janeiro, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2020). Censo 2020 adiado para 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques/27161-censo-2020-adiado-para-2021.html#:~:text=Em%20fun%C3%A7%C3%A3o%20das%20orienta%C3%A7%C3%B5es%20do,do%20Censo%20Demogr%C3%A1fico%20para%202021. Acesso em 03 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2023). Perfil dos municípios brasileiros. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/teresopolis/pesquisa/1/74454> Acesso em: 10 nov. 2024

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2024). Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/teresopolis/panorama acesso em 03 mar. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Impacto econômico da tragédia na região serrana*. Brasília, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA (INMET). *Dados históricos de precipitação na região serrana do Rio de Janeiro*. Brasília, 2011.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, Relatório de Inspeção: Área Atingida pela Tragédia das Chuvas – Região Serrana do Rio de Janeiro, Brasília, fevereiro de 2011.

OPAS (s.d.). Disponível em https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19. Acesso em 03 mar. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Relatório sobre desastres naturais e resposta no Brasil – 2011*. Nova Iorque, 2011.

SILVA, M. R. *O papel da extensão universitária na formação profissional*. Rio de Janeiro: Editora Acadêmica, 2021.

TERESÓPOLIS. Proteger Teresópolis: projeto que une Defesa Civil e Unifeso faz mapeamento de riscos no Perpétuo. Disponível em: https://www.teresopolis.rj.gov.br/proteger-teresopolis-projeto-que-une-defesa-civil-e-unifeso-faz-mapeamento-de-riscos-no-perpetuo/. Acesso em: 27 out. 2024.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Estudo Socioeconômico 2009*, Teresópolis, Rio de Janeiro, 2009.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. RELATÓRIO DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL - LEVANTAMENTO – ESPECIAL, processo No 215.638-1/11, Rio de Janeiro, 2011.

UNIFESO (2023). Disponível em https://www.unifeso.edu.br/pdf/aluno/EDITAL%20PROTEGER%202023%20-%20com%20assinatura.pdf acesso em 03/03/24

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Edital Proteger Defesa Civil 2024. Disponível em: https://www.unifeso.edu.br/pdf/aluno/Edital%20Proteger%20Defesa%20Civil%202024.pdf. Acesso em: 27 out. 2024.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *História do Unifeso*. Disponível em: https://www.unifeso.edu.br/historia. Acesso em: 27 out. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA Disponível em: https://www.google.com/imgres?q=regi%C3%A3o%20de%20aceita%C3%A7%C3%A3o%20e%20rejei%C3%A7%C3%A3o%20de%20teste%20de%20hip%C3%B3tese%20QUI%20QUADRADO&imgurl=x-raw-image%3A%2F%2F%2F87e41245310b9dae27125d3091c084300e449b3f4e780be8582ab96707ddd10c&imgrefurl=http%3A%2F%2Fwww.de.ufpb.br%2F~luiz%2FAED%2FAula10.pdf&docid=XtC6em0oCQeBhM&tbnid=rp0LMUUS5IcFOM&vet=12ahUKEwi-kM6FnbeJAxUuqpUCHewKGqw4ChAzegQIIRAA..i&w=1522&h=545&hcb=2&ved=2ahUKEwi-kM6FnbeJAxUuqpUCHewKGqw4CházegQIIRAA. Acesso em 30 out. 2024.

A Etnomatemática como instrumento para o desenvolvimento da Agroecologia: uma análise exploratória no município de Teresópolis (RJ)

Raquel da Silva Abrantes
Rafael Ângelo Fortunato
Marcela do Nascimento Padilha

1. Introdução

Muito se discute sobre a importância da agroecologia em oposição ao agronegócio visto que aquela leva em consideração o desenvolvimento rural sustentável. A agroecologia surge no Brasil na década de 1980 e consolida-se como ciência, em 2006, pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Ela está se expandindo através das ações de agricultores familiares, extrativistas, indígenas, comunidades tradicionais e campesinos. Segundo dados do último Censo Agropecuário realizado em 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), a agricultura familiar é responsável por cerca de 76,8% do total de estabelecimentos agropecuários e aquicultores nacionais, ocupando 23% do total da área destinada a atividades agropecuárias. Além disso, o número de pessoas trabalhando na agricultura familiar corresponde a 66,3% dos trabalhadores em atividades agropecuárias, sendo que 81% dos produtores na agricultura familiar estão na condição de proprietários de terras. Mesmo que a prática agroecológica ainda seja descentralizada e seja um novo modelo de produção, os agricultores familiares formam um grupo expressivo para a produção e divulgação dos produtos agroecológicos.

Nessa perspectiva, vale ressaltar a importância da Matemática no cotidiano desses agricultores agroecológicos para a produção e comercialização de alimentos visto que essa ferramenta

acompanha o homem desde os primórdios da humanidade. Dessa forma, foi analisada, neste trabalho, a forma como esses agricultores agroecológicos enxergam e utilizam a Matemática no seu dia a dia a fim de refletir sobre o conhecimento matemático que seja significativo e contextualizado que venha a contribuir nas práticas agroecológicas desses agricultores potencializando sustentavelmente sua produtividade contribuindo para a redução de impactos ambientais, a permanência da família no campo e para a produção de alimentos saudáveis. Isto foi feito sob uma perspectiva Etnomatemática, que é uma metodologia de pesquisa que pretende analisar como um saber matemático foi elaborado e difundido por um determinado grupo cultural.

Esta pesquisa foi realizada na Feira Agroecológica de Teresópolis uma vez que o município é considerado a Capital Estadual da Agricultura Familiar (RIO DE JANEIRO, 2021) contribuindo para a geração de renda e emprego e para a expansão do turismo rural.

2. Etnomatemática

A Matemática pode ser caracterizada como a relação do homem com a própria natureza, ou seja, a Matemática nasce com a própria humanidade, visto que desde a Pré-História os seres humanos usavam os conceitos de contar e medir. Depois que os seres humanos se tornaram sedentários, essa relação se tornou ainda mais acentuada, porque as pessoas precisavam se organizar em sociedade, isto é, assentar o plantio e a colheita, observar astros, medir terras, entre outros. E como cada sociedade tem formas distintas de organização, podemos dizer que a Matemática ao longo da História foi pensada e desenvolvida de diversas maneiras de acordo com os diferentes grupos.

Ainda que a Matemática tenha nascido com a humanidade e tenha se desenvolvido de diferentes formas de acordo com as necessidades de diversas sociedades como no Antigo Egito que desenvolveu técnicas para medir o tamanho das terras utilizando

partes do corpo humano como pés e braços, e que elaborou uma escrita onde cada símbolo representava o dez ou múltiplos de dez, a Matemática encontra resistência em diferentes sociedades por ser considerada uma disciplina difícil nas escolas e por ser apresentada às pessoas como um conhecimento universal através da sistematização de conteúdos que, na maioria das vezes, não se relaciona com o contexto cultural de um determinado grupo e não leva em consideração o conhecimento prévio que as pessoas possuem.

Sendo assim, a Etnomatemática surge na década de 1970 a partir de críticas ao ensino tradicional de Matemática onde Ubiratan D' Ambrósio procurou explicar que cada grupo cultural enxerga e desenvolve a sua própria Matemática. Isso significa que diversos grupos sociais produzem conhecimento matemático. Consequentemente, ela valoriza todo o conhecimento matemático oriundo da cultura de cada povo.

Nesse sentido, a Etnomatemática valoriza a experiência matemática vivenciada por diferentes grupos como a dos agricultores, indígenas, pescadores, artesãos, dentre outros.

Em sua definição, D' Ambrósio explica o termo Etnomatemática como:

> [...] etno é hoje aceito como algo muito amplo, referente ao contexto cultural, e, portanto, inclui considerações como linguagem, jargão, códigos de comportamento, mitos e símbolos; matema é uma raiz difícil, que vai à direção de explicar, de conhecer, de entender; e tica vem sem dúvida de techne, que é a mesma raiz de arte e de técnica. Assim, poderíamos dizer que etnomatemática é a arte ou a técnica de explicar, de conhecer, de entender nos diversos contextos culturais (D' AMBRÓSIO, 1998, p.05).

Para o autor, uma pessoa pode desenvolver técnicas e habilidades matemáticas de acordo com a cultura a qual está inserida. Para Paulus Gerdes, a Etnomatemática pode ser definida como:

> A Etnomatemática é a área de investigação que estuda as multifacetadas relações e interconexões entre ideias matemáticas e

> outros elementos e constituintes culturais, como a língua, a arte, o artesanato, a construção e a educação. É a área de investigação que estuda a influência de fatores culturais sobre o ensino e a aprendizagem da matemática (GERDES, 2010, p. 142).

Segundo o autor, o desenvolvimento das ideias matemáticas está relacionado com os fatores culturais.

Nessa pesquisa foi analisado o desenvolvimento das ideias matemáticas dentro da agroecologia para vermos como o conhecimento matemático se desenvolve dentro do grupo de agricultores e como eles enxergam a Matemática no seu cotidiano. Além disso, a pesquisa busca analisar a importância que esses agricultores dão para a Matemática como uma ferramenta para maximizar o processo produtivo e de comercialização, pois não serão necessários conhecimentos sistematizados e, sim, o saber adquirido por esses agricultores ao longo do tempo visto que alguns agricultores deram continuidade à tradição da sua família que já está envolvida nesse processo há muito tempo, outros pela sobrevivência e alguns por acharem que a subsistência nas áreas urbanas é muito mais complexa do que no campo.

Para D' Ambrósio (2007) a Matemática, como conhecimento geral, é fundamental para a sobrevivência, porque se o trabalho desses lavradores exige a compreensão de novos conceitos matemáticos para a resolução de problemas que aparecem no decorrer do processo de produção e comercialização dos produtos e como a Agroecologia é baseada em uma agricultura de subsistência, ou seja, os próprios agricultores que administram toda a produção agrícola, então podemos dizer que a Matemática sintetiza a existência humana.

Desta forma, a Etnomatemática como instrumento para as observações da produção das atividades agrícolas se torna imprescindível uma vez que conhecimentos compartilhados inclui valores e nesse tipo de atividade lavradores ganham vários conhecimentos matemáticos como, por exemplo, distância, unidades de medida, área, volume, operações matemáticas (adição,

subtração, multiplicação e divisão), dentre outros, mesmo que sejam de maneira empírica.

3. Agroecologia

A agricultura, para ser considerada familiar, precisa utilizar, no mínimo, metade da mão de obra da sua própria família para a produção e para todas as atividades econômicas, e a administração dos negócios deve ser estritamente familiar. A propriedade não pode ser maior que quatro módulos fiscais e deve ter, no mínimo, metade da renda familiar preeminente das atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento.

Mais de 70% de estabelecimentos agrícolas são categorizados como agricultura familiar e a produção agrícola familiar é destinada à subsistência da família e à venda dos alimentos no mercado gerando segurança alimentar dos brasileiros e promovendo o desenvolvimento da economia local e regional. Segundo o IBGE (2017), a agricultura familiar é a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes com produção de grãos, verduras, frutas, legumes, proteínas animal e vegetal.

Além disso, a agricultura familiar também é importante para a sustentabilidade ambiental, porque utiliza o rodízio de plantio na terra o qual contribui para a diminuição de agrotóxicos na terra e utiliza práticas naturais de adubação aumentando a fertilidade do solo.

Por outro lado, a agricultura familiar tem sido muito expressiva para a expansão da agroecologia, pois agricultores familiares, extrativistas, indígenas, comunidades tradicionais e campesinos tem executado ações diversas nessa área.

A agroecologia surge no Brasil na década de 1980 e consolida-se como ciência, em 2006. Para Miguel A. Altieri a agroecologia pode ser definida como:

> É a ciência ou a disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, com o propósito de permitir a

> implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade. A Agroecologia proporciona, então, as bases científicas para apoiar o processo de transição para uma agricultura sustentável nas suas diversas manifestações e/ou denominações (ALTIERI, 1989).

Para Gliessman (2000), o enfoque agroecológico corresponde a "aplicação dos conceitos e princípios da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis".

A agroecologia surge em oposição ao agronegócio uma vez que leva em consideração o desenvolvimento rural sustentável, pois conserva e amplia a biodiversidade dos ecossistemas, utiliza espécies e variedades adaptadas ao solo e ao clima, produz sustentavelmente sem utilizar insumos químicos que degradam o meio ambiente, respeita a diversidade e a cultura dos grupos locais e estimula a gestão dos negócios pelo próprio grupo envolvido no processo produtivo através de práticas que assegurem a manutenção e a fertilidade do solo como, por exemplo, a rotação de culturas, controle da erosão, adubação orgânica, dentre outras. Em contrapartida, na agricultura industrial segundo (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p.61):

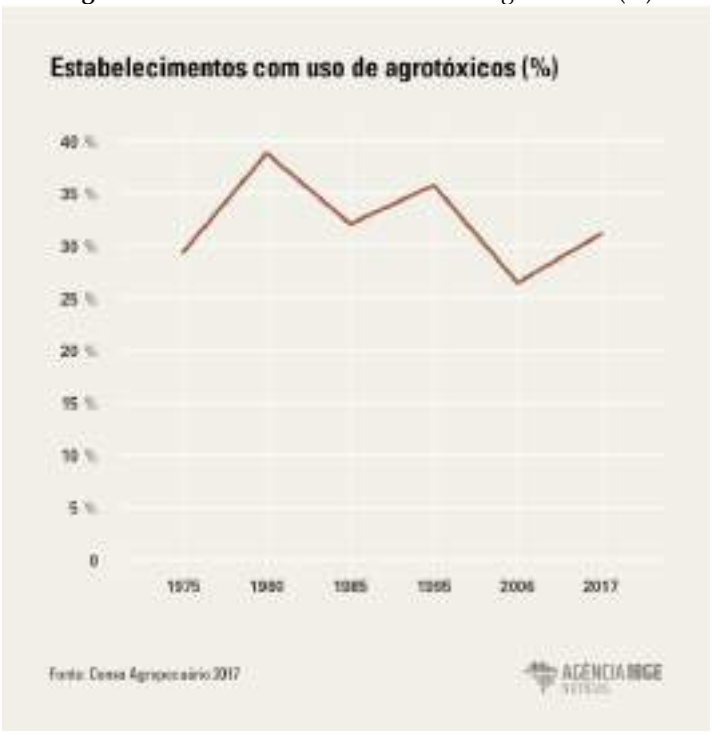
> (...) e a respectiva agricultura industrial se apoia em três "princípios", todos para criar a dependência e, portanto, custos para o produtor: fertilizantes de síntese química – ureia, superfosfatos, cloreto de potássio e tantos outros -, venenos contaminantes da vida humana e da vida do ambiente (agrotóxicos) e as monoculturas que destroem a biodiversidade e, consequentemente, os biomas (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p.61).

Segundo Machado; Machado Filho (2017) o Butão aumentou suas receitas agrícolas através da proibição da venda de pesticidas e fertilizantes que de acordo com os autores já é o melhor exemplo do mundo em desenvolvimento sustentável, pois 95% da população tem água potável e 80% do país é coberto por florestas.

Mesmo com todos os benefícios que as atividades agroecológicas trazem e com um bom exemplo de um país pequeno como o Butão que se destacou pela preocupação com o desenvolvimento sustentável, temos, ainda, o Brasil sendo considerado uma lixeira tóxica devido ao uso de agrotóxicos. De acordo com Machado & Machado Filho (2017), cada dólar gasto na compra de agrotóxicos pode custar aos cofres públicos US$ 1,28 em futuros gastos com a saúde dos camponeses intoxicados. Esse custo é subestimado, porque considera apenas os casos concernentes as infecções agudas.

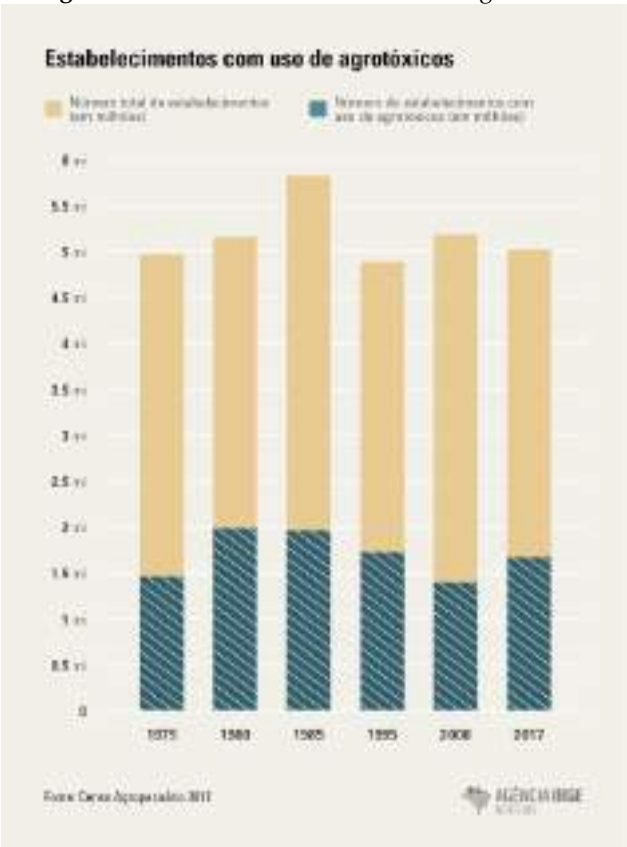
O Brasil é considerado líder mundial em consumo de agrotóxicos desde 2009. Segundo dados do IBGE (2017) a utilização de agrotóxicos aumentou em 20,4% nos últimos 11 anos em estabelecimentos.

Figura 1 – Estabelecimentos com uso de agrotóxicos (%)



Fonte: IBGE (2017).

Figura 2 – Estabelecimentos com uso de agrotóxicos



Fonte: IBGE (2017)

Os agrotóxicos podem causar várias doenças que dependem do tempo de exposição ao produto, o tipo de produto usado, a forma como este produto é manuseado e a quantidade deste produto ao qual o lavrador é exposto.

O agricultor pode ser infectado através da inalação, contato dérmico ou oral do produto, do consumo de água e alimentos contaminados e da pulverização aérea. Ficam vulneráveis os trabalhadores que formulam esses produtos e que transportam e comercializam os mesmos.

O glifosato, conhecido como Roundup, que é o agrotóxico mais usado no Brasil é um exemplo do quanto a saúde do agricultor

pode ser afetada, pois pode causar cânceres de mama e próstata, destrói o sistema imunológico, produz a infertilidade e contribui para o desaparecimento da população de abelhas. Esse agroquímico foi detectado na água, no solo, no ar e principalmente nos alimentos como, por exemplo, no açúcar, milho e soja transgênicos, ou seja, ele é tão nocivo a saúde que foi basicamente erradicado da Europa.

Dessa forma, fica evidente o quanto os agrotóxicos empregados no agronegócio são maléficos à nossa saúde e à biodiversidade. Por isso, devemos pensar na difusão agrária através da agroecologia buscando compreender como a relação entre as pessoas, os animais, a água, o solo e o cultivo podem favorecer o desenvolvimento rural sustentável. Além disso, a agroecologia pode ajudar no crescimento econômico com a redução das desigualdades sociais, da fome e da pobreza que foi uma das promessas feitas pela Revolução Verde e que não foi comprida.

Em 2022, a fome afetou em média 735 milhões de pessoas e no Brasil, conforme a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2023), 70,3 milhões de brasileiros estiveram em situação de insegurança alimentar moderada e 21,1 milhões de pessoas estiveram em situação de insegurança alimentar grave. Não podemos proferir que há redução de desigualdade social se temos 147 corporações transnacionais, em especial, as financeiras e mineiro-extrativas controlando a economia global, de acordo com a Universidade de Zurich, na Suíça. Por outro lado, as bases epistemológicas da agroecologia realçam que o desenvolvimento da cultura humana está atrelado a evolução do meio ambiente e que esta está associado à cultura humana, pois os sistemas biológicos e sociais têm potencial que foi detectado pelos agricultores tradicionais mediante observações e práticas que atravessaram gerações e se tornaram culturais o que poderia contribuir para a conservação da cultura do lavrador já que a estimativa é de apenas 17,6% de brasileiros vivendo em zonas rurais. Embora o país tenha apresentado queda nas taxas de migração ainda temos um

percentual muito baixo de brasileiros residindo em áreas rurais. A saída desses agricultores para zona urbana ainda tem provocado o aumento do desemprego, do subemprego nas cidades e marginalização, pois muitas famílias sem remuneração digna vão habitar áreas periféricas que por vezes estão localizadas em áreas de risco. No campo, temos a diminuição da mão de obra, a substituição de trabalhadores por máquinas e temos o conhecimento cultural desses agricultores que vai se perdendo com a migração, ou seja, além da agroecologia favorecer o desenvolvimento rural sustentável pode proteger e desenvolver a cultura desse grupo social.

Como a agricultura familiar no Brasil é a base econômica de 90% dos municípios brasileiros e visto que a agroecologia é uma ciência que pode contribuir para o desenvolvimento rural sustentável e para a preservação da identidade cultural dos agricultores foi destaque deste texto o município de Teresópolis, localizado no estado do Rio de Janeiro, porque é considerado a Capital Estadual da Agricultura Familiar.

4. Apresentação do campo

O município de Teresópolis é considerado a Capital Estadual da Agricultura Familiar, pois ela possui papel fundamental na economia, com geração de renda e emprego; no turismo e em outras atividades rurais.

A agricultura familiar movimenta a economia local, regional e estadual.

> Dados oficiais preliminares captados pelo Projeto Proteger Teresópolis Rural destacam o município como o maior produtor de hortaliças no estado do Rio de Janeiro (Emater-Rio 2017). Em 2018, foi apontado como o 2º maior PIB da Região Serrana e o 1º colocado no PIB do setor agropecuário (Observatório do Trabalho-RJ 2001). São 3.492 estabelecimentos entre lavouras permanentes e temporárias e a produção de flores, com 8.094 pessoas lotadas (IBGE

2017) e 4.879 produtores rurais, com uma produção de 160.707 toneladas/ano e faturamento superior a R$ 178,5 milhões de reais (Relatório de Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola da Emater-Rio – 2020).

A pesquisa foi realizada na Feira Agroecológica de Teresópolis que reúne agricultores orgânicos, artesãos e músicos. Ela funciona às quartas-feiras e aos sábados, sendo que a feira tem um maior movimento aos sábados com atrações musicais, que são realizadas por músicos da própria região; artesanato, que é desenvolvido também por agricultores orgânicos e tem venda de bolos, caldo de cana, tapioca, dentre outros. Todos os produtos comercializados na feira são orgânicos.

Figura 3 – Produtos orgânicos



Fonte: Acervo da autora, 2024

Em 2005, iniciaram-se as conversas e debates entre os agricultores e apicultores para desenvolverem ideias que agradassem a todos os envolvidos na produção de produtos orgânicos.

Com a união desses agricultores que já plantavam orgânicos e que se reuniram para fortalecer e expandir a agroecologia nasceu a Associação Agroecológica de Teresópolis (AAT), oficialmente, em 2007.

Os produtores da AAT se fiscalizam entre si com visitas e vistorias nos sítios para mandar os relatórios para a Associação dos Produtores Biológicos do Rio de Janeiro (ABIO), pois nenhum produtor pode cultivar produtos utilizando técnicas da agricultura convencional. A feira pode receber visitas a qualquer momento sem aviso prévio de um fiscal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e se possuir algum produto que não esteja de acordo com as práticas agroecológicas pode prejudicar todos os agricultores.

O processo de certificação dos alimentos produzidos pelos agricultores da AAT é feito por meio do Sistema Participativo de Garantia da ABIO.

O SPG envolve todos os componentes da rede de produção orgânica. Agricultores, produtores, extrativistas, comerciantes, consumidores e técnicos compartilham a responsabilidade pela avaliação da conformidade das unidades de produção frente aos regulamentos da agricultura orgânica.

O SPG/ABIO é formado pelos grupos SPG/ABIO, pela própria ABIO, que é credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) como Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC).

Os grupos da SPG/ABIO se reúnem, no mínimo, bimensalmente para avaliar os Planos de Manejo Orgânico, os relatórios das Comissões de Verificação que visitam as unidades de produção e os relatórios das Visitas de Pares. Esses grupos são acompanhados por técnicos da ABIO (Facilitadores) capacitados para operar o sistema (ABIO).

O SPG/ABIO além de oferecer aos produtores o Certificado de Conformidade Orgânica também oferece capacitação para os agricultores em agroecologia que é a base da produção orgânica.

A missão da Feira Agroecológica de Teresópolis é promover a produção orgânica de base ecológica, isto é, promover a segurança alimentar e nutricional da população, incentivar a economia

solidária, fortalecer a agricultura familiar, preservar os recursos hídricos, o solo e a natureza, no geral.

Os agricultores que comercializam os seus produtos na Feira relataram que praticam a agricultura orgânica utilizando rotação de cultura e adubo natural como a farinha de osso, rico em fósforo, que é indicado para a nutrição das plantas; Agrobio, um biofertilizante criado pela PESAGRO-RIO, que aumenta a resistência natural das plantas ao ataque de pragas e patógenos, exercendo ação direta sobre eles por deter substâncias com ação fungicida, bactericida ou inseticida e a calda sulfocálcica que detém dois componentes importantes: o enxofre e o cálcio, utilizado para combater fungos, ácaros e outros insetos.

Figura 4 – Produtos utilizados para o tratamento da produção orgânica



Fonte: Acervo da autora, 2024

A tecnologia utilizada no campo ainda é precária, pois a agricultura familiar é voltada para a subsistência da família, de acordo com os agricultores entrevistados na feira. Alguns

relataram que buscam cursos de capacitação através das redes sociais; da internet, de uma forma geral; através das universidades como, por exemplo, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e alguns cursos que são oferecidos por instituições públicas que desenvolvem trabalhos voltados para o meio rural. Outros agricultores explicaram que a prática vem com o cotidiano e que aprendem novas práticas agroecológicas com outros associados nas reuniões bimensais e nas visitas de verificação de conformidade orgânica segundo a Lei 10831/2003 regulamentada pelo Decreto 6323/2007 e instruções normativas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Houve um caso em que o agricultor se tornou produtor orgânico depois de ter trabalhado na agricultura convencional e de ter adquirido problemas de saúde que foram amenizados após a conversão.

5. Procedimento metodológico

A pesquisa foi realizada em três etapas: pesquisa bibliográfica, trabalho de campo com observação direta e entrevista semiestruturada pautada nas seguintes perguntas: Você percebe a Matemática no seu dia a dia? Como a Matemática poderia ajudar na agroecologia?

No início do projeto, foram realizadas pesquisas bibliográficas e levantamento de dados de acordo com o tema para compreendermos como a Etnomatemática se correlaciona com a agroecologia.

Também foi realizada uma pesquisa informal para conhecer os trabalhadores da Feira e para ter uma ideia inicial das práticas agroecológicas através da observação direta.

Na segunda etapa, fizemos a seleção dos participantes. A triagem foi feita pela disponibilidade individual dos trabalhadores em cooperar com a pesquisa. Eles assinaram um termo de participação, onde tiveram ciência que a sua entrevista e a observação direta do seu trabalho na Feira seriam utilizadas estritamente para a pesquisa.

Na última etapa, cada agricultor foi visitado na Feira Agroecológica algumas vezes. Nas visitas foram feitas observações diretas do seu trabalho na Feira; anotações; conversas informais e na última visita foi gravada uma conversa em que cada lavrador descreveu o seu trabalho no campo, sobre a relação da Matemática com as suas tarefas respondendo às perguntas mencionadas no texto buscando compreender como a Matemática se relaciona com a prática agroecológica desses trabalhadores, ou seja, como é desenvolvida no cotidiano desse grupo cultural.

Na análise de resultados, foram utilizados conceitos qualitativos para expor o saber matemático que os agricultores detêm.

6. Resultados

A presença da Matemática foi observada, durante as pesquisas, nas atividades dos agricultores, tanto na produção, que foi relatada por eles, quanto na comercialização dos produtos.

Por exemplo, no caso do agricultor entrevistado, o qual relatou que consegue efetuar cálculos de cabeça, mas que apresenta dificuldade com papel, observou a presença da Matemática para contar a quantidade de mudas, de canteiros e para calcular a quantidade de materiais utilizados para cuidar das plantas. Ele disse que a Matemática é utilizada em tudo praticamente e que planta tomate, brócolis, couve, alface, rúcula, dentre outros.

O trabalhador disse que os canteiros são em formato retangular, ou seja, demonstrou conhecer as figuras geométricas planas.

Para a plantação da alface, ele. põe 16 mudas por metro quadrado com distância de 25 centímetros de uma muda para outra. Percebe-se que o agricultor possui domínio para realizar cálculos da área de um retângulo, para calcular distância e para trabalhar com o metro (m) e com o seu submúltiplo, o centímetro (cm).

O agricultor falou que antigamente fazia uma medida para auxiliá-lo nos cálculos da distância, mas hoje em dia consegue calcular as medidas através da observação devido a prática.

Para cuidar da alface, ele utiliza em média de 2 a 3 quilogramas de composto e 50 gramas de farinha de osso por metro quadrado, o que revela conhecimento pela principal unidade de medida de massa do sistema internacional, o grama (g), e o seu múltiplo, o quilograma (kg).

Também apresentou as bandejas que vêm com 200 células cada uma e que servem para plantar algumas mudas antes de plantá-las diretamente na terra a fim de facilitar o processo produtivo. Nessas bandejas, por exemplo, consegue-se plantar cebolinha, rúcula, beterraba, cebola de cabeça, dentre outros. Ele afirmou que consegue saber o momento de tirar a muda da bandeja e plantá-la na terra através do tamanho da muda e do tempo. Exemplificando, a cebolinha leva de 35 a 40 dias para sair da bandeja e ir para a terra e leva de 4 a 5 meses para ser colhida. Isso apresenta a compreensão dele em relação a contagem do tempo cronológico e da quantidade de mudas.

Outro exemplo que o agricultor apontou foi a rúcula que leva em torno de um mês para sair da bandeja e ir para a terra, onde no verão a produção dela ocorre de forma acelerada levando em média um mês para a colheita com 20 a 25 centímetros de altura, o que mostra o quanto ele é capaz de relacionar a sua produção, isto é, aferir quando será mais proeminente de acordo com as estações do ano, pois depende de fatores como a temperatura, umidade, luz natural, entre outros.

O lavrador produz o biofertilizante chamado Agrobio, que é um produto criado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO-RJ) e para produzi-lo utiliza a receita disponibilizada pela empresa. Ele é obtido através da transformação microbiana, em sistema aberto e possui várias substâncias como leite, esterco de boi e urina de vaca. Além disso, sua composição leva micro e macro nutrientes. Ele serve para a pulverização das folhas ou no solo diretamente e possui ação fungicida, bactericida e inseticida que aumenta a resistência natural das plantas ao ataque de pragas e patógenos. Ele comentou que o Agrobio concentrado em uma garrafa de 2 litros produz 40 litros

de calda, isto é, 1 litro produz 20 litros o que evidencia a sua facilidade para entender proporções. Foram observadas, durante a pesquisa, a aptidão do agricultor para vender os seus produtos utilizando as operações matemáticas como adição, subtração e multiplicação mentalmente. Ele apresentou habilidade para realizar a soma dos valores de pelo menos dois produtos, de realizar a subtração para dar o troco e de realizar a multiplicação demonstrando o conhecimento de que ela é a soma sucessiva de um número por ele mesmo.

Além disso, declarou que a Matemática ajudaria na agroecologia, principalmente, na produção de uma linguagem mais simples em embalagens de alguns produtos, pois vários agricultores não utilizam a quantidade correta de um determinado produto por não conseguirem compreender a quantidade relacionada a unidade de medida expressa na embalagem.

A agricultora relatou que planta poucas hortaliças no seu sítio devido à dificuldade de água e prioriza a plantação de produtos que possuem o ciclo mais longo, que não precisam de muita irrigação e que não dê muito trabalho como, por exemplo, batata doce, aipim, inhame, abacaxi, laranja, jaca, abacate, entre outros. Ela também faz pequenas hortas com alguns temperos e chás. Além disso, processa alguns produtos para fazer bolos, pão, geleia e recheios.

Ela disse que a Matemática está em tudo no seu cotidiano como na quantidade de sementes que vai plantar, no espaço que será utilizado para a plantação, isto é, relaciona a quantidade de grãos ao tamanho de cada buraco utilizado no processo, nos materiais utilizados no processo produtivo como o calcário que deve ser aplicado corretamente por causa da acidez. Ela também disse que percebe a presença da Matemática na produção de pães, geleias e bolos, onde cada ingrediente deve ser inserido às receitas em quantidade correta.

A agricultora falou que no sítio não tem trena para medir o tamanho dos espaços, no entanto utiliza um pedaço de madeira que mede um metro como base para realizar as medições necessárias, exemplificando, se ela precisa dar uma distância de 4 metros de um

pé de fruta para outro pé, recorre a multiplicação. Também disse que aproveita o barbante para fazer as medições. Pega o barbante, passa na linha e se quiser, por exemplo, 3 metros de distância, coloca a medida na linha e vai marcando.

A agricultora observou a importância do planejamento no papel como um recurso para visualizar melhor o trabalho no campo. Através desse planejamento, verifica quais árvores são companheiras ou adversárias, já que trabalha com agroflorestal também, a distância de cada uma, entre outros fatores, tal como o café que se adapta melhor com a juçara e tem 2 metros de distância de um pé para o outro. Essa medida foi realizada com o auxílio de uma linha com um metro de comprimento que serviu de base para achar a medida acima através da multiplicação o que demonstra a compreensão da lavradora para esta operação básica e para utilizar as unidades de medida de comprimento, principalmente, o metro e o seu submúltiplo, o centímetro.

Para o plantio de algumas hortaliças como a alface e o rabanete, ela disse que utiliza o palmo como unidade de medida.

Para a aplicação ou produção de alguns produtos como o Agrobio, Calda Bordalesa e Calda Sulfocálcica, que são defensivos naturais, utiliza unidades de medida de massa e de capacidade, sobretudo, o grama, o quilograma e o litro para calcular as proporções corretas o que mostra a sua capacidade para compreender proporções e unidades de medida, principalmente, as mais usadas no cotidiano.

A agricultora mostrou conhecimento em relação as estações do ano e ao tempo cronológico para realizar o plantio e a colheita tal como a ervilha, a qual o plantio será em maio para obter a colheita dois meses depois sendo que em abril se inicia o preparo do espaço para a plantação.

Durante as observações diretas na Feira, foi observado a facilidade que a agricultora tem para realizar as operações básicas, principalmente, a adição para somar os valores dos produtos, a subtração para dar troco e multiplicação para realizar somas sucessivas do valor de um mesmo produto.

A lavradora possui criação de animais para a subsistência. Ela disse que precisa fazer uma estimativa matemática para saber o quanto gasta com ração e outros produtos por mês para os animais.

Além disso, relatou que faz os registros sobre as vendas de cada feira, sobre as quantidades de cada produto que foram levadas para a venda e que foram vendidas e sobre o valor total arrecadado em cada feira, mas ainda encontra dificuldade para avaliar se determinado produto deu lucro, sobretudo, porque o dinheiro das frutas, verduras e dos legumes, basicamente, vai direto para ela e dos processados (pães, geleias, bolos e recheios) precisa comprar alguns produtos para produzi-los. Ela observou que falta a Matemática para ajudá-la na verificação financeira.

Outra atividade que está sendo desenvolvida no sítio da agricultora é o turismo rural, onde foi relatado que há dificuldade para fazer uma estimativa de lucros e custos acerca dessa prática.

Como o sítio é administrado pela família, existe essa dificuldade para separar o que cada pessoa ganha das despesas do sítio, pois o que se arrecada, muitas vezes, vai para a manutenção e para a melhoria do sítio. Ela afirmou que a Matemática também ajudaria nesse aspecto, ou seja, de se obter através do cálculo o valor que cada representante ganha e o que sobra para as despesas do sítio.

7. Considerações Finais

Por meio desta pesquisa foi possível identificar o quanto a Matemática está presente no trabalho dos agricultores familiares visto que são responsáveis pelo desenvolvimento da agroecologia, onde colaboram para uma produção de alimentos saudáveis, para o desenvolvimento econômico atrelado ao desenvolvimento sustentável e para a permanência da família no campo. Eles, também, contribuem com o seu conhecimento e com o seu serviço para o município de Teresópolis ser considerado a Capital Estadual da Agricultura Familiar, o que gera renda, emprego e fomenta o turismo rural.

Diante desse panorama matemático apresentado pelos agricultores, percebemos o quanto esse grupo social tem conhecimento em Matemática, mesmo que não seja o conhecimento sistematizado que a maioria das pessoas estão acostumadas.

Por isso, devem ser realizadas melhorias na agricultura familiar através de investimentos em cursos que levem conhecimentos contextualizados e significativos para esse grupo cultural, em inovações tecnológicas, de forma que não agrida o meio ambiente e na aplicabilidade de políticas públicas que sejam mais acessíveis aos agricultores com garantia de assistência técnica, com subsídios para a compra de produtos e maquinários a fim de aumentar o processo produtivo e diminuir o trabalho manual desses agricultores fazendo com que eles otimizem o tempo para realizar outras atividades, exemplificando, cursos ou até mesmo para o lazer uma vez que ficam responsáveis por toda a administração da localidade.

Além disso, a divulgação da agroecologia é de extrema importância, pois os consumidores só compram um produto a partir das informações obtidas do mesmo, o mesmo ocorre com os produtos orgânicos, isto é, quando conhecerem o quanto a agroecologia é importante para o desenvolvimento sustentável e para a produção de alimentos saudáveis, irão consumir mais.

Através do conhecimento agroecológico que esses consumidores vão adquirir com a divulgação, vão entender que os produtos orgânicos são um pouco mais caros do que o convencional por causa da produção que não utiliza agrotóxicos e que esse custo adicional ajuda no sustento dos agricultores e se disponibilizarão a pagar essa quantia a mais para o consumo do gênero orgânico aumentando a sua comercialização.

O agricultor também precisa de saberes matemáticos que estejam atrelados a sua vivência no campo, isto é, que valorize o seu conhecimento prévio a fim de aperfeiçoar o seu trabalho, pois vão favorecer um processo produtivo e de comercialização muito mais eficiente e o ajudarão a administrar melhor os seus negócios.

Se continuarmos nessa linha de pesquisa, iremos contribuir ainda mais para o desenvolvimento da Etnomatemática na agroecologia através das observações no campo, ou seja, analisando o processo inicial do trabalho desses agricultores, na Feira e sobre todos as questões expostas nos parágrafos anteriores. Ela também pode contribuir para o desenvolvimento de outras pesquisas na área da Etnomatemática aplicadas aos agricultores assim como a outros grupos culturais.

Referências

ALTIERI, M. A. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. Etnomatemática: a arte ou técnica de explicar ou conhecer. 5.ed. São Paulo: Ática, 1998.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade. 2. ed. 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FAO - Food and Agriculture Organization. The State of Food Security and Nutrition in the World 2023. 2023. Disponível em: https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/f1ee0c49-04e7-43df-9b83-6820f4f37ca9/content/cc3017en.html. Acesso em: 07 out. 2024.

GERDES, Paulus. Geometria dos trançados de Bora Bora na Amazônia Peruana. São Paulo: Livraria da Física, 2010.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agro 2017. Disponível:https://censoagro2017.ibge.gov.br/. Acesso em 05 nov. 2025.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Expressão Popular, 2017. 358p.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 9396 de 09 de setembro de 2021. Declara o município de Teresópolis "Capital Estadual da Agricultura Familiar". Disponível em: http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/812e97688574b53903258752006e51d3?OpenDocument&Highlight=0,3803. Acesso em: 05 nov. 2025.

Análise das etapas de criação de uma Unidade de Conservação Municipal: um estudo de caso sobre o Refúgio da Vida Silvestre Municipal do Sucavão, Guapimirim (RJ)

Mayara Barroso de Faria
Wander de Souza Dias Guerra
Clara Carvalho de Lemos
Jorge Luiz do Nascimento

1. Introdução

As Unidades de Conservação (UC) têm um papel essencial na conservação da biodiversidade, por serem, historicamente, consideradas como a principal estratégia de manutenção dos processos naturais de uma região. Esse princípio foi a base para a criação de várias áreas protegidas em todo o mundo, visando a conservação da biodiversidade e o equilíbrio dos ecossistemas. Além disso, ao longo do tempo, as UCs foram adquirindo novas dimensões que envolvem também questões sociais, políticas e territoriais, refletindo um caráter controlador e de delimitação de áreas.

Este trabalho tem como objetivo analisar as etapas de criação de uma Unidade de Conservação Municipal, com foco no Refúgio de Vida Silvestre Municipal do Sucavão (REVIS Sucavão), localizada no município de Guapimirim, estado do Rio de Janeiro. A pesquisa busca identificar os procedimentos, os critérios e as razões que levaram à criação dessa UC Municipal, além de discutir a escolha da modalidade REVIS e os processos administrativos que ocorreram até a publicação do Decreto de criação.

A primeira seção do trabalho aborda a definição, os fundamentos e o contexto histórico das Unidades de Conservação no Brasil, detalhando o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) instituído pela Lei Federal nº 9.985/2000. A segunda seção discute a história e as características do município de

Guapimirim, especialmente no que diz respeito à sua relação com a criação de áreas protegidas. A terceira seção explora as etapas detalhadas da criação da REVIS Sucavão, com destaque para os aspectos legais e administrativos que envolvem o processo de implementação dessa unidade de conservação no âmbito municipal.

1.1. As unidades de conservação

Atualmente, as questões relacionadas à conservação da biodiversidade tornam-se cada vez mais relevantes e urgentes. As mudanças climáticas, já reconhecidas como realidade, elevaram a importância da proteção dos ambientes naturais. Nesse contexto, se destacam as Unidades de Conservação (UCs), como estratégia de conservação da biodiversidade e que, no Brasil, estão presentes nos âmbitos federal, estadual e municipal. Compreender os conflitos e desafios inerentes à gestão dessas áreas — suas origens, interesses, dimensões sociopolíticas, potencialidades e fragilidades da administração pública — é essencial para aprimorar políticas e práticas de conservação (PEIXOTO, 2022).

O bioma Mata Atlântica enfrenta sérios desafios de preservação. A exploração madeireira, a expansão agrícola e a urbanização provocaram intensa degradação e fragmentação de habitats. Atualmente, restam cerca de 31% de sua cobertura de vegetação nativa (arbórea, arbustiva e herbácea) original (considerando a partir das invasões europeias no início do séc. XVI), tendo também cerca de 67% de área antropizada (agropecuária, áreas urbanizadas, mineração, produção energética e outras áreas sem vegetação) e cerca de 2% de áreas em corpos d'água, praias, dunas, areais e áreas não observadas (PROJETO MAPBIOMAS, 2025). Essa redução acentuada representa significativa perda de biodiversidade e a extinção de diversas espécies. Como observam Branco et al. (2021), pequenas populações são particularmente vulneráveis ao desaparecimento local, pois a migração forçada decorrente da ocupação humana

aumenta a competição por recursos e acelera o colapso das comunidades biológicas.

No interior do bioma destaca-se o Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense, criado pela Portaria nº 350, de 11 de dezembro de 2006. Ele reúne 38 UCs — cinco federais, seis estaduais, dezenove municipais e oito reservas particulares — distribuídas por 14 municípios, entre eles Teresópolis, Petrópolis, Magé e Nova Friburgo (Soares et al., 2024). Segundo o MMA (2025b), trata-se de uma composição de áreas complementares que protegem uma região de alta diversidade biológica e ecossistemas singulares. A preservação desses remanescentes é essencial não apenas para a flora e fauna locais, mas também para a manutenção de serviços ecossistêmicos como a regulação hídrica e a proteção do solo. Garantir o status de proteção do Mosaico é, portanto, vital para a manutenção da vida e o bem-estar das comunidades em interação com esses ecossistemas. O fortalecimento das políticas públicas, a criação de novas UCs e sua implementação efetiva são estratégias fundamentais para reverter a degradação e promover a recuperação do bioma.

Segundo o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA, 2025a), a UC mais antiga do Brasil seria a Floresta Nacional de Lorena, criada em 11 de abril de 1934. Apesar de incorreto, o marco simbólico de início das Unidades de Conservação no Brasil é frequentemente associado a criação do Parque Nacional de Itatiaia (em junho de 1937), no Rio de Janeiro, seguido pelo Parque Nacional do Iguaçu (em janeiro de 1939), no Paraná, e do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Parnaso), em 1939, atualmente abrangendo os municípios de Teresópolis, Petrópolis, Magé e Guapimirim, também no Rio de Janeiro (MMA, 2025a; RYLANDS & BRANDON, 2005).

Desde então, o país ampliou significativamente o número de áreas protegidas, sobretudo nas últimas quatro décadas, possuindo atualmente 3.300 Unidades de Conservação cadastradas no CNUC (MMA, 2025a). Apesar dos avanços, persistem desafios

relacionados ao manejo, implementação e, principalmente, à gestão das UCs. O papel da sociedade civil é crucial, conforme o Art. 225 da Constituição Federal e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que preveem a gestão compartilhada e o dever coletivo de proteção ambiental. O engajamento social, aliado a políticas públicas efetivas, é indispensável para enfrentar tais desafios e consolidar o Brasil como referência mundial em conservação ambiental.

1.2. O município de Guapimirim (RJ) e as unidades de conservação municipais

Guapimirim está localizado no Estado do Rio de Janeiro, região Sudeste do Brasil. Encontra-se ao sopé da Serra dos Órgãos e foi emancipada do Município de Magé, por meio da Lei 1.772, de 21 de dezembro de 1990 (SILVA, 2006). Tem em sua circunvizinhança os Municípios de Itaboraí, Cachoeiras de Macacu, Teresópolis, Petrópolis e Magé, conforme indicado nas figuras 1 e 2.

Figura 1 – Mapa do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: CEPERJ, 2014.

Figura 2 – Mapa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro



Fonte: CEPERJ, 2014.

Segundo a Secretaria Municipal de Urbanismo e Regularização Fundiária (GUAPIMIRIM, 2024) de Guapimirim, o Município é considerado uma zona de transição, pois possui no mesmo território regiões de serra e de mangue, abrangendo as áreas da baixada fluminense até cadeias de montanhas com altitudes elevadas. Possui cerca de 80% de seu território composto por Unidades de Conservação (UC), evidenciando a importância das áreas protegidas neste território, sendo fundamental para o equilíbrio ecológico de toda região.

Embora uma parte significativa do território esteja incluída em Unidades de Conservação, a maioria dessas áreas corresponde a unidades de proteção de uso sustentável, especialmente à Área de Proteção Ambiental Guapi-Guapiaçu, que cobre toda a zona rural do município. Contudo, ainda existem áreas prioritárias para conservação e preservação que não estão abrangidas por nenhuma unidade de conservação, áreas essas que frequentemente servem de corredor ecológico para a biodiversidade desta região e estão desprotegidas legalmente, o que as torna vulneráveis a diversas pressões antrópicas. As Unidades de Conservação Municipais também desempenham um papel crucial como instrumentos de

gestão e ordenamento territorial, orientando e fornecendo diretrizes para a expansão urbana do Município, que ainda está em processo de consolidação.

Em relação à hidrografia, Guapimirim pertence ao Comitê de Bacia da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara, mais especificamente a sub-região do Subcomitê Leste (CBH-BG, 2015). Em outras palavras, quer dizer que suas águas drenam para um mesmo ponto, localizadas a leste da Baía de Guanabara.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada para 2025 em Guapimirim é de 54.311 pessoas. Sua área territorial é de 358,443 Km², sua densidade demográfica (em 2022) é de 144,22 hab/Km². O bioma predominante é característico de remanescente de Mata Atlântica. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi de 0,698 em 2010 (IBGE, 2025).

O objetivo desta parte do trabalho é identificar legalmente as etapas de criação de uma Unidade de Conservação, conforme capítulo IV do SNUC, bem como discorrer sobre o art. 13 da presente Lei.

Sendo assim, é importante começarmos falando do art. 22 que diz que uma Unidade de Conservação só pode ser criada por ato do poder público, e ressaltar os parágrafos 2º, 3º e 5º que dizem:

> § 2º A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento.
> § 3º No processo de consulta de que trata o §2º, o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas.
> § 5º As unidades de conservação do grupo de Uso Sustentável podem ser transformadas total ou parcialmente em unidades do grupo de Proteção Integral, por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta estabelecidos no §2º deste artigo.

Após a criação de uma Unidade de Conservação (UC), torna-se obrigatória a elaboração de seu Plano de Manejo. O §1º do art. 27 da Lei nº 9.985/2000 estabelece as diretrizes fundamentais para a formulação desse instrumento, que orienta a gestão das unidades de conservação no Brasil. Trata-se de uma norma essencial para assegurar a efetividade da gestão, promovendo a conservação da biodiversidade e, ao mesmo tempo, integrando as comunidades locais ao processo de gestão. Cabe destacar que, conforme o §3º do mesmo artigo, o Plano de Manejo deve ser elaborado no prazo máximo de cinco anos a partir da criação da UC. No entanto, essa exigência raramente é cumprida, sobretudo nas unidades de conservação municipais. O município de Guapimirim, por exemplo, possui seis unidades de conservação sob sua gestão, mas nenhuma delas conta, até o momento, com um Plano de Manejo efetivamente elaborado.

Encerrada a descrição das principais etapas de criação de uma UC, cabe discutir alguns dos desafios mais recorrentes nesse processo. Entre eles, destacam-se os conflitos de interesse que surgem das tensões entre as necessidades de conservação e as demandas sociais, culturais e econômicas das comunidades locais; as limitações financeiras e de pessoal que dificultam a implementação e a gestão das unidades; e a necessidade de engajamento comunitário, aspecto essencial para garantir a participação ativa da população no planejamento e na execução das ações. Diante disso, torna-se imprescindível um planejamento integrado que concilie as demandas de conservação com as necessidades das comunidades envolvidas. Essa abordagem não apenas fortalece a gestão participativa, mas também promove uma relação mais equilibrada entre a proteção dos ecossistemas e o desenvolvimento local. Para que esse equilíbrio se concretize, é necessário o compromisso contínuo e colaborativo de todos os atores envolvidos.

2. Resultados e discussão

2.1. Aspectos preliminares da criação do Refúgio da Vida Silvestre Municipal do Sucavão - REVIS SUCAVÃO

O Refúgio da Vida Silvestre do Sucavão (REVIS Sucavão) encontra-se em uma área estratégica para a preservação, formando um corredor ecológico entre áreas dentro dos limites do Parque Estadual dos Três Picos (PETP). As unidades de conservação municipais também desempenham um papel significativo na gestão e ordenamento territorial, orientando e estabelecendo diretrizes para a expansão urbana do Município de Guapimirim, que ainda está em processo de consolidação.

O Município de Guapimirim possui 12 Unidades de Conservação, sendo seis (06) Municipais e seis (06) Estaduais e Federais, que são divididas da seguinte forma, conforme Quadro 1 abaixo, em relação ao grupo de proteção (Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável).

Quadro 1 – Unidades de Conservação localizadas no território de Guapimirim

<table>
<tr><th></th><th>Municipais</th><th>Estaduais</th><th>Federais</th></tr>
<tr><td rowspan="4">Unidades de Proteção Integral</td><td>Parque Natural Municipal das Águas de Guapimirim</td><td rowspan="4">Parque Estadual dos Três Picos</td><td rowspan="2">Parque Nacional da Serra dos Órgãos</td></tr>
<tr><td>Parque Natural Municipal Nascente do Jaibi</td></tr>
<tr><td>Monumento Natural Municipal da Concórdia</td><td rowspan="2">Estação Ecológica da Guanabara</td></tr>
<tr><td>Refúgio da Vida Silvestre do Sucavão</td></tr>
</table>

Unidades de Uso Sustentável.	Área de Proteção Ambiental Guapi-Guapiaçu	Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Macacu	Área de Proteção Ambiental da Região Serrana de Petrópolis
	Área de Relevante Interesse Ecológico de Citrolândia		Área de Proteção Ambiental de Guapi-mirim

Fonte: Elaboração própria, 2024.

O Art. 13 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) estabelece que o Refúgio de Vida Silvestre visa a proteção de ambientes naturais essenciais para a preservação de espécies da flora e fauna. Essa categoria de unidade de conservação é fundamental para garantir condições adequadas para a existência e reprodução de comunidades biológicas, incluindo tanto espécies nativas quanto migratórias.

Ao criar refúgios, o SNUC busca mitigar os impactos das atividades humanas, promovendo a conservação de ecossistemas frágeis. Além disso, esses refúgios são importantes para a manutenção da biodiversidade, a proteção de habitats e o fortalecimento dos serviços ecossistêmicos. A implementação eficaz de refúgios contribui para a pesquisa científica, a educação ambiental e o turismo sustentável, promovendo uma relação mais equilibrada entre a sociedade e o meio ambiente. Assim, o Art. 13 reflete um compromisso com a conservação ambiental e a sustentabilidade.

> Os Refúgios de Vida Silvestre têm como objetivo a proteção de ambientes naturais essenciais à preservação de espécies da fauna e flora, com vistas à conservação da biodiversidade, à proteção de habitats e ao fortalecimento dos serviços ecossistêmicos. São importantes para a manutenção da fauna e flora, incluindo espécies nativas e migratórias, e têm como foco a mitigação dos impactos das atividades humanas (BRASIL, 2000, p. 5).

Para criação do REVIS Sucavão, a Secretaria do Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) de Guapimirim realizou uma proposta que culminou em uma minuta de lei, e posteriormente seguiu as etapas previstas na legislação, que serão expostas a seguir. Após isso, foi realizado um Estudo Técnico Básico, para criação da Unidade, com o auxílio do Programa de apoio à criação e implementação de Unidades de Conservação Municipais (ProUC). O Estudo Técnico Básico do REVIS Sucavão pretendeu demonstrar a relevância da UC a ser criada no Socavão ou Sucavão. Ele apresentou uma breve caracterização biológica, do meio físico e socioeconômico da área, bem como demonstrou o potencial para a visitação pública (SEMA, 2021).

Conforme Estudo técnico, a comunidade do Sucavão "é formada com aproximadamente 30-50 pequenos agricultores, voltados principalmente para a agricultura familiar". Em seu entorno, a ocupação é predominante de sítios de veraneio e residências. O turismo é realizado na área, porém ainda de forma incipiente. Um dos objetivos desta Unidade é fomentar o turismo ecológico e consciente, desenvolvido com a participação moradores da comunidade local, gerando uma fonte de renda extra para essas famílias. Para isso é necessário o apoio do órgão Municipal responsável pela gestão dessa Unidade para capacitação dos moradores e desenvolvimento da atividade.

O REVIS Sucavão é uma unidade do grupo de Proteção Integral. Como já visto anteriormente, a categoria escolhida, REVIS (Refúgio da Vida Silvestre), teve como objetivo admitir a manutenção das propriedades particulares dentro de seus limites, porém os usos devem ser compatíveis com os objetivos da criação da unidade, conforme SNUC. Esta escolha evitou a remoção da comunidade rural existente no local, bem como possíveis litígios envolvendo a regularização fundiária da área, uma vez que a categoria de REVIS não impõe a obrigatoriedade da desapropriação. Sendo assim, podemos mencionar no quadro abaixo, os impactos diretos, referentes à comunidade local existente

no interior da unidade e os impactos indiretos, referentes a toda população do Município de Guapimirim.

2.2. A criação do Refúgio da Vida Silvestre Municipal do Sucavão - REVIS SUCAVÃO, Lei Nº 1396 de 07 de julho de 2022

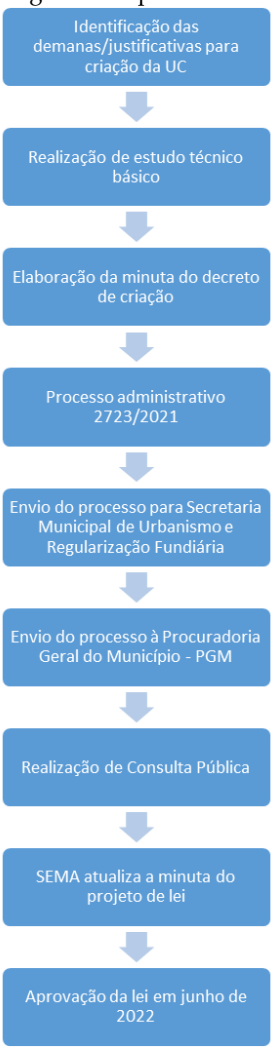
O REVIS Sucavão foi criado com os objetivos de proteger a natureza, assegurando condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória, proteger os recursos hídricos e os mananciais do município, principalmente as nascentes e os afluentes do Rio Socavão, manter as áreas de preservação permanente e as faixas marginais de proteção dos corpos hídricos, integrar corredor ecológico e o Mosaico Central Fluminense, assegurar a compatibilidade de práticas agrícolas sustentáveis com a preservação da Mata Atlântica, desenvolver a pesquisa científica e a educação ambiental, assegurar a colaboração das comunidades locais, no exercício das atividades de fiscalização, de competência do órgão ambiental, relativas à proteção dos recursos naturais existentes e combate às queimadas e promover a recuperação de áreas degradadas. Como diz o SNUC:

> As Unidades de Conservação de Proteção Integral, como os Refúgios de Vida Silvestre, têm como principal objetivo garantir a proteção de ambientes naturais essenciais à preservação de espécies da flora e fauna, bem como à manutenção dos processos ecológicos. Essas unidades buscam, entre outras coisas, assegurar a preservação de recursos hídricos, proteger as áreas de preservação permanente, promover a educação ambiental e integrar corredores ecológicos, essencialmente com a colaboração das comunidades locais (BRASIL, 2000, p. 5).

O REVIS foi criado por ato do Poder Executivo, através da Lei nº 1396 de 07 de julho de 2022, que "dispõe sobre a criação do refúgio da vida silvestre municipal do Sucavão - REVIS Sucavão - e dá outras providências". Entretanto, até promulgação da presente Lei, que será mencionada mais a frente, é importante saber as

etapas administrativas pelas quais a proposta de criação da presente UC passou até sua publicação em Diário Oficial, Unidade esta que atualmente é gerida pela Secretaria Municipal do Ambiente e Sustentabilidade de Guapimirim. De forma resumida, podemos expor abaixo o fluxograma de criação do REVIS Sucavão nas seguintes etapas, também ilustradas na figura 3.

Figura 3 – Fluxograma do processo de criação da UC



Fonte: Elaboração própria.

Depois de identificadas as demandas existentes, podendo ser de carácter judicial, popular e ameaças diversas, é realizada a concepção da Unidade. No caso do REVIS Sucavão as principais demandas identificadas a primeiro momento foram cobrir uma lacuna territorial, relacionada aos limites do Parque Estadual dos Três Picos, formando um corredor ecológico que abriga diversas espécies da nossa fauna e flora. Outra demanda importante identificada foi que a UC se tornou uma ferramenta especialmente importante para o planejamento territorial do Município, principalmente para arrefecer os impactos negativos gerados pelo crescimento urbano desordenado. Por fim, podemos citar que o REVIS Sucavão se somou às demais UCs existentes que formam o Mosaico Central Fluminense, um importante instrumento de gestão pró-conservação da região.

Após o levantamento das demandas existentes, foi realizada a concepção da Unidade, com a abertura do processo administrativo nº 2723/2021, em 30 de março de 2021 pela Secretaria do Ambiente e Sustentabilidade de Guapimirim - SEMA. O memorando, MEMO - SEMA nº 83/2021, protocolado no protocolo geral da Prefeitura de Guapimirim, teve como assunto a "abertura do processo administrativo - REVIS Sucavão". Juntamente com este memorando foi anexado o Estudo Técnico - Básico e a Minuta do Decreto de Criação. Em 07 de junho de 2021, o processo administrativo foi encaminhado à Secretaria Municipal de Urbanismo e Regularização Fundiária - SEMUR para considerações acerca dos limites propostos pela SEMA para criação da Unidade, após essa avaliação, foi sugerido o encaminhamento do processo à Procuradoria Geral do Município - PGM para avaliação da minuta da Lei e continuidade.

O mapa dos limites de criação da REVIS Sucavão foi atualizado pela SEMUR, bem como o seu respectivo memorial descritivo. A presente Secretaria utilizou a base digital com a revisão dos pontos de coordenadas e os limites da Zona de Urbana e da Zona Rural do Município e os limites do PETP. Após esse detalhamento, o processo foi enviado à Procuradoria Geral do

Município em 13 de agosto de 2021. Após análise da Procuradoria, foi anexada a revisão 03 (três) da versão preliminar da minuta de lei, juntamente com o rascunho do projeto de lei e, em seguida, foi feita pela Procuradoria a manifestação sobre o pedido de criação do REVIS Sucavão. Essa manifestação tocou em pontos pertinentes e foram respondidos a contento pela SEMA.

Também foi realizada Consulta Pública, no dia 27 de setembro de 2021, conforme preconiza o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, para discussão e observação dos limites e diretrizes propostas. A Consulta pública aconteceu em concomitância para a criação do Monumento Natural Municipal da Concórdia e contou com a presença significativa de moradores do Sucavão.

Com o objetivo de fortalecer o instrumento de criação, a referida UC foi estabelecida por meio de uma lei. A Lei nº 1396 de junho de 2022, aprovada pela Câmara Municipal de Guapimirim e sancionada posteriormente pela Prefeita Municipal, Marina Rocha, "Dispõe sobre a criação do Refúgio da Vida Silvestre Municipal do Sucavão - REVIS Sucavão - e dá outras providências", conforme Figura 4 abaixo:

Figura 4 – Lei Municipal 1396 de 07 de julho de 2022.



Fonte: Lei nº 1396 de 07 de julho de 2022.

O Revis Sucavão é gerido pela SEMA de Guapimirim, conforme Art. 5º da Lei de criação da UC. O Art. 6º discorre sobre a criação do Conselho Consultivo da Unidade. Após, a Lei refere-se sobre o Anexo I, que posteriormente foi modificado pela Lei nº 1657 de 24 de abril de 2024, com a seguinte ementa: "Modifica os anexos da Lei Municipal de 1396 de 07 de julho de 2022 e dá outras providências". Tratou-se de um ajuste fino, para correção dos limites referentes ao Parque Estadual dos Três Picos, sem alteração significativa. Abaixo as Figura 5 e 6, para efeito de comparação em relação às mudanças efetuadas:

Figura 5 – Anexo II da Lei Municipal 1.396 de 07 de julho de 2022



Fonte: Guapimirim, 2022.

Figura 6 – Anexo II da Lei Municipal 1.657 de 24 de abril de 2024



Fonte: Guapimirim, 2024

Por fim, a Lei aprovada com o anexo II, onde é possível verificar o mapa dos limites da Unidade de Conservação do Refúgio da Vida Silvestre Municipal do Sucavão, confrontados com os limites do Parque Estadual dos Três Picos e a Zona Urbana do Município, conforme figura 6.

2.3. Os desafios para criação e implantação de uma unidade de conservação municipal: uma análise crítica

A criação e implantação de Unidades de Conservação nos Municípios Brasileiros enfrentam uma série de desafios complexos, muitas vezes resultantes da falta de planejamento estratégico, de recursos e de diretrizes claras, o que dificulta a efetiva implementação dessas áreas protegidas.

No Município de Guapimirim, esta realidade não é diferente. Um dos principais obstáculos é a ausência de diretrizes municipais específicas, que orientem e integrem as ações de conservação ambiental no âmbito local. Muitos municípios carecem de planos diretores, como é o caso de Guapimirim, ou de instrumentos de gestão ambiental que considerem adequadamente as Unidades de Conservação como parte do desenvolvimento sustentável do território. A falta de regulamentação e de um arcabouço normativo robusto impede a criação de políticas públicas consistentes e eficazes, comprometendo o processo de implementação de UCs.

Outro fator crítico é a instabilidade política, com as constantes mudanças de governo. A troca de gestão nas administrações Municipais pode resultar na descontinuidade de projetos e no enfraquecimento de iniciativas já em andamento. A falta de continuidade de políticas públicas ambientais, muitas vezes impulsionadas por questões eleitorais, leva à suspensão ou modificação de ações e compromissos relacionados às Unidades de Conservação, prejudicando a implementação de planos e a consolidação dessas áreas protegidas. O alerta sobre a importância do planejamento já aparece no SNUC:

> A criação, implantação e gestão de Unidades de Conservação exigem um planejamento estratégico robusto, com a definição de objetivos claros, recursos adequados e uma integração com os processos de desenvolvimento local, para garantir que as áreas protegidas possam cumprir suas funções de preservação ambiental. A ausência de um arcabouço normativo adequado e a falta de recursos e pessoal

> qualificado são obstáculos para a efetiva implementação dessas unidades (BRASIL, 2000, p. 4).

Além disso, a falta de recursos financeiros e humanos também é uma dificuldade recorrente. A criação e manutenção de Unidades de Conservação exigem investimentos significativos em infraestrutura, pessoal, fiscalização, pesquisa e programas de educação ambiental. Muitos Municípios, especialmente os de menor porte, como é o caso de Guapimirim, ou com dificuldades orçamentárias, não dispõem de recursos suficientes para arcar com esses custos. Sem o devido financiamento, a criação de Unidades de Conservação pode se tornar inviável ou ser abandonada após sua criação inicial.

A pressão de interesses econômicos locais, a expansão urbana e a exploração de recursos naturais, também é um fator que limita a criação de Unidades de Conservação. Em muitos casos, as populações locais e os atores econômicos podem ver as áreas protegidas como uma "ameaça" ao desenvolvimento e à geração de emprego e renda. A falta de um diálogo eficiente entre o poder público e as comunidades locais dificulta a construção de soluções que equilibrem a preservação ambiental com as necessidades socioeconômicas da população.

Em suma, a criação de Unidades de Conservação nos Municípios Brasileiros enfrenta desafios estruturais e políticos significativos. A ausência de diretrizes claras, a falta de equipes capacitadas, a instabilidade política, a escassez de recursos financeiros e a pressão de interesses econômicos locais tornam a implementação dessas áreas protegidas um processo complexo e demorado. Para que as Unidades de Conservação sejam efetivamente implantadas e geridas, é essencial que haja uma maior articulação entre os diferentes níveis de governo, investimentos em capacitação técnica e uma maior conscientização sobre a importância da preservação ambiental para o desenvolvimento sustentável.

3. Considerações finais

O Refúgio da Vida Silvestre Municipal do Sucavão (REVIS Sucavão) é um instrumento crucial para a gestão ambiental e conservação da biodiversidade no Mosaico Central Fluminense. Sua criação responde à necessidade de proteção ambiental, mas também se articula com as questões socioeconômicas e culturais da comunidade local, promovendo um equilíbrio entre conservação e desenvolvimento sustentável. O estudo detalha as etapas metodológicas que levaram à criação da unidade, destacando o papel fundamental da Secretaria do Ambiente e Sustentabilidade de Guapimirim na coordenação do processo, desde a concepção até a formalização legal.

Além disso, o trabalho enfatiza a importância da educação ambiental e do engajamento da comunidade para garantir a eficácia das ações de conservação. A unidade também representa uma oportunidade para fomentar o turismo ecológico e práticas agrícolas sustentáveis, reforçando a necessidade de um planejamento que favoreça a convivência entre a proteção ambiental e a melhoria da qualidade de vida local. O estudo sugere que a preservação ambiental deve ser vista como uma responsabilidade coletiva, envolvendo governos, sociedade civil e cidadãos em um esforço conjunto para promover soluções inovadoras e colaborativas.

Por fim, a criação do REVIS Sucavão não é apenas uma conquista para o Município de Guapimirim, mas um passo significativo na preservação da Mata Atlântica, um dos biomas mais ricos em biodiversidade do mundo. Iniciativas como essa são vitais frente aos desafios globais, como a mudança climática e a degradação ambiental, e demonstram que a conservação pode ser uma força transformadora para as comunidades e ecossistemas. Esse processo de criação serve como um modelo para outras regiões que buscam proteger seus patrimônios naturais, enquanto também viabilizam o desenvolvimento local de forma sustentável.

Referências

BRANCO, Antonia Francivan Vieira Castelo; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales; MEDEIROS FILHO, Esdras Soares de; COSTA, Benedita Marta Gomes; PEREIRA, Tarcísio Praciano. Avaliação da perda da biodiversidade na Mata Atlântica. *Ciência Florestal*, Santa Maria, v. 31, n. 4, p. 1885-1909, out./dez. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 jul. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 29 mar. 2025.

CBH-BG. Comitê de Bacia da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá. Subcomitê Leste. 2015. Desenvolvido por UERJ e Novaterra. Disponível em: http://www.comitebaiadeguanabara.org.br. Acesso em: 09 set. 2024.

CEPERJ. Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (Org.). Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas (mapas 2014). Disponível em: http://www.ceperj.rj.gov.br/. Acesso em: 09 set. 2024.

GUAPIMIRIM. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo e Regularização Fundiária. Guapimirim, RJ, 2024. Disponível em: https://guapimirim.rj.gov.br/urbanismo-e-regularizacao-fundiaria/. Acesso em 05 nov. 2025.

GUAPIMIRIM. Lei n.º 1396 de 07 de julho de 2022. Dispõe sobre a criação do Refúgio da Vida Silvestre Municipal do Sucavão – REVIS SUCAVÃO – e dá outras providências. Diário Oficial Eletrônico do Município de Guapimirim. Disponível em: https://guapimirim.rj.gov.br/. Acesso em 05 nov. 2025.

GUAPIMIRIM. Lei n.º 1657 de 24 de abril de 2024. Modifica os anexos da lei municipal de 1396 de 07 de julho de 2022 e dá outras

providências. Diário Oficial Eletrônico do Município de Guapimirim. Disponível em: https://guapimirim.rj.gov.br/. Acesso em 05 nov. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. 2025. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 28 out. 2025.

MMA – Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC). 2025a. Disponível em: https://cnuc.mma.gov.br/. Acesso em: 28 out. 2025.

MMA - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Mosaicos. 2025b. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/gestao-integrada-de-paisagem/mosaicos. Acesso em: 05 nov. 2025.

PEIXOTO, Sônia Lúcia. A Influência da Esfera Pública, do Capital e da Sociedade na Efetividade de Gestão das Unidades de Conservação Municipais da Cidade do Rio de Janeiro: A Biodiversidade Calada. Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 410 f.: il, 2022.

PROJETO MAPBIOMAS - Mapeamento Anual de Cobertura e Uso da Terra no Brasil - Coleção 10 - 2025. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2025/10/Factsheet-Mata_Atlantica_C10_21.10.pdf. Acesso em: 28 out. 2025.

RYLANDS, Anthony B. BRANDON, Katrina. Unidades de Conservação Brasileiras. Megadiversidade, Washington (U.S.A), v. 1, n. 1, p. 27 – 35, 2005.

SEMA. Secretaria Municipal do Ambiente e Sustentabilidade de Guapimirim. SEAS. Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. Proposta para Criação da Unidade de Conservação no Socavão Estudo Técnico Básico. Estudo Técnico Básico - Criação de Unidade de Conservação com apoio do ProUC, Guapimirim, 2021.

SILVA, Luiz Fernando Saraiva da. Programa Nacional de Municipalização do Turismo: sustentabilidade e descentralização das políticas de turismo no recém-criado Município de Guapimirim, RJ. 2006. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciência Ambiental, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

SOARES, Thais M.; FUKUDA, Juliana C.; NASCIMENTO, Jorge L.; GOMES, Marcus M.; RAMBALDI, Denise M.; MOREIRA, Gabriela V.; SANTOS, Priscila; BALDINO, Ialorixá Mônica; GRELLE, Carlos E.V.; HEIZER, Alda. Um novo capítulo para o Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense: criação, desmonte e retomada da sua missão. O Eco, 29 jul. 2024. Disponível em: https://oeco.org.br/analises/um-novo-capitulo-para-o-mosaico-da-mata-atlantica-central-fluminense-criacao-desmonte-e-retomada-da-sua-missao/. Acesso em: 28 out. 2025.

O bairro do Alto, em Teresópolis/RJ: Um debate sobre as territorialidades vistas através do patrimônio arquitetônico e a acelerada transformação da sua paisagem

Cláudio Rogério da Silva Dutra
Marcela do Nascimento Padilha

1. Introdução

Pensar o desenvolvimento territorial é refletir sobre o ambiente em que vivemos. E este estudo expositivo tem como foco o Alto, um bairro histórico do município de Teresópolis-RJ, abordado a partir de seu patrimônio arquitetônico e natural, considerando o processo acelerado de transformação paisagística e arquitetônica que vem sofrendo nos últimos anos. O foco do trabalho se concentra especialmente sobre o conjunto de imóveis particulares históricos, alguns já catalogados pelo Departamento de Memória da Secretaria de Cultura de Teresópolis, outros através de levantamentos do autor nos últimos anos, especialmente entre os anos de 2018 e 2024. E atualmente, em parceria com a Comissão de Preservação do Patrimônio Histórico Municipal e o Departamento de Patrimônio da Secretaria de Cultura de Teresópolis, busca-se a publicação de uma listagem para tutela e possível tombamento futuro. No entanto, no decurso da pesquisa, apresentamos outros imóveis históricos por meio de registros fotográficos realizados nos últimos anos que, ao nosso entender, também merecem catalogação.

Neste estudo desenvolvemos uma reflexão sobre o território do Alto, permitindo traçar um paralelo entre os aspectos de territorialidade em diferentes momentos históricos que caracterizam sua identidade. Esses aspectos são correlacionados com o momento atual, marcado por transformações significativas nas formas de ocupação e por perdas iminentes. Como destaca Lacoste:

> É importante considerar as diferentes representações do espaço referidas à nossa mobilidade mais restrita, cotidiana (a nível de bairro, cidade, deslocamentos de fim de semana, etc.); as configurações espaciais não coincidentes das redes das quais dependemos (redes administrativas, de comercialização, de influência urbana, financeiras); e as representações espaciais de mais ampla escala, veiculadas pela mídia e pelo turismo, que frequentemente abarcam o globo no seu conjunto (LACOSTE, 1988, p. 50).

O Alto, ou melhor, Alto da Boa Vista – seu primeiro nome, hoje esquecido –, é um dos bairros mais significativos de Teresópolis e um importante patrimônio cultural. Considerado o âmago da cultura e da identidade do município, o bairro, apesar de sua vocação turística e cultural, vem sofrendo nos últimos anos com a descaracterização e mudanças significativas em sua ocupação. O característico casario vem sendo substituído por uma quantidade cada vez maior de prédios, condomínios e outros tipos de edificações, impulsionados pelas alterações no zoneamento urbano desde os anos 1990. Essas mudanças aceleram a extinção de suas referências históricas, culturais, paisagísticas e naturais, resultando não apenas na diminuição do atrativo turístico, mas, principalmente, na destruição de sua identidade – não apenas local, mas de toda Teresópolis.

Esse problema só se agrava, com uma comunidade que ora demonstra preocupação, ora parece indiferente à preservação, seduzida por resultados imediatistas disfarçados de um progresso ilusório. É estranho, ainda, que o tema não seja debatido ou defendido pelos grupos políticos locais. Diante disso, este trabalho se propõe a abrir esse debate, buscando contribuir para a qualidade de vida da sociedade teresopolitana. Trata-se de uma preocupação social e acadêmica com a cultura e a memória de Teresópolis, mas também com sua relação com o entorno, destacando os remanescentes da Mata Atlântica, a paisagem única da Serra dos Órgãos, seus mananciais e o clima – todos patrimônios reconhecidos da cidade.

Para tanto, realizamos um levantamento das iniciativas públicas e da legislação atual de Teresópolis, além de coletar registros fotográficos, depoimentos e análises de autoridades e especialistas. Buscamos estabelecer uma percepção tanto empírica quanto técnica e, como conclusão, propor contribuições que possam salvaguardar os principais elementos históricos que caracterizam o Alto. Ao mesmo tempo, não pretendemos impedir a inclusão de novos elementos arquitetônicos e funcionais, sinais dos novos tempos, mas sim evitar riscos e perdas descontroladas. Afinal, vale a pena para o município descaracterizar completamente seu principal patrimônio cultural, como ocorreu com o bairro de Agriões? Eis o debate que propomos.

A noção de pertencimento é o que caracteriza uma determinada sociedade, cujos membros se veem como integrantes de uma coletividade, compartilhando aspectos em comum, como tradições, valores e a própria história – todos símbolos dessa sociedade. Ana Lúcia Amaral (2002) reconhece esse sentimento na forma como um grupo desenvolve sua atividade de produção, manutenção e aprofundamento das diferenças, cujo significado é dado por eles próprios em suas relações sociais.

Segundo Max Weber (1921), a comunidade autodefine-se e estabelece suas fronteiras, além de criar meios de diferenciação tanto internos quanto externos. Os costumes que essa comunidade é capaz de gerar podem garantir sua sobrevivência e reprodução. Weber a denomina comunidade política, ou seja, uma comunidade voltada para a ação, que compartilha valores, costumes e uma memória comum, criando uma comunidade de sentido. Essa comunidade independe de laços sanguíneos, mas é fundamentada em um sentimento de pertencimento. Em síntese, pertencimento significa, ao mesmo tempo, ser parte de um lugar e sentir que esse lugar também nos pertence. É a capacidade de contribuir para o crescimento desse espaço e, ao mesmo tempo, receber benefícios desse crescimento, influenciando os rumos a serem seguidos.

O Alto é um bairro de Teresópolis, localizado na região serrana do estado do Rio de Janeiro. Situado a cerca de 3,6 quilômetros da

Várzea e 2,4 quilômetros do Soberbo, sua população representa 3,8% do total do município, distribuída em uma área de 2,1 km², segundo o Censo do IBGE de 2010. O bairro está na origem do processo de formação de Teresópolis. Sua história remonta às terras de George March, adquiridas pelo Comendador Policarpo José Álvares de Azevedo, responsável pelo primeiro loteamento, e pela firma Coelho & Cia, que construiu a primeira capela de Santo Antônio, elevada a sede paroquial em 1855.

2. O estudo

Com a noção de pertencimento que ora propomos, entendemos que somos parte do Alto e que ele também nos pertence. Assim, com este estudo propomos olhar de forma ampliada e sensível para esse clássico bairro de Teresópolis. Observamos seus aspectos em comum, como sua arte, cultura, tradições, paisagem, valores, o perfil multifacetado dos moradores, sua história, seus símbolos e sua relação com o tempo. Compreendemos a região como uma parte importante de nosso município que, segundo nossas observações, vem sendo desconsiderada nos últimos anos.

Não sabemos se essa desconsideração se deve a políticas distorcidas de desenvolvimento adotadas por sucessivos governos, sempre imediatistas, com poucas ou nenhuma ação planejada para o médio ou longo prazo. Tais políticas parecem ignorar as consequências futuras das intervenções atuais, além de desconsiderar as relações de poder envolvidas. O próprio poder legislativo municipal, muitas vezes, afasta-se de sua função primordial, alinhando-se ao executivo para modificar o zoneamento urbano do Alto a partir dos anos 1990. Essas mudanças permitiram a construção de prédios com gabaritos cada vez mais altos, desrespeitando orientações técnicas, a legislação vigente e os anseios da sociedade. Não sabemos se tais ações foram feitas de má-fé, mas, como consequência, beneficiaram setores da construção civil e de investimentos imobiliários.

A delimitação proposta em nosso estudo sobre o Alto abrange uma macrorregião que inclui bairros e sub-bairros como Fátima, Araras, Taumaturgo, Jardim Cascata, Carlos Guinle, Santa Cecília, Comary, Granja Guarani, entre outros. O foco recai sobre os remanescentes arquitetônicos de diferentes épocas e estilos, ressaltando que este não é um tratado sobre estilos, períodos ou escolas de arquitetura, mas sim, uma abordagem histórico-social. Situada entre tempo e espaço, a análise representa contextos econômicos, sociais, culturais e regionais do Alto-Teresópolis.

Embora o bairro tenha passado por transformações consideráveis, como a chegada do trem na primeira década do século XX e a construção dos primeiros prédios entre as décadas de 1950 e 1960 – período que atraiu ainda mais veranistas e moradores ilustres, como as famílias Guinle e Bloch –, o poder público não deu a devida atenção a um crescimento coordenado. Isso contrasta com as propostas apresentadas na Carta de Petrópolis onde "O espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações (...) – deve ser entendido – em seu sentido operacional de área crítica, e não por oposição não-históricos da cidade, já que toda cidade é um organismo histórico. (...) sendo a poli funcionalidade uma característica do SHU – Sítio Histórico Urbano -, a sua preservação não deve dar-se à custa de exclusividade de usos, nem mesmo daqueles ditos culturais, devendo, necessariamente, abrigar os universos de trabalho e do cotidiano, onde se manifestam as verdadeiras expressões de uma sociedade heterogênea e plural. Guardando essa heterogeneidade, deve a moradia construir-se na função primordial do espaço edificado, haja vista a flagrante carência habitacional brasileira" (Cartas de Petrópolis, 1987). Além disso, no Alto era permitido somente prédios de até três andares, mas no começo da década de 1990 mudaram esta lei, e hoje, infelizmente, não há limites de andares para a construção de novos prédios.

Imagem 1 – Antiga edificação de Apenas três pavimentos no Alto.



Fonte: Autor, 2024.

Nem mesmo a própria história do bairro do Alto serviu de lição. A perda da charmosa linha ferroviária nos anos 1960 cobrou um preço incalculável, modificando a paisagem cultural e turística da região. Além disso, gerou novos problemas sociais e ambientais com a ocupação desordenada do leito ferroviário e das margens do rio Paquequer, formando comunidades de baixo IDH – tudo isso sem planejamento ou atenção do poder público. Este poderia – e deveria – ter dado uma nova função ao patrimônio ferroviário, como podemos ver em outros exemplos. Hoje, no entanto, nada resta daquela estrutura, e o mesmo destino fatalmente ocorrerá com os imóveis clássicos e históricos do bairro. Um exemplo disso é a comunidade Beira Linha.

3. Estudo complementar

A metodologia deste trabalho esteve fundamentada em uma linha de pesquisa exploratória e expositiva. Como parte importante do trabalho, estabelecemos contato com personagens-chave no processo. Isso incluiu uma entrevista com uma legítima representante do período áureo do Alto, que ficou fora do município por mais de quatro décadas – época do trem e da região ainda conservada –, além de conversas com representantes do turismo, da cultura e da pesquisa histórica. Também observamos o Conselho de Cultura e a Comissão de Patrimônio de Teresópolis, culminando com um posicionamento e deferência do Departamento de Patrimônio da Casa Arthur Dalmasso e uma fala exclusiva do Ilmo. Sr. Secretário de Cultura. Todas essas buscas convergiram para a esperança de políticas públicas que possam preservar o Alto como Patrimônio Cultural de Teresópolis, sem desconsiderar que mudanças são inevitáveis.

Nesse contexto, "as políticas não são utilizadas como instrumentos técnico-políticos voltados ao enfrentamento de um dado problema social: algo que é considerado indesejável e que desperta uma ação em contrapartida" (ROSA, LIMA e AGUIAR, 2021). Com base nessa afirmativa, a presente análise vai além de um mero recorte. Uma de suas principais proposições é conscientizar não apenas o meio acadêmico e a sociedade, mas também o poder público, no sentido de buscar a implementação de políticas públicas voltadas à valorização e preservação do patrimônio, não apenas do Alto, mas de todo o município. Consideramos a política pública como "uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público" (SECCHI, 2016).

O levantamento técnico realizado pela Casa de Memória Arthur Dalmasso, em parceria com a Comissão Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural – da qual o autor deste texto faz parte –, permitiu identificar diversos imóveis na região que não haviam sido considerados anteriormente. Infelizmente, alguns já foram demolidos, como o imóvel localizado no entorno do Mirante

Guarani. Esse levantamento nos permitiu traçar um paralelo entre os aspectos de territorialidade em diferentes momentos históricos, correlacionando-os com o momento atual e suas significativas alterações nas formas de ocupação. Consideramos as modificações nas representações do espaço relacionadas à nossa mobilidade mais restrita e cotidiana (a nível de bairro, cidade, deslocamentos de fim de semana); as configurações espaciais não coincidentes das redes das quais dependemos (redes administrativas, de comercialização, de influência urbana, financeiras); e as representações espaciais de maior escala, veiculadas pela mídia e pelo turismo, que frequentemente abarcam o globo como um todo (LACOSTE, 1988).

Imagens 2, 3 e 4 – Residência histórica na Rua João da Costa em processo de demolição em 2024 e, abaixo, o terreno no final do mesmo ano já vazio, sem placa de autorização e, sem algum propósito aparente, possivelmente para facilitar a venda da área







Fonte: O autor, 2024.

A ideia deste estudo é problematizar a valorização do patrimônio cultural de Teresópolis, discutindo a cidadania, as noções de pertencimento e o papel do poder público não apenas na valorização, mas também na adoção de ações futuras efetivas. De acordo com Lotta (2019), não se trata de usar o termo "implementação" de forma metafórica, como um momento ou parte da política pública, ou como sinônimo de execução, mas como um objeto analítico. O Alto, mesmo sendo um atrativo turístico, vem sofrendo – e tudo indica que continuará a sofrer, caso não haja sensibilização tanto do poder público quanto da sociedade – com a descaracterização e mudanças significativas em sua ocupação. Isso resulta na perda acelerada de suas referências históricas, paisagísticas e naturais, comprometendo não apenas o atrativo turístico, mas, principalmente, a identidade local, sua cultura e o meio ambiente. A proximidade com o Parnaso – Parque Nacional da Serra dos Órgãos, um dos principais patrimônios de Teresópolis – reforça a urgência de ações. Assim que concluído, este trabalho será apresentado à comissão de patrimônio do município, junto ao poder público, para a elaboração de uma legislação atualizada.

O município de Teresópolis conta com a Lei 1857, de 1998, para o tombamento de imóveis particulares. No entanto, essa lei depende de uma comissão efetiva, cujas atribuições não estão bem definidas, necessitando de maior clareza e atualização. Isso

depende, em grande parte, da provocação da sociedade, que ainda não compreende plenamente a importância do tema. Portanto, é necessário primeiro conscientizar a comunidade sobre a relevância da preservação e, posteriormente, cobrar do poder público a legalidade do tema como uma política pública municipal.

Não é um trabalho fácil. Até a mídia reforça a "vocação" do bairro, uma distorção da especulação imobiliária predatória, disfarçada sob a alcunha de "desenvolvimento", como detectamos em toda a nossa pesquisa. Segundo matéria de veiculada na mídia local, "o aquecimento imobiliário no Alto traz a possibilidade de o bairro se tornar um dormitório (com vantagens logísticas para o deslocamento para trabalho em outras cidades) e a instalação de centros comerciais" (O Diário de Teresópolis, 17/09/2024), deixando para trás exatamente o que caracteriza o bairro do Alto como patrimônio cultural: um centro turístico com enfoque no lazer, entretenimento e roteiro gastronômico. Um contrassenso em relação a matérias do mesmo jornal, publicada em 2021 em que destacava o potencial turístico, como vemos a seguir: "Considerado um bairro nobre do município de Teresópolis, o Alto sedia importantes pontos turísticos da cidade, locais que são bastante procurados por quem vem de diversos municípios e até mesmo de outros países a fim de conhecer e desfrutar não só dos atrativos naturais, bem como sua história e principalmente a famosa gastronomia" (O DIÁRIO DE TERESÓPOLIS 22/02/2021).

4. Um debate

O arcabouço legal municipal, em tese, ampara a preservação. A Lei Orgânica do Município atribui ao poder público a incumbência de proteger bens de valor histórico, artístico e cultural, bem como paisagens naturais notáveis, promovendo seus tombamentos quando necessário (CÂMARA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS). Esse mandamento é reforçado pela Lei 1.857/1998, que estabelece procedimentos para tombamento de imóveis particulares.

Não obstante, a aplicação desses instrumentos revela sérias fragilidades. A lei de tombamento carece de regulamentação efetiva, dependendo de uma comissão cujas atribuições são pouco definidas. Ademais, verifica-se um descompasso institucional: as secretarias municipais não dialogam de forma sistêmica, e orientações técnicas do Conselho de Cultura e da Comissão de Patrimônio frequentemente não possuem força deliberativa, sendo ignoradas em processos de intervenção em bens tombados ou seus entornos.

Paradoxalmente, a região do Alto conta com tombamentos significativos, como as ruínas do Mirante Guarani, a silhueta da Serra dos Órgãos e o edifício do Hotel Higino. Outras referências, como a Feirinha do Alto e a Igreja de Santo Antônio do Paquequer, embora não tombadas, são percebidas como tal pela comunidade, indicando seu valor simbólico. No entanto, tais iniciativas são pontuais e insuficientes. É notável a ausência de um instrumento de proteção integral para o bairro, como uma Zona Especial de Preservação Paisagística e Cultural (ZEPAC), conforme definido pelo IPHAN (2004). Esse instrumento é crucial para a salvaguarda de porções do território com reconhecida importância histórica, arquitetônica e paisagística.

Em 2024, o Departamento de Patrimônio, em conjunto com a Comissão de Preservação do Patrimônio Histórico Municipal – da qual o pesquisador integra –, iniciou um inventário de imóveis históricos no Alto. Esta ação visa valorizar o patrimônio local, harmonizando as transformações urbanas em curso com a necessária preservação da identidade histórica.

Este estudo, portanto, constitui uma análise crítica da realidade do Alto na década de 2020. Parte de uma experiência profissional na área cultural e patrimonial para, mediante entrevistas com agentes do poder público e da sociedade civil, fomentar um diálogo que busque convergências. Num momento em que repensar o mundo tornou-se imperativo, tal reflexão parece ainda negligenciada quando se trata de memória e patrimônio. A Carta de Petrópolis (1987) oferece um norte ao afirmar que o sítio histórico urbano, enquanto área crítica, deve abrigar as esferas do

trabalho e do cotidiano, manifestações de uma sociedade plural. É sob essa perspectiva que se reivindica para o Alto o reconhecimento como patrimônio cultural e a implementação de políticas públicas efetivas para sua preservação integrada.

Uma das nossas primeiras preocupações ao preparar este estudo foi dialogar com gestores públicos da cultura e do turismo da Prefeitura de Teresópolis, a fim de entender como se dão as relações internas nas tramitações e procedimentos de análise de processos para demolições, novas construções ou alterações em imóveis antigos do bairro. Nenhuma surpresa: comprovamos que essa relação é inadequada, para não dizer controversa, obviamente amparada por uma legislação frágil e dúbia, que abre margem para desrespeito, começando pela própria estrutura pública. O gestor da Secretaria de Cultura admite que há alguma consulta, mas ressalva que "bens não tombados não podem sofrer intervenção ou qualquer tipo de sanção oriundas da Secretaria de Cultura ou outro órgão público", assumindo parte da responsabilidade. Por outro lado, o gestor do Departamento de Patrimônio contradiz essa afirmação, declarando que "o serviço de patrimônio histórico deveria ser ouvido em todos os processos de construção, demolição, reforma e modificação, porém, infelizmente, isso não tem acontecido" (Entrevista com gestor público da Secretaria de Cultura, - 29/10/2024).

Um dos autores deste estudo foi diretor de patrimônio no município de Itaboraí-RJ e, posteriormente, secretário de cultura, tendo enfrentado desafios semelhantes aos descritos nos depoimentos acima. Ele conhece bem as dificuldades para exercer as funções de proteção do patrimônio cultural, seja pela natureza dos cargos de confiança, pelo sucateamento intencional dos setores responsáveis pela fiscalização e acompanhamento, ou pela legislação deficiente e o pouco envolvimento dos governos locais. No caso de Teresópolis, até a Câmara de Vereadores demonstra pouco interesse claro no tema do patrimônio histórico, limitando-se a ações midiáticas ou de pouca efetividade, como a Lei

Municipal 4.362/2023, que declara o som do badalar dos sinos das Paróquias do Município como Patrimônio Cultural Imaterial.

Não é nosso intuito objetar essa iniciativa, mas apontar que as pautas mais importantes relacionadas ao patrimônio são frequentemente postergadas. Muitas vezes, ações só são tomadas quando já não há mais o que fazer, como no caso do imóvel histórico na Rua João da Costa, que foi demolido sem que fosse possível comprovar se houve autorização ou fiscalização adequada. A alegação, é claro, seria de que o imóvel não era tombado. No entanto, na área de entorno do Mirante Guarani, um bem tombado pelo Estado do Rio de Janeiro através do INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural (1988) –, não houve consulta alguma ao órgão, como ocorreu com a instalação de uma antena de celular, autorizada pelo município sem consulta ao INEPAC ou ao Departamento de Patrimônio da própria prefeitura. Isso levou o Conselho de Cultura a intervir, sem sucesso, por meio do Ministério Público e de um processo judicial.

Imagem 5 – Ruínas do Mirante Guarani – Patrimônio de Teresópolis tombado pelo INEPAC



Fonte: Autor, 2017.

Segundo outro entrevistado, pesquisador e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Teresópolis, as fragilidades do poder público e as ingerências do setor privado são evidentes. Ele afirma que "Patrimônio Cultural é o resultado do processo de patrimonialização pelo Poder Público, ou seja, é uma construção social, fruto de lutas sociais. Enquanto os bens culturais do bairro do Alto não forem patrimonializados pelo Poder Público municipal, ficam sujeitos ao processo de apagamento (abandono, arruinamento, demolição etc.), e à pressão da especulação imobiliária" (Entrevista com pesquisador, 11/11/2024). Ele ainda pondera: "Em que pese o disposto na Lei Orgânica de Teresópolis de que o município protegerá os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens e os sítios arqueológicos, Teresópolis ainda não implementou o Sistema Municipal de Patrimônio Cultural, constituído pelo Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural, pelo Fundo Municipal de Patrimônio Cultural e pelo Plano Diretor de Patrimônio Cultural. Também não implementou o Programa de Proteção do Patrimônio Natural e Cultural previsto no artigo 21, inciso VII, do Plano Diretor de 2006. Exemplo da fragilidade da política pública municipal é a ausência de uma lei regulando o uso do tombamento e do registro em nível municipal, o que dá margem para o imediatismo político, que declara qualquer coisa como Patrimônio Cultural, sem a participação da comunidade, que é quem de fato produz o sentido cultural" (Entrevista com pesquisador, 11/11/2024).

Na mesma linha de observação sobre a fragilidade do patrimônio cultural remanescente do Alto, um integrante do Conselho de Turismo do município, é enfático em sua análise sobre o impacto no turismo. Ele afirma que "essas construções de novos prédios, por um lado, geram renda para a municipalidade com os impostos e trabalhos temporários na construção civil. Todavia, a demolição dos patrimônios existentes no bairro do Alto contribui para a destruição da memória e identidade local, o que pode levar o Alto a se tornar um lugar amorfo, sem identidade, no dizer do antropólogo francês Marc Augé: um não lugar, ou seja, um lugar

desprovido de aura, ou uma aura artificial com simulacros, baseados em uma arquitetura pós-contemporânea, ilusória. Assim, se esse ritmo de destruição desses patrimônios continuar, em breve podemos ter como uma das consequências o fim do turismo no Alto". Essa observação é corroborada pelo gestor da pasta de Turismo, um atuante na área, que pondera: "Em busca de terrenos nobres, temos perdido nossa história cultural com várias demolições de casas históricas, vastas áreas verdes devastadas para esse desenvolvimento desenfreado das construtoras, prejudicando muito a qualidade de vida dos teresopolitanos" (Entrevista com gestor da Secretaria de Turismo, 01/07/2024).

Uma conselheira do Conselho de Políticas Culturais, que também é artesã e tem uma visão ampla, além de militância na cultura e no turismo, traz um olhar mais pessoal e observa: "É angustiante ver a descaracterização do bairro, de cidade de interior, vida pacata e observadora da natureza. A cada dia, o verde é substituído pelo cimento, pelo barulho dos escapamentos, pelo desgaste dos engarrafamentos e, principalmente, pelo aquecimento da cidade, que está cada vez menos atrativa para aqueles que buscam o aconchego do frio. Estamos, dessa forma, perdendo nossa identidade" (Entrevista com conselheira da cultura, 29/10/2024).

Um relato importante é o de uma cidadã teresopolitana que nasceu e viveu no Alto até 1965. Ela guarda um recorte muito interessante daquela época, que comprova que o Alto não vai mudar – já mudou:

> O bairro era lindo, e os turistas vinham de trem. Uma parte deles ficava nos hotéis e pousadas, e o destaque maior era a beleza das casas, a vista da Serra, a gastronomia e as opções de compra e lazer. Era muito comum os piqueniques ao ar livre nas praças do Alto e os encontros dos enamorados, tudo por conta do clima agradável e das belezas por todos os lados. [...]. Os passeios ao ar livre pelo Alto eram uma sensação, por conta das belezas que atraiam muitas pessoas. Eu sempre via pessoas famosas nas ruas. Ah, e tinha o comércio! Em relação ao comércio, não era igual aos de hoje: eram pequenas vendas,

padarias e lojas, mas tudo de muito bom gosto, meu filho. Você tinha de ver! (Entrevista com cidadã teresopolitana, 16/11/2024).

Podemos afirmar que, de todos os depoimentos, esse é de fundamental importância, pois se trata de uma pessoa que guardou um recorte temporal significativo, com noção de pertencimento. Ao retornar para o município, ela soube "cobrar" cada espaço, cada memória, diferentemente das pessoas que se mantiveram no Alto e foram absorvendo as mudanças ao longo do tempo. Esse não foi o caso dela: era uma menina, aluna do Colégio Euclides da Cunha, cuja família plantava bananas. Ela trabalhou em alguns comércios, alugava charretes de bodes para crianças e vendia bananas e leite fresco na esquina do Hotel Higino. Mesmo nas agruras de sua época, ela guarda um amor incomensurável por Teresópolis.

E é essa a nossa convergência no presente estudo.

O autor também destaca imóveis do Alto que, embora não incluídos na lista oficial, apresentam potencial para futura preservação, podendo integrar uma ZEPAC (Zona Especial de Patrimônio Artístico Cultural). Nessa proposta, os proprietários teriam incentivos fiscais ou financeiros para manutenção e conservação, evitando degradação, demolições ou alterações inadequadas.

Imagem 6 – Prédio recém edificado ao lado da Igreja de Santo antônio do Paquequer, 2024. Vista da Serra, apesar de tombada, não foi respeitada



Fonte: Autor, 2024.

5. Imóveis catalogados como interesse histórico no Alto

Apresentamos um recorte analítico do bairro do Alto baseado no *Relatório do Patrimônio Cultural de Teresópolis - 2024*, documento oficial elaborado pela Comissão de Preservação do Patrimônio Cultural em conjunto com o Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura de Teresópolis Destacando a Igreja de Sto Antônio do Paquequer, Colégio Estadual Euclides da Cunha, Casa de Cultura Adolpho Bloch, Fonte Judith, Mirante e Azulejos Terê Park, convento do Alto, a Casa Branca, a Casa do Leão, a casa Rosinha e a casa dos Azulejos, A Casa de Seu Nonô, a Igreja de N. Sra de Fátima, O estádio do Teresópolis FC, outros imóveis e mansões históricas, entre outros catalogados.

Imagem 7 – Colégio Euclides da Cunha, Alto



Fonte: Autor, 2024.

Imagem 8 – Fonte Judith, Alto



Fonte: Autor: 2024.

6. Imóveis não catalogados de interesse histórico no Alto

Como parte de nossa pesquisa, fizemos outro levantamento de imóveis no bairro do Alto, objetivando remanescentes históricos de diversas fases e escolas arquitetônicas da região, porém, nem tombados, tampouco catalogados. É importante destacar que este levantamento possui caráter estritamente acadêmico, diferenciando-se dos procedimentos oficiais de catalogação realizados pela Comissão de Patrimônio do Município de Teresópolis em conjunto com a equipe técnica da Casa Arthur Dalmasso (Departamento de Patrimônio). Dentre eles destacamos a Casa dos Sete Lagos, a Casa chácara, a Casa dos Sonhos e a Casa Janela & Arco.

Imagem 9 – A Casa dos Sete Lagos, Cascata Guarani



Fonte: Autor, 2022.

Imagem 10 – Casa chácara, Alto



Fonte: Autor, 2020.

Imagem 11 – Casa dos sonhos, Alto



Fonte: Autor, 2021.

Imagem 12 – Casa Janela & Arco, Alto



Fonte: Autor, 2021.

7. Proposições para o patrimônio do Alto

É necessária – e urgente – cooperações técnicas entre instituições de cultura e de turismo conjuntamente com os referentes no poder público para conquistar iniciativas como criação de uma Zona Especial de Patrimônio Artístico e Cultural (ZEPAC) no Alto, observando que "o tombamento, por exemplo, surge como um recurso que garante a manutenção de marcos significativos em determinado espaço urbano e se caracteriza como um processo autocrático e tecnocrático distante da participação popular. A atuação civil se limita a reivindicações para o tombamento de alguns bens simbólicos de interesse coletivo ou a instrumento de pressão política utilizado estrategicamente pelos órgãos de preservação" (MARAFON, SOTRATTI e FACCIOLI, 2014).

Citamos a secretaria de Turismo como uma parceria importante, pois, no caso do Alto, ao trabalhar sua vocação "o turismo cultural colabora com uma apropriação coletiva mais intensa do patrimônio cultural. O turismo possibilita a valorização de bens culturais desconsiderados ou não priorizados pelos órgãos de preservação, como o patrimônio imaterial e o patrimônio cultural material móvel de origem popular" (McKercher e Du Cros, 2002, p7). No caso, cabe uma parceria, pois "a aproximação do patrimônio cultural e do turismo como forma de valorização e apropriação coletiva, independente das relações mercadológicas priorizadas pelos gestores do turismo, vem sendo tratada largamente em vário países", e num município como Teresópolis, em especial no bairro do Alto, que é a primeira região pensada quando se vem em Teresópolis, pode ser um forte potencial as relações entre cultura e turismo, no caso, a convergência do tema de nosso debate na pesquisa.

Por outro lado, mesmo sem função deliberativa, as ações da Comissão de Patrimônio Histórico com o Departamento de Patrimônio da Secretaria de Cultura para tutelar parte dos imóveis de interesse histórico, não inviabilizaria o surgimento de novas edificações, minimizando o risco do Alto.

De todas as ideias e questionamentos apresentados podemos concluir a instrumentalização do Departamento de Patrimônio – Casa Arthur Dalmasso, da Secretaria de Cultura de Teresópolis como o precedente principal para as outras necessidades no que diz respeito a patrimônio cultural , material e imaterial do município, pois a falta de equipe técnica com historiadores especialistas, arquitetos, turismólogos e bibliotecários já são tristes precedentes do que vem ocorrendo com o pouco que resta em referência histórica. Por outro lado, um melhor apoio do poder legislativo municipal, sem imediatismos e favorecimentos contribuiria na normatização de leis da própria casa que carecem de especificidades como a definição de entornos de bens tombados e de previsões concretas de punições e de aplicação – e recebimento – de multas. Também observamos que, ao conceder salvaguarda e promover tombamentos, favorecer os proprietários com incentivos diversos para que também seja atrativa a preservação do bem com contrapartidas do tipo "ganha ganha", não podemos nos eximir de que a manutenção de imóveis históricos não é algo simples e que a falta de apoio público, ou de incentivos fiscais e de financiamento, contribuem, de certa forma, para a degradação, arruinamento e consequente venda do imóvel para empreendimentos imobiliários. Preservá-los, então, pode ser uma medida eficaz para garantir que a sociedade tenha a oportunidade de conhecer sua própria história e de outros, por meio do patrimônio material, imaterial, arquitetônico ou edificado, arqueológico, artístico, religioso e da humanidade, pois através da materialidade, o indivíduo consegue se realizar e afirmar sua identidade cultural, podendo também, reconstruir seu passado histórico (LOURES OLIVEIRA, 2008)

8. Considerações finais

A proteção do patrimônio no Brasil iniciou-se na década de 1930, impulsionada por intelectuais como Mário de Andrade, cujo anteprojeto culminou na criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Contudo, a efetivação dessa política

nos municípios só ocorreu tardiamente, a partir dos anos 1990. Atualmente, a luta pela preservação permanece – realidade que se reflete em Teresópolis, especialmente no bairro do Alto, *em teoria* reconhecido como patrimônio cultural, mas que ainda carece de instrumentos legais que garantam sua proteção efetiva frente à pressão imobiliária e a novos empreendimentos executados sem controle ou respeito à ambiência.

Se faz necessário debater, a partir de um olhar crítico e ao mesmo tempo analítico, o desenvolvimento territorial através dos aspectos socioculturais que formaram o bairro do Alto, Teresópolis/RJ, pelo que vem ocorrendo de forma acelerada e, ainda perceber todos os fatores de mudanças no bairro, não apenas considerando as relações entre os entes do poder público com os interesses corporativos por novas formas de ocupação. Ao mesmo tempo, compreender como os membros da sociedade observam-se como integrantes da coletividade e seus aspectos em comum, como tradições, valores e a própria história, a forma de ocupação a partir da análise de sua arquitetura histórica nos seus mais diversos momentos, inclusive destacando algumas de suas principais personagens correlacionando com o momento atual e suas significantes alterações e formas de ocupação. Assim também, considerar sua proximidade de um dos mais importantes parques naturais do Brasil, o Parnaso – Parque Nacional da Serra dos Órgãos.

Por fim, não deve ser esquecido o papel da sociedade e seus símbolos, debatendo as diferentes formas de ocupação pelo tempo, considerando a territorialidade, além do aspecto da materialidade, e também o debate da dimensão imaterial. Considerando tudo isso, através deste estudo objetivamos apresentar proposições e perspectivas de valorização e de preservação do bairro. Retomando nosso ponto de partida, a saber, a ideia de que as políticas públicas podem ser analisadas como um ciclo que perpassa diferentes fases: agenda, formulação, implementação e avaliação, apontamos que esse ciclo não condiz necessariamente com a realidade, mas é um relevante instrumento analítico para entendermos os processos decisórios que fazem parte das políticas públicas. E nada sendo feito

pela salvaguarda do patrimônio histórico edificado no Alto representa não apenas a destruição física, mas a corrosão da memória territorial, algo que pode não ser totalmente reversível, mas ao menos amenizado mediante uma ação pública articulada e que inclua a sociedade, certamente o principal personagem no processo.

Referências

AMARAL, Ana Lúcia. Pertencimento. Dicionário de Direitos Humanos. 2002. Disponível em http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index. php?page=Pertencimento. Acessado em 02/11/2024.

AUGÉ, Marc. Não Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas. Papirus editora. 2017.

DU CROS, Hilary; MCKERCHER, Bob. Cultural Tourism. Londres: Editora Roudledge, 2002.

INEPAC – Instituto estadual do Patrimônio artístico e Cultural. Mirante da Granja Guarani, 1988. Rio de janeiro, 1987. Disponível em: http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/429. Acesso em 02/10/2024.

IPHAN – Instituto do Patrimônio histórico e Artístico Nacional. Cartas de Petrópolis, 1987. Petrópolis: IPHAN, 1987. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Petropolis%201987.pdf Acesso em: 02/10/2024

IPHAN – Instituto do Patrimônio histórico e Artístico Nacional. Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural 2004. Brasília: IPHAN, 2004. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao1972%20-%20br.pdf. Acesso em: 06/07/2024.

LACOSTE, Yves. A Geografia. Isso Serve, Em Primeiro Lugar, Para Fazer a Guerra. Campinas: Papirus Editora, 1988.

LOTTA, Gabriela. Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil / organizadora. Brasília: Enap, 2019.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira. Carangola. Juiz de Fora: Editora MAEA-UFJF, 2008.

MARAFON, Gláucio; SOTRATTI, Marcelo Antônio; FACCIOLI, Marina. Turismo e território no Brasil e na Itália: novas perspectivas, novos desafios: Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014

O DIÁRIO DE TERESÓPOLIS. Teresópolis: Demanda crescente por imóveis no bairro do Alto atrai novos empreendimentos. Portal Eletrônico Netdiario.com.br X 17/09/2024. Disponível em: https://netdiario.com.br/noticias/demanda-crescente-por-imoveis-no-bairro-do-alto-atrai-novos-empreendimentos-imobiliarios/#google_vignette. Acesso em: 25/09/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS. Teresópolis, Câmara Municipal de Teresópolis, 05/04/1990. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/13BieyByrQaRobJMf6o SHwKh4 9CyQ5gSh/view. Acesso em: 06/07/2024.

ROSA, Júlia Gabriele Lima. LIMA, Luciana Leite. AGUIAR, Rafael Barbosa de. Políticas Públicas: introdução. Porto Alegre. Ed. Jacarta: 2021.

SECCHI, Leonardo. Análise de Políticas Públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo. Cengage Learning, 2016.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade* (*Wirtschaft und Gesellschaft*). Disponível em: https://fep.if.usp.br/~profis/arquivo/docs_curriculares/MT/Mato_Grosso_Livro_Orientacoes_Curriculares_das_Diversidades_Educacionais.pdf. Acessado em 02/10/2024.

Sobre os autores

Alessandra Carneiro Corguinha é graduada em Serviço Social (UNOPAR). Especialista em Gestão Social, Políticas Públicas, Redes e Defesa de Direitos (UNOPAR). Formação em Facilitadores de Diálogos, Mediação de Conflitos Extrajudicial (CEMEAR/MPRJ). Extensão Trabalho Profissional do Assistente Social e Gestão de Políticas Públicas (UFRJ). Especialista em Desenvolvimento Territorial (UERJ).
E-mail para contato: alessandracarneirocorguinha@gmail.com

Camilla Bonelli Marra é graduada em Psicologia (UFF), Doula (FIOCRUZ) e especialista em Desenvolvimento territorial (UERJ).
E-mail para contato: camilla_marra@hotmail.com

Carolina Castellitti é doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Argentina da cidade de Santa Fe, atua como professora adjunta do Departamento de Turismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde coordena projetos de pesquisa e extensão que visam à integração da perspectiva de gênero no turismo.
E-mail para contato: castellittic@gmail.com

Clara Carvalho de Lemos é professora Associada no Departamento de Turismo, do Instituto de Geografia, no Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e na Pós-graduação Lato Sensu em Desenvolvimento Territorial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduada em Turismo, Mestre e Doutora em Ciências da Engenharia Ambiental pela Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) – Universidade de São Paulo (USP).
E-mail para contato: clara.lemos@uerj.br

Clara Ribeiro Trevia de Almeida é Bacharel em Cinema (UNESA), licenciada em Pedagogia (FIAR) e Especialista em Desenvolvimento Territorial (UERJ). Atua como gestora de projetos socioambientais e Educação Ambiental no Instituto Permacultura Lab.
E-mail para contato: clara.trevia@gmail.com

Cláudio Rogério da Silva Dutra, graduado em Arte (UNIVERSO), pós-graduado em Gestão educacional e Coord. Pedagógica (UNISUAM) e produção cultural (UERJ) e especialização em Desenvolvimento Territorial (UERJ). Membro da Comissão de Patrimônio Histórico de Teresópolis e vice-presidente do Conselho Municipal de Políticas Públicas de Teresópolis. É professor de Arte de Teresópolis e de Petrópolis e titular em História, Geografia e Turismo de Petrópolis. Foi diretor de Patrimônio Histórico e secretário de Cultura de Itaboraí e pesquisador do INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro.
E-mail para contato: claudiorogerio.cultura@gmail.com

Flávia Azevedo Corrêa da Silva Faria é Licenciada em Pedagogia (UERJ). Especialista em Desenvolvimento Territorial (UERJ).
E-mail para contato: flavia.azevedof@gmail.com

Gabriel de Sena Jardim é Graduado em Turismo (UFJF). Doutor em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (UFRJ). Professor Associado do Departamento de Turismo (DTur) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
E-mail para contato: gabrielsenajardim@gmail.com

Georgia Carvalho Silva é Bacharela em Direito (UNIGRANRIO) e graduanda em Geografia (UERJ) e Arquitetura e Urbanismo (UNESA). Especialista em Desenvolvimento Territorial (UERJ).
E-mail para contato: gecarvalhos@yahoo.com.br

Jorge Luiz do Nascimento é analista Ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Coordenador de Pesquisa no Centro de Referência em Biodiversidade do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Parnaso); Professor convidado na Pós-graduação Lato Sensu em Desenvolvimento Territorial/IGEOG/UERJ e colaborador no PPGP/ENBT/JBRJ. Licenciado em Biologia (IB/UFRJ), Mestre em Zoologia (Museu Nacional/UFRJ) e Doutorando em Biodiversidade em Unidades de Conservação (ENBT/JBRJ). Membro de grupos de pesquisa (CNPq) no MAST, UFRRJ e MPEG.
E-mail para contato: jorge.nascimento@icmbio.gov.br

Juliana Rosa Pimentel possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Especialização em Política e Planejamento Urbano pelo Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Assistente Social da Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo da Prefeitura Municipal de Belford Roxo – RJ.
E-mail para contato: julianapimentel.ts@gmail.com

Juliana Russo dos Santos possui graduação em Turismo (UERJ). Especialista em Desenvolvimento Territorial (UERJ). Estudiosa na área de bem-estar animal.
E-mail para contato: julianarussods@gmail.com

Marcela do Nascimento Padilha é Graduada e Mestre em Geografia (UFRJ). Doutora em Geografia (UFF). Possui Pós-doutorado em Turismo (USP). Atualmente é Professora Associada do Departamento de Turismo (DTur) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
E-mail para contato: marcelapadilhauerj@gmail.com

Mayara Barroso de Faria é Engenheira Ambiental e Sanitária, Pós-graduada em Perícia Ambiental Judicial e Auditorias, Pós-graduada em Desenvolvimento Territorial. Foi chefe do Parque Estadual dos Três Picos. Secretária do Ambiente e Sustentabilidade do Município de Guapimirim (2021 – até o presente momento).
E-mail para contato: mayarafariabarroso.mb@gmail.com

Paula Land Curi é Mestre em Pesquisa em Psicanálise (UERJ). Doutora em Psicologia Clínica (PUC/SP). Docente do Departamento de Psicologia da UFF - Niterói.
E-mail para contato: paulalandcuri@id.uff.br

Raquel da Silva Abrantes é Licenciada em Matemática (UNIRIO). Atua como Professor II na rede municipal de ensino de Teresópolis – RJ.
E-mail para contato: rakbrantes@gmail.com

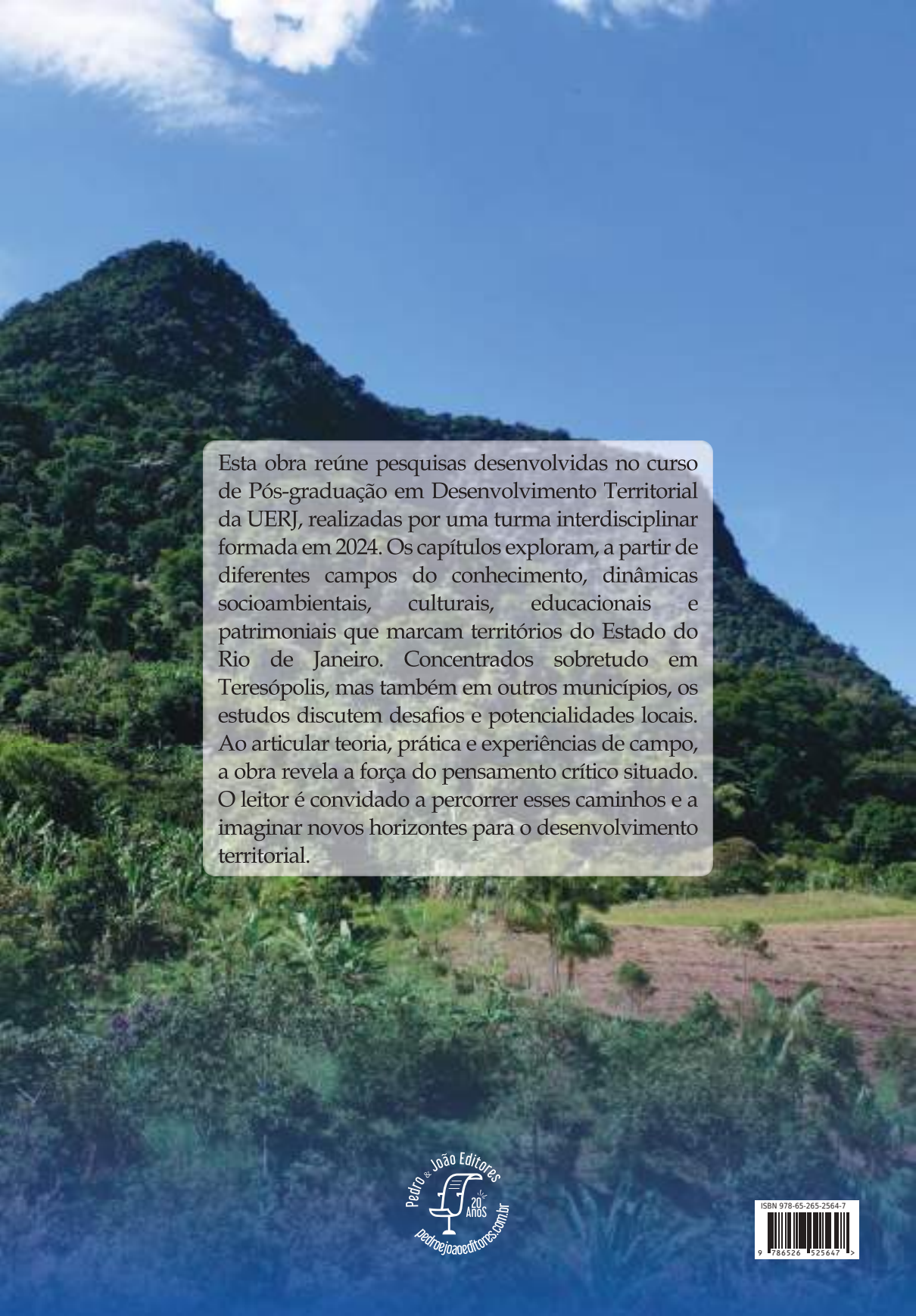
Rafael Ângelo Fortunato é professor associado do Instituto de Geografia/Departamento de Turismo. Trabalha como voluntário na Rede Brasilidade Solidária. Graduado em Turismo pela Universidade de Marília – SP. Especialista em Educação Ambiental pela Universidade de São Paulo. Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara – SP. Doutor em Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordena o grupo de pesquisa Territorialidades Socioambientais.
E-mail para contato: ppgmafortunato@gmail.com

Rafael Pessanha Gois é Capitão do Quadro de Oficiais Combatente (QOC) do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ). Possui graduação no Curso de Formação de Oficiais (CFO) pela Academia de Bombeiro Militar Dom Pedro II (2012) e em Turismo pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, 2021). É Especialista em Desenvolvimento Territorial (UERJ, 2024) e concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, realizando o MBA Executivo: Gestão Estratégica nas Organizações (FGV, 2023).
E-mail para contato: rafaelpg.06@gmail.com

Roberta Montello Amaral possui graduação em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1993), graduação em Ciências Estatísticas pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (2000) e licenciatura em Matemática pela UNIP (2016), MBA pelo IBMEC (1995), MPA pela FGV (2004), mestrado em Economia e Gestão Empresarial pela Universidade Candido Mendes (2003), mestrado em Engenharia de Produção pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2004) e doutorado em Engenharia de Produção pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2008). Atualmente é diretora de pós-graduação, pesquisa e extensão do UNIFESO.
E-mail para contato: amaralroberta@yahoo.com.br

Thiago Ferreira Pinheiro Dias Pereira é graduado, mestre e doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Departamento de Turismo (DTur) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
E-mail para contato: thiago.pereira@uerj.br

Wander de Souza Dias Guerra é Professor Assistente no Centro Universitário Serra dos Órgãos (Unifeso). Engenheiro Ambiental pelo Centro Universitário Serra dos Órgãos (Unifeso), Mestre em População, Território e Estatísticas Públicas pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE), doutorando em Planejamento Urbano e Regional no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ).
E-mail para contato: guerra.wander@gmail.com



Esta obra reúne pesquisas desenvolvidas no curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial da UERJ, realizadas por uma turma interdisciplinar formada em 2024. Os capítulos exploram, a partir de diferentes campos do conhecimento, dinâmicas socioambientais, culturais, educacionais e patrimoniais que marcam territórios do Estado do Rio de Janeiro. Concentrados sobretudo em Teresópolis, mas também em outros municípios, os estudos discutem desafios e potencialidades locais. Ao articular teoria, prática e experiências de campo, a obra revela a força do pensamento crítico situado. O leitor é convidado a percorrer esses caminhos e a imaginar novos horizontes para o desenvolvimento territorial.

Pedro & João Editores
20 anos
pedropejoaoeditores.com.br

ISBN 978-65-265-2564-7